

Anais do  
**VI** Congresso Brasileiro de  
Direito Socioambiental



**CADERNO DE RESUMOS**

**Volume 3**  
**2017**



**PUCPR**

**CEPEDIS**

Centro de Pesquisa e Extensão  
em Direito Socioambiental

# VI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

9 a 12 de maio de 2017

## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

### Comissão Organizadora

Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Bruna Balbi Gonçalves  
Heline Sivini Ferreira  
Manuel Munhoz Caleiro  
Priscila Lini

### Coordenação dos Grupos de Trabalho

Adriele Fernanda Andrade Précoma  
Amanda Ferraz da Silveira  
Ana Paula Maciel Costa Kalil  
Andrew Toshio Hayama  
Aníbal Alejandro Rojas Hernandez  
Anne Geraldi Pimentel  
Bruna Balbi Gonçalves  
Carla Vladiane Alves Leite  
Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Ener Vaneski Filho  
Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho  
Gisele Jabur  
Heline Sivini Ferreira  
José Patrício Pereira Melo  
Liana Amin Lima da Silva  
Lucimara Deretti  
Manuel Munhoz Caleiro  
Priscila Lini  
Rullyan Levi Maganhati Mendes

## CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO SOCIOAMBIENTAL

### Presidente

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

### Vice-Presidenta

Danielle de Ouro Mamed

### Diretor Executivo

Manuel Munhoz Caleiro

### Primeira Secretária

Adriele Fernanda Andrade Précoma

### Segundo Secretário

Raul Cezar Bergold

### Tesoureira

Clarissa Bueno Wandscheer

### Conselho Fiscal

Carla Vladiane Alves Leite  
Fernando Gallardo Vieira Prioste  
Lucimara Deretti

### Conselho Consultivo

Alaim Giovani Fortes Stefanello  
Claudia Sonda  
José Aparecido dos Santos

### Conselho Editorial

Antônio Carlos Sant'Anna Diegues  
Antônio Carlos Wolkmer  
Bartomeu Melià  
Bruce Gilbert  
Carlos Frederico Marés de Souza Filho  
Caroline Barbosa Contente Nogueira  
Clarissa Bueno Wandscheer  
Danielle de Ouro Mamed  
David Sanchez Rubio  
Edson Damas da Silveira  
Eduardo Viveiros de Castro  
Fernando Antônio de Carvalho Dantas  
Heline Sivini Ferreira  
Jesús Antonio de la Torre Rangel  
Joaquim Shiraishi Neto  
José Aparecido dos Santos  
José Luis Quadros de Magalhães  
José Maurício Arruti  
Juliana Santilli (*in memorian*)  
Liana Amin Lima da Silva  
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega  
Milka Castro Lucic  
Priscila Lini  
Raquel Yrigoyen Fajardo  
Rosemberg Ariza Santamaria  
Walter Antillon Montealegre

Realização

Apoio

**Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental**  
Rua Imaculada Conceição, 1155, Bloco Vermelho, Prado Velho  
Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 80.215-901  
[www.direitosocioambiental.org](http://www.direitosocioambiental.org)  
[contato@direitosocioambiental.org](mailto:contato@direitosocioambiental.org)

Periodicidade bianual

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

ISSN: 2595-6221

C749a  
2017

Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental (6. : 2017 mai. 9-12 : Curitiba, PR)  
Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. – Curitiba : CEPEDIS, 2018.  
179 p. (Caderno de resumos ; v. 3)

Resumo dos trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental realizado de 17 a 19 de setembro de 2013 na PUCPR

1. Direito ambiental – Congressos. I. Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental.

Dóris 4. Ed. – 341.347





## SUMÁRIO

<b>GRUPO DE TRABALHO 1</b> <b>BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E POVOS TRADICIONAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>A CATA DA MANGABA: BIODIVERSIDADE E PRESERVACIONISMO</b> <i>“A CATA DA MANGABA”: BIODIVERSIDAD Y PRESERVACIÓN</i> Adriano Alves de Oliveira e Fábila Ribeiro Carvalho de Carvalho.....	<b>21</b>
<b>A BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARA DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO</b> <i>BIODIVERSITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT AS A FACTOR FOR PROTECTING THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF TRADITIONAL COMMUNITIES CAIÇARA DO NORTE COAST OF SÃO PAULO</i> Mozart Gomes Moraes .....	<b>22</b>
<b>AGROBIODIVERSIDADE E DIREITO DOS AGRICULTORES: A PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOLAS POR GRUPOS CAMPONESES EM ORIZONA E VIANÓPOLIS – GO</b> <i>AGROBIODIVERSITY AND RIGHT OF FARMERS: THE PRODUCTION OF CRIOL SEEDS BY CAMPONESES GROUPS IN ORIZONA AND VIANÓPOLIS - GO</i> Fernanda Chaveiro da Silva, Wellington Martins Ribeiro e Dinalva Donizete Ribeiro .....	<b>23</b>
<b>ANÁLISE DE ATORES E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> <i>ACTOR ANALYSIS AND SOCIAL PARTICIPATION WHEN ELABORATING MANAGEMENT PLANS OF CONSERVATION UNITS</i> Marcela Valles Lange e Sigrid de Mendonça Andersen .....	<b>24</b>
<b>A RE-EXISTENCIA DE UM GRUPO DE AGRICULTORES CONTRA O RACISMO AMBIENTAL: O CASO DO ACAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZEMBERGER</b> <i>LA RE-EXISTENCIA DE UN GRUPO DE CAMPESINOS EN CONTRA EL RACISMO AMBIENTAL: EL CASO DEL CAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZEMBERGER</i> Ener Vaneski Filho.....	<b>26</b>
<b>CERCAMENTOS AMBIENTAIS: MODOS DE USO DOS RECURSOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ</b> <i>ENVIRONMENTAL SURVEYS: MODES OF USE OF RESOURCES AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE STATE OF PARANÁ</i> Ana Carolina Rocha.....	<b>27</b>
<b>COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS IMPACTOS DA POLITICA AGRÍCOLA DA AUTOMATIZAÇÃO NO MODELO TRADICIONAL DE PRODUÇÃO</b> <i>TRADITIONAL COMMUNITIES AND THE IMPACTS OF THE AGRICULTURAL POLICY OF AUTOMATION IN THE TRADITIONAL MODEL OF PRODUCTION</i>	

Jeferson da Silva Pereira e Rafael de Jesus ..... 28

**DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E A PRESERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO .....**

*BRAZILIAN ENVIRONMENTAL LAW AND THE PRESERVATION OF ICTIOFAUNA FOR ORNAMENTAL PURPOSES*

*Rafael Cruz Lima* ..... 30

**DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: AGROTÓXICOS, TRANSGÊNICOS E SOBERANIA ALIMENTAR**

*HUMAN RIGHTS TO THE ADEQUATE FOOD OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES: AGROCHEMICALS, TRANSGENICS AND FOOD SOVEREIGNTY*

Jaciele Piskorski Pinto de Lima, Roberta Oliveira Lima e

Sheila Magali Moser Isensee..... 31

**IMPACTOS AMBIENTAIS DOS AGROTÓXICOS E PERDA DA BIODIVERSIDADE**  
*ENVIRONMENTAL IMPACTS OF AGROCHEMICALS AND BIODIVERSITY LOSS*

Silvane Tibes Evangelista e Natalia Saggiorato Bona ..... 32

**EXTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO EM TERRITÓRIO FLORESTAL PROTEGIDA NO DEPARTAMENTO DE CHOCÓ REPÚBLICA DA COLÔMBIA: A FÚRIA DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL FRENTE A UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL INDEFESO**

*LA EXPLOTACION MINERA Y FORESTAL EN TERRITORIO PROTEGIDOS EN EL DEPARTAMENTO DEL CHOCO, REPUBLICA DE COLOMBIA: LA FURIA DE LA EXPLOTACIÓN FORESTAL FRENTE A UN PATRIMONIO AMBIENTAL INDEFENSO*

William Yeffer Vivas Lloreda ..... 33

**LAS SINUOSIDADES LEGALES EN LA RESOLUCIÓN DE PROBLEMAS AMBIENTALES ENTRE LOS TZELTALES DE TENEJAPA, CHIAPAS. MÉXICO**

*THE LEGAL SINUOSITIES IN THE RESOLUTION OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS AMONG THE TZELTALES OF TENEJAPA, CHIAPAS. MEXICO*

José Rubén Orantes García ..... 34

**MOVIMENTOS E ESPAÇOS: A PRODUÇÃO DE DISCURSOS E A CO-PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DE DIÁLOGOS ATRAVÉS DE FRONTEIRAS ONTOLÓGICAS**

*MOVIMIENTOS Y ESPACIOS: LA PRODUCCIÓN DEL DISCURSO Y LA CO-PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y EL DIÁLOGO A TRAVÉS DE LAS FRONTERAS ONTOLÓGICAS*

Anderson do Prado Carneiro, Carmen Andriolli e Dauro do Prado..... 35

**O RESSARCIMENTO DA LIMITAÇÃO DE USO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A (IM)POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR À LUZ DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*THE COMPENSATION OF THE LIMITATION OF USE IN A PERMANENT PRESERVATION AREA: THE (IM) POSSIBILITY OF APPLICATION OF THE*

*TRANSFER TO BUILD RIGHT FROM DECISIONS OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE*

Angela Molin ..... 36

**O DIREITO À CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE A APROVAÇÃO DO MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

*EL DERECHO A LA CONSULTA Y CONSENTIMIENTO PREVIO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS Y COMUNIDADES TRADICIONALES: ESTUDIO DE CASO SOBRE LA APROBACIÓN DEL MARCO LEGAL DE LA BIODIVERSIDAD EN EL BRASIL*

Ana Letícia Maciel de Vasconcellos e Paula Harumi Kanno..... 37

**O ICMS VERDE COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE APOIO À BIODIVERSIDADE**

*THE GREEN ICMS AS AN ECONOMIC INSTRUMENT OF SUPPORT FOR BIODIVERSITY*

Lorran Will Lima Dos Santos ..... 38

**O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E O DIREITO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA**

*THE IMPACT OF THE GLOBAL ECONOMIC CRISIS AND ENVIRONMENTAL LAW IN LATIN AMERICA*

Carolina Efig, Eduarda Alencar Maluf Kiame e Rafael Martins Ribeiro Fanchin..... 40

**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS – PNGATI: ESBOÇO DE UMA CRÍTICA**

*NATIONAL POLICY OF TERRITORIAL AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF INDIGENOUS LANDS - PNGATI: OUTLINE OF A CRITICAL*

Ricardo de Campos Leinig..... 41

**POVOS TRADICIONAIS E A PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS NO BRASIL**

*PUEBLOS TRADICIONALES Y LA PRIVATIZACIÓN DE LAS ÁREAS PROTEGIDAS EN BRASIL*

Flavia Donini Rossito e Katya Regina Isaguirre Torres ..... 42

**PRINCÍPIO DA EQUIDADE INTERGERACIONAL: O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS LOUCEIRAS DO MARUANUM NA PRODUÇÃO DA CERÂMICA SUSTENTÁVEL**

*PRINCIPLE OF INTERGENERATIONAL EQUITY: THE TRADITIONAL KNOWLEDGE OF THE LOUCEIRAS OF THE MARUANUM IN THE PRODUCTION OF SUSTAINABLE CERAMICS*

Célia Souza da Costa e Juliana Monteiro Pedro ..... 44

**PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE OS RECURSOS FITOGENÉTICOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA: UM MERCADO EM EXPANSÃO?**

INTELLECTUAL PROPERTY ON PLANT GENETIC RESOURCES AND  
TRADITIONAL KNOWLEDGE FOR FOOD AND AGRICULTURE: A MARKET IN  
EXPANSION?

Anne Geraldi Pimentel..... 45

**RESERVAS EXTRATIVISTAS E SOCIOAMBIENTALISMO: CONTRIBUIÇÕES DO  
MOVIMENTO SERINGALISTA AO DIREITO SOCIOAMBIENTAL**

*EXTRATIVIST RESERVES AND SOCIOAMBIENTALISM: CONTRIBUTIONS FROM  
THE SERINGALIST MOVEMENT TO SOCIAL AND ENVIRONMENTAL LAW*

Carolina Corrêa Moro, Gabriel Antonio Silveira Mantelli e

Caroline Marques Leal Jorge Santos..... 46

**SEGURANÇA ALIMENTAR DE POVOS NATIVOS DO PARAGUAI**

*SEGURIDAD ALIMENTARIA DE PUEBLOS NATIVOS DEL PARAGUAY*

Christian Javier Esteche Mosqueda e José Samuel Meza Campuzano..... 48

**SOBREPOSIÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DE BOM JESUS E O TERRITÓRIO  
INDÍGENA KUARAY HAXÁ: CONFLITOS AMBIENTAIS E DIREITOS  
ORIGINÁRIOS**

*SUPERPOSICIÓN DE LA RESERVA BIOLÓGICA DE BOM JESÚS Y EL  
TERRITÓRIO INDÍGENA KUARAY HAXÁ: CONFLICTOS AMBIENTALES Y  
DERECHOS ORIGINÁRIOS*

Gisele Jabur..... 49

**UMA LUTA PELA (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL ATRAVÉS DA RESISTÊNCIA,  
ALTERNATIVIDADE E CONSTRUÇÃO DO VALOR SIMBÓLICO NO CAMPO  
ESTIMULADA PELA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE E ESPAÇOS PROTEGIDOS**

*UNA LUCHA POR LA (IN) JUSTICIA AMBIENTAL A TRAVÉS DE LA RESISTENCIA,  
ALTERNATIVIDAD Y CONSTRUCCIÓN CAMPO DE VALOR SIMBÓLICO  
ESTIMULADO POR EL TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE INGRESOS EN LA  
CONSERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD Y LAS ÁREAS PROTEGIDAS*

Amilcar Marcel de Souza e Yanina Micaela Sammarco ..... 51

---

**GRUPO DE TRABALHO 2**

**NATUREZA, POVOS E SOCIEDADE DE RISCO ..... 53**

**DIREITOS HUMANOS NO CAMPO PARAENSE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

*HUMAN RIGHTS IN THE PARAENSE COUNTRYSIDE: CHALLENGES AND  
PERSPECTIVES*

Raphael Lopes da Costa ..... 53

**O USO DA ÁGUA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA  
(GO)**

*WATER USE, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN JUSSARA/GOIAS  
STATE*

Robson de Sousa Moraes e Denilson Mateucci Vicente ..... 54

**A BURLATERALIDADE COMO NORMA GERAL DO PACTO ANTI-CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO**

*LA BURLATERALIDAD COMO NORMA GENERAL DEL PACTO ANTICIVILIZATÓRIO BRASILEÑO*

Daniel Jorge L.M.M. Habib ..... 55

**CONFLITOS SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 12.651 EM ÁREAS URBANAS**  
*CONFLICTS ON THE APPLICABILITY OF LAW 12.651 IN URBAN AREAS*

Daniele Regina Ponte e Samantha Busnello ..... 57

**A CONSIDERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DO TRABALHO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL A FIM DE ELUCIDAR O CARÁTER UNITÁRIO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

*LA CONSIDERACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DEL TRABAJO EN EL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL CON EL FIN DE MOSTRAR EL CARÁCTER UNITARIO DEL MEDIO AMBIENTE EN LA CONSTITUCIÓN DE 1988*

Luis Miguel Justo da Silva e Deborah Maria Zanchi ..... 58

**MEDIDAS LIMINARES E DE URGÊNCIA: A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE DE RISCO DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**  
*LIMINARY AND EMERGENCY MEASURES: THE EFFECTIVENESS OF THE PRECAUTIONARY PRINCIPLE IN THE COMPANY AT RISK OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL LAW*

Renata Nascimento Gomes e Maria Paula de Souza Silvério ..... 59

**A IMIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA E SUA CONDIÇÃO HUMANA NA BUSCA DO TRABALHO DIGNO**

*THE IMMIGRATION OF VENEZUELANAS IN THE STATE OF RORAIMA AND ITS HUMAN CONDITION IN SEARCH OF THE DIGNOUS WORK*

Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro e Sandra Regina Oliveira  
Passos de Bragança Ferro ..... 61

**INJUSTIÇA AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO**  
*ENVIRONMENTAL INJUSTICE IN THE RISK SOCIETY*

Conceição Raquel Melo Sabat ..... 62

**OS RESÍDUOS SÓLIDOS COMO PROMOÇÃO DE INICIATIVAS NO MEIO URBANO: O CASO DA PROVÍNCIA DE CARHUÁZ E OS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

*LOS RESIDUOS SÓLIDOS COMO PROMOCIÓN DE INICIATIVAS EN ÁREAS URBANAS: EL CASO DE LA PROVINCIA DE CARHUÁZ Y LOS RESIDUOS SÓLIDOS DEL MUNICÍPIO DE CURITIBA*

Luiz Guilherme Natalio de Mello ..... 64

**OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS PERANTE O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

*THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CHALLENGES BEFORE THE PARADIGM OF DEVELOPMENT IN CONTEMPORARY SOCIETY*

Carolina Lückemeyer Gregorio ..... 65



**DIREITO ÉTNICO NO PARAGUAI: CONTROVÉRSIAS EM SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO**

*DERECHO ÉTNICO EN EL PARAGUAY: CONTROVERSIA EN SU APLICACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA SOCIEDAD DEL RIESGO*

Ever Ariel Morán Maciel e Cecilio Arnaldo Rivas Ayala..... 66

**A LEI DE TERRAS DE 1850 SOB A ABORDAGEM DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DA ESCOLA AUSTRIACA: DIAGNOSE E PROPOSTAS**

*THE LANDS ACT OF 1850 UNDER THE APPROACH OF ECONOMIC ANALYSIS OF THE LAW AND AUSTRIAN ECONOMICS: DIAGNOSIS AND PROPOSALS*

Daniel Antonio de Aquino Neto..... 68

**SOCIEDADE DE RISCO E ECONOMIA VERDE**

*GREEN ECONOMY AND RISK SOCIETY*

Amanda Ferraz da Silveira e Manuel Munhoz Caleiro..... 69

**VALE DO RIO MORTO**

*DEAD RIVER VALLEY*

Tainá Mocaiber ..... 70

**A BANALIZAÇÃO DO VALOR DA VIDA E O PSEUDO-ANTROPOCENTRISMO NA ORDEM ECONÔMICA**

*THE BANALIZATION OF THE VIRTUE OF LIFE AND THE PSEUDO-ANTHROPOCENTRISM IN THE ECONOMIC ORDER*

Pedro Henrique Faria Martins, Ariadne Alves e Danilo Alves da Cruz ..... 70

**A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA IDEAL CONCRETUDE DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE DE RISCO**

*RELEVANCY OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN FAVOR OF THE MATERIALIZATION OF PREVENTION AND PRECAUTIONARY PRINCIPLES IN A RISK SOCIETY*

Carolina Garcia Stolf..... 72

**OS DIREITOS COLETIVOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE INTERESSE: A INSUFICIÊNCIA DA DOGMÁTICA JURÍDICA TRADICIONAL PARA INCORPORAR OS DIREITOS DESSUBJETIVADOS**

*LOS DERECHOS COLECTIVOS Y LA REINTERPRETACIÓN DEL CONCEPTO DE INTERÉS: EL FRACASO DE LA DOGMATICA TRADICIONAL DE INCORPORAR LOS DERECHOS DESSUBJETIVADOS*

Ricardo Cavedon ..... 73

**BIOÉTICA NA ESFERA GLOBAL: PERSPECTIVAS DE UMA MORAL UNIVERSAL NA SOCIEDADE DE RISCO**

*BIOETHICS IN THE GLOBAL SPHERE: PERSPECTIVES OF A UNIVERSAL MORAL IN THE RISK SOCIETY*

Aline Michele Pedron Leves e Daniel Rubens Cenci..... 74

**CONSERVAÇÃO DA NATUREZA VERSUS DIREITO A LEGITIMAÇÃO DA POSSE SOBRE TERRAS DEVOLUTAS: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE**

**AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS (GOIÁS/BRASIL)**

CONSERVATION OF THE NATURE VERSUS RIGHT TO THE LEGITIMATION OF POSSESSION ON RETURNED LANDS: CASE STUDY OF THE PROCESS OF ENLARGEMENT OF THE NATIONAL PARK OF CHAPADA DOS VEADEIROS (GOIÁS / BRAZIL)

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega e Rogério Fernandes Rocha ..... 76

**MÍDIA E DESASTRE: PERCEPÇÕES DO ASPECTO JURÍDICO NAS REPORTAGENS SOBRE A TRAGÉDIA DA MINERADORA SAMARCO, EM MARIANA – MG**

*MEDIA AND DISASTER: PERCEPTIONS OF THE JURIDICAL ASPECT IN THE REPORTS ABOUT THE TRAGEDY OF THE MINING COMPANY SAMARCO, IN MARIANA - MG*

João Francisco Alves Mendes ..... 77

**DA SUPERAÇÃO E SUBMISSÃO DA NATUREZA À “VONTADE” HUMANA NO PENSAMENTO MODERNO À SOCIEDADE DE RISCO: EM BUSCA DE UMA GÊNESE PARA A CRISE ECOTECNOLÓGICA ATUAL**

*OF THE ABORTION AND SUBMISSION OF NATURE TO HUMAN "WILL" IN MODERN THOUGHT TO RISK SOCIETY: IN SEARCH OF A GENESIS FOR THE CURRENT ECOTECHNOLOGICAL CRISIS*

Rudinei Jose Ortigara ..... 78

**RISCOS, TÉCNICA E DIREITO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

*RISKS, TECHNIQUE AND LAW IN THE BRAZILIAN AMAZON*

Luciano Moura Maciel ..... 80

**A PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NA BACIA DO ALTO PARAGUAI E OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES NO PANTANAL**

*LA PRODUCCIÓN DE ENERGIA HIDROELÉTRICA EN LA CUENCA DEL ALTO PARAGUAI Y LOS RIESGOS SOCIOAMBIENTALES RESULTANTES EN PANTANAL*

Luana Machado Scaloppe ..... 80

**A CRISE SOCIOECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA**

*LA CRISIS SOCIOECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA*

Fernando Bilhalva Vitória e Jovino Pizzi ..... 82

**PLANEJAMENTO ENERGÉTICO BRASILEIRO, DISTOPIAS DE BELO MONTE E CIDADANIA**

*BRAZILIAN ENERGETIC PLAN, DYSTOPIAS OF BELO MONTE DAM AND CITIZENSHIP*

Jacson Roberto Cervi, Liton Lanes Pilau Sobrinho e Thami Covatti Piaia ..... 83

**RACIONALIDADE PERIFÉRICA E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: A ALTERNATIVA ECOLÓGICA FRENTE AO NEOCOLONIALISMO**

*PERIPHERAL RATIONALITY AND DEMOCRATIC PLURALISM: THE ECOLOGICAL ALTERNATIVE TO RESIST NEOCOLONIALISM*

André Luiz Silveira de Lima Júnior e Cristiane Derani ..... 84

<b>VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS (GO)</b> <i>VULNÉRABILITÉ ENVIRONNEMENTALE DANS LA COMMUNE DE GOIÁS (GO)</i> Ana Carolina Santomé Franco, Karolyne Lara Leite e Lindomar Rodrigues dos Santos Junior.....	<b>85</b>
<b>O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E SUA UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE NO CASO DO DESASTRE AMBIENTAL DE MARIANA/MG</b> <i>THE TERM OF ADJUSTMENT OF CONDUCT AND ITS USE AS A MEANS OF PREVENTION AND REPARATION OF ENVIRONMENTAL DAMAGES: AN ANALYSIS IN THE CASE OF THE ENVIRONMENTAL DISASTER OF MARIANA/MG</i> Lucimara Deretti e Mayene Aline Brühmüller.....	<b>87</b>
<b>“SUMAK KAWSAY”: O MITO NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA DO EQUADOR</b> <i>“SUMAK KAWSAY”: EL MITO EN LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALIZA EN EL TERRITORIO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA DEL ECUADOR</i> Enoc Moisés Merino Santi .....	<b>88</b>
<b>NEGÓCIOS SOCIAIS: INSTRUMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EMPODERAMENTO DOS CONSUMIDORES</b> <i>SOCIAL BUSINESS: INSTRUMENTS FOR SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT AND CONSUMER EMPOWERMENT</i> Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira, Antônio Carlos Efig e Rodolfo Diniz Biazzi.....	<b>89</b>
<b>VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA</b> <i>VULNÉRABILITÉ ENVIRONNEMENTALE DANS LA COMMUNE DE JUSSARA</i> Mateus dos Anjos Bomtempo Soares, Rayane Jardim Ferreira Rodrigues e Ruan Lucas Marciano .....	<b>91</b>
<b>BIOÉTICA E A ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI'</i>: O CUIDADO COMO DIMENSÃO DE RESPONSABILIDADE COM A VIDA</b> <i>BIOETHICS AND THE ENCYCLICAL LAUDATO SI' – CARE AS A DIMENSION OF LIABILITY WITH LIFE</i> Luciana Machado Januário e Waldir Souza.....	<b>92</b>
<b>POLÍTICA URBANA EM ÁREA DE RECARGA DO SISTEMA AQUÍFERO GUARANI, ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU – SP</b> <i>POLÍTICA URBANA EN EL ÁREA DE RECARGA DEL SISTEMA ACUÍFERO GUARANÍ, ESTUDIO DE CASO EN EL CONDADO DE BOTUCATU – SP</i> Mariana Baggio Annibelli e Berenice Balsalobre .....	<b>93</b>
<hr/>	
<b>GRUPO DE TRABALHO 3</b> <b>INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E OUTROS POVOS TRADICIONAIS.....</b>	<b>96</b>

**DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: A INCONSTITUCIONALIDADE DA PEC 215**

*DEMARCACIÓN DE LAS TIERRAS INDÍGENAS: LA INCONSTITUCIONALIDAD DE LA PEC 215*

Juliani Prudêncio dos Santos..... 96

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMPREENDEM AS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL?**

*DO PUBLIC POLICIES UNDERSTAND THE NEEDS OF INDIGENOUS POPULATIONS IN BRAZIL?*

Fábio José dos Santos e Rodinei Silva ..... 97

**POTENCIALIZANDO AS BRECHAS DA COLONIALIDADE DO PODER: INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA**

*POTENTIALIZING THE GAPS OF COLONIALITY OF POWER: CONSTITUTIONAL INTERPRETATION AND INDIGENOUS PARTICIPATION*

Julio José Araujo Junior..... 98

**AS DECISÕES DA JUSTIÇA BRASILEIRA NA TUTELA DOS DIREITOS INDÍGENAS ATINGIDOS PELA UHE BELO MONTE**

*THE DECISIONS OF THE BRAZILIAN COURTS ON THE PROTECTION OF INDIGENOUS RIGHTS CONCERNING BELO MONTE HYDROELECTRIC POWER PLANT*

Érica Tolvane Macedo Correa e Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira ..... 100

**A PERCEPÇÃO DOS AVÁ-GUARANI SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO AMBIENTE A PARTIR DA APREENSÃO DO CONCEITO DE "SARAMBI"**

*LA PERCEPCIÓN DE LOS AVÁ-GUARANI SOBRE LAS TRANSFORMACIONES DEL MEDIO AMBIENTE A PARTIR DE LA APREHENSIÓN DEL CONCEPTO DE "SARAMBI"*

Renan Pinna ..... 101

**"ERA TUDO NOSSO, DO NOSSO POVO": DESENVOLVIMENTO E RACISMO SOCIOAMBIENTAL NO QUILOMBO JOÃO SURÁ**

*"ERA TUDO NOSSO, DO NOSSO POVO": DESARROLLO Y RACISMO SOCIOAMBIENTAL EN EL QUILOMBO JOÃO SURÁ*

Cassius Marcelus Cruz, Rosilene Komarcheski e Antônio Carlos de Andrade..... 102

**TENSÃO ENTRE RECONHECIMENTO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CONFLITO COM A FERROVIA TRANSNORDESTINA NO PIAUÍ**

*TENSION BETWEEN RECOGNITION AND EFFECTIVENESS OF TERRITORIAL RIGHTS QUILOMBOLAS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: THE CONFLICT WITH THE TRANSNORDESTINA RAILWAY IN PIAUÍ*

Lucas Vieira Barros de Andrade ..... 104

**COLONIALISMO E RACISMO: A ABORDAGEM DOS QUILOMBOS NO CAMPO DO DIREITO**

*COLONIALISM AND RACISM: THE APPROACH OF QUILOMBOS IN THE FIELD OF LAW*

Rodrigo Portela Gomes ..... 104

**TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO: OS AVANÇOS E OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO VALE DO RIBEIRA-SP**

*TERRITORY AND EDUCATION: THE ADVANCES AND CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF QUILOMBOLA EDUCATION IN THE VALE DO RIBEIRA-SP*  
Lisângela Kati do Nascimento ..... 106

**OS DESAFIOS À MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO TERRITORIAL QUILOMBOLA NO ESTADO DO PARÁ**

*LOS RETOS EN LA MATERIALIZACIÓN DEL DERECHO TERRITORIAL QUILOMBOLA EN EL ESTADO DE PARÁ*  
Luana Nunes Bandeira Alves ..... 107

**REFLEXÕES SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS À LUZ DA TEORIA DA PRÁTICA DE PIERRE BOURDIEU E SHERRY B. ORTNER: PODER, PROJETOS, AGÊNCIA E INTENCIONALIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS**

*REFLECTIONS ABOUT FUNDAMENTAL SOCIAL RIGHTS AT THE LIGHT OF THE PRACTICE THEORY OF PIERRE BOURDIEU AND SHERRY B. ORTNER: POWER, PROJECTS, AGENCY AND INTENTIONALITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES*  
Lucas Pacif do Prado Muniz e Sandro José da Silva ..... 108

**OS POVOS INDÍGENAS E O RACIONALISMO EUROPEU IMPOSTO: UMA ANÁLISE DA RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE DE DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO NO BRASIL E NO MÉXICO**

*PUEBLOS INDÍGENAS Y EL RACIONALISMO EUROPEOS: ANÁLISIS DE LA RESISTENCIA DE LA DOMINACIÓN COLONIALITY Y EXCLUSIÓN EN BRASIL Y MEXICO*  
Carla Vladiane Alves Leite..... 109

**MARCO TEMPORAL, PARA QUE E PARA QUEM?**

*TEMPORAL FRAMEWORK, FOR WHAT AND FOR WHO?*  
Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro e Girolamo Domenico Treccani ..... 110

**POVOS INDÍGENAS, DIREITO E INTEGRIDADE CULTURAL: O CASO DO POVO INDÍGENA XUKURU**

*INDIGENOUS PEOPLES, LAW AND CULTURAL INTEGRITY: THE CASE OF INDIGENOUS PEOPLE XUKURU*  
Edson Damas Silveira, Denizom Moreira de Oliveira e  
Bárbara D. Lago Modernell..... 111

**DA JURISPRUDÊNCIA À DECLARAÇÃO: A TRAJETÓRIA INVERSA DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

*FROM JURISPRUDENCE TO DECLARATION: THE INVERSE TRACK OF RECOGNITION OF THE RIGHTS OF INDIGENOUS PEOPLES IN THE INTER-AMERICAN SYSTEM OF HUMAN RIGHTS*  
Heitor Antunes Milhomens..... 113

**CONSULTA PRÉVIA COMO FERRAMENTA DE NEGOCIAÇÃO NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POVOS INDÍGENAS COMO STAKEHOLDERS**

*PRIOR CONSULTATION AS NEGOTIATION TOOL IN THE DESIGN OF PUBLIC POLICIES: INDIGENOUS PEOPLES AS STAKEHOLDERS*

Solange Teles da Silva, Jana Maria Brito e Nathalia Lima ..... 114

**O DIREITO NA PERSPECTIVA INDÍGENA E O COLONIALISMO DO PODER NO ENSINO DO DIREITO**

*THE RIGHT IN THE INDIGENOUS PERSPECTIVE AND THE COLONIALISM OF POWER IN THE EDUCATION OF THE LAW*

Keyla Francis de Jesus da Conceição Pataxó..... 115

**ATIVIDADES E CONHECIMENTOS NA FORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES MACUXI**

*ACTIVITIES AND KNOWLEDGE IN MACUXI WOMEN'S SOCIAL FORMATION*

Léia da Silva Ramos e Maxim Repetto..... 116

**O DIREITO À TERRA COMO RESISTÊNCIA CULTURAL E O TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS KARAJÁS EM ARUANÃ/GO**

*THE RIGHT TO THE EARTH AS CULTURAL RESISTANCE AND THE TERRITORY OF INDIGENOUS KARAJAS PEOPLES IN ARUANÃ-GO*

Juliana Adono da Silva e Fernando Antônio de Carvalho Dantas ..... 117

**DIALÉTICA DECLARAÇÃO-CONSTITUIÇÃO: TERRITORIALIDADE E RECONHECIMENTO JURÍDICO NO MARCO DOS 10 ANOS DA LEI DOS POVOS FAXINALENSES**

*DIALÉCTICA DECLARACIÓN-CONSTITUCIÓN: TERRITORIALIDAD Y RECONOCIMIENTO JURÍDICO EN EL MARCO DE LOS 10 AÑOS DE LA LEY DE LOS PUEBLOS FAXINALENSES*

Ricardo Prestes Pazello..... 118

**O FAZ DE CONTA DO ESTADO E OS DIREITOS INDÍGENAS ENTRE GUERRA DE PAPEIS E JOGOS DE IMPROVISO**

*THE STATE MAKE-BELIEVE AND THE INDIGENOUS RIGHTS BETWEEN PAPER WAR AND IMPROVISATION GAMES*

Luísa Pontes Molina ..... 119

**DIREITO À ALIMENTAÇÃO: O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA PARA OS POVOS INDÍGENAS**

*DERECHO A LA ALIMENTACIÓN: EL IMPACTO DE LA BOLSA FAMÍLIA PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS*

Emanuelle Moreira Oliveira Barbosa da Silva..... 121

**DIREITO À DIFERENÇA: A MINORIA CIGANA E O (IN)ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

*RIGHT TO DIFFERENCE: THE GIPSY MINORITY AND THE (IN)ACCESS TO EDUCATION IN BRAZIL*

Luiza Muniz Garroni..... 122



**MULHERES INDÍGENAS E A LEI MARIA DA PENHA: OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS SINGULARIDADES DA AUTODETERMINAÇÃO**  
*INDIGENOUS WOMEN AND THE “MARIA DA PENHA” LAW: VIEWS ON GENDER VIOLENCE AND THE SELF-DETERMINATION SINGULARITIES*

Heidi Michalski Ribeiro, Naína Ariana Souza Tumelero e  
Arthur Ramos do Nascimento..... 124

**GESTÃO AUTORITÁRIA, GESTÃO COMPARTILHADA E GESTÃO COMUNITÁRIA NA JUREIA: UM TERRITÓRIO CAIÇARA**

*GESTIÓN AUTORITARIA, GESTIÓN COMPARTIDA Y GESTIÓN COMUNITARIA EN JUREIA: UN TERRITORIO CAIÇARA*

Adriana de Souza Lima, Andrew Toshio Hayama, Rodrigo Ribeiro de Castro ..... 125

**INFANTICÍDIO INDÍGENA: O DILEMA DA PROPOSITURA DE DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS EM FACE DA DIVERSIDADE CULTURAL**

*INDIGENOUS INFANTICIDE: THE DILEMMA OF THE INTRODUCTION OF UNIVERSAL HUMAN RIGHTS IN THE FACE OF CULTURAL DIVERSITY*

Sabrina Medina Andreoli..... 126

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERCEPÇÕES DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA MARICULTURA NO PARANÁ, BRASIL**

*IMPACTOS SOCIO-AMBIENTALES Y PERCEPCIONES DE LOS PESCADORES ARTESANALES SOBRE EL DESARROLLO RECIENTE DE LA MARICULTURA EN PARANÁ, BRASIL*

Hugo Juliano Hermógenes da Silva e Naína Pierri..... 127

**O MITO TEMPORAL DE 1988**

*THE TEMPORAL MYTH OF 1988*

Isabella Cristina Lunelli, João Mitia Antunha Barbosa e

Luís Filipe Trois Bueno e Silva ..... 129

**AGRICULTORES FAMILIARES E POVOS TRADICIONAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS DEFINIÇÕES JURÍDICAS**

*FAMILY FARMERS AND TRADITIONAL PEOPLES: CONVERGENCES AND DIVERGENCES IN LEGAL DEFINITIONS*

Ana Luisa Santos Rocha, José Heder Benatti e Jeferson Almeida de Oliveira ..... 130

**POVOS INDÍGENAS E A INTERVENÇÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE A REPRESSÃO E A PROTEÇÃO**

*INDIGENOUS PEOPLE AND THE NATIONAL FORCE OF PUBLIC SECURITY INTERVENTION: BETWEEN REPRESSION AND PROTECTION*

Leonardo Santos de Araújo e Raphael Parzianello Portelinha ..... 131

**O PURITANISMO ÉTNICO DOS ÍNDIOS XOCÓS COMO FATOR DETERMINANTE PARA REAVER SUAS TERRAS EM PORTO DA FOLHA-SERGIPE**

*THE ETHNIC PURITANISM OF THE XOCÓS INDIANS AS A DETERMINING FACTOR TO REBOUND THEIR LANDS IN PORTO DA FOLHA- SERGIPE*

Nelson Teodomiro Souza Alves e Maria Larissa Silva Santos ..... 133

**A CONFORMAÇÃO DE PADRÕES INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL: MOBILIZAÇÕES E TENSIONAMENTOS**

*THE CONFORMATION OF INTERNATIONAL STANDARDS OF PROTECTION AND THE RECONFIGURATION OF THE TERRITORIAL RIGHTS OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES IN BRAZIL: MOBILIZATIONS AND TENSIONS*

Inafran de Souza Ribeiro ..... 134

**BREVE PANORAMA SOBRE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

*BRIEF OVERVIEW OF ATTENTION TO INDIGENOUS HEALTH IN THE STATE OF RONDÔNIA*

Jussara Maria Leal de Meirelles, Denise Pipino Figueiredo e Josiane Alessandra Mariano Rossi..... 135

**CAMPONESES NEGROS E O ESTADO DE EXCEÇÃO – BRASIL E CABO VERDE**

*CAMPESINOS NEGROS Y EL ESTADO DE EXCEPCIÓN: BRASIL Y CABO VERDE*

Carolina dos Anjos de Borba ..... 136

**A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICO E CULTURAL DOS INDÍGENAS NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE TABATINGA-AMAZONAS**

*UNA HISTORIA SOCIO-CULTURALES Y DE FORMACIÓN DE INDÍGENAS EN ZONA URBANA DE LA CIUDAD DE TABATINGA-AMAZONAS*

Arival Curica Fermin ..... 137

**UMA ANÁLISE SÓCIOJURÍDICA DOS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DO PERTENCIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA**

*A SOCIO-JURIDICAL ANALYSIS OF THE CRITERIAS FOR RECOGNITION OF THE KNOWLEDGE OF THE KALUNGA COMMUNITY*

Daniel Gonçalves de Oliveira e Vercilene Francisco Dias ..... 139

**AMILCINGO E A LUTA COMUNITÁRIA PARA A DEFESA INTEGRAL DE SEU TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS DE UM POVO INDÍGENA MEXICANO FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO**

*AMILCINGO Y LA LUCHA COMUNITARIA PARA LA DEFENSA INTEGRAL DEL TERRITORIO: ESTRATÉGIAS DE UN PUEBLO INDÍGENA MEXICANO FRENTE A LAS VIOLENCIAS DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE LATINO-AMERICANO*

Marina Corrêa de Almeida ..... 140

**DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS OU DIREITO PARA OS POVOS INDÍGENAS? VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS PRESOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

*RIGHTS OF INDIGENOUS PEOPLES OR RIGHT FOR INDIGENOUS PEOPLES? VIOLATION OF RIGHTS OF INDIGENOUS PRISONERS GUARANI AND KAIOWÁ IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL*

Rosely A. Stefanos Pacheco ..... 141

**REFORMA AGRÁRIA NO PARAGUAI: DO CAMPESIMISMO PARA A BUSCA DA TERRA SEM MALES**

*REFORMA AGRARIA EN EL PARAGUAY: DEL CAMPESIMISMO A LA BÚSQUEDA DE LA TIERRA SIN MAL*

Carmen Alice Cohene Mercado..... 143

**A ESCOLA INDÍGENA COMO 'LUTA' PELO ETNO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NAS AREAS URBANAS. HOMOGEINIZAÇÃO OU AUTOGESTÃO?**

*SCUOLA COME INDÍGENA 'LOTTA' PER ETNO INDÍGENAS COMUNITÀ DI SVILUPPO NELLE AREE URBANE OMOGENEIZZARE O AUTO-MANAGEMENT?*

Chiara Madaro ..... 144

---

**GRUPO DE TRABALHO 4**

**NATUREZA E POVOS NAS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS ..... 146**

**NOVOS DIREITOS E NOVOS SUJEITOS NA REPÚBLICA**

*NUEVOS DERECHOS Y NUEVOS SUJETOS EN LA REPÚBLICA*

Vinícius Silva Bonfim e Nayara Baptista Corrêa ..... 146

**OS IMPACTOS DO BUEN VIVIR NA CIÊNCIA JURÍDICA**

*THE IMPACTS OF BUEN VIVIR IN LEGAL SCIENCES*

Vanessa de Castro Rosa e Silvio Luiz de Almeida ..... 147

**A FILOSOFIA AUTÓCTONE COMO FUNDAMENTO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO ANDINO**

*THE AUTOCHTHONOUS PHILOSOPHY AS BASEMENTT OF THE NEW ANDEAN CONSTITUTIONALISM*

Pricila Cardoso de Aquino e Juliano Marcelino Deitos ..... 148

**ATIVISMO JUDICIAL E RECONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NA COLÔMBIA: INÍCIO DE UMA NOVA TEORIA CONSTITUCIONAL NA AMÉRICA LATINA?**

*JUDICIAL ACTIVISM AND RECOGNITION OF INDIGENOUS PEOPLE IN COLOMBIA: THE START OF A NEW CONSTITUTIONAL THEORY IN LATIN AMERICA?*

Jaime Leônidas Miranda Alves ..... 149

**O ESTADO SOCIOAMBIENTAL - ALTA JUDICIALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS, EM CONTRAPARTIDA, COMO ESTÃO OS AMBIENTAIS?**

*EL ESTADO SOCIOAMBIENTAL – ALTA JUDICIALIDAD EN LOS DERECHOS SOCIALES, EN CONTRAPARTIDA ¿COMO ESTÁN LOS AMBIENTALES?*

Josilene Hernandez Ortolan Di Pietro e Sara Asseis de Brito ..... 151

**DIREITOS DA NATUREZA NO BRASIL E NO MUNDO – PERSPECTIVA NÃO ANTROPOCÊNTRICA DO DIREITO**

*RIGHTS OF NATURE IN BRAZIL AND THE WORLD – NON-ANTHROPOCENTRIC PERSPECTIVE OF THE LAW*

Vanessa Hasson de Oliveira..... 152

**BEM VIVER: CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*WELL LIVING: WAYS FOR A SUSTAINABLE DEVELOPMENT*

Maria Aparecida Lucca Caovilla, Taís Wengenovicz e Tuana Paula Lavall..... 153

**TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E ÉTICA DA ALTERIDADE: APONTAMENTOS PARA A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

*CRITICAL THEORY OF HUMAN RIGHTS AND ALTERITY'S ETHIC: NOTES FOR LEGAL PROTECTION OF INDIGENOUS PEOPLE IN BRAZIL*

Bruna Maria Expedito Marques ..... 155

**A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA COMO MECANISMO DE CONTROLE DO PODER E DE GARANTIA DA JUSTIÇA AMBIENTAL**

*THE BRAZILIAN CONSTITUTION AS A MECHANISM FOR CONTROLLING POWER AND ENVIRONMENTAL JUSTICE GUARANTEE*

Ester de Carvalho, Gilberto Luciano dos Santos e Suélen Cristina Benincá ..... 156

**PLURALISMO JURÍDICO E EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA**

*PLURALISMO JURÍDICO E EMPODERAMIENTO DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES EN LA AMÉRICA LATINA*

João Vítor Ladeira Chornobai ..... 158

**UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE ESTADO: A BOLÍVIA E O RECONHECIMENTO DAS AUTONOMIAS INDÍGENAS**

*UNA NUEVA CONFIGURACIÓN DEL ESTADO: BOLIVIA Y EL RECONOCIMIENTO DE LAS AUTONOMÍAS INDÍGENAS*

Luciana Nogueira Nóbrega ..... 159

**PROCESSO JURÍDICO-NORMATIVO DO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS A TERRA: RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS PÓS PESQUISA ACADÊMICA**

*PROCESO JURÍDICO NORMATIVO DEL DERECHO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS A LA TIERRA: RESULTADOS Y DESDOBRAMIENTOS PÓS INVESTIGACIÓN ACADÉMICA*

Vanderlei Luiz Weber ..... 160

**CAPITALISMO DEPENDENTE LATINOAMERICANO EM TEMPOS DE LUTAS DECOLONIAIS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BOLÍVIA E NO EQUADOR**

*CAPITALISMO DEPENDIENTE EN AMÉRICA LATINA EN TIEMPOS DE LUCHAS DECOLONIALES: CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN BOLIVIA Y ECUADOR*

Adriele F. Andrade Précoma e Danielle de Ouro Mamed ..... 161

**APROXIMAÇÃO CONCEITUAL ENTRE SOCIOAMBIENTALISMO E NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO**

*CONSTITUCIONALISMO SOCIOAMBIENTAL: UNA APROXIMACION CONCEPTUAL ENTRE SOCIOAMBIENTALISMO Y NUEVO CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO*

Caroline Barbosa Contente Nogueira e Tiago Resende Botelho ..... 163

**DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA AUTORIZAÇÃO PARLAMENTAR PARA O APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE**

*DISCOURSES OF DEVELOPMENT AT THE BRAZILIAN SUPREME COURT: THE INDIGENOUS PARTICIPATION AT THE BELO MONTE DAM PARLIAMENTARY AUTHORIZATION*

Rafael Gandur Giovanelli..... 164

**DIREITOS HUMANOS, BENS AMBIENTAIS PROTEGIDOS NO DIREITO BRASILEIRO E SUA EFETIVIDADE: DIÁLOGOS CONCEITUAIS**

*LOS DERECHOS HUMANOS, BIENES AMBIENTALES PROTEGIDOS EN LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA Y SU EFICACIA: DIÁLOGOS CONCEPTUALES*

José Patrício Pereira Melo..... 165

---

**GRUPO DE TRABALHO 5**

**MULHERES E VIOLÊNCIAS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS..... 168**

**MULHERES QUILOMBOLAS, CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER**

*MUJERES QUILOMBOLAS, CONTRA EL RACISMO, LA VIOLENCIA Y POR EL BIEN VIVIR*

Isabela da Cruz..... 168

**ECOFEMINISMO, CONFLITOS AGRÁRIOS E AGROECOLOGIA: A RESISTÊNCIA DA MULHER CAMPONESA NO BRASIL**

*ECOFEMINISM, LAND USE CONFLICTS AND AGROECOLOGY: THE RESISTANCE OF THE PEASANT WOMEN IN BRAZIL*

Ana Paula Rengel Gonçalves e Paula Galbiatti Silveira ..... 169

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA**

*THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND THE PUBLIC CHOICE THEORY*

Ana Paula Maciel Costa Kalil e Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz ..... 170

**ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SIGNIFICADO DE EMPODERAMENTO FEMININO E SUSTENTABILIDADE PARA AS MULHERES RURAIS ASSENTADAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA – CAPITÃO POÇO, PARÁ**

*ECOFEMINISM AND AGROECOLOGY: THE MEANING OF FEMALE EMPOWERMENT AND SUSTAINABILITY FOR RURAL WOMEN SEATED IN THE SEALING PROJECT CARLOS LAMARCA - CAPITÃO POÇO, PARÁ*

Sarah Maria da Silva Martins Pereira ..... 171

**JUSTIÇA AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?**

*ENVIRONMENTAL JUSTICE AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS: A QUESTION OF GENDER?*

Letícia Albuquerque, Isabele Bruna Barbieri e Camila Feltrin..... 172

**MULHERES CAMPONESAS E MINERAÇÃO: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL COM CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA DE URÂNIO E FOSFATO NO SEMIÁRIDO CEARENSE**

*MUJERES CAMPONESAS Y MINERÍA: CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL CON CONSORCIO SANTA QUITÉRIA DE URANIO Y FOSFATO EN EL SEMIÁRIDO CEARENSE*

Iara Vanessa Fraga de Santana..... 174

**FORMAS DE EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEUS REFLEXOS NO MEIO AMBIENTE SOCIOLABORAL**

*FORMS OF EXPRESSION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THEIR REFLECTIONS IN THE SOCIOLABORAL ENVIRONMENT*

Bruna Gabriela Korobinski Filla ..... 175

**DISCRIMINAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO DO TRABALHO COMO VIOLAÇÃO AO DIREITO AO MEIO-AMBIENTE LABORAL EQUILIBRADO**

*DISCRIMINATION AGAINST WOMEN IN THE WORK ENVIRONMENT AS A VIOLATION OF THE RIGHT TO A BALANCED WORK ENVIRONMENT*

Ana Cristina Aguilar Viana, Bárbara Marianna de Mendonça A. Bertotti e Tuany Baron de Vargas..... 176

**TÉCNICA ARPILLERA: RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CONSTRUÇÕES DAS BARRAGENS E O PAPEL DAS MULHERES NA DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO CAMPO**

*ARPILLERA TECHNIQUE: GENDER RELATIONS IN DAM CONSTRUCTION AND THE ROLE OF WOMEN IN THE DENOUNCEMENT OF VIOLATIONS OF RIGHTS IN THE COUNTRYSIDE*

Isabel Cortes da Silva Ferreira ..... 178

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A LUTA DAS MULHERES PESCADORAS/QUILOMBOLAS DO CUMBE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL**

*SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: FIGHTING WOMEN FISHERMEN/QUILOMBOLAS OF THE SUMMIT AGAINST ENVIRONMENTAL RACISM*

João Luís Joventino do Nascimento, Joselina da Silva e Ivan Costa Lima ..... 178



## GRUPO DE TRABALHO 1

### BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E POVOS TRADICIONAIS

#### **A CATA DA MANGABA: BIODIVERSIDADE E PRESERVACIONISMO**

*“A CATA DA MANGABA”: BIODIVERSIDAD Y PRESERVACIÓN*

Adriano Alves de Oliveira  
Fábia Ribeiro Carvalho de Carvalho

**RESUMO:** A relação desenvolvida no âmbito de tradicionais é diferenciada, na medida em que se manifesta por meio de práticas de conservação do meio ambiente natural e manutenção da biodiversidade, o que pode ser exemplificado pela verificação dos modos de reprodução social ocorridos em determinada comunidade tradicional que se denomina “catadoras de mangaba”. Apesar de haver o reconhecimento jurídico formal de determinada comunidade tradicional que realiza a cata da mangaba, não é suficiente para sanar diversos problemas, tais como: a proibição da coleta da mangaba por parte dos proprietários das terras circunvizinhas, que destroem as mangabeiras para plantio de outras culturas; e a realização de empreendimentos que são desenvolvidos ou subsidiados pelo Poder Público em locais de ocorrência nativa de mangabeira. Especificamente, podem-se elencar como objetivo deste trabalho o estudo e a compreensão de práticas preservacionistas analisando como ocorrem o acesso e apropriação dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade a partir da análise etnográfica de determinada comunidade denominada como “catadoras de mangaba”. Nesse contexto verifica-se que há nessa comunidade saberes relacionados ao fruto da mangabeira, sua catação, acondicionamento e beneficiamento, sendo a mangabeira reconhecida pelas catadoras como sujeito numa perspectiva animista. Impõe-se verificar que os conhecimentos tradicionais podem estar associados à biodiversidade e, nesse viés, torna-se patente a necessidade de lhes conferir proteção legal, sob pena de serem os beneficiários de tais conhecimentos violentados em sua forma de viver. A metodologia deste trabalho parte de uma abordagem qualitativa, posto que busca avaliar os fundamentos epistemológicos criados e difundidos interna e externamente a uma comunidade ou povo tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catadoras de mangaba. Povos tradicionais. Preservacionismo.

**RESUMEN:** La relación desarrollada en el contexto tradicional es diferente, ya que se manifiesta a través de la conservación de las prácticas ambientales naturales y mantenimiento de la biodiversidad, que puede ejemplificarse mediante la verificación de los modos de reproducción social que ocurre en una comunidad tradicional particular que llamado “recogedores mangaba”. Aunque hay reconocimiento legal formal de cierta comunidad tradicional que da cuenta de la cata de mangaba, no es suficiente para resolver diversos problemas, tales como la prohibición de la colección de mangaba por los propietarios de la tierra circundante, que destruyen Mangabeiras para la siembra otros cultivos; y la realización de proyectos que son desarrollados por el gobierno subvencionado o de ocurrencia natural de mangabeira local. En concreto, se puede enumerar el objetivo de este trabajo, el estudio y la comprensión de las

*prácticas de conservación se producen analizar cómo el acceso y la propiedad de los conocimientos tradicionales asociados a la biodiversidad a partir del análisis etnográfico de una comunidad en particular a que se refiere como "recolectores mangaba". En este contexto, parece que no existe en este conocimiento de la comunidad en relación con el fruto de mangabeira, su preparación, acondicionamiento y tratamiento, la mangabeira siendo reconocido por los trabajadores de la basura como materia en perspectiva animista. Debe ser visto que el conocimiento tradicional puede estar asociada con la biodiversidad y, en esto, el sesgo se resalta la necesidad de darles protección legal, bajo pena de ser los beneficiarios de tal conocimiento violada en su forma de vida. La metodología de este trabajo parte de un enfoque cualitativo, ya que se trata de evaluar los fundamentos epistemológicos y creó generalizada interna y externa a una comunidad o un pueblo tradicional.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Colectores de mangaba; Pueblos tradicionales; Tierra Preservada.*

---

## **A BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARA DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO**

*BIODIVERSITY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT AS A FACTOR FOR PROTECTING THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF TRADITIONAL COMMUNITIES CAIÇARA DO NORTE COAST OF SÃO PAULO*

Mozart Gomes Morais

**RESUMO:** Pretende o presente estudo um ponto de traçar o paralelo entre algumas vertentes dos direitos fundamentais, qual seja: Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade como fator de proteção aos direitos fundamentais em especial do patrimônio cultural das comunidades tradicionais. E a necessidade da proteção numa somatória de esforços para a busca do meio ambiente equilibrado e com o manejo sustentável dos recursos naturais. Inicialmente buscaremos um referencial teórico dos temas tratados, passando por um breve esboço histórico, passando então a buscar pontos que unem para um objetivo comum que é a proteção aos direitos fundamentais. O ser Humano é um fim em si mesmo e não se pode olvidar que a proteção à biodiversidade sem a inclusão do ser humano nesse contexto, nesse sentido a pesquisa se mostra capaz de buscar a confluência entre temas que a primeira vista pode parecer antagônicos no entanto num esforço concentrado se mostram capazes de produzir o resultado final de maneira satisfatória, qual seja a proteção dos direitos fundamentais. As comunidades tradicionais têm como escopo de sobrevivência a relação harmônica com os recursos naturais e de maneira indireta a proteção do meio ambiente e a manutenção deste de maneira equilibrada, assim sendo é um terreno fértil para a biodiversidade que é elemento essencial para a manutenção da cultura de subsistência. O desenvolvimento sustentável se mostra como uma ferramenta de produção de riquezas, porém não infinitas como propuseram por muito tempo os clássicos da economia, mas riquezas dentro de um padrão que não comprometa as gerações futuras e o meio ambiente como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biodiversidade. Povos tradicionais. Desenvolvimento sustentável.

**ABSTRACT:** *The purpose of this study is to draw the parallel between some aspects of fundamental rights, namely: Sustainable Development and Biodiversity as a protection factor for fundamental rights, especially the cultural heritage of traditional communities. And the need for protection in a sum of efforts to search for a balanced environment and the sustainable management of natural resources. Initially, we will seek a theoretical reference of the themes treated, passing through a brief historical foreshortening, then searching for points that unite for a common objective that is the protection of fundamental rights. The human being is an end in itself and it can not be forgotten that the protection to biodiversity without the inclusion of the human being in this context, in this sense the research is able to seek the confluence between subjects that at first sight may seem antagonistic however In a concentrated effort they are able to produce the final result in a satisfactory way, namely the protection of fundamental rights. Traditional communities have as their survival scope a harmonious relationship with natural resources and indirectly the protection of the environment and its maintenance in a balanced way, thus being a breeding ground for biodiversity that is an essential element for the maintenance of culture Of subsistence. Sustainable development shows itself as a tool for producing wealth, but not infinite as the classics of economics have long proposed, but riches within a pattern that does not compromise future generations and the environment as a whole.*

**KEY WORDS:** *Biodiversity; traditional peoples; sustainable development.*

---

## **AGROBIODIVERSIDADE E DIREITO DOS AGRICULTORES: A PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOLAS POR GRUPOS CAMPONESES EM ORIZONA E VIANÓPOLIS – GO**

**AGROBIODIVERSITY AND RIGHT OF FARMERS: THE PRODUCTION OF CRIOUL SEEDS BY CAMPONESES GROUPS IN ORIZONA AND VIANÓPOLIS - GO**

Fernanda Chaveiro da Silva  
Wellington Martins Ribeiro  
Dinalva Donizete Ribeiro

**RESUMO:** A produção de sementes, mudas e raças crioulas está presente na realidade dos grupos camponeses garantindo sua reprodução social e continuidade das famílias no campo. É por meio dessas variedades que os conhecimentos tradicionais são passados entre as gerações, o alimento consumido pelas famílias torna-se seguro e compatível com a realidade sociocultural da região, as atividades desenvolvidas tornam-se mais diversificadas e a agrobiodiversidade é preservada. A produção de sementes crioulas (res)surge em Orizona e Vianópolis, no estado de Goiás, como expressão da resistência de famílias camponesas às variedades híbridas e transgênicas que tem promovido, desde os anos de 1980, a perda da agrobiodiversidade e a erosão do conhecimento. Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a agrobiodiversidade, em sua relação com o direito dos agricultores à produção de variedades crioulas nas Comunidades Taquaral e Santana,

em Orizona e Vianópolis (Goiás), tendo por fundamento o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, aprovado pelo Brasil no ano de 2008, com o propósito de assegurar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e a segurança alimentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variedades crioulas. Direito do agricultor. Socioagrobiodiversidade.

**ABSTRACT:** *The production of seeds, seedlings and creole races is present in the reality of the peasant groups guaranteeing their social reproduction and continuity of the families in the field. It is through these varieties that the traditional knowledge is passed between the generations, the food consumed by the families becomes safe and compatible with the socio-cultural reality of the region, the activities developed become more diversified and agrobiodiversity is preserved. The production of creole seeds (res) appears in Orizona and Vianópolis, in the state of Goiás, as an expression of the resistance of peasant families to the hybrid and transgenic varieties that have promoted since the 1980s the loss of agrobiodiversity and erosion of knowledge. The main objective of this work is to reflect on agrobiodiversity, in its relationship with the right of farmers to the production of creole varieties in the Taquaral and Santana Communities, in Orizona and Vianópolis (Goiás), based on the International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture, approved by Brazil in 2008, with the purpose of ensuring the development of sustainable agriculture and food security.*

**KEYWORDS:** *Creole varieties. The right of the farmer. Socio-biological diversity.*

---

## **ANÁLISE DE ATORES E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **ACTOR ANALYSIS AND SOCIAL PARTICIPATION WHEN ELABORATING MANAGEMENT PLANS OF CONSERVATION UNITS**

Marcela Valles Lange  
Sigrid de Mendonça Andersen

**RESUMO:** De acordo com a lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), toda Unidade de Conservação (UC), seja ela de proteção integral ou de uso sustentável, deve ter um Plano de Manejo, estabelecendo as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC e entorno, visando minimizar impactos negativos e garantir a conservação dos sistemas naturais. O processo de elaboração de Planos de Manejo se dá sob um enfoque multidisciplinar, com base no entendimento dos aspectos ambientais, socioeconômicos, históricos e culturais que caracterizam a UC e a região onde esta se insere. A abordagem isolada desses aspectos, no entanto, vem negligenciando relações de interdependência entre as sociedades que ali habitam e seu meio natural, e não garante a viabilidade de implementação do plano, que depende da aceitação e contribuição ativa dos diversos atores envolvidos de alguma forma no manejo dos recursos, cada qual com suas próprias identidades, percepções, interesses e preocupações. Daí a importância da participação social na elaboração de

Planos de Manejo, parcialmente prevista na lei do SNUC por meio da participação da população residente, e reforçada pela atuação do Conselho Deliberativo na aprovação do Plano. A participação popular, mas também de instituições, como organizações sociais envolvidas na conservação dos recursos, teria o potencial de aproximar as recomendações técnicas da viabilidade de aplicação, essencial ao atendimento dos objetivos do plano e, por conseguinte, da própria UC. Além disso, traria à tona entendimentos e necessidades de atores muitas vezes desconsiderados quando da elaboração de políticas que afetam intimamente seu território e seu modo de vida. Apresenta-se neste artigo uma forma potencial de contribuir para a participação social - a análise de atores - que pode ser realizada por meio de diferentes métodos e ferramentas analíticas, os quais tem nos atores e no desvelamento das suas "vozes" o ponto de partida para a análise. Discute-se neste artigo como essa análise e alguns dos métodos disponíveis podem contribuir para a efetivação da participação social na elaboração de Planos de Manejo verdadeiramente voltados à sustentabilidade das relações entre povos e natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços protegidos. Sustentabilidade. Envolvimento da população.

**ABSTRACT:** *According to Law 9.985/2000, which establishes the National System of Conservation Units (NSCU), every Conservation Unit (CU), whether of integral protection or sustainable use, must have a Management Plan, establishing the standards, use restrictions, actions to be developed and management of the natural resources of the CU and surroundings, aiming to minimize negative impacts and ensure the conservation of natural systems. The process of elaborating Management Plans takes place under a multidisciplinary approach, based on the environmental, socioeconomic, historical and cultural aspects that characterize the CU and the region where it is located. Approaching to these aspects in an isolated way, however, has neglected interdependence relations between the societies that live there and their natural environment, and does not guarantee the viability of implementing the plan, which depends on the acceptance and active contribution of the various actors involved in some way in the resource management, each of them with its own identities, perceptions, interests and concerns. Hence the importance of social participation when elaborating Management Plans, partially foreseen in the NSCU law through the participation of the resident population, and reinforced by the action of the Deliberative Council in the approval of the Plan. Participation of people, but also institutions, like social organizations involved in resource conservation, would have the potential to bring technical recommendations closer to feasibility of implementation, which is essential to meeting the objectives of the plan and, therefore, of the CU itself. In addition, it would bring up the understandings and needs of actors who are often disregarded when formulating policies that deeply affect their territory and their way of life. This paper presents a potential way of contributing to social participation - the actor analysis - that can be accomplished through different analytical methods and tools, which have the actors and the unveiling of their "voices" as the starting point for analysis. It is discussed in this article how this analysis and some of the methods available can contribute to the effectiveness of social participation in the elaboration of Management Plans that are truly geared towards the sustainability of relations between peoples and nature.*

**KEYWORDS:** Protected spaces. Sustainability. Population engagement.

## **A RE-EXISTENCIA DE UM GRUPO DE AGRICULTORES CONTRA O RACISMO AMBIENTAL: O CASO DO ACAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZEMBERGER**

*LA RE-EXISTENCIA DE UN GRUPO DE CAMPESINOS EN CONTRA EL RACISMO AMBIENTAL: EL CASO DEL CAMPAMENTO AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZEMBERGER*

Ener Vaneski Filho

**RESUMO:** As formas de apropriação tradicionais da terra das: camponeses, comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos, não são captadas na sua complexidade, nem respeitadas na sua diversidade. Assim surge o acampamento agroflorestal José Lutzemberger, localizado em Antonina no estado do Paraná, na região classificada como Litoral, e em uma área de grande interesse para a preservação da biodiversidade. O local onde desde 2004 agricultores caiçaras da região reivindicam o direito ao uso, era ocupado por uma criação de búfalos, e que tinha apoio de órgãos de fiscalização ambiental. Analisando o processo administrativo e demais documentos produzidos por órgão de estatais, principalmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sugerimos que o acampamento por sua opção política não é “bem vindo”, e sofre o que chamamos de “racismo ambiental”. Temos a hipótese que confrontado por um lado por outra população de bubalinos, e de outro por uma área de proteção da Sociedade de Proteção da Vida Selvagem – SPVS, o acampamento preserva melhor do ponto de vista socioambiental e da biodiversidade que os seus vizinhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campesinato. Meio ambiente. Racismo ambiental.

**RESUMEN:** Las formas tradicionales de apropiación de la tierra de: campesinos, comunidades quilombolas; ‘povos e comunidades de terreros’, de los pueblos y las comunidades de origen africana; pescadores artesanales; extractivistas marinos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; pueblo de islas; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores siempre vivas; pantaneros; morroquianos; pueblo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireros del Araguaia; comunidades de fundos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos, no tienen respectada su diversidad. Así surge el campo de la agrofloresta en el campamento José Lutzemberger, situada en Antonina en el estado de Paraná, en la región clasificada como Litoral, y un área de gran interés para la conservación de la biodiversidad. El lugar donde desde 2004 caiçaras agricultores de la región reclaman el derecho de usar, estaba ocupada por una creación de búfalos que tenía apoyo de los organismos de inspección medioambiental,



*y no tiene el mismo apoyo hoy la comunidad sin tierra. Analizando el proceso administrativo y otros documentos producidos por instituciones estatales, especialmente el 'Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria' - INCRA, sugerimos que el campamento por su opción política no es "bienvenida" y sufren lo que llamamos "racismo ambiental". La hipótesis de que enfrentado a un lado por otra población de búfalos, y otro por una zona protegida de la 'Sociedade de Proteção da Natureza' – SPVS, el campamento José Lutzemberger conserva mejor desde el punto social y ambiental la biodiversidad que sus vecinos.*

**PALABRAS-CLAVE:** Campesinado. Medio ambiente. Racismo ambiental.

## **CERCAMENTOS AMBIENTAIS: MODOS DE USO DOS RECURSOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ**

*ENVIRONMENTAL SURVEYS: MODES OF USE OF RESOURCES AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE STATE OF PARANÁ*

Ana Carolina Rocha

**RESUMO:** A criação e implementação de reservas de proteção ambiental têm gerado conflitos sociais em diversos locais do Brasil e do mundo. Este trabalho discute a emergência destes conflitos na comunidade rural de Batuva, litoral norte do estado do Paraná, Brasil, em decorrência da criação e implementação da Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba (APA de Guaraqueçaba) e da legislação subsequente, que proibiu o acesso a recursos florestais que tradicionalmente a comunidade explorava para sua sobrevivência. Para tanto, foram realizados estudos na comunidade de Batuva sobre suas formas de uso dos recursos, manejo da terra e modos de vida, demonstrando como seus moradores *habitam* Batuva, como vivenciaram e reagiram aos conflitos que se instauram a partir da APA. Nesse sentido, o estudo argumenta que a criação da APA de Guaraqueçaba, congregada a uma rígida proibitiva legislação ambiental, configurou-se em um *cercamento ambiental*, conceito que desenvolvo a partir de Thompson (1987, 1998), e sua discussão sobre os conflitos gerados pela instalação dos cercamentos (*enclosure*) na Inglaterra do século XVIII. Em Guaraqueçaba, os “cercamentos ambientais” se estabeleceram a partir da década de 1980, quando tem início o processo de criação e implementação de reservas de proteção ambiental na região e a rigorosa legislação ambiental. As áreas convertidas em reservas passam a ficar sobre a tutela e controle do estado, que passa a reger, proibir, criminalizar e fiscalizar o uso e acesso a essas áreas, desencadeando conflitos sociais com as populações locais, que sempre acessaram e fizeram uso dos recursos florestais para a manutenção de suas subsistências e práticas culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cercamentos ambientais. Batuva. APA de Guaraqueçaba. Conflitos sociais.

**ABSTRACT:** *The creation and implementation of environmental protection reserves has generated social conflicts in various parts of Brazil and the world. This paper discusses the emergence of conflicts in the rural community of Batuva,*

*northern coast of Paraná State, Brazil, due to the creation and implementation of the Conservation Area of Guaraqueçaba (APA Guaraqueçaba) and subsequent legislation, which prohibited access to forest resources that traditionally exploited for their survival. Therefore, studies took place in Batuva community on their forms of resource use, land management and ways of life, demonstrating how its residents inhabit Batuva, as experienced and reacted to conflicts that are established from the APA. In this sense, the study argues that the creation of the APA Guaraqueçaba gathered to a rigid prohibitive environmental legislation was configured as an environmental enclosure, a concept that develop from Thompson (1987, 1998), and his discussion of the conflicts generated by the installation the enclosure (enclosure) in eighteenth-century England. In Guaraqueçaba, "environmental closures" were established from the 1980s, when begins the process of creating and implementing environmental protection reserves in the region and the strict environmental legislation. Areas converted into reserves are to be under the tutelage and control of the state, which shall govern, prohibit, criminalize and supervise the use and access to these areas, triggering social conflicts with local people, who always accessed and made use of forest resources to maintain their livelihoods and cultural practices.*

**KEYWORDS:** *Environmental enclosure. Batuva. APA Guaraqueçaba. Social conflicts.*

---

**COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS IMPACTOS DA POLITICA AGRÍCOLA DA AUTOMATIZAÇÃO NO MODELO TRADICIONAL DE PRODUÇÃO**  
**TRADITIONAL COMMUNITIES AND THE IMPACTS OF THE AGRICULTURAL POLICY OF AUTOMATION IN THE TRADITIONAL MODEL OF PRODUCTION**

Jeferson da Silva Pereira  
 Rafael de Jesus

**RESUMO:** A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma análise crítica-metodológica acerca das principais discussões sobre a implantação das Políticas agrícolas das agroindústrias, automatização e mecanização das atividades laborais rurais nas comunidades tradicionais. Destaca-se para isso que, este é um assunto que gerou bastante discussão e embates políticos estruturais entre o governo e os movimentos sociais do campo em meados da década de 90, para se tornar, no início dos anos 2000 até hoje, uma realidade dentro das pautas e reivindicações desses mesmos movimentos. Nesse sentido, abarca-se o viés de que a mecanização e a criação de agroindústria possibilitam às comunidades tradicionais a convivência com uma nova realidade antes desconhecida, fazendo com que seu modelo de produção de agricultura familiar e subsistência ganhassem um novo sistema de ampliação tecnológica no cultivo e manejo sustentável na sua lida com a terra. Para tanto, a pesquisa tem como base metodológica a prática vivenciada pelos autores enquanto membros de movimentos sociais e comunidades tradicionais, na análise das vivências oriundas dos espaços coletivos das comunidades que recebem e são impactadas pela política agrícola, partindo de uma contextualização crítica da bibliografia de autores e pesquisadores que estudaram a fundo tal questão como José Graciano da Silva. Desse modo, abordar-se-á a temática de acordo quatro eixos de discussão: 1 – Identificação e análise das tecnologias usadas nas comunidades tradicionais; 2 –

Como as comunidades tradicionais pensam, processam e aplicam suas tecnologias de produção; 3 – Como as tecnologias e conhecimentos tradicionais se comportam e se relacionam com as tecnologias convencionais dentro da lógica das agroindústrias e 4 – Até que ponto a mecanização e uso das tecnologias convencionais impactam nas questões socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, e como elas se comportam dentro das relações de produção e comercialização dos seus produtos. Assim, espera-se com este estudo, e com a análise crítica da bibliografia pesquisada, propor novas reflexões sobre a realidade da política agrícola em face ao modelo de produção sustentável das comunidades tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades tradicionais. Automatização. Políticas agrícolas.

**ABSTRACT:** *The present research aims to perform a critical-methodological analysis on the main discussions about the implementation of agricultural policies of agroindustries, automation and mechanization of rural labor activities in traditional communities. It is important to note that this is a subject that generated a lot of discussion and structural political clashes between the government and the social movements of the countryside in the mid-1990s, to become, in the early 2000s until today, a reality within Of the patterns and claims of these same movements. In this sense, the bias is that the mechanization and the creation of agro-industry allow the traditional communities to coexist with a new reality previously unknown, making their model of production of family agriculture and subsistence gain a new system of technological expansion in the Cultivation and sustainable management in their dealings with the land. For this, the research has as a methodological basis the practice experienced by the authors as members of social movements and traditional communities, in the analysis of the experiences that come from the collective spaces of the communities that receive and are impacted by the agricultural policy, starting from a critical contextualization of the bibliography of Authors and researchers who thoroughly studied such an issue as José Graciano da Silva. In this way, the theme of agreement will be addressed four axes of discussion: 1 - Identification and analysis of the technologies used in traditional communities; 2 - How traditional communities think, process and apply their production technologies; 3 - How traditional technologies and knowledge behave and relate to conventional technologies within the logic of agroindustries and 4 - To what extent the mechanization and use of conventional technologies impact on the socioeconomic and environmental issues of these communities, and how they behave within Of the relations of production and commercialization of its products. Thus, it is expected with this study, and with the critical analysis of the bibliography researched, to propose new reflections on the reality of agricultural policy in the face of the sustainable production model of traditional communities.*

**KEYWORDS:** *Traditional communities. Automation. Agricultural policies.*

---

## **DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO E A PRESERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO**

### **BRAZILIAN ENVIRONMENTAL LAW AND THE PRESERVATION OF ICTIOFAUNA FOR ORNAMENTAL PURPOSES**

Rafael Cruz Lima

**RESUMO:** O Direito Ambiental brasileiro entra como principal ator na difusão das regulamentações que promovem a preservação e conservação dos recursos naturais, tendo como base para seu desenvolvimento a Constituição Federal de 1988. Para a manutenção do estabelecido em seu artigo 225, um conjunto normativo vigente regula o controle sustentável da aquicultura e atividade pesqueira, mais recentemente com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959/2009). Quando observados os resultados dos estudos científicos e estes confrontados com os valores oficiais disponibilizados pelos órgãos gestores, verifica-se a existência de discrepâncias que tornam a aplicação das normas jurídicas ambientais prejudicadas, impedindo a ideal tutela da ictiofauna brasileira para fins ornamentais. A forma como o ser humano atua provoca impactos ambientais que tornam insustentáveis determinadas práticas econômicas sem a devida fiscalização. Uma vez sendo os recursos naturais imensuráveis em seu estoque mundial, deveriam os órgãos gestores privilegiarem o ponto de vista econômico e socioambiental de forma a optarem por uma utilização com base em uma realidade mais preocupada com a preservação para a atual e as futuras gerações. Diz-se isso uma vez que o Brasil figura entre os 10 primeiros fornecedores mundiais de peixes ornamentais, movimentando a economia nacional na casa dos US\$ 217.263.373,00 alcançados com a exportação de mais de 42 milhões de exemplares da ictiofauna apenas para a Alemanha no ano de 2012, ano de maior exportação de peixes ornamentais para este país-membro da União Europeia. Salienta-se que a União Europeia é o bloco econômico com a maior taxa de exportação de peixes ornamentais no mundo. Logo, por mais que sejam implementadas normas jurídicas cada vez mais específicas e rígidas para que o controle sobre a exploração e exploração de recursos ambientais seja no mínimo tolerável, neste momento especificamente a proteção da ictiofauna nacional, a defasagem entre o entendimento do legislador sobre a informação trazida pelas ferramentas de controle, como é o caso da Instrução Normativa 202 (IN 202), fato gerador de dados oficiais remetidos ao órgão IBAMA, a tutela jurídica permanece ineficaz quando conflitada com dados de pesquisas científicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Ambiental. Aquicultura. Ictiofauna. Lei.

**ABSTRACT:** *Brazilian Environmental Law enters as the main actor in the diffusion of the regulations that promote the preservation and conservation of natural resources, having as basis for its development the Federal Constitution of 1988. For the maintenance of the established in its article 225, a current normative set regulates the Sustainable control of aquaculture and fishing activity, more recently with the National Policy for the Sustainable Development of Aquaculture and Fisheries (Law 11.959 / 2009). When observed the results of the scientific studies and these faced with the official values made available by the managing organs, there are discrepancies that make the application of environmental legal norms prejudiced, preventing the ideal protection of the Brazilian ichthyofauna for ornamental purposes. The way the human being acts causes environmental impacts that make certain economic practices*

*unsustainable without proper supervision. Since the natural resources are immeasurable in their world stock, the management organs should privilege the economic and socio-environmental point of view in order to opt for a use based on a reality more concerned with the preservation for the present and future generations. This is said since Brazil ranks among the top 10 suppliers of ornamental fish in the world, moving the national economy in the amount of US \$ 217,263,373.00 achieved with the export of more than 42 million copies of the ichthyofauna only for the Germany in the year 2012, the year of greatest export of ornamental fish to this member country of the European Union. It should be noted that the European Union is the economic bloc with the highest export rate of ornamental fish in the world. Therefore, even though legal norms that are increasingly specific and rigid are implemented so that control over the exploitation and exploitation of environmental resources is at least tolerable, at the moment specifically the protection of the national fish fauna, the gap between the legislator's understanding of the Information provided by the control tools, as is the case of Normative Instruction 202 (IN 202), a fact that generates official data sent to the IBAMA body, legal protection remains ineffective when conflicted with scientific research data.*

**KEYWORDS:** *Right. Environmental. Aquaculture. Ichthyofaunal. Law.*

---

**DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: AGROTÓXICOS, TRANSGÊNICOS E SOBERANIA ALIMENTAR**  
**HUMAN RIGHTS TO THE ADEQUATE FOOD OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES: AGROCHEMICALS, TRANSGENICS AND FOOD SOVEREIGNTY**

Jaciele Piskorski Pinto de Lima  
 Roberta Oliveira Lima  
 Sheila Magali Moser Isensee

**RESUMO:** Este artigo inicialmente tem como objeto de estudo os alimentos transgênicos ou geneticamente modificados, os agrotóxicos e sua relação com a perda da biodiversidade quando do cultivo próximo às áreas que possuem sementes crioulas utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais, numa abordagem sobre segurança alimentar e soberania alimentar que dão sustentação à efetivação do direito humano à alimentação adequada. Concomitante a isso, a construção dessa pesquisa teve como metodologia utilizada a revisão bibliográfica e a coleta de dados em sítios eletrônicos de teses e dissertações de pesquisa atinentes ao caso. À vista disso, busca trazer à baila os efeitos dos alimentos transgênicos quando cultivados próximos das sementes crioulas, e também visa mencionar os efeitos dos agrotóxicos com o crescente aumento dos danos a biodiversidade, pois o uso de pesticidas traz inúmeras consequências tanto ao meio ambiente quanto ao ser humano. Ademais, os povos tradicionais possuem um modo de viver totalmente diferente dos grandes centros urbanos e que deve ser considerado e protegido pelo ordenamento jurídico brasileiro, bem como seu direito à soberania alimentar e nutrição adequada dentro de referido parâmetro. Nesse contexto, a demanda alimentar, seja na cidade ou no campo, é um assunto muito importante, pois existe uma preocupação para saber como os alimentos são produzidos até chegar ao destinatário final para consumi-los.

Por fim, a menção sobre o direito humano à alimentação adequada que é considerada um dos maiores marcos para garantir a consolidação dos Direitos Humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentos Transgênicos. Agrotóxicos. Soberania Alimentar. Biodiversidade. Comunidades Tradicionais.

**ABSTRACT:** *This article initially aims to study transgenic or genetically modified foods, agrochemicals and their relation to the loss of biodiversity when cultivated near areas that have creole seeds used by traditional peoples and communities, in an approach on food security and food sovereignty Which give support to the realization of the human right to adequate food. Concomitant to this, the construction of this research had as methodology used the bibliographic review and the data collection in electronic sites of theses and research dissertations related to the case. In view of this, it seeks to bring to light the effects of transgenic foods when grown close to native seeds, and also aims to mention the effects of pesticides with increasing damage to biodiversity, since the use of pesticides brings countless consequences both to the environment when To the human being. In addition, traditional peoples have a way of living totally different from the great urban centers and that must be considered and protected by the Brazilian legal order, as well as their right to food sovereignty and adequate nutrition within this parameter. In this context, food demand, whether in town or in the countryside, is a very important issue, as there is a concern to know how the food is produced until it reaches the final recipient to consume them. Finally, mention of the human right to adequate food is considered one of the major milestones to guarantee the consolidation of Human Rights.*

**KEYWORDS:** *Transgenic foods. Pesticides. Food Sovereignty. Biodiversity. Traditional Communities.*

---

## **IMPACTOS AMBIENTAIS DOS AGROTÓXICOS E PERDA DA BIODIVERSIDADE** **ENVIRONMENTAL IMPACTS OF AGROCHEMICALS AND BIODIVERSITY LOSS**

Silvane Tibes Evangelista  
Natalia Saggiorato Bona

**RESUMO:** O presente artigo abordará, primeiramente, a conceituação da palavra “agrotóxico” e sua legislação correlata, bem como, um breve panorama geral sobre a evolução história e a intensificação do uso de agrotóxicos nas lavouras e suas consequências diante do uso intensivo de pesticidas nas lavouras e nos alimentos. No entanto, o modelo de agricultura atual se concretiza na produção em larga escala de alimentos, e dessa forma, a utilização de agrotóxicos nas lavouras é cada vez maior, conforme dados que apontam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Portanto, percebe-se que são inúmeras as ameaças ao equilíbrio do ecossistema, e que, no entanto, não são computadas nos custos para obter a produção, mas verificadas dia a dia, pois muitos desses efeitos tornam-se irreversíveis ao meio ambiente. Entretanto, de um modo diferente os povos tradicionais criam e mantêm a biodiversidade sem por em risco as condições de reprodução dos



ecossistemas. Por fim, será feito um breve estudo sobre os impactos dos agrotóxicos na biodiversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agrotóxicos. Biodiversidade. Povos tradicionais.

**ABSTRACT:** *This article will first address the concept of the word "agrototoxic" and its related legislation, as well as a brief overview of the history evolution and intensification of the use of pesticides in crops and their consequences in the face of the intensive use of pesticides in crops And in food. However, the current model of agriculture is carried out in the large-scale production of food, and in this way, the use of pesticides in crops is increasing, according to data that point out that Brazil is the largest consumer of agrochemicals in the world. Therefore, there are innumerable threats to ecosystem equilibrium, which, however, are not counted in the costs to obtain production, but verified day by day, since many of these effects become irreversible to the environment. However, in a different way, traditional peoples create and maintain biodiversity without endangering the ecosystem reproduction conditions. Finally, a brief study will be done on the impacts of agrochemicals on biodiversity.*

**KEYWORDS:** Agrochemicals. Biodiversity. Traditional peoples.

## **EXTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO EM TERRITÓRIO FLORESTAL PROTEGIDA NO DEPARTAMENTO DE CHOCÓ REPÚBLICA DA COLÔMBIA: A FÚRIA DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL FRENTE A UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL INDEFESO**

*LA EXPLOTACION MINERA Y FORESTAL EN TERRITORIO PROTEGIDOS EN EL DEPARTAMENTO DEL CHOCO, REPUBLICA DE COLOMBIA: LA FURIA DE LA EXPLOTACIÓN FORESTAL FRENTE A UN PATRIMONIO AMBIENTAL INDEFENSO*

William Yeffer Vivas Lloreda

**RESUMO:** Este trabalho aborda o estudo de mineração e extração de madeira em áreas protegidas no departamento do Choco, República da Colômbia, sendo os territórios coletivos de comunidades negras, reservas indígenas e áreas protegidas (parques e reservas) os territórios mais afetados após a intervenção do homem em busca de geração de renda, desconhecendo os direitos étnicos e territoriais e a identidade cultural das pessoas que habitam esses territórios, constituindo-se em violação e desrespeito da Constituição de 1991. Desse modo, as autoridades administrativas e judiciais têm coordenado uma série de ações para processar aqueles que cometem danos ambientais e crimes ecológicos que afetam um dos principais patrimônios da humanidade e do povo Chocoano, sua riqueza florestal, ações que analisadas neste trabalho resultam ser insuficientes e limitadas diante do aumento da devastação ambiental no Chocó Biogeográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção. Conselho Comunitário. Reserva Indígena. Choco Biogeográfico. Crime ambiental.

**RESUMEN:** En este trabajo se aborda el estudio de la explotación minera y forestal en territorios protegidos en el departamento del Chocó, República de Colombia, siendo estos los territorios colectivos de comunidades negras, los resguardos indígenas y las áreas protegidas (parques y reservas) los más afectados, donde tras la intervención del hombre en busca de la generación de ingresos se desconocen los derechos a la etnoterritorialidad y a la identidad cultural de quienes habitan estos territorios, constituyéndose en la violación y desconocimiento de la constitución de 1991; por ello las autoridades administrativas y judiciales han coordinado una serie de acciones para judicializar a quienes cometen daños ambientales y con ello delitos ecológicos que afectan uno de los principales patrimonios de la humanidad y del pueblo Chocoano, su riqueza forestal, acciones que analizadas en este trabajo resultan ser insuficientes y escasas ante el aumento de la devastación ambiental en el Chocó Biogeográfico.

**PALABRAS-CLAVES:** Protección, Consejo Comunitario. Resguardo Indígena. Chocó Biogeográfico. Delito Ecológico.

---

**LAS SINUOSIDADES LEGALES EN LA RESOLUCIÓN DE PROBLEMAS AMBIENTALES ENTRE LOS TZELTALES DE TENEJAPA, CHIAPAS. MÉXICO**  
**THE LEGAL SINUOSITIES IN THE RESOLUTION OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS AMONG THE TZELTALES OF TENEJAPA, CHIAPAS. MEXICO**

José Rubén Orantes García

**RESUMEN:** Esta comunicación tiene esencialmente dos propósitos. En primer lugar, busca entender las relaciones entre un sistema jurídico indio y el contexto cultural en donde se establece, guiado por una pregunta básica: ¿Puede dar solución un sistema legal como el tenejapaneco a los problemas ambientales del municipio, más allá de la relación con instancias dedicadas a resolver necesidades ambientales por parte del gobierno mexicano? Como segundo propósito, se analiza la aplicación de los programas del gobierno estatal en el contexto ambiental, los cuales carecen de una orientación multidisciplinaria al no incluir las dimensiones de una educación ecológica tradicional aplicada por los tseltal tenejapanecos. Nuestra intención es ir más allá de soluciones dichas por organismos gubernamentales en el sentido del tipo de capacitación o educación ambiental requerida por una población mayoritariamente india, como la de Tenejapa; consecuentemente, en este capítulo argumentamos la imposibilidad del Estado para crear espacios de comunicación y participación ciudadana que contribuyan al conocimiento de los problemas ambientales desde un marco político, legal e institucional en el cual se involucre a todos los actores sociales tenejapanecos.

**PALABRAS CLAVE:** Pueblos indios. Problemas ambientales. Sistemas legales híbridos.

**ABSTRACT:** This communication has essentially two purposes. First, it seeks to understand the relationships between an Indian legal system and the cultural context in which it is established, guided by a basic question: Can a legal system such as the tenejapaneco solve the environmental problems of the municipality, beyond the

*relation with instances dedicated to solve environmental needs by the Mexican government? As a second purpose, we analyze the application of state government programs in the environmental context, which lack a multidisciplinary orientation by not including the dimensions of a traditional ecological education applied by the tseltal tenejapanecos. Our intention is to go beyond solutions said by government agencies in the sense of the type of training or environmental education required by a majority Indian population, such as Tenejapa; Consequently, in this chapter we argue the impossibility of the State to create spaces of communication and citizen participation that contribute to the knowledge of the environmental problems from a political, legal and institutional framework in which all the Tenejapan social actors are involved.*

**KEYWORDS:** *Indian Peoples. Environmental problems. Hybrid legal systems.*

---

## **MOVIMENTOS E ESPAÇOS: A PRODUÇÃO DE DISCURSOS E A CO-PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E DE DIÁLOGOS ATRAVÉS DE FRONTEIRAS ONTOLÓGICAS**

*MOVIMIENTOS Y ESPACIOS: LA PRODUCCIÓN DEL DISCURSO Y LA CO-PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y EL DIÁLOGO A TRAVÉS DE LAS FRONTERAS ONTOLÓGICAS*

Anderson do Prado Carneiro  
Carmen Andriolli  
Dauro do Prado

**RESUMO:** Neste trabalho, nosso objetivo é apresentar reflexões etnográficas sobre disputas ontológicas acerca da relação natureza/sociedade e sobre a possibilidade de diálogo e cooperação através das fronteiras. Trata-se de uma análise que privilegia os últimos 30 anos de uma região do litoral sul de São Paulo, onde viviam caiçaras e agricultores tradicionais. O modo de vida desses coletivos humanos, alicerçado no uso de um máximo de ambientes naturais localizados entre o mar e a montanha e distribuídos em unidades familiares que se organizavam em torno de *sítios*, foi subsumido pela implementação de uma unidade de conservação da natureza. Com a criação da unidade de conservação colocaram-se em confronto diferentes visões da relação natureza/sociedade. Trataremos de uma experiência de pesquisa colaborativa entre caiçaras, antropólogos, ecólogos e juristas, e em particular da trajetória de dois líderes caiçaras. Analisaremos como a movimentação desses líderes por diferentes espaços (local, acadêmico, político e jurídico) produzem discursos e criam, por um lado, a ideia de um território caiçara (ou a relação natureza/sociedade), tanto no plano local quanto no plano acadêmico-jurídico-político, e, por outro, como o protagonismo de líderes em suas movimentações por esses diferentes espaços criam discursos e relações político-acadêmicas. Com esse estudo, mostraremos a possibilidade de co-produção de conhecimento e de diálogo através de fronteiras ontológicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natureza. Conhecimentos. Fronteiras ontológicas. Território Caiçara.

**RESUMEN:** *En este trabajo, nuestro objetivo es presentar reflexiones etnográficas sobre disputas ontológicas acerca de la relación naturaleza/sociedad y la posibilidad del diálogo y la cooperación a través de fronteras. Es un análisis que se centra en los últimos 30 años de la región costera del sur de São Paulo, donde vivían caiçaras y agricultores tradicionales. El modo de vida de las comunidades humanas, basado en el uso de un máximo de ambientes naturales situados entre el mar y la montaña y distribuidos en unidades familiares que se organizaron en torno a los sítios, ha sido subsumido por la implementación de un área protegida de la naturaleza. Con la creación de unidades de conservación colocados en diferentes puntos de vista de la relación confrontación naturaleza/sociedad. Tratamos a una experiencia de búsqueda de colaboración entre caiçaras, antropólogos, los ecologistas y los abogados, y en particular la trayectoria de dos líderes caiçaras. Analizar cómo el movimiento de estos líderes de diferentes espacios (locales, académicos, políticos y legales) producen discursos y crear, por un lado, la idea de un territorio caiçara (o la naturaleza relación/sociedad), tanto a nivel local y en el plan académico -jurídico-política, y por el otro, como el papel de los líderes en sus movimientos por estos diferentes espacios crear discursos, política y relaciones académicas. Con este estudio, mostramos la posibilidad de co-producción de conocimiento y el diálogo a través de las fronteras ontológicas.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Naturaleza. Conocimiento. Fronteras ontológicas. Territorio Caiçara.*

---

## **O RESSARCIMENTO DA LIMITAÇÃO DE USO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A (IM)POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR À LUZ DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*THE COMPENSATION OF THE LIMITATION OF USE IN A PERMANENT PRESERVATION AREA: THE (IM) POSSIBILITY OF APPLICATION OF THE TRANSFER TO BUILD RIGHT FROM DECISIONS OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE*

Angela Molin

**RESUMO:** O trabalho tem como tema a aplicação da Transferência do Direito de Construir prevista no Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001, para compensar o proprietário de uma Área de Preservação Permanente pelas restrições no uso da propriedade. O problema que se investiga, é a (im)possibilidade de aplicação da Transferência do Direito de Construir como meio de ressarcimento ao proprietário de Área de Preservação Permanente, espaço protegido pela legislação florestal brasileira. Objetiva-se verificar se o instituto da Transferência do Direito de Construir é aplicado como forma de ressarcimento da área de preservação permanente, em propriedade privada, cujo uso fica restrito na legislação ambiental protetiva, a partir da análise de decisões do Superior Tribunal de Justiça nos anos de 2015 e 2016. Abordam-se aspectos doutrinários da Transferência do Direito de Construir para conhecer a aplicação que se tem dado até momento a esse instituto. A metodologia

utilizada é construtivista e sistêmica, adotando-se como técnica de pesquisa o estudo comparado a partir do uso da *Transferable Development Rights – TRD’s* adotadas nos Estados Unidos. Conclui-se que o Superior Tribunal de Justiça não reconhece a possibilidade da aplicação da Transferência do Direito de Construir como forma de ressarcimento pela restrição de uso da propriedade privada caracterizada como Área de Preservação Permanente, pois entende tratar-se de limitação administrativa não indenizável, em contraposição ao direito americano que reconhece essa possibilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transferência do Direito de Construir. Ressarcimento. Área de Preservação Permanente. Superior Tribunal de Justiça.

**ABSTRACT:** *The work has as its theme the implementation of the Transfer of Build Right provided for in Statute of the City, Law n. 10.257/2001, to compensate the owner of a Permanent Preservation Area by the restrictions on the use of the property. The problem is investigating (im) possibility of application of Transfer of Build Right as a means of compensation to the owner of Permanent Preservation Area, protected by the brazilian forest legislation. The goal is to verify that the Transfer of Build Right institute is applied as a form of compensation of Permanent Preservation Area, on private property, whose use is restricted in protective environmental legislation, from the analysis of decisions of the Superior Court of Justice in the years 2015 and 2016. Discuss doctrinal aspects of the Transfer of Build Right to meet the application has given until now to this institute. The methodology used is systemic and constructivist, adopting as the study compared research technique from the use of Transferable Development Rights-TRD’s adopted in the United States. It is therefore concluded that the Superior Court of Justice does not recognize the possibility of implementation of the Transfer of Build Right as a form of compensation by restricting use of private property characterized as Permanent Preservation Area, understanding that it is not subject to compensation administrative limitation.*

**KEYWORDS:** *Transfer to Build Right. Compensation. Permanent Preservation Area. Superior Court of Justice. Transferable Development Rights.*

## **O DIREITO À CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO SOBRE A APROVAÇÃO DO MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

*EL DERECHO A LA CONSULTA Y CONSENTIMIENTO PREVIO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS Y COMUNIDADES TRADICIONALES: ESTUDIO DE CASO SOBRE LA APROBACIÓN DEL MARCO LEGAL DE LA BIODIVERSIDAD EN EL BRASIL*

Ana Letícia Maciel de Vasconcellos  
Paula Harumi Kanno

**RESUMO:** O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas e tribais é uma conquista formal consolidada pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (convenção nº 169/OIT), que entrou em vigor,

no Brasil, em 25 de julho de 2003. Entretanto, ainda há uma substancial dificuldade de implementação desse direito. O presente estudo de caso aborda as limitações no entendimento e na aplicação da consulta e do consentimento prévio, no caso emblemático da aprovação do Marco da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que regulamenta o acesso e a exploração econômica de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Além disso, pretende descrever as possíveis sanções diante da ausência de consulta de povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, em processos legislativos que tratem especificamente sobre seus direitos coletivos, nos termos de Corte Internacional de Direitos e da própria Organização Internacional do Trabalho. Por fim, pretende visitar a iniciativa de alguns sujeitos coletivos que tem construído protocolos próprios de consulta prévia como modelos alternativos para a consolidação do direito à consulta e ao consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convenção 169. Povos Indígenas e Tribais. Consulta e Consentimento Prévio. Lei 13.123/15. Marco da Biodiversidade.

**RESUMEN:** *El derecho a la consulta y al consentimiento previo, libre e informado de los pueblos indígenas y tribales es una conquista formal consolidada por la Convención Nº 169 de la Organización Internacional del Trabajo (Convención Nº 169/OIT) que entró en vigor en el Brasil el 25 de julio del 2003. Sin embargo, aún hay una dificultad importante en la implementación de ese derecho. El presente estudio de caso aborda las limitaciones en el entendimiento y aplicación de la consulta y del consentimiento previo, en el emblemático caso de la aprobación del Marco de la Biodiversidad (Ley Nº 13.123/2015) que reglamenta el acceso y la explotación económica de recursos genéticos y conocimientos tradicionales. Además, pretende describir las posibles sanciones frente la ausencia de la consulta de los pueblos indígenas, comunidades quilombolas, pueblos y comunidades tradicionales en procesos legislativos que traten específicamente sobre sus derechos colectivos en los términos de la Corte Internacional de Derechos y de la propia Organización Internacional del Trabajo. Es así, que se pretende mostrar la iniciativa de algunos sujetos colectivos que han construido protocolos propios de consulta previa como modelos alternativos para la consolidación del derecho a la consulta y al consentimiento previo de los pueblos y comunidades tradicionales en el Brasil.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Convención 169. Pueblos Indígenas y tribale. Consulta y Consentimiento previo. Ley 13.123/15. Marco de la Biodiversidad.*

---

## **O ICMS VERDE COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE APOIO À BIODIVERSIDADE**

**THE GREEN ICMS AS AN ECONOMIC INSTRUMENT OF SUPPORT FOR BIODIVERSITY**

Lorran Will Lima Dos Santos

**RESUMO:** O objeto da pesquisa é o ICMS Verde do Estado do Pará, instrumento econômico de apoio à manutenção da biodiversidade. O ICMS Verde é um

mecanismo capaz de impactar positivamente na preservação ambiental, além de disciplinar o uso dos recursos naturais dos municípios, tendo em vista o princípio do protetor-recebedor. O estudo sinalizou uma incongruência no que tange a questão da distribuição na metodologia de repasse da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA). A metodologia tem seus méritos quando utilizada para destacar aspectos diferenciados entre municípios próximos em extensão territorial, no entanto, quando o modelo é experimentado em elementos de dimensão diferente, se mostra injusto. Exemplo prático é averiguado ao se comparar os municípios de Altamira e Marituba, localizados no Estado do Pará. O estudo chegou à conclusão de que esta metodologia, ao se comparar territórios tão diferentes em escala apenas por proporcionalidade, não leva em consideração que falta um fator corretivo quando se dimensiona a divisão do montante que será repassado de ICMS Verde. Um exemplo desta assertiva é averiguado ao se comparar os municípios de Altamira/PA e Marituba/PA. O primeiro possui uma área de 159.533,73 km<sup>2</sup> de acordo com o (IBGE, 2010), sendo que destes 145.734,50 km<sup>2</sup> de remanescentes florestais (PRODES, 2012), já o segundo possui área de 103,343 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) e de remanescentes florestais apenas 16,1 km<sup>2</sup> (PRODES, 2012). Caso fosse transmitida a responsabilidade a cada um dos municípios para que estes realizassem em seus territórios o monitoramento, por exemplo, em áreas compreendidas entre remanescentes florestais, tendo em vista áreas de proteção federais ou estaduais, bem como remanescentes quilombolas, Altamira teria disponível cerca de R\$ 2,50/km<sup>2</sup> (dois reais e cinquenta centavos) ( $R\$ 364.535,84/145.734,50 \text{ km}^2$ ) para cada quilômetro quadrado de floresta a ser monitorada, ao passo que Marituba, teria cerca de R\$ 11.485,40/km<sup>2</sup> (onze mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos) ( $R\$ 184.914,88/16,1 \text{ km}^2$ ) por quilômetro quadrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** ICMS Ecológico. Biodiversidade. Território. Preservação ambiental.

**ABSTRACT:** *The research object is the Green ICMS of the State of Pará, an economic instrument to support the maintenance of biodiversity. The Green ICMS is a mechanism capable of positively impacting on environmental preservation, as well as disciplining the use of the natural resources of the municipalities, in view of the protector-receiver principle. The present study indicates an incongruence regarding the distribution of the methodology of transfer of the Secretariat of Environment and Sustainability of the State of Pará (SEMAS / PA). The methodology has its merits when used to highlight differentiated aspects between nearby municipalities in territorial extension, however, when the model is tried in elements of different dimension, it is unfair. The practical study is based on the comparison of the municipalities of Altamira and Marituba, located in the State of Pará. The study concluded that this methodology, when comparing territories so different in scale only by proportionality, does not take into account that a factor is missing Corrective amount when scaling the amount of the amount that will be transferred from Green ICMS. An example of this assertion is verified when comparing the municipalities of Altamira / PA and Marituba / PA. The first one has an area of 159,533.73 km<sup>2</sup> according to (IBGE, 2010), and of these 145,734.50 km<sup>2</sup> of forest remnants (PRODES, 2012), the second has an area of 103,343 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) and Of remnant forest only 16.1 km<sup>2</sup> (PRODES, 2012). If responsibility were given to each of the municipalities to carry out monitoring in their territories, for example, in areas comprised of remnants of forest, in view of federal or state protection areas, as well as remaining quilombolas, Altamira would have*

*available about R \$ 2.50 / km<sup>2</sup> (two reais and fifty cents) (R \$ 364,535.84 / 145,734.50 km<sup>2</sup>) for each square kilometer of forest to be monitored, while Marituba would have approximately R \$ 11,485.40 / (Eleven thousand, four hundred and eighty-five reais and forty cents) (R \$ 184,914.88 / 16.1 km<sup>2</sup>) per square kilometer.*

**KEYWORDS:** *Ecological ICMS. Biodiversity. Territory. Environmental Preservation.*

## **O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E O DIREITO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA**

*THE IMPACT OF THE GLOBAL ECONOMIC CRISIS AND ENVIRONMENTAL LAW IN LATIN AMERICA*

Carolina Efig  
Eduarda Alencar Maluf Kiame  
Rafael Martins Ribeiro Fanchin

**RESUMO:** O Direito se ajusta a realidade social, segundo o pensamento durkheimiano; neste sentido com o avanço da crise econômica nos países da América Latina, a tutela jurídica mais importante atualmente resulta em atender às necessidades imediatas da sociedade, ficando em segundo plano os direitos difusos e os projetos dependentes de investimento que só gerarão impactos a longo prazo, como a proteção ao meio ambiente. Com a crise econômica no Brasil, tal fenômeno já é evidente, uma vez que há a flexibilização das leis ambientais, tendo início com o novo Código Florestal e mais recentemente com o projeto que extingue a Área de Proteção Ambiental (APA) de Campos de Manicoré, diminuindo o Parque Nacional (PAMA) de Acari, a Reserva Biológica (REBIO) de Manicoré, as Florestas Nacionais (FLONAS) de Urupadi e Aripuanã. Segundo a agência da ONU, as taxas globais de desflorestamento caíram, principalmente na Europa e na China. Em contrapartida aos avanços nos países europeus e na China; a América do Sul e o Caribe apresentam-se como as regiões onde ocorrem as maiores perdas, é importante ressaltar que esta área concentra quase metade das florestas do planeta, registrando um aumento nas taxas de desflorestamento. Embora o continente possua vastos recursos naturais, contando inclusive com a maior floresta tropical do mundo; é possível observar os danos causados pelo estilo de produção e o consumo não sustentável. As lesões ao meio ambiente são agravadas pela crise econômica que os países enfrentam, aumentando ainda mais a desigualdade social e a alta taxa de perdas de recursos naturais e graves contaminações, principalmente nos centros urbanos e industriais. O presente artigo visa analisar e estudar as mudanças de posturas governamentais relacionadas ao Direito Socioambiental nos países latinos, assim como o aumento nas taxas de desflorestamento e a relação com a crise econômica na América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** América-Latina. Crise Econômica. Direito Ambiental.

**ABSTRACT:** *Law fits to social reality, according to Durkheimian thought; In this sense, with the advancement of the economic crisis in Latin American countries, the most important legal protection nowadays results in meeting the immediate needs of society, with diffuse rights and investment-dependent projects taking second place, which will*



*only generate long-term impacts, Such as protection of the environment. With the economic crisis in Brazil, this phenomenon is already evident, since there is a relaxation of environmental laws, beginning with the new Forest Code and more recently with the project that extinguishes the Environmental Protection Area (APA) of Campos de Manicoré , Reducing the National Park (PAMA) of Acari, the Biological Reserve (REBIO) of Manicoré, the National Forests (FLONAS) of Urupadi and Aripuanã. According to the UN agency, global deforestation rates have fallen, mainly in Europe and China. In counterpart for progress in European countries and China; South America and the Caribbean are the regions where the greatest losses occur, it is important to note that this area concentrates almost half of the world's forests, registering an increase in deforestation rates. Although the continent has vast natural resources, including the largest tropical forest in the world; It is possible to observe the damages caused by the style of production and the non sustainable consumption. Injury to the environment is compounded by the economic crisis that these countries are facing, further increasing social inequality and the high rate of natural resource losses and serious contamination, especially in urban and industrial centers. The present article aims to analyze and study the changes of governmental positions related to Socioenvironmental Law in Latin countries, as well as the increase in deforestation rates and the relation with the economic crisis in Latin America.*

**KEY-WORDS:** *Latin-America. Economic crisis. Environmental-law.*

---

**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS – PNGATI: ESBOÇO DE UMA CRÍTICA**  
**NATIONAL POLICY OF TERRITORIAL AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT OF INDIGENOUS LANDS - PNGATI: OUTLINE OF A CRITICAL**

Ricardo de Campos Leinig

**RESUMO:** Neste ensaio apresentarei como objetivo central a articulação crítica entre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e concepções de agentes com trajetórias acadêmicas, que se dedicam a pensar a gestão territorial e ambiental indígena, como também as relações mais gerais do desafio da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, em contextos de Estados Nação latino-americanos. Para tanto, iniciarei com uma abordagem sobre o ponto de vista nativo do indigenismo e ambientalismo estatais brasileiros, através de uma síntese do processo de constituição da PNGATI. Em seguida, complexificarei este discurso estatal através do contraste com distintas concepções sobre gestão territorial e ambiental indígena. Passarei, brevemente, pelo entendimento que alguns autores clássicos da antropologia possuem acerca das relações entre indígenas, ambientalismo, ecologismo ou conservacionismo. Finalizarei, então, extrapolando o estrito conteúdo da política pública nacional, com uma reflexão geral desessencializadora dos discursos comuns sobre autonomia indígena. Tendo, como pano de fundo, a dificuldade de Estados Nação latino-americanos em abrirem mão de seu caráter hegemônico monocultural, em direção a Estados Pluriétnicos ou Plurinacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** PNGATI. Gestão Indígena. Autonomia Indígena.

**ABSTRACT:** *In this essay I will present as a central objective the critical articulation between the National Policy of Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands - PNGATI and conceptions of agents with academic trajectories, who are dedicated to thinking about indigenous territorial and environmental management, as well as the more general relations of the challenge of autonomy and self-determination of indigenous peoples in contexts of Latin American Nation States. To do so, I will start with an approach on Brazilian state indigenism and environmentalism point of view, through a synthesis of the PNGATI's constitution process. Then, I will complicate this state discourse by contrasting with different conceptions of indigenous territorial and environmental management. I will briefly review the understanding that some classic authors of anthropology have about the relations between indigenous peoples, environmentalism, ecologism or conservationism. I shall conclude, then, by extrapolating the strict content of national public policy, with a general discouragement of the common discourses on indigenous autonomy. Against the backdrop of the difficulty of Latin American Nation States to give up their monocultural hegemonic character toward Pluri-Ethnic or Plurinational States.*

**KEYWORDS:** PNGATI. Indigenous Management. Indigenous Autonomy.

## **POVOS TRADICIONAIS E A PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS NO BRASIL**

### **PUEBLOS TRADICIONALES Y LA PRIVATIZACIÓN DE LAS ÁREAS PROTEGIDAS EN BRASIL**

Flavia Donini Rossito  
Katya Regina Isaguirre Torres

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo estudar a privatização dos espaços protegidos e a apropriação por espoliação da natureza e das suas “gentes”. A hipótese de pesquisa é a de que o discurso conservacionista dos espaços protegidos muda diante da expansão do capitalismo verde, da concessão da exploração do ecoturismo e dos recursos madeireiros às empresas, fortalecendo um viés de paulatina privatização das áreas de preservação/conservação da natureza. A análise utiliza da revisão bibliográfica e da consulta de dados secundários, somadas à experiência do acompanhamento da audiência pública realizada em outubro de 2016 na cidade de Registro/SP, em que lideranças de povos tradicionais avaliaram a concessão à iniciativa privada dos espaços protegidos pela Lei Estadual n. 16.260 de 2016. No contexto do movimento global de proteção da biodiversidade o Brasil estabeleceu, no ano 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei n.º 9.985. Esta lei, criada para atender às disposições constitucionais, estabelece diretrizes para a gestão das Unidades de Conservação (UC's) as quais anteriormente se encontravam dispostas em outras legislações. No processo de demarcação muitas das áreas já existentes e/ou as criadas após 2000 estão em sobreposição aos territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais, em contrariedade a

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a necessidade de consulta prévia, livre e informada. Em alguns casos os povos tradicionais foram retirados dos seus territórios e em outros mantidos, mas com restrições para o acesso e uso da terra e da natureza, sob pena de criminalização em caso de descumprimento das restrições impostas pela lei. Nessa lógica, a natureza ficaria “preservada” de suas gentes e disso resulta a importância de se verificar em que medida a Lei 9985/2000 atende aos critérios constitucionais e as normas supraleais que admitem a inter-relação entre natureza, sociedade e cultura. Assim, esperamos levantar o debate, como foi denunciado pelas lideranças presentes na audiência pública, de que a concessão das áreas de UC’s para a apropriação privada da natureza pela espoliação desterritorializa os povos tradicionais e, sob o argumento da proteção da biodiversidade, transforma a natureza em mercadoria e força uma conversão para o trabalho assalariado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos tradicionais. Unidades de conservação. Apropriação por espoliação da natureza.

**RESUMEN:** *Este trabajo pretende estudiar la privatización de las áreas protegidas y la apropiación por expoliación de la naturaleza y sus pueblos. La hipótesis de la investigación es que el discurso conservacionista de las áreas protegidas cambia frente a la expansión del capitalismo verde, de la concesión para la explotación del ecoturismo y de los recursos madereros, a la par del fortalecimiento gradual por la privatización de las áreas protegidas. El análisis utiliza la revisión de la literatura y consulta de datos secundarios, junto con el seguimiento de la experiencia de la audiencia pública celebrada en octubre de 2016, en la ciudad de Registro/SP, donde los líderes de los pueblos tradicionales evaluaron la concesión al sector privado de las áreas protegidas por la Ley del Estado Nº 16.260 de 2016. En el contexto del movimiento mundial para proteger la biodiversidad, Brasil estableció en el año de 2000 el Sistema Nacional de Áreas Protegidas por la Ley Nº 9985. Esta ley, creada para satisfacer las disposiciones constitucionales, establece directrices hacia la gestión de las áreas protegidas, que fueron dispuestos previamente en otras leyes. En el proceso de demarcación muchas de las áreas existentes y/o creadas después de 2000 se solapan a los territorios de los pueblos indígenas y comunidades tradicionales, en contradicción con el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) que prevé la necesidad de consulta previa, libre e informada. En algunos casos, los pueblos tradicionales fueron retirados de sus territorios y en otros casos fueron mantenidos, pero con las restricciones de acceso y uso de la tierra y la naturaleza, bajo pena de penalización en caso de incumplimiento de las restricciones impuestas por la ley. En esta lógica, la naturaleza se "conserva" de sus pueblos y esto se traduce en la importancia de verificar la medida en que la Ley 9985/2000 cumple los criterios constitucionales y supraleales que permiten la interrelación entre la naturaleza, la sociedad y la cultura. Así que esperamos para elevar el debate, tal como fue denunciado por los líderes presentes en la audiencia pública, que la concesión de áreas protegidas para la apropiación privada de la naturaleza por expoliación desterritorializa los pueblos tradicionales y bajo el argumento de proteger la biodiversidad transforma la naturaleza en mercancías y fuerza una conversión al trabajo remunerado.*

**PALABRAS-CLAVE:** Pueblos tradicionales. Áreas protegidas. Apropiación por expoliación de la naturaleza.

---

## **PRINCÍPIO DA EQUIDADE INTERGERACIONAL: O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS LOUCEIRAS DO MARUANUM NA PRODUÇÃO DA CERÂMICA SUSTENTÁVEL**

*PRINCIPLE OF INTERGENERATIONAL EQUITY: THE TRADITIONAL KNOWLEDGE OF THE LOUCEIRAS OF THE MARUANUM IN THE PRODUCTION OF SUSTAINABLE CERAMICS*

Célia Souza da Costa  
Juliana Monteiro Pedro

**RESUMO:** No Distrito do Maruanum localizado na zona rural do município de Macapá no Estado do Amapá residem as louceiras do Maruanum, mulheres quilombolas que receberam como herança dos seus antepassados, de geração para geração, o conhecimento tradicional de produzir louças de barro. A principal matéria prima utilizada por elas é a argila extraída do barreiro, essa extração ocorre apenas duas vezes por ano. Durante o verão, as louceiras do Maruanum se reúnem em mutirão para a retirada da argila e para isso utilizam apenas as mãos e pedaços de madeira em obediência ao ritual tradicional da “crença a Mãe do Barro”, deste modo, pode-se considerar que contribuem para a conservação do meio ambiente. Essa prática sustentável de explorar o barreiro de forma racional culmina na observância ao Princípio do Direito Ambiental da Equidade Intergeracional, pois as ceramistas do Maruanum são detentoras de um criar-saber-fazer específico. O conhecimento dessas mulheres amazônicas constitui-se em patrimônio cultural imaterial e as louças em patrimônio cultural material. Portanto, este artigo tem como objetivo compartilhar os resultados da pesquisa de campo que utilizou a observação participante *in loco*. Os resultados apontam que devido à tradição ceramista ser mantida pelas louceiras em relação à extração da argila de forma racional, a cerâmica produzida assume uma prática sustentável, em respeito ao meio ambiente e ao direito das futuras gerações em continuar com o ofício tradicional da confecção da louça de barro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Louceiras do Maruanum. Conhecimento tradicional. Mulheres quilombolas. Princípio da Equidade Intergeracional.

**ABSTRACT:** *In the District of the Maruanum located in the rural area of the municipality of Macapá in the State of Amapá, there are the louceiras of maruanum, quilombola women who have inherited from their ancestors, from generation to generation, the traditional knowledge of producing crockery. The main raw material used by them is the clay extracted from the "barreiro", this extraction occurs only twice a year. During the summer, the louceiras of the maruanum gather together to remove the clay and use only their hands and pieces of wood in obedience to the traditional ritual of the belief "Mother of the Clay", so it can be considered that Contribute to the conservation of the environment. This sustainable practice of exploring the barreiro rationally culminates in observance to the Principle of the Environmental Law of Intergenerational Equity, since the potters of the Maruanum are holders of a specific creation-know-how. The knowledge of these Amazonian women constitutes in intangible cultural heritage and the crockery in material cultural patrimony. Therefore,*

*this article aims to share the results of the field research that used participant observation in loco. The results point out that because the ceramics tradition to be maintained by the louceiras in relation to the extraction of the clay in a rational way, the produced ceramics assume a sustainable practice, with respect to the environment and the right of the future generations to continue with the traditional craft of confection of the crockery.*

**KEYWORDS:** *Louceiras of maruanum. Traditional knowledge. Quilombola women. Principle of Intergenerational Equity.*

## **PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE OS RECURSOS FITOGENÉTICOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA: UM MERCADO EM EXPANSÃO?**

*INTELLECTUAL PROPERTY ON PLANT GENETIC RESOURCES AND TRADITIONAL KNOWLEDGE FOR FOOD AND AGRICULTURE: A MARKET IN EXPANSION?*

Anne Geraldi Pimentel

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA) diante do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC) no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), nos quais há uma evidente tendência em inserir entre as formas de direitos sobre a propriedade intelectual tanto o recurso fitogenético, (as sementes), como também os conhecimentos tradicionais associados. Isto porque o ADPIC passou a permitir, após a inserção do sistema *sui generis* de patenteamento de propriedade intelectual, a possibilidade de os países membros patentear o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado (art. 27, 3b do ADPIC), desde que observado a divulgação da origem do material genético (art. 22 do ADPIC), o que constitui os recursos fitogenéticos e os conhecimentos tradicionais associados em algo com valor financeiro, cria-se, assim, novas mercadorias. Além de que, em âmbito nacional, a regulamentação se dá pela Lei nº 13.123/2015, vista por muitos autores como uma afronta ao TIRFAA, pois nega o direito dos agricultores familiares à anuência para o uso dos recursos fitogenéticos e não prevê benefícios e incentivos concretos; bem como, criou categorias de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de origem identificável e não identificável, o que abre uma imensa possibilidade de legalização da biopirataria, na qual não será necessária a identificação da origem do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Concluiu-se que o TIRFAA, embora tenha algum papel em defesa dos agricultores, no sentido de criar a consulta sobre o uso dos recursos fitogenéticos e os conhecimentos tradicionais associados, corrobora para a mercantilização desses recursos. Com isso, pensa-se que para a proteção da natureza e do homem é necessário repensar a base da produção material, pois no atual (o capitalismo) há a necessidade de explorar ao máximo possível a natureza, tanto que a coloca como conceito de recurso, algo que é apropriável. Posto que, ao capital o que interessa é a intensa acumulação de riquezas, concentração de renda, poucos com muito e muitos em completa miséria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recursos fitogenéticos. Conhecimento tradicional associado. Propriedade intelectual. TIRFAA.

**RESUMEN:** *Este artículo tiene como objetivo de analizar el Tratado Internacional sobre los Recursos Fitogenéticos para la Alimentación y Agricultura (TIRFAA) frente al Acuerdo sobre Aspectos de Derechos de Propiedad Intelectual Relativos al Comercio (ADPIC) desde la Organización Mundial del Comercio (OMC), en que hay una clara tendencia a introducir entre las formas de propiedad intelectual sobre el derechos tanto del recurso fitogenético (las semillas), así como los conocimientos tradicionales asociados. Esto es porque ADPIC empezaron a permitir que, después de la inserción del sistema de patentes propiedad intelectual suis generis de derechos, la capacidad de los países miembros de patentar el patrimonio genético y conocimientos tradicionales (art. 27, 3b del ADPIC), asociados desde la divulgación del origen de la observado material genético (art. 22 del ADPIC), lo que constituyó los recursos genéticos y asociados los conocimientos tradicionales en algo con valor financiero, crear nuevas mercadorías. Además de eso, a nivel nacional, la regulación se da por la Ley nº 13.123/2015, qué muchos autores la consideran como una afrenta al TIRFAA, porque niega el derecho de los agricultores a dar su consentimiento para el uso de los recursos fitogenéticos y no contempla beneficios específicos y los incentivos; así como, categorías creadas de los conocimientos tradicionales asociados a lo patrimonio genético de orígenes identificable y no identificable, que se abre una enorme posibilidad de la legalización de la biopiratería en la que no está obligado a identificar el origen del patrimonio genético y conocimientos tradicionales asociados. Se concluyó que el TIRFAA, aunque tiene algún papel en la defensa de los agricultores, con el fin de crear la consulta sobre el uso de recursos fitogenéticos y conocimientos tradicionales asociados, confirma a la comercialización de estos recursos. Con eso, para la protección de la naturaleza y el hombre es necesario repensar la base de la producción material, porque en la actual (capitalismo) hay que explorar la naturaleza más completamente posible, tanto es así que ella es tratada como un bien, algo que es posible apropiarse. Tiendo en cuenta, que el capital pretende es la intensa acumulación de la riqueza, concentración de renda, pocos con mucho y muchos en la completa miseria.*

**PALABRAS-CLAVE:** Recursos fitogenéticos. Conocimientos tradicionales asociados. Propiedad intelectual. TIRFAA.

---

## **RESERVAS EXTRATIVISTAS E SOCIOAMBIENTALISMO: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO SERINGALISTA AO DIREITO SOCIOAMBIENTAL**

**EXTRATIVIST RESERVES AND SOCIOAMBIENTALISM: CONTRIBUTIONS FROM THE SERINGALIST MOVEMENT TO SOCIAL AND ENVIRONMENTAL LAW**

Carolina Corrêa Moro  
Gabriel Antonio Silveira Mantelli  
Caroline Marques Leal Jorge Santos

**RESUMO:** O presente trabalho analisa o quadro jurídico das reservas extrativistas à luz do ideário socioambientalista, utilizando como caso de estudo o movimento seringalista. Parte-se do pressuposto que a relação dos humanos com a natureza é bastante diversa de acordo com o período histórico, o tipo de comunidade, o contexto social, dentre tantos outros fatores. É nesta diversidade que surgem as diferentes correntes ambientalistas que buscam seja uma relação de ecologismo radical, com a preservação absoluta da natureza não humana, seja uma relação mais utilitarista, que busca conciliar a preservação e a utilização racional de recursos naturais. O socioambientalismo, por sua vez, busca fornecer uma nova narrativa, que entenda o ser humano e as relações sociais como integrantes do meio ambiente e consideráveis agentes de preservação. A aderência a uma destas correntes, ou às tantas outras existentes, reflete diretamente o modelo de legislação e política pública ambiental adotado. Desta forma, o presente trabalho explora de forma crítica a evolução das correntes ambientalistas no Brasil, pontuando de forma destacada o socioambientalismo. Em um segundo momento, expõe-se a presença destas correntes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Posteriormente, faz-se um estudo de caso da criação do modelo de reserva extrativista mediante a atuação política e social do movimento seringalista na década de 1980. Por fim, propõe-se debater as possibilidades do socioambientalismo na construção da governança ambiental para uma tutela efetiva do meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Socioambientalismo. Unidades de conservação. Reserva extrativista. Movimento seringalista. Governança ambiental.

**ABSTRACT:** *This paper analyzes the legal framework of extractive reserves in the light of socio-environmentalist ideas, using as a case study the rubber tapping's workers movement. It is assumed that the relationship between humans and nature is quite different according to the historical period, the type of community, the social context, among many other factors. It is in this diversity that the different environmental movements that seek since a relationship of radical environmentalism, with the absolute preservation of the nonhuman nature, until a more utilitarian relationship that seeks to reconcile the preservation and rational use of natural resources. Socio-environmentalism seeks to provide a new narrative, which understands human beings and social relations as members of the environment and considerable agents of preservation. The adherence to one of these currents, or to many others, directly reflects the model of legal rules and public environmental policy adopted. In this way, the present work explores in a critical way the evolution of the environmental movements in Brazil, highlighting in a prominent way the socio-environmentalism. In a second moment, the presence of these movement in the National System of Conservation Units ("SNUC" in the Portuguese acronym) is exposed. Subsequently, a case study of the creation of the extractive reserve model through the political and social action of the rubber tapping's workers movement in the 1980s is carried out. Finally, it is proposed to discuss the possibilities of socio-environmentalism in the construction of environmental governance for effective protection of the environment.*

**KEY WORDS:** *Socioenvironmentalism. Conservation units. Extractive reserve. Rubber tapping's workers movement. Environmental governance.*

---

## SEGURANÇA ALIMENTAR DE POVOS NATIVOS DO PARAGUAI SEGURIDAD ALIMENTARIA DE PUEBLOS NATIVOS DEL PARAGUAY

Christian Javier Esteche Mosqueda  
José Samuel Meza Campuzano

**RESUMO:** A clareira brutal de áreas florestais e a consequente perda de biodiversidade, o avanço da fronteira agrícola de monocultivos e criação de gado atentam de forma preocupante e negativa na situação da maioria das comunidades indígenas do país. A baixa produtividade agrícola que causa insegurança alimentar destes povos; isto se deve principalmente a uma ausência de planificação coletiva consciente, no uso da terra e recursos florestais, criando um ciclo: empobrecimento do solo, degradação ambiental e deficiências alimentares conformam o contexto principal do problema, seus efeitos e consequências expostos no presente artigo. Dentro desse contexto, até hoje existe uma ausência de uma política legislativa ambiental para desenvolver condições necessárias e levar adiante a capacidade na produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e nativos presentes na natureza pelas famílias originárias da região. Isto implica iniciar ações específicas na recuperação da biodiversidade no conjunto, que permitam consolidar sistemas de uso e manejo sustentáveis dos agroecossistemas comunitários aborígenes. A escolha tecnológica baseada em princípios agroecológicos permitirá o início dos trabalhos na recuperação de ecossistemas agrícolas em comunidades de povos indígenas, na recuperação e revalorização da floresta, formas de culturas e rituais tradicionais, a partir dos princípios de culturas e identidades étnicas. É necessário resolver urgentemente os problemas alimentares das comunidades indígenas da região. Pelas prioridades mencionadas, essas comunidades devem ser incentivadas a recuperar áreas prioritárias biodegradadas com a implementação de sistemas agroflorestais com alta diversificação agrícola produtiva nos períodos agrícolas a serem iniciados. Todos esses fatores citados acima tiveram um impacto negativo sobre as condições de vida dos povos nativos, ocasionando o deslocamento forçado e crescente, para outras regiões, especialmente nas zonas periurbanas das principais cidades do país, vivendo em condições subumanas e expostos a todos os tipos de destruição, o que motiva encontrar uma solução eficaz para o problema instalado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Monocultivos extensos. Áreas biodegradadas. Recuperação de agroecossistemas.

**RESUMEN:** El despeje brutal de las áreas boscosas y la consecuente pérdida de la biodiversidad, el avance de la frontera ganadera y agrícola de monocultivos, atenta de manera preocupante y negativa la situación de la mayoría de las comunidades indígenas del país. La baja productividad agrícola que deriva en la inseguridad alimentaria de estos pueblos, se debe principalmente a la ausencia de una planificación colectiva consciente, en el uso de la tierra y los recursos forestales, creando un ciclo: suelo empobrecido, degradación ambiental y deficiencias alimentarias conforman el contexto principal de la problemática, sus efectos y consecuencias planteadas en el presente artículo. Del mismo modo hasta hoy existe una ausencia de una política legislativa ambiental para desarrollar las condiciones necesarias y llevar adelante la capacidad de producir alimentos sanos, suficientes y autóctonos presentes en la naturaleza por parte de familias originarias de la región.



*Implica iniciar acciones específicas en la recuperación de la biodiversidad en su conjunto, que permitan consolidar sistemas de usos y manejos sostenibles y sustentables de los agroecosistemas comunitarios aborígenes. La opción tecnológica basada en principios agroecológicos, podrá permitir el inicio de trabajos en la recuperación de los agroecosistemas en comunidades de pueblos originarios, en la recuperación y revaloración del bosque, las formas de cultivos tradicionales y rituales, desde los principios de las culturas e identidades étnicas. Es necesario abordar urgentemente la problemática alimentaria de las comunidades indígenas en la región. Por la prioridad señalada, se identifican aquellas comunidades con quienes se incentivarán de manera prioritaria la recuperación de las áreas biodegradadas con la implementación de sistemas agroforestales, con alta diversificación productiva en los periodos agrícolas a iniciarse. Todos estos factores citados más arriba han afectado de manera negativa en las condiciones de vida de los pueblos nativos, provocando un desplazamiento forzoso y cada vez mayor, hacia otras regiones, especialmente a áreas periurbanas de las principales ciudades del país donde viven en condiciones infrahumanas y expuestas a todo tipo de destrucción; lo que motiva encontrar una efectiva solución a la problemática instalada.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Monocultivos extensos; Áreas biodegradadas; recuperación de los agroecosistemas.*

---

## **SOBREPOSIÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DE BOM JESUS E O TERRITÓRIO INDÍGENA KUARAY HAXÁ: CONFLITOS AMBIENTAIS E DIREITOS ORIGINÁRIOS**

**SUPERPOSICIÓN DE LA RESERVA BIOLÓGICA DE BOM JESÚS Y EL TERRITÓRIO INDÍGENA KUARAY HAXÁ: CONFLICTOS AMBIENTALES Y DERECHOS ORIGINÁRIOS**

Gisele Jabur

**RESUMO:** A partir da criação dos primeiros Parques Nacionais ao redor do mundo, cujo objetivo principal era o de preservar os recursos naturais ali existentes seguindo a ideia de que a natureza só poderia ser preservada desde que se mantivesse inabitada. Assim como no debate internacional, no caso brasileiro o conflito principal trava-se em torno do uso e apropriação da terra por populações humanas em áreas declaradas Unidades de Conservação (UCs), o qual se refletiu no processo de elaboração e institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O objetivo geral desta pesquisa é analisar o conflito socioambiental entre usos e direitos territoriais dos povos indígenas e a conservação da natureza via áreas protegidas, à luz do caso da sobreposição entre a Reserva Biológica (REBIO) de Bom Jesus e o território indígena Mbya Guarani da aldeia Kuaray Haxá, no litoral do estado do Paraná. A pesquisa adota a perspectiva da interdisciplinaridade, tendo em vista que o conflito socioambiental exige uma visão mais abrangente e holística do que aquela específica da área de formação disciplinar. Para tanto, será adotada a pesquisa qualitativa, na medida em que serão coletados dados através de conversas e entrevistas com os atores/sujeitos do conflito em questão. Será realizada uma revisão da literatura sobre direitos originários, bem como acerca da temática do

conflito ambiental decorrente das diferentes racionalidades e as formas de uso e apropriação da terra, e a relação com a conservação da natureza via áreas protegidas. Considerando a indissociabilidade entre cultura e natureza presente na cosmovisão dos povos indígenas, os direitos territoriais destes povos e a controvérsia do Estado brasileiro ao instituir situações de sobreposição de espaços territoriais especialmente protegidos, este estudo questiona como tem se configurado o conflito ambiental decorrente da sobreposição entre a REBIO de Bom Jesus e o território indígena Kuaray Haxá. Parte-se do pressuposto da importância dos direitos originários e tem-se em vista a relação especial que esses povos têm para com a terra, justamente porque dela dependem não apenas para a sobrevivência física, mas espiritual e cultural, sendo esta imprescindível para a existência destes povos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sobreposição. Unidades de Conservação. Terra Indígena. Direito Socioambiental. Conflitos Ambientais.

**RESUMEN:** *A partir de la creación de los primeros parques nacionales en todo el mundo, cuyo principal objetivo era preservar los recursos naturales que se encuentran allí siguiendo la idea de que la naturaleza sólo puede conservarse desde que permanezca deshabitada. Junto al debate internacional, en Brasil el principal conflicto está en las formas de uso y apropiación de la tierra por las poblaciones humanas en las zonas declaradas áreas protegidas (APs), lo que se reflejó en el proceso de elaboración y la institucionalización del Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SNUC). El objetivo general de esta investigación es analizar el conflicto ambiental entre los derechos territoriales de los pueblos indígenas y su relación con la conservación de la naturaleza a través de las APs. Para tanto, el estudio de caso va a darse de la Reserva Biológica (REBIO) de Bom Jesús y el territorio indígena Kuaray Haxá en la costa del estado de Paraná. La pesquisa adopta el punto de vista de la interdisciplinariedad, dado que el conflicto socioambiental requiere un enfoque más integral y holístico de la área específica formación disciplinar. Así, se adoptó la investigación cualitativa, en la medida en que los datos serán recogidos a través de conversaciones y entrevistas con actores/sujetos del conflicto y una revisión de la literatura sobre los derechos originales se llevará a cabo, así como sobre los conflictos ambientales que surgen de distintas racionalidades y formas de uso y apropiación de la tierra, y la relación con la conservación de la naturaleza a través de las APs. Teniendo en cuenta el carácter inseparable de la cultura con la naturaleza en la cosmovisión indígena y el estado brasileño con la controversia mediante la introducción de situaciones en las cuales espacios territoriales especialmente protegidos están superpuestos, por supuesto hay un enfoque desde la relación especial que tienen estas personas a la tierra, precisamente porque no depende sólo para la supervivencia física, sino espiritual y cultural, que es esencial para la existencia de estos pueblos.*

**PALABRAS-CLAVE:** Superposición. Unidades de Conservación. Tierras Indígenas. Derecho Socioambiental. Conflictos Ambientales.

---

**UMA LUTA PELA (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL ATRAVÉS DA RESISTÊNCIA, ALTERNATIVIDADE E CONSTRUÇÃO DO VALOR SIMBÓLICO NO CAMPO ESTIMULADA PELA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ESPAÇOS PROTEGIDOS**

*UNA LUCHA POR LA (IN) JUSTICIA AMBIENTAL A TRAVÉS DE LA RESISTENCIA, ALTERNATIVIDAD Y CONSTRUCCIÓN CAMPO DE VALOR SIMBÓLICO ESTIMULADO POR EL TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE INGRESOS EN LA CONSERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD Y LAS ÁREAS PROTEGIDAS*

Amilcar Marcel de Souza  
Yanina Micaela Sammarco

**RESUMO:** No contexto do desenvolvimento sustentável, o aspecto social coloca a questão ambiental como um problema fundamentalmente político e uma questão em disputa que envolve os interesses da sociedade no seu conjunto. O objetivo deste trabalho foi identificar o potencial da redução da injustiça ambiental no centro oeste paulista, através da geração de trabalho e renda para desempregados do setor sucroalcooleiro em serviços ambientais de restauração florestal em Áreas de Preservação Permanente no centro oeste paulista. Foi analisado o rendimento operacional da mão de obra em recuperação florestal e analisado o seu potencial de geração de trabalho e renda e inclusão social. Dentro do cenário de 12 milhões de hectares a serem recuperados levantados pelo Ministério do meio Ambiente com um custo médio de R\$15.000,00, pode-se estimar um custo de R\$1,8 trilhões que deverão ser investidos nos próximos 20 anos tanto pelo poder público como privados para o cumprimento da lei 12.651/12 que traz as novas regras do Código Florestal brasileiro. No mesmo raciocínio de análise conforme os dados citados acima obtidos pelo Instituto Pro-Terra (2016) é possível a geração de aproximadamente 200 mil novos postos de trabalho nos próximos 20 anos em um serviço essencial para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que é a recuperação de 12 milhões de florestas nativas distribuídas por todos os biomas. No contexto da exclusão social em que o Brasil presencia, surge uma grande oportunidade de redução da Injustiça Socioambiental vinculada a inúmeros conflitos através geração de trabalho e renda e inclusão socioambiental e aplicação de princípios as alternativas ao processo hegemônico do capitalismo como o empoderamento, sensibilização ambiental, desalienação, construção coletiva e participativa, entre outras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Restauração Florestal. Geração de Trabalho e Renda. Biodiversidade e Espaços Protegidos.

**RESUMEN:** *En el contexto del desarrollo sostenible, el aspecto social pone el tema ambiental como un problema fundamentalmente político y un asunto en disputa que involucra los intereses de la sociedad en su conjunto. El objetivo fue identificar el potencial de reducción de la injusticia ambiental en el oeste de centro de Sao Paulo, mediante la generación de empleo e ingresos para el sector de azúcar y alcohol en paro en los servicios ambientales de restauración forestal en Áreas de Preservación Permanente en el oeste de centro de Sao Paulo. Se analizó el rendimiento operativo del trabajo en la restauración de los bosques y se analiza su potencial para generar empleo e ingresos y la inclusión social. Dentro del escenario de 12 millones de hectáreas para recuperar planteada por el Ministerio de Medio Ambiente con un costo promedio de R \$ 15,000.00, se puede estimar un costo de R \$ 1,8 billones de dólares*

*para ser invertidos en los próximos 20 años, tanto para el poder pública y privada para el imperio de la ley 12.651 / 12, que trae las nuevas reglas del Código Forestal brasileño. El mismo análisis razonamiento que los datos mencionados anteriormente obtenida por Pro-Tierra Institute (2016) es posible generar unos 200.000 nuevos empleos en los próximos 20 años en un servicio excencial para la mejora de la calidad de vida brasileño que es la recuperación de 12 millones de bosques nativos se extendió por todos los biomas. En el contexto de la exclusión social en el que la presencia de Brasil, hay una gran oportunidad de reducción de la injusticia ambiental relacionado con numerosos conflictos a través de la generación de empleo e ingresos y la inclusión del medio ambiente y la aplicación de los principios de los alternativas el proceso hegemónico del capitalismo como la potenciación, la conciencia ambiental, la alienación, la construcción colectiva y participativa, entre otros.*

**PALABRAS CLAVE:** Restauración del bosque; Generación de trabajo e ingresos; La biodiversidad y las áreas protegidas.

---

## GRUPO DE TRABALHO 2

### NATUREZA, POVOS E SOCIEDADE DE RISCO

#### **DIREITOS HUMANOS NO CAMPO PARAENSE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS** *HUMAN RIGHTS IN THE PARAENSE COUNTRYSIDE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES*

Raphael Lopes da Costa

**RESUMO:** A concepção da Amazônia como um imenso vazio demográfico a ser preenchido e explorado foi a base do pensamento desenvolvimentista-militar entre os anos de 1964-1985. Nesse contexto, o governo brasileiro alterou as normas em vigor até então para oferecer incentivos fiscais a projetos agropecuários. Por intermédio de renúncias fiscais acompanhadas por concessões de grandes extensões de terras na região, estas muitas vezes acima dos limites constitucionais e sem autorização legislativa para tal, o Estado possibilitou o avanço do capitalismo no campo paraense atraindo o capital nacional e estrangeiro para a Amazônia, ocupando a região “pela pata do boi”. Em lugar de cumprir o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) baixado pelo próprio regime militar-civil, que determina que o Poder Público tinha a obrigação de garantir o acesso à terra aos trabalhadores rurais preferencialmente na região onde habitavam (art. 2º, § 2º do ET), os militares promoveram a maior migração interna da história do Brasil favorecendo a ida de milhões de pessoas para a região norte. O resultado desta política fundiária rural equivocada foi um processo de especulação sobre as terras amazônicas, que fomentou o surgimento de um mercado paralelo e ilegal de terras baseado em formas ilegítimas de aquisição da propriedade como a violência e a grilagem de terras, o que originou diversos conflitos fundiários e elevou os índices de desmatamento e trabalho escravo na região paraense. O presente trabalho busca fazer uma análise crítica da problemática situação fundiária rural do estado do Pará, destacando as violações de direitos humanos, em especial do direito à vida, originadas das ações e omissões estatais, e expor as perspectivas para o campo paraense após a decisão do Conselho Nacional de Justiça que ordenou o cancelamento de mais de 5,5 mil títulos de imóveis rurais registrados nos cartórios paraenses e que juntos perfaziam uma área equivalente a quatro vezes o tamanho do estado Pará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia. Violência. Conflitos.

**ABSTRACT:** *The conception of the Amazon as an immense demographic void to be filled and exploited was the basis of military-developmental thinking between the years 1964-1985. In this context, the Brazilian government changed the rules in force until then to offer fiscal incentives to agricultural projects. By means of fiscal renunciations accompanied by concessions of large extensions of land in the region, these often above the constitutional limits and without legislative authorization for such, the state made possible the advance of capitalism in the countryside of Pará attracting national and foreign capital to the Amazon, Occupying the region "by the ox's paw". Instead of complying with the Land Statute (Law nº 4.504/64) written by the civil-military regime itself, which establishes that the Government had an obligation to guarantee access to*

*land to rural workers, preferably in the region where they lived (art. 2 °, § 2 ° of the LS), the military promoted the greater internal migration of the history of Brazil favoring the trip of millions of people to the north region. The result of this misguided rural land policy was a process of speculation on the Amazonian lands, which fostered the emergence of a parallel and illegal land market based on illegitimate forms of property acquisition such as violence and grilagem, which originated several Conflicts and increased the rates of deforestation and slave labor in the region of Para. The present work seeks to make a critical analysis of the problematic rural land situation in the state of Pará, highlighting violations of human rights, especially the right to life, arising from state actions and omissions, and exposing the perspectives For the Pará countryside after the decision of the National Council of Justice that ordered the cancellation of more than 5,5 thousand titles of rural properties registered in the parish registries and that together they represented an area equivalent to four times the size of the state Para.*

**KEYWORDS:** Amazon. Violence Conflicts.

---

## **O USO DA ÁGUA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA (GO)**

*WATER USE, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN JUSSARA/GOIAS STATE*

Robson de Sousa Moraes  
Denilson Mateucci Vicente

**RESUMO:** No Brasil o quantitativo de áreas irrigadas vem crescendo exponencialmente, saltando de 462 mil hectares, na década de 1960, para 6,1 milhões de hectares em 2014. Quatro estados brasileiros concentram 80% das áreas irrigadas (Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia). Em território Goiano existem 18 mil pivôs instalados cobrindo uma área de 212.758 Ha. A análise de série histórica (2000 – 2013) revela uma constante evolução, apresentando taxas de crescimento médio de 6% ao ano, com 89% de aumento dos números dos equipamentos instalados. Jussara é o segundo município goiano com maior área irrigada por Pivô com 9.570 Ha, sendo o sétimo município em quantidade de equipamentos (86) com área média de 111 Ha por pivôs, sendo este indicador maior que o da média estadual (76 Ha). O Município de Jussara localiza-se na porção noroeste do estado de Goiás, na microrregião do Rio Vermelho. Possui uma população de 19.402 habitantes distribuídos em uma área de 4.092,456 km<sup>2</sup>. Está situada na Coordenada Geográfica com latitude de 15°52'32" ao sul do Equador e longitude de 50°52'04" do Meridiano de Greenwich. Jussara é integrante da sub-bacia do Rio Vermelho e da Macro Bacia do Araguaia, tendo como principais cursos de água os rios Água Limpa e Rio Claro. Atualmente o município vive em condição de stress hídrico com sérias consequências para o abastecimento público bem como para as atividades econômicas instaladas. O artigo ora apresentado busca evidenciar os conflitos socioambientais desencadeados pelos múltiplos usos de sua rede de drenagem, sendo um estudo integrante das pesquisas elaboradas pelo Grupo de Estudos das Águas do Cerrado, pertencente ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) da Universidade Estadual de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Água. Conflitos Socioambientais. Bacia Hidrográfica.

**ABSTRACT:** *The number of irrigated areas in Brazil has grown exponentially, jumping from 462,000 hectares in the 1960s to 6.1 million hectares in 2014. Between the Brazilian states, four concentrate 80% of the irrigated areas (Minas Gerais, São Paulo, Goiás and Bahia). In Goiás state there are 18 thousand center pivot systems installed, which cover an area of 212.758 hectares. The statistic historical series (2000 - 2013) reveals a constant evolution, presenting average growth rates of 6% per year, with an 89% increase in installed equipment numbers. Jussara is the second municipality in Goiás, with the highest area irrigated by pivot systems with 9,570 Ha, and the seventh municipality in quantity of equipment (86) with an average area of 111 Ha per pivots, being this indicator higher than the state average (76 Ha). The Municipality of Jussara is located in the northwest region of the Goiás state. It has a population of 19,402 inhabitants distributed in an area of 4,092,456 km<sup>2</sup>. It is located in the Geographical Coordination with latitude of 15°52'32 " south and longitude of 50°52'04 " of the Greenwich Meridian. Jussara is part of the basin of the Red River, which is in the basin of Araguaia, having as main water courses the rivers Água Limpa and Rio Claro. Nowadays, the municipality lives in a condition of water stress with serious consequences for the public supply as well as for the economic activities. The present paper intends to evidence the social and environmental conflicts caused by the multiple uses of its drainage network. It is an integral study of the researches elaborated by the Study Group of the Waters of the Brazilian Savanna (Cerrado), which is part of the Agroecology and Rural Education Center (GWATÁ), at the State University of Goiás.*

**KEYWORDS:** *Water. Hydrographic Basin. Social and environmental conflicts.*

---

## **A BURLATERALIDADE COMO NORMA GERAL DO PACTO ANTI-CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO**

LA BURLATERALIDAD COMO NORMA GENERAL DEL PACTO ANTICIVILIZATÓRIO BRASILEÑO

Daniel Jorge L.M.M. Habib

**RESUMO:** Entenda-se *civilização* como o resultado de um processo ontogenealógico de respeito comum e busca com máximo nível possível de consenso programático: entre nações, culturas, histórias, origens e destinos distintos. Mormente no serviço público mas também disperso, pulverizado, capilarizado na filigrana das culturas hegemônicas herdadas do período colonial-imperial, a *burlateralidade*, neologismo para "gerar dano ao próximo e tirar o da reta ao mesmo tempo" vem sintetizar neste exemplo o papel desenraizador dos agentes públicos/políticos do Estado face a solicitantes de populações tradicionais inseridas no entorno de unidades de conservação que tiveram ou têm seus direitos não garantidos pelos distintos sistemas do executivo, judiciário e ministérios públicos. Tais não-garantias se expressam na forma de adiamentos, respostas evasivas ou protelatórias, não cumprimentos de dispositivos orçamentários, bem como através de vícios de informação e de interpretação de legislação, de menor a maior, desde termos de autorização de uso,

passando por portarias, resoluções e instruções normativas, até culminar em texto constitucional ou em tratados ratificados pelo país. O radical 'burla' vem expressar simultaneamente uma brincadeira de mau gosto e a ação de evadir-se, do verbo burlar; a 'lateralidade' traz consigo o *caminho* alternativo às boas práticas recomendadas pelos princípios da administração pública, fundamentais ao funcionamento mínimo da burocracia do Estado: o *caminho* da improbidade e da prevaricação não tipificada, porém tipificável. Enquanto norma geral a burlateralidade procura demonstrar-se componente arraigado da cultura no serviço público, sobretudo no atendimento das demandas destes povos tradicionais em situação de múltipla pressão e desproteção. Resulta assim em termo-síntese para atingir o problema do Estado enquanto principal agente coator em face destas pessoas, não respeitadas suas respectivas vulnerabilidades, não compreendidos seus direitos e não garantidos seus modos de vida, de produção e reprodução dos ambientes-lugares onde vivem e fazem vida-naturezas. Resulta, finalmente, que a burlateralidade seja tal razão de risco, norma geral deste descaminho: um processo ontogenealógico de desrespeito, que depreende de consensos programáticos entre povos com culturas e histórias distintas. As razões fundantes e outros exemplos de aplicação do conceito ora apresentado não são objeto de apreciação do presente resumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Burlateralidade. Pacto Anti-Civilizatório. Estado Coator.

**RESUMEN:** *Entiendase civilización como el resultado de un proceso ontogenealógico de respeto común y búsqueda con máximo posible de consenso programático: entre naciones, culturas, historias, orígenes y destinos distintos. Sobre todo en el servicio público pero también dispersado, polvorizado, capilarizado en la filigrana de las culturas hegemónicas heredadas del período colonial-imperial, la burlateralidad, neologismo para "producir daño al próximo mientras se "quita el suyo de la recta" (dicho popular de Brasil sin posible traducción)" viene sintetizar en este ejemplo el papel desenraizador de los agentes públicos/políticos del Estado face a solicitantes de poblaciones tradicionales insertadas en el borde de unidades de conservación que han tenido o tienen sus derechos no garantizados por los distintos sistemas del ejecutivo, judicial y ministerios públicos. Tales no garantías se expresan en la forma de prorrogas, respuestas evasivas o dilatorio, no cumplimientos de dispositivos de presupuesto, así como a través de vicios de información y de interpretación de legislación, de menor a mayor, desde términos de autorización de uso, pasando por portarías, resoluciones e instrucciones normativas, hasta culminar en texto constitucional o en tratados ratificados por el país. El radical 'burla' viene expresar en simultáneo un malo chiste y la acción de evadirse, del verbo burlar; la 'lateralidad' trae consigo el camino alternativo a las buenas practicas recomendadas por los principios de la administración pública, fundamentales al funcionamiento mínimo de la burocracia del Estado: el camino de la improbidad y de la prevaricación no tipificada, pero tipificable. Mientras norma general la burlateralidad busca demostrarse componente enraizado de la cultura en el servicio público, sobre todo en el atendimento de las demandas de estos pueblos tradicionales en situación de múltipla presión y desprotección. Resulta así en termino-síntesis para aquejar el problema del Estado en cuanto principal agente coactor en face de estas personas, no respetadas sus respectivas vulnerabilidades, no comprendidos sus derechos y no garantizados sus modos de vida, de producción y reproducción de los ambientes-lugares donde viven y hacen vida-naturezas. Resulta, finalmente, que la burlateralidad sea tal razón de riesgo, norma general de este descamino: un proceso ontogenealógico de*



*derespeto, que deprende de consensos programáticos entre pueblos con culturas y historias distintas. Las razones fundantes y otros ejemplos de aplicación del concepto ora presentado no son objeto de apreciación del presente resumen.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Burlateralidad, Pacto Anti-Civilizatório, Estado Coactor.*

## **CONFLITOS SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 12.651 EM ÁREAS URBANAS** **CONFLICTS ON THE APPLICABILITY OF LAW 12.651 IN URBAN AREAS**

Daniele Regina Ponte  
Samantha Busnello

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar como o poder judiciário trata os conflitos de apropriação das áreas de preservação permanentes coligados em relação a usos já existentes. Verificar como a LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 – Código Florestal contribuiu para a resolução dos casos de invasão de áreas de APP, como a legislação federal, estadual e municipal se relacionam e auxiliam na resolução desses processos. Por fim analisar se LEI Nº 12.651 auxilia na preservação da APPs Urbanas. A pesquisa é feita de forma analítica baseada em estudos literários e com pesquisa de jurisprudências do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, em um espaço amostral de 5 anos antes do promulgação da LEI Nº 12.651 e 5 anos após, compreendendo os anos de 2008 a 2017. Conclui que após a implantação do Código Florestal as legislações Federal, Estadual e Municipal ainda apresentam conflitos, que existe a necessidade de elaborar uma legislação unificada e com diferentes tipos de análises para a proteção das áreas de preservação permanentes especificamente para as áreas urbanas, tanto as consolidadas como as em expansão como forma de superação dos conflitos ambientais e sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Área de preservação permanente. Área urbana; Legislação ambiental. Código Florestal Brasileiro.

**ABSTRACT:** *The present research aims to analyze how the judiciary treats the conflicts of ownership of the permanent preservation areas related to existing uses. Check how Law No. 12.651, of May 25, 2012 - Forest Code contributed to the resolution of cases of invasion of APP areas, as federal, state and municipal legislation relate and assist in the resolution of these processes. Finally, to analyze whether LEI No. 12.651 assists in the preservation of urban APPs. The research is carried out analytically based on literary studies and research of jurisprudence of the Judicial Branch of the State of Santa Catarina, in a sample space of 5 years before the promulgation of LEI Nº 12.651 and 5 years later, comprising the years of 2008 to 2017. Concludes that after the implementation of the Forest Code Federal, State and Municipal laws still present conflicts, that there is a need to develop a unified legislation and with different types of analysis for the protection of permanent preservation areas specifically for urban areas, Both consolidated and expanding as a way to overcome environmental and social conflicts.*

**KEYWORDS:** *Permanent preservation area. Urban area. Environmental legislation. Brazilian Forest Code.*

---

**A CONSIDERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DO TRABALHO NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL A FIM DE ELUCIDAR O CARÁTER UNITÁRIO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

*LA CONSIDERACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DEL TRABAJO EN EL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL CON EL FIN DE MOSTRAR EL CARÁCTER UNITARIO DEL MEDIO AMBIENTE EN LA CONSTITUCIÓN DE 1988*

Luis Miguel Justo da Silva  
Deborah Maria Zanchi

**RESUMO:** A função instrumental precípua do processo administrativo de licenciamento ambiental é a tutela preventiva do meio ambiente mediante a análise da localização, instalação, ampliação e operação dos empreendimentos e das atividades que empregam recursos ambientais com o risco de poluição, ou a poluição constatada, ou seja qual for a degradação ambiental, conforme a Lei Complementar n. 140/2011 e a Resolução Conama n. 237/97. O bem jurídico meio ambiente foi consubstanciado no texto constitucional pelo direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado, art. 225, da Constituição Federal de 1988, que define o bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida do ser humano, de responsabilidade do Poder Público e da sociedade organizada, bem como pelo direito fundamental à vida. Desta forma, a definição do meio ambiente é tida de modo amplo, unitário, e indeterminado utilizando-se de princípios e diretrizes comuns, contudo, a observação da atividade degradante e do bem imediatamente agredido admite a divisão em aspectos, quais sejam, o natural, artificial, cultural (e digital) e, do trabalho. Então, o aspecto do meio ambiente laboral compõe-se das condições físicas, químicas, biológicas e organizacionais – estas elucidadas pelo direito ao meio ambiente organizacional saudável do trabalho, a dimensão central do direito fundamental ao trabalho –, já que também é um meio humano constituído nas relações de cooperação e coordenação entre os trabalhadores na organização do trabalho, sendo assim, um meio submetido a poluição ambiental pelos riscos de danos à saúde do trabalhador. Diante disso, os deveres dos princípios ambientais e do direito fundamental ao trabalho e das Normas Regulamentadoras editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego podem ser cobradas do empreendedor. Neste sentido, o objetivo é a tutela ambiental ampla por intermédio da inclusão da proteção do meio ambiente laboral, um aspecto ambiental que, por sua vez, influencia no meio ambiente como um todo. Portanto, na análise do licenciamento ambiental impõe-se a observação das condições laborais para a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente sadio e equilibrado e do direito fundamental ao trabalho consoante uma hermenêutica constitucional de tutela do meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciamento ambiental. Meio ambiente geral. Meio ambiente do trabalho.

**RESUMEN:** La función instrumental precípua del proceso administrativo de concesión es la protección preventiva del medio ambiente mediante el análisis de la ubicación, instalación, ampliación y operación de proyectos y actividades que utilizan recursos del medio ambiente con el riesgo de contaminación o contaminación comprobada, es decir, que es la degradación ambiental, de acuerdo con la Ley complementaria n. 140/2011 y la Resolución CONAMA no. 237/97. El entorno legal y se plasmó en la Constitución el derecho fundamental a un medio ambiente saludable y equilibrada, el arte. 225 de la Constitución Federal de 1988, que define el bien de uso común, esencial para una sana calidad de vida del ser humano, la responsabilidad del gobierno y la sociedad organizada y el derecho fundamental a la vida. Por lo tanto, la configuración del entorno se toma en términos generales, unitario, e indeterminada utilizando principios y directrices comunes, sin embargo, la observación de la actividad degradante y buenos aspectos divisorias inmediatamente atacados admite, es decir, lo natural, artificial, culturales (y digital) y el trabajo. Por lo que la apariencia del entorno de trabajo se compone de las propiedades físicas, químicas, biológicas y de organización - que dilucidado el derecho a un ambiente de trabajo saludable organizacional, la dimensión central del derecho fundamental al trabajo - ya que es también un entorno humano en la cooperación y la coordinación entre los trabajadores en la organización del trabajo, por lo tanto, un medio sometido a riesgo de contaminación del medio ambiente de los daños a la salud de los trabajadores. Por lo tanto, los deberes de los principios ambientales y el derecho fundamental de trabajo y las normas reguladoras emitidas por el Ministerio de Trabajo y Empleo se pueden cargar al empresario. En este sentido, el objetivo es la amplia protección del medio ambiente a través de la inclusión de la protección del medio ambiente de trabajo, un aspecto ambiental que, a su vez, influyen en el medio ambiente en su conjunto. Por lo tanto, en el análisis de licenciamiento ambiental requiere la observación de las condiciones de trabajo a la efectividad del derecho fundamental a un ambiente sano y ecológicamente equilibrado y el derecho fundamental a trabajar de acuerdo a una hermenéutica constitucionales de protección del medio ambiente.

**PALABRAS-CLAVE:** Licenciamiento ambiental. Medio ambiente en general. Medio ambiente del trabajo.

---

**MEDIDAS LIMINARES E DE URGÊNCIA: A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE DE RISCO DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**  
**LIMINARY AND EMERGENCY MEASURES: THE EFFECTIVENESS OF THE PRECAUTIONARY PRINCIPLE IN THE COMPANY AT RISK OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL LAW**

Renata Nascimento Gomes  
 Maria Paula de Souza Silvério

**RESUMO:** A sociedade moderna é marcada por constantes transformações e pela diversidade de grupos e interesses. Seu contexto é de insegurança, instabilidade, exigindo um direito igualmente dinâmico. As informações, o conhecimento, avanços tecnológicos se processam em alta velocidade, caracterizando sua complexidade. Assim, o uso e aplicação das ciências e da tecnologia podem trazer consequências

imprevisíveis, indesejadas, irreversíveis, irreparáveis, ambiente que caracteriza a sociedade de risco de Ulrich Beck. Justifica-se o estudo do risco e dos instrumentos jurídicos para minimizar os problemas de aplicação para que tais institutos sejam adequadamente efetivados. Isso vai ao encontro da ideia de se construir um direito ambiental mais efetivo, democrático e dinâmico. O processo ambiental, por sua natureza coletiva, apresenta características bastante próprias, como a alta complexidade das execuções de medidas liminares e sentenças e a criação de relações processuais civis com indeterminado número de sujeitos. Portanto, é comum afirmar que as liminares são, por excelência, as medidas para proteção jurisdicional do meio ambiente. Observa-se que o princípio da precaução influencia de forma significativa a lógica dos requisitos para a concessão de tutelas de urgência, garantindo-lhes regime processual diferenciado e que a proteção ambiental somente pode ser efetiva se aplicados mecanismos para utilização racional do meio ambiente, para isso o ordenamento jurídico brasileiro dispõe importantes instrumentos para controle do risco nas tutelas ambientais. O direito assumiu função essencial na gestão de riscos originando novos direitos, garantias e instrumentos para efetivá-los. Aplicar o princípio da precaução significa tutelar bens que ultrapassam a litigiosidade das partes. Portanto, a presente pesquisa encontra justificativa na perspectiva de que ao compreender institutos próprios do direito processual e do direito ambiental aprimora-se sua aplicação no processo ambiental, tornando-o mais efetivo, garantidor de direitos fundamentais, especialmente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Será utilizado o método analítico para analisar o conceito de sociedade do risco em Beck, a gestão de riscos no direito ambiental por meio da aplicação do princípio da precaução bem como observar como o referido princípio orienta a estrutura e sistemática dos pressupostos para concessão das liminares e tutelas de urgência no processo ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade do risco. Princípio da Precaução. Tutelas de Urgência. Direito Processual Coletivo. Direito Ambiental.

**ABSTRACT:** *Modern society is marked by constant transformations and by the diversity of groups and interests. Its context is one of insecurity, instability, demanding an equally dynamic right. Information, knowledge, technological advances are processed at high speed, characterizing its complexity. Thus, the use and application of science and technology can bring unpredictable, unwanted, irreversible, irreparable consequences to the environment that characterizes Ulrich Beck's risk society. It justifies the study of risk and legal instruments to minimize the problems of application for such institutes to be properly implemented. This is in line with the idea of building a more effective, democratic and dynamic environmental right. The environmental process, due to its collective nature, has its own characteristics, such as the high complexity of the execution of preliminary injunctions and sentences, and the creation of civil procedural relationships with an indeterminate number of subjects. Therefore, it is common to say that injunctions are, par excellence, measures for jurisdictional protection of the environment. It should be noted that the precautionary principle significantly influences the logic of the requirements for the granting of emergency safeguards, guaranteeing them a differentiated procedural regime and that environmental protection can only be effective if mechanisms are applied for the rational use of the environment to This Brazilian legal system has important instruments to control the risk in environmental protections. The law assumed a key role in risk management, giving rise to new rights, guarantees and instruments to make*

*them effective. Applying the precautionary principle means protecting assets that go beyond the litigation of the parties. Therefore, the present research finds justification in the perspective that the understanding of own institutes of procedural law and environmental law improves its application in the environmental process, making it more effective, guarantor of fundamental rights, especially to the ecologically balanced environment. The analytical method will be used to analyze the concept of risk society in Beck, risk management in environmental law through the application of the precautionary principle and to observe how this principle guides the structure and systematics of the assumptions for the granting of injunctions and in the environmental process.*

**KEYWORDS:** Risk Society. Precautionary Principle. Guardians of Urgency. Collective Procedural Law. Environmental Law.

---

## **A IMIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA E SUA CONDIÇÃO HUMANA NA BUSCA DO TRABALHO DIGNO**

*THE IMMIGRATION OF VENEZUELANAS IN THE STATE OF RORAIMA AND ITS HUMAN CONDITION IN SEARCH OF THE DIGNOUS WORK*

Luiz Bruno Lisboa de Bragança Ferro  
Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro

**RESUMO:** A busca por melhores condições de vida e de trabalho vem impulsionando processo de imigração de venezuelanos para o Brasil, especificamente no Estado de Roraima. Motivado também, pela instabilidade econômica e política do país vizinho, que passa por uma de suas maiores crises humanitária. Essa realidade tem trazido consequências para Roraima. Assim, o objetivo do trabalho é analisar a imigração dos venezuelanos no Estado de Roraima e sua condição humana na busca do trabalho digno, e seus reflexos sociais. A metodologia proposta é bibliográfica, exploratória, descritiva e de campo, através de dados disponíveis a visitação pública. A análise de dados foi de conteúdo através de estatística descritiva. Os resultados apresentados apontam que atualmente, o fluxo migratório da Venezuela para o Brasil, em especial no Estado de Roraima, tem demonstrado o rompimento de barreiras internacionais para a tentativa de sobrevivência humana digna através do labor. Neste aspecto, somente no ano de 2016, mais de 2000 venezuelanos solicitaram oficialmente pedidos de refúgio na capital Boa Vista do Estado de Roraima, segundo dados da Polícia Federal. Porém, estimativas de imigrações ilegais giram em torno de 80 mil venezuelanos. No entanto, as políticas públicas do governo Federal e Estadual não conseguem inserir dignamente estes venezuelanos no mercado de trabalho, transferindo-os para condições degradantes de subemprego, na busca do sustento diário, jogando no lixo os ditames constitucionais da proteção da dignidade humana e o direito internacional ao trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigração. Trabalho. Dignidade Humana.

**ABSTRACT:** *The search for better conditions of life and work has been driving the immigration process of Venezuelans to Brazil, specifically in the State of Roraima. Also*

*motivated by the economic and political instability of the neighboring country, which is experiencing one of its greatest humanitarian crises. This reality has brought consequences to Roraima. Thus, the objective of the study is to analyze the immigration of Venezuelans in the State of Roraima and their human condition in the search for decent work, and its social reflexions. The proposed methodology is bibliographic, exploratory, descriptive and field, through data available to public visitation. The data analysis was of content through descriptive statistics. The results show that, currently, the immigration flow from Venezuela to Brazil, especially in the State of Roraima, has demonstrated the breaking of international barriers to the attempt of human survival worthy of the work. In this respect, in the year 2016 alone, more than 2000 Venezuelans officially requested requests for refuge in the Boa Vista capital of the State of Roraima, according to data from the Federal Police. However, estimates of illegal immigration turn around 80,000 Venezuelans. However, the public policies of the Federal and State government fail to dignify these Venezuelans in the labor market, transferring them to degrading conditions of underemployment, seeking daily sustenance, throwing in the trash the constitutional dictates of the protection of human dignity and International labor law.*

**KEYWORDS:** *Immigration. Job. Human dignity.*

---

## **INJUSTIÇA AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO** **ENVIRONMENTAL INJUSTICE IN THE RISK SOCIETY**

Conceição Raquel Melo Sabat

**RESUMO:** Como efeito do processo de modernização, o risco e as incertezas passam a apresentar maior significado, já que, anteriormente, poderia se falar em demarcação do risco no tempo e no espaço, ao passo que no contexto da sociedade de risco, as consequências de danos ao meio ambiente, crises econômicas e ações de grupos terroristas se tornam ameaças globais. O desenvolvimento da ciência e da técnica não são garantia de previsão e controle dos riscos anteriormente criados e a gravidade de suas consequências para a saúde humana, para o meio ambiente, desconhecidas que são, tendem a irreversibilidade. Ao mesmo tempo em que os riscos não respeitam fronteiras de qualquer tipo, de forma que povos e natureza são excluídos das discussões e das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade. Com isso, observa-se o esquecimento das massas no palco do crescimento econômico, tornando-se comum a ocupação, por grupos marginalizados de terrenos sem qualquer estrutura pública, de áreas protegidas pela lei ambiental, ou ainda, espaços que são utilizados por grandes empresas para o descarte de produtos poluentes. Em contraponto, nos locais onde há maior riqueza, observa-se a tecnificação rápida, segurança no emprego e maiores atenção aos cuidados com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mesmo diante deste fenômeno, não há unanimidade quanto aos benefícios da luta por justiça ambiental. Trata-se de ideia que precisa de aceitação do público e da esfera governamental que mantém órgãos ambientais. Persiste o entendimento de que as questões ambientais servem como empecilho ao desenvolvimento econômico, criação de empregos e investimentos. Estudos apontam a produção de injustiça ambiental, seja por meio da proteção ambiental desigual e o

acesso desigual a recursos e é preciso aprofundar essa análise, de forma que essa noção se enraíze numa nova regulamentação ambiental, permeada de vetores como dignidade da pessoa humana e igualdade. Reconhecer a existência de um embate entre grupos sociais decorrentes das distintas formas de relacionamentos com seu meio social e natural, é imprescindível para combater a segregação socioambiental, entendida esta como uma dinâmica entre separação e desigualdade de acesso a políticas públicas ou de condições de vida de uma forma geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade de risco. Justiça ambiental. Riscos ecológicos. Segregação socioambiental.

**ABSTRACT:** *As a result of the modernization process, risk and uncertainty become more meaningful since, previously, one could speak of the demarcation of risk in time and space, while in the context of the risk society, the consequences of environmental damage, economic crises and actions of terrorist groups become global threats. The development of science and technology is not a guarantee of prediction and control of the risks previously created and the seriousness of their consequences for human health, for the environment, which are unknown, tend to be irreversible. At the same time, risks does not respect borders of any kind, so that people and nature are excluded from the discussions and policies of development and sustainability. With this, we can observe the overlooking of the masses on the economic growth stage, making it common for marginalized people to occupy lands without any public structure, areas protected by environmental law, or spaces used by large companies for the disposal of polluting products. On the other hand, where there is greater wealth, rapid technology, job security and greater attention to the ecologically balanced environment are observed. Even in the face of this phenomenon, there is no unanimity regarding the benefits of the struggle for environmental justice. It is an idea that needs acceptance from the public and from the governmental sphere that maintains environmental organs. The understanding persists that environmental issues serve as an obstacle to economic development, job creation and investment. Studies point to the production of environmental injustice, either through unequal environmental protection and unequal access to resources, and it is necessary to deepen this analysis, so that this notion is rooted in a new environmental regulation, permeated by vectors such as dignity of the human person and equality. Recognizing the existence of a clash between social groups arising from the different forms of relationships with their social and natural environment, is essential to combat social and environmental segregation, understood as a dynamic of separation and inequality of access to public policies or living conditions of a general form.*

**KEYWORDS:** Risk society. Environmental justice. Ecological risks. Social and environmental segregation.

---

## **OS RESÍDUOS SÓLIDOS COMO PROMOÇÃO DE INICIATIVAS NO MEIO URBANO: O CASO DA PROVÍNCIA DE CARHUAZ E OS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

*LOS RESIDUOS SÓLIDOS COMO PROMOCIÓN DE INICIATIVAS EN ÁREAS URBANAS: EL CASO DE LA PROVINCIA DE CARHUAZ Y LOS RESIDUOS SÓLIDOS DEL MUNICÍPIO DE CURITIBA*

Luiz Guilherme Natalio de Mello

**RESUMO:** O presente trabalho tem como foco descortinar como se desenvolve o manejo dos resíduos sólidos adotados a partir de 2003 na Província de Carhuaz, no Peru, e de que maneiras tal modelo pode servir de inspiração para o Município de Curitiba, sobretudo no tocante às iniciativas comunitárias no meio urbano. São importantes novas ideias diante das recentes dificuldades encontradas em Curitiba quanto ao manejo dos resíduos sólidos, exemplificadas pelos impasses relativos à implantação do novo modelo para o sistema de lixo, principalmente após o fechamento do aterro da Caximba, somado ao fato de que, a despeito de ser uma das primeiras cidades do Brasil a iniciar a coleta seletiva, menos de 10% do lixo é reciclado. Assim sendo, este trabalho, sob o contexto da Teoria da Sociedade de Risco, busca trazer o histórico e os exemplos de iniciativas consolidadas na Província de Carhuaz, destacando as oportunidades criadas a partir de uma eficiente gestão de resíduos sólidos (abrangendo desde atividades de educação ambiental até fazendas de compostagem e criação de locais para a disposição ambientalmente qualificada de resíduos sólidos), medidas estas implantadas pela ONG local, *Ciudad Saludable*, reunindo a participação da população local em parte majoritária das estratégias de gestão do lixo. Em contraste, visa-se uma análise das tentativas para a implantação de um novo sistema de resíduos sólidos no Município de Curitiba, sob a conjuntura da Lei nº 12.305/10, que dentre outras disposições, objetiva a inclusão social dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Em razão disto, o trabalho será alicerçado sob a consulta de legislações, documentos administrativos, matérias oriundas de jornais e revistas e dados estatísticos a fim de explicar as políticas ambientais e iniciativas comunitárias de cunho social que estão sendo adotadas na Província de Carhuaz, assim como para ilustrar a problemática pertinente aos resíduos sólidos no Município de Curitiba. É imperioso um estudo de casos múltiplos e de natureza interdisciplinar, eis que o manejo dos resíduos sólidos na Província de Carhuaz é paradigmático e complexo, tendo recebido prêmios internacionais como o *Japanese Award for Most Innovative Development Project* e o *Dubai International Award for Best Practices*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Socioambiental; Iniciativas comunitárias; Gestão de Resíduos Sólidos; O caso de Carhuaz; Resíduos Sólidos de Curitiba.

**RESUMEN:** Este trabajo se centra en la presentación cómo se desarrolla la gestión de residuos sólidos adoptado a partir de 2003 en la provincia de Carhuaz en Perú, y de qué manera un modelo de este tipo puede servir de inspiración para el municipio de Curitiba, especialmente en relación con iniciativas comunitarias en zonas urbanas. Son importantes las ideas sobre las recientes dificultades encontradas en Curitiba sobre la gestión de residuos sólidos, ejemplificada por los callejones sin salida relativas a la aplicación del nuevo modelo para el sistema de residuos, sobre todo después de la clausura del vertedero de Caximba, sumado al hecho de que la a pesar



*de ser una de las primeras ciudades de Brasil para iniciar la recogida selectiva, menos del 10% de los residuos se recicla. Por lo tanto, este trabajo, en el contexto de la teoría de la sociedad del riesgo, busca llevar la historia y ejemplos de iniciativas consolidadas en la provincia de Carhuaz, destacando las oportunidades creadas a partir de una gestión eficiente de los residuos sólidos (que van desde las actividades de educación ambiental para el compostaje de granjas y creación de sitios para la disposición de residuos sólidos con el medio ambiente cualificado), estas medidas implementadas por la ONG local Ciudad Saludable, reuniendo la participación de la población local en la mayoría de las estrategias de gestión de residuos. Paralelamente, se propone también un análisis de los intentos de poner en marcha un nuevo sistema de residuos sólidos en la ciudad de Curitiba, en el marco de la Ley N° 12.305/10, que entre otras disposiciones, la inclusión social objetivo de colectores de material reciclable y reciclables. Debido a esto, el trabajo se basa en la lectura de las leyes, documentos administrativos, materiales procedentes de periódicos y revistas y estadísticas para explicar las políticas ambientales y las iniciativas comunitarias de carácter social están adoptando en la provincia de Carhuaz, así como para ilustrar las cuestiones pertinentes a los residuos sólidos en la ciudad de Curitiba. Un estudio de casos múltiples y la naturaleza interdisciplinaria es imprescindible, he aquí, el manejo de residuos sólidos en la provincia de Carhuaz es paradigmático y complejo, habiendo recibido premios internacionales como el Japanese Award for Most Innovative Development Project y el Dubai International Award for Best Practices.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Derecho Socioambiental. Iniciativas de la comunidad. Gestión de residuos sólidos. El caso de Carhuaz. Los residuos sólidos de Curitiba.*

---

## **OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS PERANTE O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

### **THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CHALLENGES BEFORE THE PARADIGM OF DEVELOPMENT IN CONTEMPORARY SOCIETY**

Carolina Lückemeyer Gregorio

**RESUMO:** As interpretações da modernidade acerca desenvolvimento condicionaram o progresso como imperativo indispensável ao ser humano; portanto, refutou-se majoritariamente ao longo da história o pensamento que entrasse em conflito com o ideal de crescimento. A construção do pensamento racionalista prático descartou aspectos do empirismo como metodologia válida, bem como pensamentos liberais que versavam sobre a liberdade e a propriedade, originando os direitos de primeira geração, assentando mitos da conquista da natureza, a qual seria objeto, pelo homem, sujeito do universo, em posicionamento corroborado pela razão e pela religião. Aos demais povos que diferiam do conceito de “civilização”, impõe-se a doutrinação, a europeização e a modernização como não somente uma necessidade perante o globo mas como um direito aos mesmos. Nesse quesito, e entendendo a elevação do direito ao desenvolvimento a direito humano fundamental, o artigo questiona os moldes que construíram nossa atual percepção de progresso, bem como a natural resistência à concepções novas que pareçam refrear o mesmo, sugerem-se novas interpretações do desenvolvimento, como liberdade e como reequilíbrio das questões humanas de

dominância e exploração, perante a crise do sistema capitalista. Há um limite até mesmo físico para o que conhecemos atualmente como progresso. Não obstante melhorias na qualidade de vida geral auferidas pelo modelo atual, é indubitável que a exploração foi o ponto chave para o estabelecimento dos institutos dos quais nos valemos em nossa época, culminando nos danos incomensuráveis desse posicionamento histórico que se sopesam aos seus benefícios. A situação atual do planeta clama por uma reforma e uma nova análise é importante perante um novo panorama global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento. Exploração. Crescimento.

**ABSTRACT:** *The modern interpretations of development conditioned the progress as an indispensable imperative to the human being; therefore, any thought that conflicted with the ideal of growth was largely refuted throughout history. Non-Western animism is traditionally regarded by Western scholars as retrograde and inferior. The construction of practical rationalist thinking dismissed aspects of empiricism as a valid methodology, as well as liberalistic thoughts that dealt with freedom and property, giving rise to the rights of the first generation, set myths of the conquest of nature, which would be object, by the mankind, subject of the universe, in a position corroborated by reason and religion. To the other peoples who differed from the concept of "civilization", indoctrination, Europeanization and modernization were imposed as not only a necessity before the world but also a right to their very population. In this subject, and understanding the elevation of the right to development to a fundamental human right, the article questions the molds that have built our present perception of progress, as well as the natural resistance to new conceptions that seem to restrain it, and are suggested new interpretations of development, such as freedom, and as a rebalancing of the human questions of dominance and exploitation, before the crisis of the capitalist system. There is an even physical limit to what we know today as progress. Notwithstanding improvements in the general quality of life of the current model, it is undoubted that exploitation was the key point for the establishment of the institutes on which we count in our time, culminating in the immeasurable damages of this historical positioning that are weighed against its benefits. The current situation of the planet calls for a reform and a new analysis is important before a new global panorama.*

**KEYWORDS:** Development. Exploration. Growth.

---

## **DIREITO ÉTNICO NO PARAGUAI: CONTROVÉRSIAS EM SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO**

**DERECHO ÉTNICO EN EL PARAGUAY: CONTROVERSIA EN SU APLICACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA SOCIEDAD DEL RIESGO**

Ever Ariel Morán Maciel  
Cecilio Arnaldo Rivas Ayala

**RESUMO:** Em julho de 2009 é criada a Direção de Direitos Étnicos por resolução da Promotoria Geral, estrutura orgânica do Ministério Público como parte do Gabinete de Apoio Técnico conjuntamente com outras direções. A Direção tem como objetivo geral colaborar tecnicamente com os promotores públicos para a aplicação efetiva das disposições especiais de caráter nacional e internacional vigentes em matéria indígena. Pela existência desta dependência foram resolvidos satisfatoriamente inúmeros conflitos Inter e intra-étnicos com a aplicação do direito consuetudinário indígena, evitando assim a alienação cultural das penitenciárias. Este trabalho pretende assinalar algumas referências no que tange as controvérsias na aplicação do Direito Étnico no Paraguai, sob o contexto da sociedade de risco. Tal abordagem se justifica pela condição de vulnerabilidade na qual se encontram os povos originários do Paraguai (Educação, Etnocentrismo, o Direito à Propriedade, Identidade, Participação), o principal propósito desta pesquisa é contribuir à geração da discussão de ideias que auxiliem ao acesso à justiça para os povos originários, María José Jiménez Díaz assinala o seguinte: *“A sociedade atual tem sido qualificada como sociedade de risco. Dita sociedade se caracteriza fundamentalmente pela sua complexidade, transnacionalidade, dinamismo em sua economia, multiplicidade de interconexões causais e existência de uma alta intervenção de coletivos. Em definitiva, uma sociedade na que os avanços científicos e tecnológicos, assim como o fenômeno da globalização, entre outros fatores, favorecem a aparição de novos perigos perante os que o cidadão médio se sente ameaçado”*., tudo isso sem sequer mencionar os povos originários pela sua condição de vulnerabilidade, temos que entender todas essas mudanças assinaladas afetam ao coletivo indígena em todos os aspectos sociais e políticos. Qualquer sociedade que se considere como tal, está regulamentada por direitos, e isso ao mesmo tempo se constitui em um parâmetro de análise como por exemplo analisar as controvérsias do Direito Étnico e sua relação com a sociedade de risco, isto permitiria uma sorte de contribuição a teorizar sobre os vínculos dos elementos da sociedade de risco e os obstáculos para a aplicação do Direito Étnico do Paraguai.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Étnico. Socioambientalismo. Acesso à Justiça.

**RESUMEN:** En julio de 2009 se crea la Dirección de Derechos Étnicos por resolución de la Fiscalía General que figura en la estructura orgánica del Ministerio Público como parte del Gabinete de Apoyo Técnico conjuntamente con otras direcciones. La Dirección tiene como objetivo general colaborar técnicamente con los agentes fiscales para la aplicación efectiva de las disposiciones especiales de carácter nacional e internacional vigentes en materia indígena. Por la existencia de esta dependencia fueron resueltos satisfactoriamente numerosos conflictos inter e intra-étnicos con la aplicación del derecho consuetudinario indígena, evitando así la alienación cultural de las penitenciarias. Este trabajo tiene la pretensión de señalar algunas referencias con relación a las Controversias en la Aplicación del Derecho Étnico en el Paraguay, bajo el contexto de la sociedad del riesgo. Tal abordaje es debido a la condición de vulnerabilidad en que se encuentran los pueblos originarios del Paraguay, (Educación, Etnocentrismo, el Derecho a Propiedad, Identidad, Participación) el propósito de este trabajo es contribuir a la generación de discusión de ideas que aporten al acceso a justicia para los pueblos originarios María José Jiménez Díaz señala que *“La sociedad actual ha sido calificada como sociedad del riesgo. Dicha sociedad se caracteriza fundamentalmente por su complejidad, transnacionalidad, dinamicidad en su economía, multiplicidad de interconexiones causales y existencia de una alta*

*intervención de colectivos. En definitiva, una sociedad en la que los avances científicos y tecnológicos, así como el fenómeno de la globalización, entre otros factores, favorecen la aparición de nuevos peligros ante los que el ciudadano medio se siente amenazado” ni que decir de los pueblos originarios por su condición de vulnerabilidad, hay que entender todos estos cambios señalados afectan al colectivo indígena en todos los aspectos sociales y políticos. Cualquier sociedad que se considere como tal está regulada por derechos, y esto a la vez se convierte en un parámetro de análisis como por ejemplo analizar las controversias del Derecho Étnico y su relación con la sociedad del riesgo, esto permitira una suerte de contribucion a teorizar sobre los vinculos de los elementos de la sociedad del riesgo y los obstaculos para la aplicacion del Derecho Etnico en el Paraguay.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Derecho Étnico. Socioambientalismo. Acceso a Justicia.*

---

## **A LEI DE TERRAS DE 1850 SOB A ABORDAGEM DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DA ESCOLA AUSTRIÁCA: DIAGNOSE E PROPOSTAS**

**THE LANDS ACT OF 1850 UNDER THE APPROACH OF ECONOMIC ANALYSIS OF THE LAW AND AUSTRIAN ECONOMICS: DIAGNOSIS AND PROPOSALS**

Daniel Antonio de Aquino Neto

**RESUMO:** Este artigo faz uma crítica à formação histórica do sistema fundiário no Brasil Império, explicando suas consequências negativas para a nação, especialmente a injusta distribuição de direitos de propriedade, fazendo uma abordagem tanto sob a ótica jurídica quanto econômica, amparada nas teorias da Escola Austríaca. Ao final é apresentada uma proposta para tentar remediar os males apontados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questões fundiárias. Direitos de propriedade. Registro. Direito e Economia.

**ABSTRACT:** *This article makes a criticism on historical formation of ownership of land system during Brazilian Empire, explaining its negative consequences for the nation, especially the unfair entitlement of property rights, taking an approach under a legal and economical view supported by the theories of Austrian Economics. Finally, a proposal is shown to try to remedying the problems.*

**KEYWORDS:** *Real State Issues. Property Rights. Registration. Law And Economics.*

---

## **SOCIEDADE DE RISCO E ECONOMIA VERDE** *GREEN ECONOMY AND RISK SOCIETY*

Amanda Ferraz da Silveira  
Manuel Munhoz Caleiro

**RESUMO:** O modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na apropriação da natureza e do trabalho, constituiu uma sociedade de risco global, em que a ciência e a técnica não são mais suficientes para controlar os riscos gerados pelas atividades humanas, ameaçando a manutenção da sociobiodiversidade em escala planetária, através de elementos químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente em larga escala e caracterizando uma nova fase da modernidade. Esta nova fase da modernidade seria um marco histórico na cultura ocidental e eurocêntrica, de transição industrial, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, em uma sociedade de risco, na qual a produção dos riscos é a condutora e criadora de uma lógica da produção de bens. Ainda que os riscos gerados sejam distribuídos indistintamente entre as sociedades em escala planetária, a sociedade de risco, hegemônica, acarreta em uma ofensiva exponencialmente mais aguda à natureza, com efeitos ainda mais danosos aos já sofridos pelos povos que com ela possuem uma relação de pertencimento. Para supostamente tratar da crise ecológica, que foi tornada mais aguda pela sociedade de risco, o capitalismo apresenta propostas tidas como ambientalmente corretas, que criariam uma economia verde. Pretendemos, com o trabalho, analisar se estes mecanismos de economia verde são suficientes para excluir, ou ao menos amenizar, a crise ecológica gerada pela sociedade do risco ou se acabam por criar novas mercadorias e acarretar num aprofundamento da crise ecológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade de risco. Economia verde. Crise ecológica.

**ABSTRACT:** *The capitalist development model, based on the appropriation of nature and labor, has shifted to a society of global risk, where science and technology are no longer sufficient to control the risks generated by human activities, threatening the maintenance of socio-biodiversity in planetary scale, through chemical, nuclear and genetic elements, industrially produced on a large scale and characterizing a new phase of modernity. This new phase of modernity would be a landmark in Western and Eurocentric culture, an industrial transition characterized by the production and distribution of wealth in a society of risk, in which risk production is the driver and creator of a logic of production of goods. Although the risks generated are distributed indiscriminately among societies on a planetary scale, the hegemonic society of risk entails an exponentially more severe offensive to nature, with even more harmful effects to those already suffered by the people who have a relation of belonging with nature. To supposedly deal with the ecological crisis, which was made more critical by the society of risk, capitalism presents proposals considered as environmentally correct, that would create a green economy. With the complete study, we intend to analyze whether these green economy mechanisms are sufficient to exclude or at least ease the ecological crisis generated by the society of risk or end up creating new goods and leading to a deepening of the ecological crisis.*

**KEYWORDS:** Risk society. Green economy. Ecological crisis.

---

## VALE DO RIO MORTO DEAD RIVER VALLEY

Tainá Mocaiber

**RESUMO:** O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em novembro de 2015- que destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues- é o maior desastre do gênero da história mundial nos últimos 100 anos. Não foram somente 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de rejeitos despejados. É a amostra da “sociedade de risco” em que vivemos vislumbrada por Ulrich Beck . Foram sonhos e vidas interrompidas. Foram meios e modos de sobrevivência destruídos. Foi uma comunidade que começou com o minério de ouro e termina sua existência com o minério de ferro. O Rio Doce morreu. Urge a discussão sobre a atividade minerária no país e o papel do estado Brasileiro. Urge compreender o porquê da inércia dos grupos institucionais. Este artigo tem a intenção de fazer uma reflexão sobre o licenciamento ambiental que precedeu Mariana, a flexibilização da legislação minerária no Brasil , os injustiçados ambientais e a sociedade de risco que estamos inseridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Samarco. Sociedade de risco. Legislação minerária.

**ABSTRACT:** *The rupture of Samarco's tailings dam in November 2015 – which destroyed Bento Rodrigues, a district in Minas Gerais State – has been the largest disaster of the kind in the world history for the last 100 years. It was not only 50 to 60 million cubic meters (m<sup>3</sup>) of rejects dumped. It is the sample of the "society of risk" in which we live glimpsed by Ulrich Beck. It is about the interruption of dreams and lives. Means and ways of survival were destroyed. It is about a community which started with gold mining and ended its existence with iron mining. Rio Doce (Doce River) died. It urges a discussion about the mining activity in the country as well as the role of the Brazilian state. It urges to understand why the inertia of the institutional groups. This article is aimed at making a reflection about the environmental licensing which preceded Mariana, the flexibility of the mining legislation in Brazil , the people who suffered environmental injustice and risk society.*

**KEYWORDS:** Samarco. Risk society. Mining legislation.

---

## A BANALIZAÇÃO DO VALOR DA VIDA E O PSEUDO-ANTROPOCENTRISMO NA ORDEM ECONÔMICA

THE BANALIZATION OF THE VIRTUE OF LIFE AND THE PSEUDO-ANTHROPOCENTRISM IN THE ECONOMIC ORDER

Pedro Henrique Faria Martins  
Ariadne Alves  
Danilo Alves da Cruz

**RESUMO:** A mentalidade global atual está sob o itinerário do comércio mundial, priorizando o aumento da liberdade nas relações econômicas, contribuindo para a manutenção de um mundo no qual os sonhos humanos podem se tornar realidade. A primeira vista parece incrível, e é fantástico para uma pequena parcela da sociedade humana, mas quando direcionamos o nosso olhar para a vasta e pobre maioria dos seres é nítido o sofrimento ocasionado pelo capitalismo. A dignidade humana que deveria ser não apenas o limitador da ordem econômica, mas também o seu fim é simplesmente deixada de lado em prol do lucro. Na trajetória do desenvolvimento capitalista não apenas a natureza humana sofre as consequências, mas todas as formas de vida, a economia escondida atrás de uma justiça social meramente formal vai contribuir para a banalização do valor da dignidade da vida. Diante da devastação que o padrão dominante da economia baseada no *overconsumerism* vem causando ao meio ambiental, afetando diretamente a dignidade da vida em sua forma mais ampla, e não reducionista à natureza humana, o presente artigo vem problematizar a relação da lógica do sistema econômico hegemônico que coisifica humanos e animais em meros objetos de propriedade com a necessidade ética de um direito libertário que preze a isonomia jurídica do valor da vida entre a natureza humana e animal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito animal. Dignidade da vida. Biodireito. Ordem econômica. Especismo.

**ABSTRACT:** *The current global mentality is under the itinerary of world trade, prioritizing the increase of freedom in economic relations, contributing to the maintenance of a world in which human dreams can come true. At first glance it seems incredible, and it is fantastic for a small portion of human society, but when we turn our gaze to the vast and poor majority of beings, the suffering caused by capitalism is clear. Human dignity, which should be not only the limit of the economic order, but also its end is simply cast aside for profit. In the trajectory of capitalist development not only human nature suffers the consequences, but all forms of life, the hidden economy behind a merely formal social justice will contribute to the trivialization of the virtue of the dignity of life. In the face of the devastation that the dominant pattern of the economy based on overconsumerism has caused to the environment, directly affecting the dignity of life in its broadest and not reductionist form to human nature, the present article comes to problematize the relation of the logic of the hegemonic economic system Which equates humans and animals with mere objects of property with the ethical need for a libertarian right that values the legal equality of the virtue of life between human and animal nature.*

**KEYWORDS:** *Animals rights. Dignity of life. Biodiversity. Economic order. Speciesism.*

---

## **A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA IDEAL CONCRETUDE DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO NA SOCIEDADE DE RISCO**

*RELEVANCY OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN FAVOR OF THE MATERIALIZATION OF PREVENTION AND PRECAUTIONARY PRINCIPLES IN A RISK SOCIETY*

Carolina Garcia Stolf

**RESUMO:** No âmbito jurisdicional do direito ambiental, a degradação ambiental resta configurada apesar de concretude, bastando, para provocação do Judiciário brasileiro, um potencial de dano. Isso se dá, dentre outros fatores, em razão dos princípios da prevenção e da precaução, os quais têm eficácia tanto em relação a impactos ambientais conhecidos quanto em relação a impactos desconhecidos, respectivamente. Tal previsão de atuação *a priori* tem importância em dois aspectos distintos: primeiramente, conforme denominação utilizada por Beck, na sociedade de risco atual a repartição equalizada e a universalidade das ameaças insurgentes do sistema adotado de produção de riquezas aumenta exponencialmente a dimensão e a área de afetação das atitudes humanas, dentre elas a degradação ambiental. Em segundo lugar, como o meio ambiente é bem finito, a degradação ambiental é, em regra, irreparável, o que significa que o retorno ao *status quo ante* raramente é possível, o que resulta em repercussões sociais e ambientais permanentes. Nesse contexto adentra a educação ambiental como meio de alterar o compasso moral e a base ético-ambiental dos povos e o conhecimento científico necessário para reconhecer possíveis riscos, para que, com o intuito de evitar degradação que os impacte como um todo, dada a característica de efeitos universalizados supramencionada, possa-se evitar futuras degradações e incentivar a reabilitação do Planeta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Degradação ambiental. Prevenção. Precaução. Sociedade de risco. Educação ambiental.

**ABSTRACT:** *According to a Judicial perspective of environmental law, environmental damages are characterized despite concrete damages, potential negative effects being enough. This interpretation derives from the prevention and precautionary principles, which are applicable in regards to known negative impacts and unknown possibly negative impacts, respectively. The possibility to act before any damage takes place is important with regard to two aspects: first, through the perspective of Beck's definitions of risk societies, human actions take a new level of impact given the equalized and universal partition of threats derived from our current mode of production, amongst which is environmental degradation. Furthermore, the environment is finite, therefore, as a rule, environmental damage is irreparable, which in turn signifies that going back to the status quo ante is rarely possible, resulting in permanent environmental and social repercussions. In this context environmental education gains strength, as a way to alter society's moral compass and its ethic-environmental conscience, as well as much needed scientific knowledge which would allow humanity to perceive and recognize possible risks, so as to avoid further damage that would impact the world as a whole and as a way to generate real and substantial results regarding environmental protection.*



**KEYWORDS:** *Environmental damage. Prevention. Precautionary principle. Risk society. Environmental education.*

---

## **OS DIREITOS COLETIVOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE INTERESSE: A INSUFICIÊNCIA DA DOGMÁTICA JURÍDICA TRADICIONAL PARA INCORPORAR OS DIREITOS DESSUBJETIVADOS**

*LOS DERECHOS COLECTIVOS Y LA REINTERPRETACIÓN DEL CONCEPTO DE INTERÉS: EL FRACASO DE LA DOGMATICA TRADICIONAL DE INCORPORAR LOS DERECHOS DESSUBJETIVADOS*

Ricardo Cavedon

**RESUMO:** O presente texto aborda a insuficiência da dogmática jurídica tradicional, embasada na construção histórica do direito racionalista europeu, na tutela eficaz dos direitos coletivos sob um aspecto amplo. Esta insuficiência advém fundamentalmente da racionalidade estritamente científica que estrutura o pensamento jurídico atual, impondo-o uma concepção fulcrada substancialmente no conceito de interesse. O conceito de interesse é sem dúvida um pilar sobre o qual se assenta a ciência jurídica atualmente. O vocábulo compreende um substrato que passou a ser compreendido em uma dimensão objetiva. Perpassando a uma simples aspiração subjetiva, o conceito exprime uma vantagem do ser humano em relação a um bem ou a um valor, uma posição favorável à satisfação de uma necessidade, notadamente *“a relação que caracteriza o interesse, analisada sob a ótica do sujeito, traduz-se em necessidade e, quando enfocado sob o prisma do objeto, em utilidade”*. É dizer, traduz-se em uma relação de complementariedade entre uma pessoa (sujeito) e um bem material ou imaterial (objeto) passível de incorporação ao patrimônio individual, notadamente a utilidade-necessidade de alguma coisa, dotada de valor e quantificação econômica, para um indivíduo. Este conceito fulcral para o nosso paradigma jurídico atual, advindo da noção científicada da modernidade, queda substancialmente relativizado diante das novas realidades de uma sociedade massificada, e passa a necessitar, hodiernamente, de uma ressignificação em seu conteúdo, principalmente quando se esta a analisar a substância estrutural dos direitos coletivos, as características diferenciadas destes ‘novos’ direitos, notadamente a titularidade indeterminada que possuem, a indivisibilidade dos benefícios que produzem, e sua necessidade de um uso comum sustentável e não excludente, juntamente com a inviabilidade de exclusão de seus beneficiários, e a qualificação objetiva de sua estrutura normativa. Relevante, assim, perquirir a respeito das características estruturais destes direitos dessubjetivados, cotejando-se a análise primeiramente sob o viés do conceito clássico de interesse, para daí se alcançar a necessidade imanente de ressignificação interpretativa e conceitual do vocábulo jurídico interesse diante os problemas massificados da sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos coletivos. Direito racionalista europeu. Dogmática jurídica tradicional. Interesse como utilidade/necessidade. Direitos desubjetivados; Características e estrutura dos interesses transindividuais.

**RESUMEN:** Este documento aborda el fracaso de la doctrina tradicional, basado en la construcción histórica de la ley racionalista europea, la protección efectiva de los derechos colectivos en un amplio espectro. Este fracaso proviene principalmente de la racionalidad estrictamente científico que estructura el pensamiento jurídico actual, imponiendo el diseño de una sola fulcrada sustancialmente el concepto de interés. El concepto de interés es, sin duda, un pilar sobre el que descansa la ciencia jurídica en la actualidad. La palabra que comprende un sustrato ha llegado a ser entendido en una dimensión objetiva. Corriendo a lo largo de un simple aspiración subjetiva, el concepto expresa una ventaja del ser humano en relación con una materia prima o un valor, una posición favorable a la satisfacción de una necesidad, especialmente "la relación que caracteriza el interés, analizado desde la perspectiva del sujeto, se traduce en la necesidad y cuando se enfoca a través del prisma del objeto en uso ". Es decir, que se traduce en una relación complementaria entre una persona (sujeto) y un buen material o inmaterial (objeto) capaz de incorporar los activos individuales, en particular la utilidad de la necesidad de nada, dotado de valor y la cuantificación económica de un individuo. Este concepto clave para nuestro paradigma legal actual, que resulta de la noción científicada de la modernidad, sustancialmente queda relativizada ante las nuevas realidades de una sociedad de masas, y exigirán, en nuestros tiempos, una reinterpretación de su contenido, especialmente cuando analizado la sustancia estructural de los derechos colectivos, las diferentes características de estos 'nuevos' derechos, en particular la propiedad indeterminada que tienen, la indivisibilidad de los beneficios que producen, y su necesidad de uso común sostenible y no excluyente, junto con la exclusión de la inviabilidad de sus beneficiarios y la calificación objetiva de su marco regulatorio. Por lo tanto relevante valer el respeto de las características estructurales de estos derechos desubjetivados, comparar el análisis por primera vez bajo el sesgo del concepto clásico de interés, por no alcanzar la necesidad inmanente de interpretación y conceptual reformular el interés legal plazo sobre los problemas del mercado de masas la sociedad contemporánea.

**PALABRAS CLAVE:** Derechos colectivos. Derecho racionalista europeo. Dogmática jurídica tradicional. Interesse como utilidad/necesidad. Derechos desubjetivados. Características y estructura de los intereses transindividuales.

---

## **BIOÉTICA NA ESFERA GLOBAL: PERSPECTIVAS DE UMA MORAL UNIVERSAL NA SOCIEDADE DE RISCO**

**BIOETHICS IN THE GLOBAL SPHERE: PERSPECTIVES OF A UNIVERSAL MORAL IN THE RISK SOCIETY**

Aline Michele Pedron Leves  
Daniel Rubens Cenci

**RESUMO:** O tema da bioética global no âmbito dos direitos humanos tem conquistado um espaço cada vez mais significativo nas agendas políticas e sociais. Esse fato pressupõe procedimentos transformadores no contexto de atuação da ética ambiental, especialmente na sociedade contemporânea do Segundo Pós-Guerra (1945), devido à intensificação dos riscos no panorama de interconectividade mundial.

Portanto, os desafios pressupostos à bioética devem estar amparados à ideologia dos riscos globais que nos remetem a uma sociedade pautada em desenvolvimentos tecnológicos amplificados e bastante rápidos. Tais avanços despertam uma consciência ética e socioambiental que assume um papel essencial, uma vez que a humanidade passa a perceber que nem todas as modernizações implicam em benefícios sociais. Fato é que inúmeras são as formas de encarar o presente e o futuro, neste contexto, constitui-se imprescindível a elaboração de perspectivas para a construção de uma moral universal e intergerações, que ressalte a importância do meio ambiente em uma sociedade respaldada em riscos. Diante disso, a bioética associa o saber humano perante o desafio da vida, o que nos leva à indagação acerca da moralidade dos atos humanos na natureza do horizonte de hoje e de amanhã. Deste modo, o presente estudo vem refletir a realidade mundial e o meio ambiente enquanto um conjunto de condições indispensáveis para a preservação da vida na Terra, tendo como foco de análise a possibilidade de ampliação da relação existente entre as questões bioéticas e a reflexividade dos direitos humanos no contexto de uma sociedade globalizada e interdependente, enfatizando a ética ambiental enquanto uma pré-condição para se explorar o fenômeno dos riscos universais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética. Direitos humanos. Moral universal. Sociedade de risco. Sociologia ambiental.

**ABSTRACT:** *The theme of global bioethics in the field of human rights has gained an increasingly significant place in political and social agendas. This fact presupposes transformative procedures in the context of the performance of environmental ethics, especially in the contemporary society of the Second Post-War (1945), due to the intensification of risks in the global interconnectivity scenario. Therefore, the challenges posed to bioethics must be supported by the ideology of global risks that refer us to a society based on amplified and fairly rapid technological developments. Such advances awaken an ethical and socioenvironmental consciousness that plays an essential role, since humanity comes to realize that not all modernizations imply social benefits. It is a fact that many ways of facing the present and the future, in this context, it is essential to develop perspectives for the construction of a universal morality and intergenerations, which emphasizes the importance of the environment in a society backed by risks. Given this, bioethics associates human knowledge with the challenge of life, which leads us to the question about the morality of human acts in the nature of the horizon of today and tomorrow. In this way, the present study reflects the world reality and the environment as a set of indispensable conditions for the preservation of life on Earth, focusing on the possibility of expanding the relationship between bioethical issues and reflexivity of rights. In the context of a globalized and interdependent society, emphasizing environmental ethics as a precondition for exploring the phenomenon of universal risks.*

**KEYWORDS:** Bioethics. Human rights. Moral universal. Society of risk. Environmental sociology.

---

## **CONSERVAÇÃO DA NATUREZA VERSUS DIREITO A LEGITIMAÇÃO DA POSSE SOBRE TERRAS DEVOLUTAS: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS (GOIÁS/BRASIL)**

CONSERVATION OF THE NATURE VERSUS RIGHT TO THE LEGITIMATION OF POSSESSION ON RETURNED LANDS: CASE STUDY OF THE PROCESS OF ENLARGEMENT OF THE NATIONAL PARK OF CHAPADA DOS VEADEIROS (GOIÁS / BRAZIL)

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega  
Rogério Fernandes Rocha

**RESUMO:** Com o objetivo precípuo de proteção dos ecossistemas naturais a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarou em 2001 uma extensa área do nordeste goiano como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela sua importância biológica e presença de animais em extinção. Em 2015, o Instituto de Chico Mendes de Conservação da Diversidade (ICMBio), entidade gestora do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), também incluído nos limites do Sítio, iniciou as consultas públicas necessárias à ampliação dos atuais 65,5 mil hectares para 222 mil hectares contemplando assim a proteção jurídica das terras situadas no reconhecido título internacional. A proposta de ampliação, apesar de ambientalmente mais protetiva, se esbara no problema da regularização fundiária da área em 06 municípios goianos. As ações discriminatórias que delimitou as propriedades particulares não tituladas e que arrecadou para o Estado de Goiás às terras públicas, levadas a cabo pelo Governo Estadual de Goiás há décadas, e em fase de demarcações georreferenciadas para a emissão do título pelo Programa Gleba Legal, tem sido a fundamentação e justificativa pela qual não se autoriza a expansão desenhada pelos estudos técnicos do Governo Federal, pois impacta diretamente cerca de 230 famílias. A divergência tem lugar no confronto normativo entre a Lei Estadual que dispõe sobre terras devolutas nº 18.826/2015, que tornaria indisponíveis para fins de concessão ou alienação para produção agrária as áreas de interesse ecológico para instituição de Unidade de Conservação, e o direito constitucional da legitimação da posse previsto na Constituição Federal da justa e prévia indenização para fins de desapropriação. Este artigo disserta sobre a divergência normativa a luz da teoria dos direitos fundamentais e ao final apresenta uma solução juridicamente válida para a resolução da questão sobre a óptica do tripé da sustentabilidade, a social, econômica e ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parque nacional da chapada dos veadeiros. Regularização fundiária; Desenvolvimento sustentável. Unidade de conservação.

**ABSTRACT:** In 2001, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) declared a large area in the northeast of Goiás as a World Natural Heritage Site due to its biological importance and presence Of endangered animals. In 2015, the Chico Mendes Institute for Conservation of Diversity (ICMBio), which manages the National Park of the Chapada dos Veadeiros (PNCV), also included in the limits of the Site, initiated the public consultations necessary to expand the current 65,500 hectares To 222 thousand hectares contemplating the legal protection of lands located in the recognized international title. The proposal of expansion, although environmentally more protective, was blurred in the problem of

*land regularization of the area in 06 municipalities in Goiás. The discriminatory actions that delimited the private properties not titled and collected for the State of Goiás on public lands, carried out by the State Government of Goiás decades ago, and in the geo-referenced demarcation phase for the issuance of the title by the Gleba Legal Program, has been the reasoning and justification by which the expansion designed by the technical studies of the Federal Government is not authorized, as it directly impacts about 230 families. The divergence takes place in the normative confrontation between the State Law that provides for vacant lands No. 18.826 / 2015, which would render areas of ecological interest for the institution of a Conservation Unit unavailable for concession or alienation purposes for agricultural production, and the constitutional right of Legitimation of the possession provided for in the Federal Constitution of the fair and prior indemnification for expropriation purposes. This article discusses the normative divergence in light of the theory of fundamental rights and at the end presents a legally valid solution for the resolution of the question about the tripod's perspective of sustainability, social, economic and environmental.*

**KEYWORDS:** *National park of chapada dos veadeiros. Land regularization. Sustainable development. Conservation unit.*

## **MÍDIA E DESASTRE: PERCEPÇÕES DO ASPECTO JURÍDICO NAS REPORTAGENS SOBRE A TRAGÉDIA DA MINERADORA SAMARCO, EM MARIANA – MG**

*MEDIA AND DISASTER: PERCEPTIONS OF THE JURIDICAL ASPECT IN THE REPORTS ABOUT THE TRAGEDY OF THE MINING COMPANY SAMARCO, IN MARIANA - MG*

João Francisco Alves Mendes

**RESUMO:** Entende-se que os problemas ambientais são fenômenos ocorrentes em nossa sociedade moderna. Entretanto, alguns ganham visibilidade, enquanto outros permanecem a margem da ciência, dos meios de comunicação e da opinião pública. A análise de discurso tem sido um método utilizado por pesquisadores para compreender os problemas sociais, a partir de uma vertente socioconstrucionista. Neste artigo busca-se evidenciar a construção do discurso jurídico ambiental na mídia, seguindo os tipos ideais de categoria de análise apresentado por Hannigan (1995), a partir de um caso da história recente, bastante emblemático: o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, das empresas SAMARCO e BHP Billiton, localizada no distrito de Bento Gonçalves, em Mariana – MG. Os dados utilizados para confrontar com a perspectiva teórica socioconstrutivista adotada são três reportagens sobre o caso descrito acima, no programa televisivo ‘Fantástico’, exibido semanalmente aos domingos, pela Rede Globo. Justifica-se a escolha da televisão como canal de comunicação pela sua grande abrangência no cotidiano dos brasileiros e do programa “Fantástico” pela audiência que ele revela ter. Analisou-se os discursos de três reportagens exibidas no programa: duas delas foram feitas no primeiro mês pós-tragédia, a terceira reportagem data de um ano após tragédia. A partir desse recorte temporal buscou-se perceber as estratégias da mídia para pensar tal acontecimento, dado o ineditismo catastrófico. Num segundo momento,

parcialmente consolidada algumas constatações pretendeu-se revelar, através das reportagens, as ações do direito que tem sido realizadas, que foram expostas. A compreensão de tais questões nos permite pensar também o sentido da justiça ambiental que os órgãos de comunicação tem criado e revelado para a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Desastre. Mineração. Mariana.

**ABSTRACT:** *It is commonly accepted that environmental problems are phenomena that occurs in our modern society. However, while some of them gain visibility, others remain away from science, media and public opinion. Discourse analysis has been a method used by researchers to understand social problems, from a socioconstructionist perspective. In this article, we attempt to highlight the construction of environmental legal discourse in the media, following the ideal types of analysis category presented by Hannigan (1995), based on a emblematic case of our recent history: the rupture of the iron-ore tailings Dam of Fundão, SAMARCO and BHP Billiton, located in the district of Bento Gonçalves, Mariana – MG, Brazil. The data used to confront the socioconstructivist theoretical perspective adopted are three reports on the case described above, in the television program 'Fantástico', weekly presented on Sundays, by Rede Globo. The choice of television as a communication channel is justified by its wide coverage in the daily life of Brazilians and the "Fantástico" program by its high audience. The speeches of three reports presented in the program were analyzed: two of them were made in the first month after the tragedy, the third report dates from a year after the tragedy. From this perspective, we sought to understand the strategies of the media to think in such an event, given the catastrophic size. In a second moment, partially consolidated, some findings was intended to be revealed, through the reports, the legal actions that have been carried out, which were exposed. The understanding of such issues allow us to think about the sense of environmental justice that the communication bodies have created and are transmitting to the society.*

**KEYWORDS:** Communication. Disaster. Mining. Mariana.

---

## **DA SUPERAÇÃO E SUBMISSÃO DA NATUREZA À “VONTADE” HUMANA NO PENSAMENTO MODERNO À SOCIEDADE DE RISCO: EM BUSCA DE UMA GÊNESE PARA A CRISE ECOTECNOLÓGICA ATUAL**

**OF THE ABORTION AND SUBMISSION OF NATURE TO HUMAN "WILL" IN MODERN THOUGHT TO RISK SOCIETY: IN SEARCH OF A GENESIS FOR THE CURRENT ECOTECHNOLOGICAL CRISIS**

Rudinei Jose Ortigara

**RESUMO:** Se torna cada vez mais evidente que a sociedade contemporânea está dentro e agrava a crise ecológica, sobretudo a partir de afazeres tecnológicos, voltados à satisfação pura do mercado, aliadas às pretensões capitalistas de puro acúmulo de capital, e capazes de atingir com extensão cada vez mais marcante a gênese de sustentação do equilíbrio ambiental. A atuação humana neste sentido é marcante e marcada por um modelo mental ainda vigente, o qual teve origem com o advento do pensamento moderno, mecanicista e especializado, o qual expulsou a

natureza do convívio humano, transformando-a em simples matéria-prima de produção. A partir desta gênese, a natureza não é mais dotada de princípios próprios, mas está aí para ser dominada, ultrapassada e submissa às vontades humanas, traduzidas especialmente enquanto produção material, em escala, e auxiliadas por tecnologias de intervenção pesada e crescente na estrutura natural. Devido à extensão da intervenção tecnológica no meio ambiente, fundamentada sobre o paradigma moderno, os reflexos à sociedade e ao meio ambiente se traduzem em riscos, que não são separados das atividades técnicas, mas fazem parte de sua gênese, conforme bem mapeou Ulrich Beck. Daí resulta que a principal característica da sociedade contemporânea seja o Risco, ubíquo, especialmente aos mais vulneráveis, traduzindo-se enquanto problema socioambiental. Assim, a crise não é somente ecológica, mas ecotecnológica, revelando-se que o paradigma da submissão da natureza à “vontade” humana, tomando esta como puro meio de produção, potencializado a partir da tecnologia, e desenvolvido a partir de sua gênese no pensamento moderno, enquanto modelo civilizacional, encontrou seu limite na atualidade, traduzindo-se este em várias crises, com especial ênfase à ecológica. Para o desenvolvimento do artigo se utilizará do método descritivo-analítico e a técnica de pesquisa será a bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade de risco. Modernidade. Crise ecotecnológica. Socioambientalismo.

**ABSTRACT:** *It becomes increasingly evident that contemporary society is inside and aggravates the ecological crisis, especially from technological activities, aimed at the pure satisfaction of the market, allied to capitalist claims of pure capital accumulation, and capable of reaching with ever more significant extension the genesis of sustaining equilibrium environmental. Human action in this sense is marked and marked by a mental model still in force, which originated with the advent of modern, mechanistic and specialized thinking, which expelled the nature of human conviviality, transforming it into a simple matter- Production premium. From this genesis, nature is no longer endowed with its own principles, but is there to be dominated, surpassed and submissive to human wills, translated especially as material production, in scale, and aided by technologies of heavy and increasing intervention in the natural structure . Due to the extension of technological intervention in the environment, based on the modern paradigm, the reflexes to society and the environment translate into risks, which are not separated from technical activities, but are part of its genesis, as mapped Ulrich Beck. As a result, the main characteristic of contemporary society is the risk, ubiquitous, especially to the most vulnerable, translating itself as a socio-environmental problem. Thus, the crisis is not only ecological but ecotechnological, revealing that the paradigm of the submission of nature to the human "will", taking this as a pure means of production, leveraged from technology, and developed from its genesis in the Modern thinking, as a civilizational model, found its limit in the present time, translating itself into several crises, with special emphasis on the ecological. For the development of the article will be used the descriptive-analytical method and the research technique will be the bibliographic.*

**KEY WORDS:** Society of risk. Modernity. Ecotechnological crisis. Socioambientalism.

---

## **RISCOS, TÉCNICA E DIREITO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA** **RISKS, TECHNIQUE AND LAW IN THE BRAZILIAN AMAZON**

Luciano Moura Maciel

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo estabelecer as relações e apontar os limites da teoria da sociedade de risco para o contexto da Amazônia brasileira diante do avanço do capital sobre a região, da exploração ilegal da natureza e dos megaprojetos hidrelétricos. Inicialmente, o artigo pretende expor sobre a teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck e a teoria do direito como técnica de Esteve Pardo. Posteriormente, relacionar esta teoria com a Amazônia no século XX e XXI, no contexto da globalização e o estímulo aos projetos denominados de “desenvolvimento” para a região. Por fim, traçar um panorama histórico dos megaprojetos hidrelétricos implementados na região Amazônica não apenas enquanto riscos reais, mas enquanto consequências às vidas das pessoas em geral da Amazônia, dos povos indígenas e comunidades tradicionais em detrimento do direito à dignidade humana destes grupos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Riscos. Amazônia. Capital.

**ABSTRACT:** *This article aims to establish the relationships and point out the limits of the risk society theory to the context of the Brazilian Amazon in the face of the advance of capital over the region, illegal nature exploration and hydroelectric megaprojects. Initially, the article intends to expose on the theory of the society of risk of Ulrich Beck and the theory of law as technique of Esteve Pardo. Later, to relate this theory with the Amazon in the XX and XXI century, in the context of globalization and the stimulus to the projects denominated "development" for the region. Lastly, to draw a historical overview of the hydroelectric megaprojects implemented in the Amazon region not only as real risks, but as consequences to the lives of the people of the Amazon, of indigenous peoples and traditional communities, to the detriment of the right to human dignity of these social groups.*

**KEYWORDS:** Risks. Amazon. Capital.

## **A PRODUÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA NA BACIA DO ALTO PARAGUAI E OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES NO PANTANAL**

**LA PRODUCCIÓN DE ENERGIA HIDROELÉTRICA EN LA CUENCA DEL ALTO PARAGUAI Y LOS RIESGOS SOCIOAMBIENTALES RESULTANTES EN PANTANAL**

Luana Machado Scaloppe

**RESUMO:** O Direito Ambiental surgiu no mundo jurídico como um ramo próprio para atender a sociedade quanto aos riscos aos quais está submetida na Modernidade, estes retratados por Ulrich Beck, Boaventura de Sousa Santos, Fritjof Capra. O Brasil é um país rico em biodiversidade e com cenário propício ao desenvolvimento de



aproveitamentos energéticos de variadas dimensões, que atendem, como é observado neste trabalho, principalmente o setor industrial. Especialmente, procuramos evidenciar que o Pantanal está ameaçado social e ecologicamente pela instalação de aproveitamentos hidrelétricos no seu entorno, na mesma bacia hidrográfica, sem o devido planejamento e previsão do uso e seu conjunto de recursos. Os primeiros conflitos em torno do Pantanal surgiram com o interesse na região para a pecuária e agroindústria de grande porte. A sensibilidade ecológica do Pantanal é uma evidência para quem se propõe a estudar a Bacia do Alto Paraguai (BAP), na qual está inserido. O incentivo do Estado para o aproveitamento hidrelétrico não ocorre na mesma proporção do compromisso socioambiental constitucionalmente existente para com as populações atingidas diretamente ou difusamente pelos empreendimentos, diante das macro decisões econômico-administrativas. Documentos internacionais adotados pelo Brasil reconhecem a especialidade do bioma e promovem a necessidade de sua conservação. Este reconhecimento para o Pantanal é importante na medida em que pretende aplicar pesquisa científica para a região e consequentemente difundir o uso sustentável não só do bioma em si como da faixa territorial além da planície alagável e as unidades de conservação existentes na região abrangidas pela BAP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pantanal. Hidrelétrica. Pequena central hidrelétrica. Impacto socioambiental.

**RESUMEN:** *El Derecho Ambiental surgió en el mundo jurídico como una rama en sí para satisfacer a la sociedad sobre los riesgos a los que está sometido en la Modernidad, éstos representados por Ulrich Beck, Boaventura de Sousa Santos, Fritjof Capra. Brasil es un país rico en biodiversidad y con el paisaje propicio para el desarrollo de los usos energéticos de varias dimensiones, que sirven, como se observa en este estudio, especialmente el sector industrial. Tratamos de demostrar que el Pantanal es social y ambientalmente amenazado por la instalación de hidroeléctricas en sus alrededores, en la misma cuenca, sin una planificación adecuada y la previsión de su uso y su conjunto de recursos. Los primeros conflictos en Pantanal surgieron por interés en la región para el ganado y industria agrícola. La sensibilidad ecológica del Pantanal es una evidencia para aquellos que estudian la Cuenca del Alto Paraguai (BAP), en la que es inserto. El incentivo estatal para la explotación hidroeléctrica no se produce en la misma proporción que el compromiso ambiental existente constitucionalmente para con las personas afectadas directa o difusamente por las centrales hidroeléctricas, teniendo en cuenta las decisiones de gestión macro-económicas. Compromisos internacionales adoptados por Brasil reconocen la especialidad del bioma y promueven la necesidad de su conservación. Este reconocimiento para el Pantanal es importante, ya que tiene la intención de aplicar la investigación científica para la región y así difundir el uso sostenible no sólo del bioma como de la porción territorial más allá de la zona de inundación y las áreas protegidas existentes en la región cubierta por la BAP.*

**PALABRAS CLAVE:** Pantanal. Hidroeléctrica. Pequeña central hidroeléctrica. Impacto socioambiental.

---

## A CRISE SOCIOECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA LA CRISIS SOCIOECOLÓGICA CONTEMPORÁNEA

Fernando Bilhalva Vitória  
Jovino Pizzi

**RESUMO:** A preocupação deste trabalho pauta-se em torno das contradições da relação sociedade e natureza sob o modo de produção capitalista, o qual no final do século XX e início do XXI têm como marca o cenário de expansão e de crise do capitalismo. Esta crise é perceptível tanto em termos sociais, sob o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, como em termos ecológicos, indo desde a desestruturação dos solos pela agricultura industrial e homogênea até o aquecimento global, com previsões catastróficas para o presente e para o futuro. Isso revela uma rachadura ou falha estrutural sob as relações produtivas e sociais vigentes no modo de produção capitalista. Com ênfase neste contexto, o objetivo deste trabalho, consiste em analisar a existência de uma crise socioecológica profunda chancelada pelo capital. Em função desta materialidade com a qual nos propomos trabalhar, temos como ponto de partida o pensamento da economia ecológica desenvolvido por Nicolas Georgescu-Roegen e o conceito de metabolismo, ou sociometabolismo de Marx, na compreensão material e objetiva como eixos de fundamentação das relações da humanidade com a natureza, no sentido de repor o debate contemporâneo sob uma nova ótica de compreensão e análise da crise socioecológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise socioecológica. Entropia. Sociometabolismo.

**RESUMEN:** La preocupación de este trabajo es guiado alrededor de las contradicciones de la sociedad y la naturaleza bajo el modo de producción capitalista, que al finales del siglo XX y principios del XXI tiene que marcar la etapa de expansión y crisis del capitalismo. Esta crisis se nota tanto por medios sociales, bajo desempleo y la precarización del trabajo. En términos ecológicos, van desde la alteración del suelo por la agricultura industrial y homogénea al calentamiento global, con previsiones catastróficas para el presente y para el futuro. Esto revela una grieta o falla estructural en las relaciones productivas y sociales que prevalecen en el modo de producción capitalista.

Destacando, en este contexto, el objetivo de este trabajo es examinar la existencia de una profunda crisis socioecológica chancelada por lo capital.

Debido a esta importancia relativa con la que nos proponemos trabajar, tenemos como punto de partida la idea de la economía ecológica desarrollada por Nicolas Georgescu-Roegen y el concepto de metabolismo o sociometabolismo de Marx para entender el contenido material y objetivo como los ejes básicos de las relaciones la humanidad con la naturaleza, para restablecer el debate contemporáneo en una nueva luz de la comprensión y el análisis de la crisis socio-ecológica.

**PALABRAS CLAVE:** Crisis Socioecológica. Entropía. Sociometabolismo.

---

## PLANEJAMENTO ENERGÉTICO BRASILEIRO, DISTOPIAS DE BELO MONTE E CIDADANIA

BRAZILIAN ENERGETIC PLAN, DYSTOPIAS OF BELO MONTE DAM AND CITIZENSHIP

Jacson Roberto Cervi  
Liton Lanes Pilau Sobrinho  
Thami Covatti Piaia

**RESUMO:** O Brasil, tanto em matéria ambiental quanto energética é portador de uma estrutura normativa moderna, sendo considerado líder mundial em produção de energia proveniente de fontes renováveis, a qual responde por quase 50% (cinquenta por cento) de toda a energia produzida, dada a grande riqueza de recursos naturais do País, podendo se tornar autossuficiente na área de energia a médio prazo, segundo previsão de organismos internacionais. Por outro lado, são conhecidos os significativos impactos socioambientais das hidrelétricas, a deficiência na efetivação dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, em especial do licenciamento ambiental e do estudo prévio de impactos ambientais, o que tem levado à ocorrência de danos ambientais irreversíveis e a inúmeros conflitos socioambientais, agravados pela carência do acesso à informação, falta de participação popular e de políticas públicas para a realocação das populações afetadas. Assim, o objetivo central do presente trabalho é demonstrar as distopias de Belo Monte e a sustentabilidade socioambiental do planejamento energético brasileiro. Partindo da premissa de que a presença ativa dos cidadãos na gestão pública é fundamental para a realização dos direitos sociais, em especial quanto ao equacionamento dos problemas socioambientais advindos dos atuais investimentos hidrelétricos, a pesquisa enfrenta o seguinte problema: qual a importância da participação popular no processo de formulação e de implementação da política energética brasileira, em especial no que diz respeito a prevenção e compensação dos impactos socioambientais gerados?

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento energético brasileiro. Belo Monte. Distopias. Cidadania.

**ABSTRACT:** Brazil, in both environmental and energetic matters has a modern normative structure, being considered as a global leader in renewable energetic production, which represents about 50% (fifty percent) of the whole energy production, thus the great wealth of natural resources of the country, which can lead to its energetic self-sufficiency in the medium run, according to international organizations. By the other hand, the social-environmental impacts of hydroelectric dams, the lack of enforceability of the National Environmental Policy, especially regarding the environmental licensing and the environmental impact study, which have been leading to the occurrence of irreversible environmental damages and countless social-environmental conflicts are well known. These are worsened by the gaps in the informational access, the lack of popular participation and public policies to relocate affected populations. Therefore, the main goal of this paper is to show the dystopias of Belo Monte dam and the social-environmental sustainability of the Brazilian energetic plan. Considering that, the active presence of citizens in the public administration is fundamental to the fulfillment of social rights, especially regarding the accountability of social-environmental problems casted by the hydroelectric investments. Thus, this

*research faces the follow problem: what is the importance of the public participation in the process of formulation and implementation of the Brazilian energetic policy, especially regarding the prevention and compensation of the social-environmental impacts generated?*

**KEYWORDS:** *Brazilian energetic plan. Belo Monte dam. Dystopias. Citizenship.*

---

**RACIONALIDADE PERIFÉRICA E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: A ALTERNATIVA ECOLÓGICA FRENTE AO NEOCOLONIALISMO**  
*PERIPHERAL RATIONALITY AND DEMOCRATIC PLURALISM: THE ECOLOGICAL ALTERNATIVE TO RESIST NEOCOLONIALISM*

André Luiz Silveira de Lima Júnior  
 Cristiane Derani

**RESUMO:** O presente trabalho tem como temática central a questão da(s) racionalidade(s) existentes e a respectiva forma de trato com o meio ambiente, uma vez que há a necessidade de tornar mais complexa a visualização das problemáticas relacionadas a vida como um todo. Na medida em que o pensamento sobre a natureza, desde Descartes, ter servido para a sua consideração como objeto, de modo a permitir a sua instrumentalização e dominação por parte do homem, “iluminado” pelo esclarecimento ofertado por uma certa razão. As epistemologias hegemônicas acabaram, diante disso, colonizando o saber e concretizando o seu poderio também em conteúdo civilizacional, deixando pouco (ou nenhum) espaço para a (re)existência das tradições, ao passo que marginalizou-as em categorias de menor importância na esfera do conhecimento. Muito embora existam questionamentos quanto à compartimentação da realidade em unidades menores à fim de se permitir uma solução holística, contrária à mera união de partes do grande “quebra-cabeça”, a solução encontrada não parece eficaz para garantir a integridade humana. Pelo contrário, na manutenção da falsa dialética entre homem-natureza, a síntese foi a de propagar outras formas de dominação, escondidas em discursos “humano-paternalistas” civilizatórios de proteção cultural e ambiental, mas que, por sua vez, permitem novas formas de colonização. Esta pesquisa pretende, a partir do contexto mencionado, fazer uma análise crítica do paradigma de proteção ambiental abarcada pelo Direito no neoconstitucionalismo, de modo a ofertar um resultado que dialogue com a gnosiologia, no intuito de concretizar a complementação do verdadeiro conhecimento necessário para uma efetiva libertação do homem através da devida integração total com a natureza. Para tanto, o material utilizado é composto, em sua maioria, de bibliografias e de normas legais, enquanto os teóricos da teoria descolonial, sobretudo Enrique Dussel e Walter Dignolo ofertam o aparato referencial para o desenvolvimento do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito. Direito Ambiental. Descolonialismo. Epistemologia. Ecologia Política.

**ABSTRACT:** *The central theme of this work is the question about the rationality(ies) and their respective way of dealing with environment, that involves the need to make*

*a complexification of problems related to life and nature. As the thought about nature, since Descartes, has served for its consideration as an object, was allowed the manipulation and domination by mankind, because the enlightenment offered by a certain reason. Hegemonic epistemologies ended up colonizing knowledge and concretizing its power also in civilizational content, leaving little (or none) space for the (re) existence of traditional way of think and explore nature, while marginalizing them in categories of lesser importance in the sphere of knowledge. Although there are questions about the compartmentalization of reality in smaller units to allow a holistic solution, contrary to the mere union of parts of the great “puzzle” the solution proposed doesn’t seem effective to guarantee human integrity. On the contrary, in the maintenance of the false dialectic between man and nature, the synthesis was to propagate other forms of domination, hidden in a false civilizational mission made by “human-paternalistic” discourses of cultural progress and environmental protection, which, in turn, seems to consolidate a new kind of colonialism. So, from the aforementioned context, the objective of this research is to make a critical analysis of the paradigm of connection of environmental protection and human dignity encompassed by Law in neoconstitutionalism, in order to offer a result that dialogue with gnosiology and concretize the complementation of the true knowledge necessary for and effective liberation of mankind through due full integration with nature. For this, the material used is composed mostly of bibliographies and legal norms, while the decolonial theory, especially proposed by Enrique Dussel and Walter Mingnolo offer the referential apparatus for the development of the paper.*

**KEYWORDS:** Law; Environment Law; Decolonialism; Epistemology; Political Ecology.

---

## **VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS (GO)**

### **VULNÉRABILITÉ ENVIRONNEMENTALE DANS LA COMMUNE DE GOIÁS (GO)**

Ana Carolina Santomé Franco

Karolyne Lara Leite

Lindomar Rodrigues dos Santos Junior

**RESUMO:** O presente Trabalho tem como objetivo apresentar alguns parâmetros de vulnerabilidade ambiental no município de Goiás (GO), identificando as matrizes de Pressão Demográfica, Pressão Industrial e Pressão Agropecuária. Compreende-se por Vulnerabilidade Ambiental, um conjunto de fatores que ao impactar um fenômeno natural possuem significativa capacidade de provocar uma quebra do equilíbrio ecológico de um dado ecossistema. A cidade de Goiás localiza-se na porção noroeste do estado de Goiás, compondo o ecossistema Cerrado, na região hidrográfica da sub-bacia do Rio Vermelho, integrante da Bacia do Rio Araguaia. A caracterização da matriz de Pressão Industrial foi realizada através do levantamento das unidades fabris potencialmente poluidoras por ramo de atividade, capacidade de produção, recursos afetados e histórico de funcionamento, para posterior aplicação de escala ordinal (baixa média e alta). A caracterização da matriz de Pressão Agropecuária buscou apresentar a intensidade do uso do solo pela atividade agrícola e pecuária. O instrumento utilizado referenciou-se na metodologia indicada pela União Geográfica Internacional, com destaque para o número de pessoal empregado por hectare de

terra; vetor da força mecânica; relação da área colhida com a área total utilizada e vetor da força animal, com posterior aplicação de tabela ordinal. A matriz de Pressão Urbana indicou a isodensidade populacional relacionada com o desvio padrão regional. Com a definição de cada matriz estabeleceu-se a superposição dos dados matricial, como a soma das unidades de cada parâmetro, resultando no estabelecimento de Índice de Vulnerabilidade Ambiental. O presente estudo é parte integrante das pesquisas elaboradas pelo Grupo de Estudos das Águas do Cerrado, pertencente ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) da Universidade Estadual de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente. Vulnerabilidade Ambiental. Cerrado.

**RÉSUMÉ:** *L'objectif du présent travail est de présenter quelques paramètres de vulnérabilité environnementale dans la commune de Goiás (GO), identifiant les matrices de pression démographique, industrielle et agricole. Nous entendons par vulnérabilité environnementale un ensemble de facteurs qui affectent un phénomène naturel et possèdent une capacité significative de provoquer une rupture d'équilibre écologique d'un écosystème donné. La ville de Goiás se situe dans la partie nord-ouest de l'État de Goiás, composant l'écosystème Cerrado, dans la région hydrographique du sous-bassin du Rio Vermelho, qui s'intègre dans le bassin du Rio Araguaia. La caractérisation de la matrice de pression industrielle a été réalisée au moyen du relevé des unités manufacturières potentiellement polluantes par branche d'activité, capacité de production, ressources touchées et historique de fonctionnement, pour application postérieure d'une échelle ordinale (basse, moyenne et haute). La caractérisation de la matrice de pression agricole a cherché à présenter l'intensité de l'utilisation du sol par l'agriculture et l'élevage. La référence de l'instrument utilisé se trouve dans la méthodologie indiquée par l'Union géographique internationale, en particulier la quantité de personnel employé par hectare de terre ; le vecteur de la force mécanique ; la relation de la surface récoltée avec la surface totale utilisée et le vecteur de la force animale, avec application postérieure de tableau ordinal. La matrice de pression urbaine a indiqué l'isodensité démographique en relation avec l'écart type régional. Avec la définition de chaque matrice nous avons établi la superposition des données matricielles, comme somme des unités de chaque paramètre, aboutissant à l'établissement de l'indice de vulnérabilité environnementale. La présente étude est partie intégrante des recherches élaborées par le Groupe d'études des eaux du Cerrado, qui appartient au Centre d'Agroécologie et éducation rurale (GWATÁ) de l'Université de l'État de Goiás.*

**MOTS CLÉS:** Environnement. Vulnérabilité environnementale. Cerrado.

---

## **O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E SUA UTILIZAÇÃO COMO MEIO DE PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE NO CASO DO DESASTRE AMBIENTAL DE MARIANA/MG**

*THE TERM OF ADJUSTMENT OF CONDUCT AND ITS USE AS A MEANS OF PREVENTION AND REPARATION OF ENVIRONMENTAL DAMAGES: AN ANALYSIS IN THE CASE OF THE ENVIRONMENTAL DISASTER OF MARIANA/MG*

Lucimara Deretti  
Mayene Aline Brühmüller

**RESUMO:** Em 5 de novembro de 2015, o Município de Mariana/MG foi sede do pior desastre natural dos últimos cem anos no país, tendo grande repercussão internacional. O rompimento da Barragem Fundão, de propriedade da Samarco Minerações S.A., ensejou no despejo de cerca de 34 (trinta e quatro) milhões de lama, contendo minério de ferro, os quais percorreram aproximadamente 663,2 km, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até chegar ao oceano. Os danos ambientais e sociais são incalculáveis e jamais poderão ser reconstituídos integralmente. E é nesse contexto que o direito emerge, requerendo-se do Poder Público a solução para os conflitos e punição para os responsáveis, indenizando as vítimas e reparando o meio ambiente. Outrossim, o tema proposto decorre da análise da eficácia e efetividade do instituto do termo de ajustamento de conduta, frente ao desastre ecológico ocorrido no município de Mariana, no intuito de prevenir e reparar os danos sofridos pela população, bem como pelo ecossistema, de imediato, a médio e longo prazo, considerando a morosidade dos litígios no Brasil. O termo de ajustamento de conduta ambiental é um procedimento de natureza extrajudicial, podendo ser um instrumento adequado à proposta de efetividade e eficácia, a prevenção e reparação dos danos ambientais ocasionados em desastres ambientais de grande monta envolvendo atividades minerárias, como é o caso do município de Mariana/MG. Para desenvolvimento do artigo, utiliza-se o método hipotético-dedutivo por meio da pesquisa bibliográfica. Possuindo os seguintes objetivos: analisar o instrumento extrajudicial do termo de ajustamento de conduta e seu uso na prática como opção válida em contraposto da judicial, no escopo da tutela dos direitos difusos, coletivos e transindividuais, como do meio ambiente; contextualizar o desastre de Mariana/MG como cenário viável a sua instituição; e analisar os danos ambientais e sociais causados pelo referido desastre, e sua possível reparação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Termo de ajustamento de conduta. Direito ambiental. Mineração. Dano ambiental. Mariana/MG.

**ABSTRACT:** On November 5th, 2015, the Mariana county/MG was the site of the worst natural disaster of the last hundred years in the country, with great international repercussions. The rupture of the Fundão dam, owned by Samarco Minerações SA, led to the dumping of approximately 34 (thirty-four) million liters of sludge, containing iron ore, which traveled approximately 663.2 km between the state of Minas Gerais and Espírito Santo, until reaches the ocean. Environmental and social damages are incalculable and can never be fully reconstituted. And it is in this context that the right emerges, requiring the Public Power the solution to the conflicts and punishment for those responsible, indemnifying the victims and repairing the environment. In addition, the proposed theme stems from the analysis of the efficiency and effectiveness of the institute of the conduct adjustment term, in the face of the ecological disaster that

*occurred in the Mariana county, in order to prevent and repair the damages suffered by the population, as well as by the ecosystem, immediately, in a medium and long term, considering the slowness of litigation in Brazil. It is based on the analysis of the term of adjustment of environmental conduct, an extrajudicial procedure, as an appropriate instrument to the proposal of efficiency and effectiveness, prevention and repair of environmental damages caused by large-scale environmental disasters involving mining activities, such as occurred in the Mariana county/MG. For the development of the article, the hypothetical-deductive method is used through bibliographic research. Having the following objectives: to analyze the extrajudicial instrument of the term of adjustment of conduct and its use in practice as a valid option in contrast to the judicial, within the scope of protection of diffuse, collective and transindividual rights, as well as of the environment; contextualise the Mariana/MG disaster as a viable scenario for its institution; and analyze the environmental and social damage caused by the disaster, and its possible repair.*

**KEYWORDS:** *Term of adjustment of conduct. Environmental law. Mining. Environmental damage. Mariana/MG.*

## **“SUMAK KAWSAY”: O MITO NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA DO EQUADOR**

**“SUMAK KAWSAY”: EL MITO EN LA CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA EN EL TERRITORIO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA DEL ECUADOR**

Enoc Moisés Merino Santi

**RESUMO:** Em este trabalho se pretende mostrar a importância do mito na cosmovisão dos povos indígenas amazônicos em a realização do manejo sustentável dos recursos naturais em seu entorno. Para fazer isso, vou descrever como o mito constrói o sentido do território e os fundamentos que regem o seu uso e espiritualidade, em que o conceito social do "Ama Shua" (não roubar), "Ama Llulla" (Não mentir) e "Ama Killa" (Não ter preguiça) e sua relação com o território, que se baseia em três princípios: "Sumak allpa" (Terra fértil ou terra sem males) "Sumak kawsay" (Princípio de vida em harmonia) e "Sacha runa yachay" (Praticar o conhecimento ancestral) gerando um espaço em que a separação espiritual, biológica, ou de espécie não existe entre os seres que compartilham um todo. Nesta base, vou discutir a visão que permite conceder à terra um valor espiritual, social e mitológico, onde todos têm o direito de viver em harmonia respeitando a vida do outro. Irá enriquecer este debate através de discussões com personagens representativos dentro das organizações indígenas no Equador, a fim de conhecer a visão da terra no contemporâneo, a reconceptualização do uso da mesma, e a importância do impacto que sofreram as suas estruturas sociais. Isso me abre a oportunidade de analisar o processo de reconceptualização de sua identidade imersa no desenvolvimento do aparelho produtivo de natureza monetária que causou uma falha estrutural na relação da família indígena, que influenciam na perda do papel culturais e de seus valores ancestrais em relacionamento social e territorial. A reconfiguração do significado de "Ayllu Llakta" (comunidade), operado com uma visão diferente para o Estado conduzido no seu desenvolvimento territorial promovido dentro dos conceitos de individualismo, posse, poder, riqueza e pobreza



material que a cultura ocidental define o status, superioridade e riqueza material dos indivíduos em seu papel social, não concebida na imaginação indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mito. Território. Reconceptualização. Identidade.

**RESUMEN:** *En este trabajo se pretende mostrar la importancia del mito en la cosmovisión de los pueblos indígenas amazónicos en la realización del manejo sostenible de los recursos naturales en su entorno. Para ello describiré como el mito construye el significado del territorio y los fundamentos que regulan su uso y espiritualidad, sobre los cuales se erige el concepto social de “Ama shua” (no robar), “Ama llulla” (no mentir) y “ama killa” (no ser ocioso) y su relación con el territorio, la cual se basa en tres principios, “Sumak allpa” (tierra fértil o tierra sin mal), el “Sumak kawsay” (principio de vida en armonía) y “Sacha runa yachay” (Práctica de los conocimientos y saberes ancestrales) generando un espacio en el cual la separación espiritual, biológica o de especie no existe entre los seres que comparten un todo. Sobre las bases anteriores analizaré la visión que permite otorgar a la tierra un valor espiritual, social y mitológico donde todos gozan del derecho a convivir en armonía respetando en su medida la vida del otro. Enriqueceré este debate a través conversaciones con personajes representativos de las organizaciones indígenas del Ecuador, con el fin de conocer la visión sobre la tierra en el contemporáneo, la reconceptualización del uso de la misma, y la magnitud del impacto que han sufrido sus estructuras sociales. Lo anterior me abre la posibilidad de analizar el proceso de reconceptualización de su identidad inmersa en el desarrollo del aparato productivo de carácter monetario que ha causado una quiebra estructural en la relación familiar indígena, repercutiendo en la pérdida del rol ancestral y sus los valores culturales en la relación social y territorial. La reconfiguración del significado del “Ayllu llakta” (comunidad), manejada con una visión diferente a la impulsada por el Estado en su avance territorial promovida dentro de los conceptos de individualismo, posesión, poder, riqueza y pobreza material que en la cultura occidental define el estatus, superioridad y riqueza material del individuo en su rol social, no concebidas en el imaginario indígena.*

**PALABRAS CLAVES:** Mito. Território. Reconceptualización. Identidad.

---

## **NEGÓCIOS SOCIAIS: INSTRUMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EMPODERAMENTO DOS CONSUMIDORES**

**SOCIAL BUSINESS: INSTRUMENTS FOR SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT AND CONSUMER EMPOWERMENT**

Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira  
Antônio Carlos Efig  
Rodolfo Diniz Biazzi

**RESUMO:** A cultura do consumo excessivo e do desperdício, globalizada, permite o acesso a novos bens e serviços aos consumidores, mas não sem produzir impactos sociais e ambientais. A economia tradicional, pautada na visão unidimensional de que negócios servem unicamente à geração de lucro, mostra-se insuficiente para atender

as necessidades sociais e problemas ambientais de nosso tempo. No presente trabalho, analisa-se o modelo inovador dos negócios sociais, defendido por Muhammad Yunus como alternativa para criação de oportunidades, redução de desigualdades sociais e ambientais, e construção de um mundo sem pobreza. Na primeira parte, estudam-se as características peculiares dos negócios sociais, que podem ser definidos como empresas, que tem como missão solucionar algum problema social ou ambiental. Em seus objetivos, se aproximam em muito do setor filantrópico, já que os negócios sociais almejam a maximização do impacto social e/ou ambiental, que impulsiona sua criação e conduz suas atividades. Quanto ao funcionamento e estruturação econômica, se assemelham aos negócios tradicionais, são financeiramente autossustentáveis e retornam aos investidores o capital aplicado no negócio. O diferencial é que, em regra, os negócios sociais não distribuem dividendos. O capital investido é restituído aos investidores após determinado período, mas sem o acréscimo de lucro. Todo o lucro gerado permanece na empresa, alimentando novo ciclo de investimento, criando novos produtos e serviços, para expansão dos benefícios sociais e/ou ambientais gerados pelo negócio social. Os negócios sociais podem ser aplicados em diversos segmentos das atividades econômicas. Na segunda parte do trabalho, analisam-se as duas técnicas principais adotadas pelos negócios sociais: (i) focar na geração de benefícios sociais, por meio da natureza dos produtos, serviços ou sistemas operacionais, desenvolvidos e ofertados pela empresa; e (ii) operar com a maximização de lucros em empresas, distribuindo os benefícios financeiros para pessoas (acionistas) socialmente vulneráveis. São trazidos alguns exemplos concretos e bem sucedidos, como os projetos Grameen Bank e Grameen Danone, que atestam a potencialidade dos negócios sociais para promoção do desenvolvimento social e incremento do nível de vida das pessoas. Finalmente, apresentam-se alguns dos projetos de negócios sociais em curso no Brasil, que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e empoderamento dos consumidores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negócios sociais. Desenvolvimento Socioeconômico. Consumidor.

**ABSTRACT:** *The globalized culture of excessive consumption and wastefulness allows the access to new goods and services, but not without producing social and environmental impacts. Traditional economic theory has adopted a one-dimensional vision that business must serve the single objective of profit maximization, what is unable to face social needs and environmental problems. This paper analyses the innovative model of social businesses, proposed by Muhammad Yunus as an alternative to creating opportunities, reducing social inequality and constructing a world without poverty. In the first part, the main characteristics of social businesses are studied. Social business is a business that is totally dedicated to solving social and environmental problems. Since social business aims to maximize the social or environmental impacts, its goals are similar to philanthropy's goals. On the other hand, social businesses are self-sustainable and profitable such as traditional business. The main difference is that the social businesses are non-dividend businesses. The capital invested must return to investors without any profits distribution. All the profit generated stays on the business and is reapplied expanding the social and environmental goals. Social businesses can be adopted in various economic sectors. In the second part of the paper, the two types of social businesses are studied: (i) companies that focus on developing products, services, or operating systems whose nature creates social*

*benefits; (ii) or profit-maximizing businesses that are owned by the poor or disadvantaged. Some successful examples of social businesses are presented, as the Grameen Bank and Grameen Danone projects, whose results demonstrate the social businesses' potential to promote social and economic development and to increase the quality of life. Finally, there are shown some social businesses run in Brazil, which contribute to social and economic development and to consumers empowerment.*

**KEYWORDS:** *Social business. Social and economic development. Consumers.*

## **VULNERABILIDADE AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JUSSARA**

### **VULNÉRABILITÉ ENVIRONNEMENTALE DANS LA COMMUNE DE JUSSARA**

Mateus dos Anjos Bomtempo Soares  
Rayane Jardim Ferreira Rodrigues  
Ruan Lucas Marciano

**RESUMO:** A dinâmica dos processos de ocupação humana no Cerrado brasileiro vem produzindo significativos impactos ambientais. Degradação do solo, assoreamento do leito dos rios, retirada da cobertura vegetal, escassez e stress hídrico, alteração do regime pluviométrico, são algumas das consequências atualmente existentes. A possibilidade de reversão da contemporânea crise ecológica só é possível a partir da precisa produção de informação e conhecimento metodologicamente adequados à particularidades locais e regionais. Nesta perspectiva a identificação das vulnerabilidades ambientais configura-se como etapa necessária e fundamental para o concreto diagnóstico de uma situação concreta. A Vulnerabilidade Ambiental pode ser compreendida como qualquer susceptibilidade do ambiente a um impacto potencial desencadeado por ação antrópica. Estes indicadores apontam a predisposição geológica, geomorfológica, hidrológica, pedológica, entre outros, diante das atividades humanas realizadas em um dado ecossistema. O Município de Jussara localiza-se na porção noroeste do estado de Goiás, na microrregião do Rio Vermelho. Possui uma população de 19.402 habitantes distribuídos em uma área de 4.092,456 km<sup>2</sup>. Está situada na Coordenada Geográfica com latitude de 15°52'32" ao sul do Equador e longitude de 50°52'04" do Meridiano de Greenwich. Atualmente o território municipal vivencia uma situação de stress hídrico, devido ao intenso uso de seus recursos hídricos para a atividade agrícola, gerando um déficit no fornecimento de água para abastecimento público. Tal circunstância evidencia a necessidade de aprimoramento das bases de informação existentes como subsídio a formulação e execução de Políticas Públicas. A metodologia proposta identificou distintas formas de pressão ecológica (Pressão Industrial, Pressão Agropecuária, Pressão Demográfica), como forma de identificar os focos de tensionamentos que afetam o território municipal apresentando uma classificação dos fatores indicadores de vulnerabilidade. O presente estudo é parte integrante das pesquisas elaboradas pelo Grupo de Estudos das Águas do Cerrado, pertencente ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) Universidade Estadual de Goiás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vulnerabilidade Ambiental; Cerrado; Sociobiodiversidade.

**RESUMÉ:** La dynamique des processus d'occupation humaine dans le Cerrado brésilien a des impacts environnementaux significatifs. Dégradation du sol, envasement du lit des cours d'eau, suppression de la couverture végétale, pénurie et stress hydrique, modification du régime pluviométrique, sont quelques-unes des conséquences qui existent actuellement. L'inversion de la crise écologique contemporaine n'est possible qu'à partir de la production précise d'informations et de connaissances ajustées méthodologiquement à des particularités locales et régionales. Dans cette perspective, l'identification des vulnérabilités environnementales constitue une étape nécessaire et fondamentale pour le diagnostic concret d'une situation concrète. La vulnérabilité environnementale peut être comprise comme toute susceptibilité de l'environnement à un impact potentiel déclenché par une action anthropique. Ces indicateurs indiquent la prédisposition géologique, géomorphologique, hydrologique, pédologique, entre autres, face aux activités humaines réalisées dans un écosystème donné. La commune de Jussara se situe dans la partie nord-ouest de l'État de Goiás, dans la microrégion du Rio Vermelho. Elle compte une population de 19.402 habitants distribués sur une surface de 4.092,456 km<sup>2</sup>. Elle se situe dans la coordonnée géographique de latitude 15°52'32" au sud de l'Équateur et de longitude 50°52' 04" du Méridien de Greenwich. Actuellement le territoire municipal connaît une situation de stress hydrique, dû à l'intense utilisation de ses ressources hydriques pour l'activité agricole, qui produit un déficit dans l'alimentation en eau pour le réseau public de distribution. Cette circonstance montre la nécessité d'améliorer les bases d'information existantes comme subside à la formulation et à l'exécution de politiques publiques. La méthodologie proposée a identifié différentes formes de pression écologique (pression Industrielle, agricole, démographique), comme manière d'identifier les foyers de tension qui touchent le territoire municipal, en présentant un classement des facteurs indicateurs de vulnérabilité. La présente étude est partie intégrante des recherches élaborées par le Groupe d'études des eaux du Cerrado, qui appartient au Centre d'Agroécologie et éducation rurale (GWATÁ) de l'Université de l'État de Goiás.

**MOTS CLÉS:** Vulnérabilité environnementale. Cerrado. Sociobiodiversité.

## **BIOÉTICA E A ENCÍCLICA LAUDATO SI': O CUIDADO COMO DIMENSÃO DE RESPONSABILIDADE COM A VIDA**

**BIOETHICS AND THE ENCYCLICAL LAUDATO SI' – CARE AS A DIMENSION OF LIABILITY WITH LIFE**

Luciana Machado Januário  
Waldir Souza

**RESUMO: Introdução:** Cuidar, apelo que se entrelaça entre a disciplina de Bioética e a Carta Encíclica do Papa Francisco. Ligados intimamente pela busca da promoção da vida humana e da natureza numa cosmovisão chamam à atenção a dignidade humana e da biodiversidade. Bioética e Laudato Si nos fazem um convite responsável ao cuidado à “casa comum”, a zelar desse Planeta que é a nossa morada, a zelar pelo direito à vida desde a sua concepção até o seu fim natural que é inerente a todas as criaturas. **Objetivo:** Pesquisar e promover a importância do resgate ao cuidado,

sobretudo no vulnerável e frágil à luz dos direitos humanos e ambientais, olhando a pessoa e a natureza como um só em dignidade e respeito. **Metodologia:** Leitura da Encíclica Laudato Si, buscando entrelaçar o cuidado para com a Natureza e a Biodiversidade numa revisão de literaturas de Bioética que falam sobre o cuidado e o respeito. **Considerações Finais:** Pesquisar e promover extensões são a melhor forma de fomentar mudanças comportamentais e de produzir conhecimento que promova a vida, o desenvolvimento sustentável e integral da pessoa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cuidar. Bioética. Laudato Si.

**ABSTRACT: Introduction:** *Caring, an appeal that intertwines between the discipline of Bioethics and the Encyclical Letter of Pope Francis. Closely linked by the search for the promotion of human life and nature in a worldview, attention is drawn to human dignity and biodiversity. Bioethics and Laudato Si make a responsible invitation to care for the "common house", to watch over this Planet that is our home, to watch over the right to life from its conception to its natural end that is inherent in all creatures.* **Objective:** *To seek and promote the importance of the rescue to care, especially in the vulnerable and fragile in the light of human and environmental rights, looking at the person and nature as one in dignity and respect.* **Methodology:** *Reading of the Encyclical Laudato Si, seeking to interweave care for Nature and Biodiversity in a review of bioethics literatures that talk about care and respect.* **Final considerations:** *Researching and promoting extensions is the best way to foster behavioral change and produce knowledge that promotes life, sustainable and integral development of the person.*

**KEYWORDS:** *Caring. Bioethics. Laudato Si.*

## **POLÍTICA URBANA EM ÁREA DE RECARGA DO SISTEMA AQUÍFERO GUARANI, ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU – SP**

*POLÍTICA URBANA EN EL ÁREA DE RECARGA DEL SISTEMA ACUÍFERO GUARANÍ, ESTUDIO DE CASO EN EL CONDADO DE BOTUCATU – SP*

Mariana Baggio Annibelli  
Berenice Balsalobre

**RESUMO:** O Sistema Aquífero Guarani (SAG) é considerado um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce e potável do planeta. Com área de aproximadamente 1,2 milhões de km<sup>2</sup>, abrange parte do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Formado há cerca de 130 milhões de anos, no Cretácio Inferior, é constituído, predominantemente, por arenitos de granulação média e fina, depositados pela ação eólica, em um ambiente desértico, do período Triássico-Jurássico. Essas rochas areníticas estão saturadas com água e encontram-se, quase em toda a sua extensão, cobertas pelas rochas basálticas da Formação Serra Geral. Quando estão sobrepostas pelas rochas basálticas, as águas subterrâneas do SAG formam o aquífero confinado e, quando estão em sua porção aflorante está disposta em forma de aquífero livre. As zonas de afloramento constituem 12,8% da superfície total do aquífero, sendo que dessas, 67,8% localizam-se no Brasil. As zonas de

afloramento correspondem às importantes áreas de recarga do aquífero, onde infiltram diretamente as águas das chuvas, mas também, podem ocorrer infiltrações de líquidos poluentes e contaminantes, comprometendo a qualidade das águas do Sistema. O município de Botucatu, situado no interior do Estado de São Paulo, está localizado sobre uma das grandes áreas de recarga do SAG do Estado. Esta área inclui parte urbanizada da cidade, conferindo-lhe características de fragilidade ambiental, uma vez que está assentada sobre rocha arenítica com grande suscetibilidade à erosão, além de limitações do ponto de vista do planejamento urbano sustentado. No entanto, recentes políticas de promoção urbana adotadas no município têm desconsiderado tais condicionantes geológicas e geomorfológicas, favorecendo a instalação de loteamentos urbanos em áreas de fragilidade ambiental e sobre as áreas de recarga do SAG. A população local, entidades ambientalistas e a comunidade acadêmica tem se manifestado de forma contrária a tal política urbana, por considerá-la não sustentável, porém o executivo municipal tem se valido da premissa de interesse social para estimular tais loteamentos, que comprometem e comprometerão a estabilidade da formação geológica da região, assim como interferirão negativamente na qualidade das águas subterrâneas do Sistema Aquífero Guarani.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema Aquífero Guarani. Área de recarga. Política urbana. Botucatu.

**RESÚMEN:** El Sistema Acuífero Guaraní (SAG) es considerado uno de los más grandes reservorios subterráneos del agua dulce y potable del planeta. Con un área de aproximadamente 1,2 millones de km<sup>2</sup>, incluye parte del Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay. Fue formado hace alrededor de 130 millones de años atrás, en el período del Cretáceo Superior, se constituye, en su mayoría por areniscas de granulación media y fina, depositados por la acción del viento, en un ambiente desértico, del período Triásico-Jurásico. Esas rocas de areniscas están saturadas con el agua y están, por cuase toda su extensión, cubiertas por rocas basálticas de la Formación Serra Geral. Cuando están con la superposición de las rocas basálticas, las aguas subterráneas del SAG forman el acuífero confinado y, cuando están en la porción del afloramiento, ocurren en forma de acuífero libre. Las zonas de afloramiento constituyen 12,8% de la superficie total del acuífero, siendo que de esos, 67,8% están en el Brasil. Las zonas de afloramiento corresponden a importantes áreas de recarga del acuífero, donde se infiltran directamente el agua de la lluvia, pero también, puede ocurrir infiltraciones de polución y de contaminantes, pudiendo comprometer la calidad del agua del Sistema. El condado de Botucatu, localizado en el interior de la Provincia de São Paulo, está ubicado en una de las más grandes zonas de recarrego del SAG de la Provincia, que incluye la zona urbanizada de la ciudad, dándole características de fragilidad ambiental, pues está ubicada en cima de la roca arenisca, con más susceptibilidad a la erosión y también le impone limitaciones del punto de vista de la planificación urbana sostenible. Sin embargo, recientes políticas de promoción del espacio urbano, adoptadas em el Condado están ocurriendo sin considerar tales condicionantes geológicas y geomorfológicas, favoreciendo la instalación de asignaciones urbanas en las zonas de fragilidad ambiental y por en cima de las áreas de recarga del SAG. La población local, grupos ambientales y la comunidad científica están poniéndose en contrario a tal política urbana, pues la consideran no sostenible, pero los de la alcaldía se han hecho uso de la premisa del interés social para animar a esas asignaciones, que comprometen y comprometerán

*la estabilidad de la formación geológica de la zona, al igual que interferirá negativamente en la calidad de las agua subterráneas del Sistema Acuífero Guaraní.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Sistema Acuífero Guaraní. Área de recarga. Política urbana. Botucatu.*

---

## GRUPO DE TRABALHO 3

### INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E OUTROS POVOS TRADICIONAIS

#### DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: A INCONSTITUCIONALIDADE DA PEC 215

#### DEMARCACIÓN DE LAS TIERRAS INDÍGENAS: LA INCONSTITUCIONALIDAD DE LA PEC 215

Juliani Prudêncio dos Santos

**RESUMO:** Os povos indígenas vêm de uma longa e árdua luta para o reconhecimento e demarcação de seus territórios. Territórios estes, que, a muito foram ocupados e colonizados pelos europeus, sendo os indígenas submetidos a escravidão e extermínio. Aos poucos a nossa sociedade, juntamente com influências de organizações internacionais, passaram a reconhecer o direito originário destes povos, onde a OIT 169, o Estatuto do Índio e a Constituição Federal de 1988 se mostraram essenciais no desenvolvimento destas normas protetivas. Contudo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215 criada no ano de 2000, pretende a mudança de competência em se tratando das demarcações de terras dos povos indígenas, que, atualmente, encontra-se em posse da União, passaria a ser de competência exclusiva do Congresso Nacional. O objetivo principal desta pesquisa pauta-se na análise da referida PEC, demonstrando sua inconstitucionalidade, bem como as implicações aos povos indígenas em caso de aprovação. Para tal, será utilizado o método de pesquisa qualitativa, posto que serão realizadas coletas de dados através de pesquisas doutrinárias, bem como empíricas, quais sejam a obtenção de informações através dos grupos afetados, mais especificamente os Kaxinawá do Acre e profissionais atuantes. Ademais, será realizado um estudo explicitando a trajetória, diga-se, evoluções e retrocessos do processo demarcatório, momento em que se demonstrará o reconhecimento do direito originário às terras tradicionalmente ocupadas, e sua importância para estes povos, bem como será demonstrado que apesar de se tratar de direitos constitucionais, elencados no rol de cláusulas pétreas, estes direitos encontram-se em iminente risco de supressão, posto que, o referido projeto objetiva não só limitar as demarcações à serem realizadas, mas revisar as já homologadas, ferindo, além da segurança jurídica, a dignidade destes povos. Em ampla análise, se faz perceptível a importância das terras tradicionalmente ocupadas para os indígenas, os quais não vinculam seu uso apenas a uma organização social, mas protegem estas áreas com intuito de preservar sua cultura e crenças espirituais, demonstrando uma relação de unidade e equilíbrio com a natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demarcação. Terras Indígenas. Projeto de Emenda Constitucional 215. Inconstitucionalidade.

**RESÚMEN:** Los pueblos indígenas tienen una larga y ardua lucha por el reconocimiento y demarcación de sus territorios. Estos territorios fueron ocupados por los colonizadores y los pueblos sometidos a esclavitud y al exterminio. Poco a poco la sociedad, a través de organizaciones internacionales reconocen los derechos



*originários de los pueblos, la Convención 169 de la OIT, del Estatuto del Indio y la Constitución Federal en 1988 fueron esenciales en el desarrollo de estas normativas. Sin embargo, la Propuesta de Enmienda Constitucional (PEC) nº 215 del año 2000, tiene como objetivo cambiar de jurisdicción los casos de demarcación de las tierras indígenas, que actualmente está a cargo de la Unión, pasaría a ser competencia exclusiva del Congreso Nacional. El objetivo principal de este estudio es el análisis de dicha PEC, su consecuente inconstitucionalidad, y las implicaciones para los pueblos indígenas en caso de aprobación. Se utilizará el método de investigación cualitativa, ya que la recogida de datos se realiza a través de la investigación de doctrinas, así como la obtención de informaciones a través de los grupos afectados, especialmente los Kaxinawá, del estado de Acre. A pesar del derecho originario ser protegido constitucionalmente, está en peligro inminente de retroceso, ya que dicha PEC busca no sólo limitar las demarcaciones ya hechas, sino revisar lo ya aprobado, perjudicando más allá de la seguridad jurídica, la dignidad de estos pueblos. Es evidente la importancia de las tierras tradicionales indígenas, que no sólo para su uso como organización social, sino a proteger estas áreas con el fin de preservar su cultura y creencias espirituales, lo que muestra una relación de armonía y equilibrio con la naturaleza.*

**PALABRAS-CLAVE:** Demarcación. Tierras Indígenas. Proyecto de Enmienda Constitucional 215. Inconstitucionalidad.

---

## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMPREENDEM AS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL?**

*DO PUBLIC POLICIES UNDERSTAND THE NEEDS OF INDIGENOUS POPULATIONS IN BRAZIL?*

Fábio José dos Santos  
Rodinei Silva

**RESUMO:** As ações de políticas públicas conseguem atingir e compreender as diversidades da população indigenista em nosso Brasil? Esse tende ser o grande desafio de diversos governo após a Constituição de 1988. Com uma população estimada aproximadamente de 818.000, a população indígena do Brasil representa 0,4% da população. Foram identificadas 305 etnias e reconhecidas 274 línguas. Estes povos estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é a que concentra o maior número de indivíduos, 342,8 mil, e o menor é no Sul, 78,8 mil. A participação indígena na construção de políticas públicas diferencia-se de outros grupos sociais. Foi preciso a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista a fim de consolidar o espaço de participação nacional. Há também a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, (PNGATI que tem um comitê gestor no seu arranjo institucional. A atuação do Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destaca-se a promoção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo. As ações contribuem para a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do País, com destaque,

também, à promoção do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos seus territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento. Políticas públicas que buscam o fortalecimento de ações que promovam a segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas. A Lei 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhece os povos indígenas como beneficiários das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Indigenistas. Diversidade.

**ABSTRACT:** *Do public policy actions reach and understand the diversity of the indigenist population in our Brazil? This tends to be the great challenge of several government after the Constitution of 1988. With an estimated population of approximately 818,000, the indigenous population of Brazil represents 0.4% of the population. 305 ethnicities and 274 languages were recognized. These peoples are present in the five regions of Brazil, where the northern region is the one with the largest number of individuals, 342.8 thousand, and the lowest is in the South, 78.8 thousand. Indigenous participation in the construction of public policies differs from other social groups. It was necessary to create a National Council of Indian Policy in order to consolidate the space of national participation. There is also the National Policy for Territorial and Environmental Management (PNGATI), which has a management committee in its institutional arrangement. The Federal Government's activity through the Ministry of Agrarian Development (MDA) stands out the promotion of the Rural Development Policy of Brazil, The democratization of access to land, the territorial management of the land structure, productive inclusion, the increase of family farming income and peace in the countryside. The actions contribute to the country's food sovereignty, economic, social and environmental development, As well as the promotion of the access of the Traditional Peoples and Communities to productive policies, guaranteeing rights and land regularization of their territories, contributing to their ethnodevelopment. Public policies that seek to strengthen actions that promote food security and The promotion of productive activities in indigenous communities. Law 11.326 / 06, which Adopts the guidelines for the formulation of the National Policy on Family Agriculture and Rural Family Enterprises, recognizes indigenous peoples as beneficiaries of public policies aimed at family agriculture.*

**KEYWORDS:** Public Policies. Indigenistas. Diversity.

---

**POTENCIALIZANDO AS BRECHAS DA COLONIALIDADE DO PODER:  
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA**  
*POTENTIALIZING THE GAPS OF COLONIALITY OF POWER: CONSTITUTIONAL  
INTERPRETATION AND INDIGENOUS PARTICIPATION*

Julio José Araujo Junior

**RESUMO:** O artigo analisa a distinção entre história e memória para discutir a posição dos povos indígenas na formação do Brasil e na interpretação constitucional. O

reconhecimento da sociedade plural de intérpretes da Constituição possui aplicações desiguais que precisam ser reveladas e enfrentadas. Apesar dos silenciamentos e esquecimentos, os povos indígenas vêm procurando as brechas para fazer prevalecer suas cosmovisões e seus modos de vida, porém é necessário conferir mais clareza a esse processo, pois o não reconhecimento da possibilidade de que alguns possam veicular a maneira como pensam os conceitos políticos e as relações sociais implica a negação de suas identidades e de sua autonomia, em clara hierarquização de visões de mundo. Muitos direitos indígenas têm sido lidos à luz da interpretação da sociedade envolvente e a regulação de seus modos de vida é pautada por limites valorativos consagrados no processo de dominação e “pacificação”. A despeito da fragilidade da coparticipação na interpretação constitucional, os diversos grupos étnicos valem-se das brechas e das fissuras da colonialidade para fazer prevalecer suas cosmovisões e suas interações com a sociedade. O presente artigo, portanto, busca demonstrar a insuficiência de doutrinas do liberalismo multicultural sobre a “heterogeneidade cultural” e propõe, com fundamento na teoria decolonial, a potencialização das brechas e a abertura do direito aos atores silenciados nas pautas que mais interessam, notadamente terra e saúde. O desafio que se apresenta, neste artigo, é o de potencializar essas brechas e assegurar que a interpretação dos textos constitucionais leve sempre em consideração a forma como os grupos étnicos analisam as questões, assegurando-se espaços de interpretação que sejam efetivamente plurais. A experiência da Bolívia e do Equador deve ser recebida criticamente e adaptada ao texto constitucional brasileiro e à realidade de nossos povos, notadamente quanto à compreensão dos institutos jurídicos consagrados, como à prática processual em atuações estatais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interpretação Constitucional. Povos Indígenas. Participação

**ABSTRACT:** *The article analyzes the distinction between history and memory in order to discuss the position of the indigenous people in the formation of Brazil and the constitutional interpretation. The recognition of the plural society of interpreters of the Constitution has unequal applications that need to be revealed and faced. Despite the silencing and forgetfulness, indigenous peoples have been looking for the gaps to make their worldviews and their ways of life prevail, but it is necessary to give more clarity to this process, since the non-recognition of the possibility that some may convey the way the political concepts and social relations implies the denial of their identities and their autonomy, in a clear hierarchy of worldviews. Many indigenous rights have been read in the light of the interpretation of the surrounding society and the regulation of their ways of life is ruled by value limits consecrated in the process of domination and "pacification". In spite of the fragility of coparticipation in constitutional interpretation, the various ethnic groups use the gaps and fissures of coloniality to make their worldviews and their interactions with society prevail. This article, therefore, seeks to demonstrate the insufficiency of the doctrines of multicultural liberalism on "cultural heterogeneity" and proposes, based on decolonial theory, the potentialization of fulfilling these gaps and the opening of the Law to the silenced actors in the subjects that affect them more, notably land and health. The challenge in this article is to potentialize these gaps and ensure that the interpretation of constitutional texts always takes into account how ethnic groups analyze the issues, ensuring spaces of interpretation that are effectively plural. The experience of Bolivia and Ecuador must be received critically and adapted to the Brazilian constitutional text and to the reality of our peoples, especially regarding the understanding of established legal institutes,*

*as well as procedural practice in state operations.*

**KEYWORDS:** *Constitutional Interpretation. Indigenous People. Participation.*

---

## **AS DECISÕES DA JUSTIÇA BRASILEIRA NA TUTELA DOS DIREITOS INDÍGENAS ATINGIDOS PELA UHE BELO MONTE**

*THE DECISIONS OF THE BRAZILIAN COURTS ON THE PROTECTION OF INDIGENOUS RIGHTS CONCERNING BELO MONTE HYDROELECTRIC POWER PLANT*

Érica Tolvane Macedo Correa  
Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira

**RESUMO:** Este trabalho objetiva fazer uma reflexão acerca das ações judiciais oriundas da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com enfoque na tutela e violação dos direitos humanos dos povos indígenas. Para viabilizar a pesquisa, são utilizados os processos coletivos propostos em Altamira/PA, ou seja, as principais demandas judiciais nas esferas Estadual e Federal, entre os anos de 2010 a 2016, as jurisprudências do TJ/PA, os relatórios da Comissão de Direitos Humanos em Altamira-PA, a concessão de Licença Prévia nº 342/2010, as 26 condicionantes relacionadas aos direitos indígenas especificados nos pareceres técnicos nº 21/CMAM/CGPIMA/FUNAI. É notório que o empreendimento, realizado em uma área de vivência indígena, trouxe mudanças drásticas no modo de vida daqueles povos. Ao coletar-se e discutir-se os documentos judiciais que dizem respeito à UHE Belo Monte, observam-se evidentes lesões aos direitos humanos dos indígenas, que contribuem para o aumento da pobreza e diversas espécies de conflitos, bem como para a dizimação cultural e étnica. As demandas judiciais não trouxeram, ao cabo, respostas satisfatórias, do ponto de vista dos direitos subjetivos dos indígenas diretamente afetados, que são simplesmente afastados sob um discurso de necessidade econômica ou de emergência, caracterizado uma lógica de exceção. Muito embora tenha havido um significativo reconhecimento desses direitos em primeira instância, são logo esvaziados em fase recursal, restando favorecidos os empreendedores de Belo Monte de maneira injustificável, consoante o quadro de valores que rege matéria e a proteção formal que se dedica aos povos indígenas, do ponto de vista do direito declarado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novos Direitos. Tutelas Coletivas. Direitos Socioambientais. Justiça Ambiental. Bens Comuns. Estado De Exceção.

**ABSTRACT:** *This work aims to reflect on the lawsuits arising from the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Plant, focusing on the protection and violation of the human rights of indigenous peoples. In order to make the research feasible, discusses the class actions proposed in Altamira/PA, that is, the main lawsuits between 2010 and 2016 in the TJ/PA, the reports of the Rights Commission Human Rights in Altamira/PA, the preliminary License No. 342/2010, and the 26 conditionalities related to the indigenous rights specified in Technical Opinions of CMAM/CGPIMA/FUNAI. It is well known that the enterprise, carried out in an area of indigenous experience, brought*

*drastic changes in their traditional way of life. Collecting and discussing the court documents concerning the Belo Monte Hydroelectric Powerplant, there are obvious injury to the human rights of indigenous peoples, contributing to the increase in poverty and various species of conflicts, as well as to the ethnic and cultural decimation. The lawsuits brought no satisfactory answers, from the point of view of subjective rights of those affected groups, which are denied under arguments of economic necessity and emergency. Although there has been a significant recognition of these rights in the first judicial instance, this was emptied in the appellation, for the benefit of the entrepreneurs of Belo Monte. This was unjustified, considering national and international legal principles that deal with the protection of these people, at least from the point of view of the rights formally declared.*

**KEYWORDS:** *Environmental Rights; Class Actions; Environmental Justice; Commons; State Of Exception*

## **A PERCEPÇÃO DOS AVÁ-GUARANI SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO AMBIENTE A PARTIR DA APREENSÃO DO CONCEITO DE “SARAMBI”**

LA PERCEPCIÓN DE LOS AVÁ-GUARANI SOBRE LAS TRANSFORMACIONES DEL MEDIO AMBIENTE A PARTIR DE LA APREHENSIÓN DEL CONCEPTO DE "SARAMBI"

Renan Pinna

**RESUMO:** O presente trabalho busca brevemente tentar contribuir com as investigações sobre os processos de deslocamentos forçados, despojos, esbulhos e expropriação territorial dos Avá-Guarani no estado do Paraná, ao longo do século XX, em especial, processos decorridos entre as décadas de 40 e 80. Procuraremos então (re)contextualizar alguns períodos importantes que marcaram os esbulhos dos Avá-Guarani da região, assim como, expor a permanência ininterrupta desses que, ainda assim, continuaram no território tradicional. O conceito nativo de “sarambi” (esparramo) nos serve aqui como chave para acessar algumas das memórias dos Avá-Guarani em relação a esses processos de esbulhos no Oeste do estado de Paraná. Nos levando, a conhecer, tanto a lógica do “sarambi” quanto os fatores que influenciaram para esses *esparramos* acontecer. Logo brevemente, o trabalho propõe conhecer e reconstruir parte da história do território Avá-Guarani e, os processos de esbulhos que sofreram, por conta da colonização e a conformação do Estado Nacional, assim como, a inundação do lago da Hidrelétrica de Itaipu, e as políticas desenvolvidas por órgãos indigenistas no século anterior. Para isso, usaremos relatos dos Avá-Guarani que contam sobre o seu passado e, poderemos perceber como esses processos orientam o presente. O trabalho que pretende ainda analisar como os Avá-Guarani participaram como observadores e agentes de transformações ambientais que ocorreram no estado do Paraná nos últimos cem anos. Sendo testemunhas chaves para entender o processo de exploração do meio ambiente, as mudanças das paisagens e, as atuais consequências dessas mudanças ambientais a nível local de suas comunidades indígenas. A partir desse trabalho, podemos vir tentar compreender, os atuais processos de conflito pela demarcação de terras e a resistência dos Avá-Guarani desde os acampamentos indígenas, localizados nos

municípios de Guaíra e Terra Roxa.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sarambi. Memória. Meio Ambiente

**RESUMEN:** *El presente trabajo busca brevemente intentar contribuir con las investigaciones sobre los procesos de desplazamientos forzados, despojos, robo y expropiación territorial de los Avá-Guarani en el estado de Paraná, a lo largo del siglo XX, en especial, procesos transcurridos entre las décadas de los 40 y 40. Procuraremos entonces, re-contextualizar algunos períodos importantes que marcaron los robos de los Avá-Guaraní de la región, así como, exponer la permanencia ininterrumpida de aquellos que continuaron en el territorio tradicional. El concepto nativo de "sarambi" (esparcimiento) nos sirve aquí como llave para acceder algunas memorias de los Avá-Guarani en relación a esos procesos de robo en el Oeste del estado de Paraná. Llevándonos a conocer tanto la lógica del "sarambi", así como los factores que influenciaron para que estos esparcimientos sucedan. Luego, brevemente, el trabajo propone conocer y reconstruir parte de la historia del territorio Avá-Guarani e los procesos de usurpación que sufrieron, por causa de la colonización y la conformación del Estado Nacional, así como de la inundación del lado de la Hidroeléctrica de Itaipu, y las políticas desarrolladas por órganos indigenistas en el siglo pasado. Para esto usaremos relatos de los Avá-Guarani que cuentan sobre su pasado, y podremos percibir como estos procesos orientan el presente. El trabajo pretende analizar como los Avá-Guarani participaron como observadores y agentes transformaciones ambientales que ocurrieron en el estado de Paraná en los últimos cien años. Siento testigos claves para entender el proceso de explotación del medio ambiente, los cambios de los paisajes, y las actuales consecuencias de estos cambios ambientales a nivel local de sus comunidades indígenas. A partir de este trabajo, podemos intentar comprender los actuales procesos del conflicto por la demarcación de tierras y la resistencia de los Avá-Guarani desde los campamentos indígenas, localizados en los municipios de Guaíra y Terra Roxa.*

**PALABRAS-CLAVE:** Sarambi. Memoria. Medio Ambiente

---

**"ERA TUDO NOSSO, DO NOSSO POVO": DESENVOLVIMENTO E RACISMO SOCIOAMBIENTAL NO QUILOMBO JOÃO SURÁ**

**"ERA TUDO NOSSO, DO NOSSO POVO": DESARROLLO Y RACISMO SOCIOAMBIENTAL EN EL QUILOMBO JOÃO SURÁ**

Cassius Marcelus Cruz  
Rosilene Komarcheski  
Antônio Carlos de Andrade

**RESUMO:** O desenvolvimento tem sido alvo de intensos debates na América Latina nas últimas décadas, sendo que na atualidade diversas pesquisas procuram desvelar a lógica da colonialidade que opera por detrás do seu discurso. O desenvolvimento, enquanto projeto da modernidade ocidental, reproduz o racismo nos dias atuais através de um discurso estruturado sobre significantes estereotipados que o justificam como projeto de salvação. A materialização do racismo no campo brasileiro tem se

dado com toda a gama de danos e ameaças sobre as populações negra e indígena a partir da execução de empreendimentos desenvolvimentistas. As comunidades quilombolas têm sido profundamente afetadas por esse processo, sendo comuns os casos de expropriação e expulsão territorial, exploração de seu trabalho, e tantas outras formas de violência material e simbólica. No quilombo João Surá o desenvolvimento tem se apresentado na figura de projetos e empreendimentos públicos e privados impostos sobre seu território desde a década de 1970, tais como: projetos de colonização e ordenamento fundiários; empreendimentos de pecuária extensiva, de produção madeireira e de conservação ambiental; e ameaças latentes representadas pelo avanço da mineração e de projetos de construção de barragens na região. Os processos através dos quais tais projetos e empreendimentos foram executados têm surtido efeitos cumulativos ao longo do tempo, promovendo, dentre outras coisas, a expropriação de terras quilombolas e de bens naturais e culturais a elas associados. Nesse contexto, no presente trabalho buscamos explicitar os processos pelos quais se deu [e tem se dado] a execução de projetos e empreendimentos públicos e privados sobre o território de João Surá, evidenciando o racismo implícito na lógica pela qual estes operam. A análise articulada entre impactos socioambientais e discriminação etnicorracial possibilita compreender as desigualdades multiplicadas que afetam comunidades quilombolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo. Racismo Socioambiental. Desenvolvimento.

**RESUMEN:** *El desarrollo ha sido objeto de un intenso debate en América Latina en las últimas décadas, y en la actualidad hay varios estudios que buscan dar a conocer la colonialidad de la lógica que opera detrás de su discurso. El desarrollo, como proyecto de la modernidad occidental, reproduce el racismo hoy en día a través de un discurso estructurado sobre significantes estereotipados justificándolo como un proyecto de salvación. La materialización del racismo en el campo brasileño se ha dado a través de toda la gama de daños y amenazas a las poblaciones afrobrasileña y indígena en la ejecución de proyectos de desarrollo. Quilombos han sido profundamente afectados por este proceso, son comunes los casos de expropiación y expulsión de su territorio, explotación de su trabajo, y tantas otras formas de violencia material y simbólica. Los proyectos de desarrollo en el Quilombo João Surá se presentan en la figura de las empresas públicas y privadas que han sido impuestas a su territorio desde la década de 1970, tales como los proyectos de colonización y ordenación del territorio; desarrollos de la ganadería extensiva, los monocultivos madereros y la conservación del medio ambiente; y las amenazas latentes son planteadas por el avance de los proyectos de minería y de construcción de presas en la región. Los procesos por los cuales este tipo de proyectos y empresas fueron ejecutados tienen efectos acumulativos en el tiempo mediante la promoción, entre otras cosas, de la expropiación de tierras del quilombo y el patrimonio natural y cultural asociado a ellas. En este contexto, el presente estudio se trató de explicar los procesos mediante los cuales se produjeron [y se le ha dado] la ejecución de proyectos y empresas públicas y privadas en el territorio de João Surá, que muestra el racismo implícito en la lógica por la que operan. El análisis articulado de los impactos ambientales y la discriminación etnicorracial permite entender las desigualdades multiplicadas en los quilombos.*

**PALABRAS-CLAVE:** Quilombo. Racismo Socioambiental. Desarrollo.

---

**TENSÃO ENTRE RECONHECIMENTO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CONFLITO COM A FERROVIA TRANSNORDESTINA NO PIAUÍ**

*TENSION BETWEEN RECOGNITION AND EFFECTIVENESS OF TERRITORIAL RIGHTS QUILOMBOLAS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: THE CONFLICT WITH THE TRANSNORDESTINA RAILWAY IN PIAUÍ*

Lucas Vieira Barros de Andrade

**RESUMO:** A partir da compreensão de que o Brasil, bem como a América Latina, vivenciou por quase duas décadas um período (neo)desenvolvimentista, baseado em uma economia agroextrativista e exportadora, analisa-se as relações diretas com o acirramento dos conflitos por territórios. Neste contexto, insere-se a construção da Ferrovia Transnordestina nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, com o objetivo de escoamento da produção mineral e do agronegócio. Este trabalho, parte de uma pesquisa em conclusão, busca analisar a tensão entre a efetivação dos Direitos Territoriais das Comunidades Quilombolas piauienses atingidas com a construção da obra e o “desenvolvimento econômico” atribuído ao referido empreendimento. Utiliza-se, para tanto, da leitura de decisões judiciais de desapropriação, análise do processo de licenciamento ambiental e de pesquisa de campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Direitos Quilombolas. Desenvolvimentismo.

**ABSTRACT:** *From the understanding that Brazil, as well as Latin America, has experienced for almost two decades a (neo) developmental period, based on an agro-extractive and export economy, the direct relations with the intensification of conflicts by territories are analyzed. In this context, the construction of the Transnordestina Railway in the states of Piauí, Pernambuco and Ceará is inserted, with the objective of disposing of mineral production and agribusiness. This work, part of a research in conclusion, seeks to analyze the tension between the realization of the Territorial Rights of the Quilombola communities affected by the construction of the work and the "economic development" attributed to this enterprise. Therefore, it is used the reading of judicial decisions of expropriation, analysis of the process of environmental licensing and field research.*

**KEYWORDS:** *Territory. Quilombola Rights. Developmentalism.*

---

**COLONIALISMO E RACISMO: A ABORDAGEM DOS QUILOMBOS NO CAMPO DO DIREITO**

*COLONIALISM AND RACISM: THE APPROACH OF QUILOMBOS IN THE FIELD OF LAW*

Rodrigo Portela Gomes



**RESUMO:** O trabalho tem o propósito de complexificar uma abordagem comumente referida no campo do constitucionalismo brasileiro pós-1988 quanto ao direito dos quilombos, trata-se da “racialização pela igualdade étnico-racial”. Essa abordagem da raça nas pesquisas e trabalhos que tematizam os quilombos no campo jurídico, em suma, tem se apropriado do quilombo como objeto de estudos que em regra desaguam no lugar comum da não efetividade da norma constitucional, particularmente quanto à aplicabilidade do art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, ou quando não, desenvolvem-se discussões acerca: a) das questões conceituais do quilombo; b) do problema na definição das terras quilombolas; c) da interpretação judicial, reconhecimento e identificação dos quilombos. Outrossim, o debate neste campo tem sido orientado por um discurso “clássico moderno”, onde predominam narrativas do “norte” que procuram apagar o racismo, o escravismo e o colonialismo como constitutivos da modernidade. Assim, noções como estado, bem comum, cidadania, justiça, igualdade e liberdade nos marcos da modernidade clássica tem balizado o debate sobre direito dos quilombos nos trabalhos realizados neste campo, contudo, sem o giro pós-colonial que desloque estas noções a partir de outras narrativas também constitutivas da modernidade. Nesse sentido, a partir das contribuições do sociólogo Paul Gilroy na obra “O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência” o trabalho objetiva uma abordagem do discurso colonial presente nestas noções que balizam o debate sobre direito dos quilombos no Brasil, com uma postura epistêmica e teórica que “leve a raça a sério”, ou seja, posicionando-a como categorial central na análise do direito. Pretende-se com isso apontar que o racismo é um problema jurídico-constitucional presente desde o momento fundacional do nosso Estado, sendo o direito instrumento eficaz para a produção de assimetrias raciais. Especificamente no caso dos quilombos, o resultado é uma clausura categórica que essencializa-o ou relativiza-o, negando-lhes a condição de agentes de sua própria história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonialismo. Racismo. Constitucionalismo. Quilombos.

**ABSTRACT:** *The paper aims to make more complex an approach commonly referred to in the field of post-1988 Brazilian constitutionalism about the right of quilombos, wich is the "racialization by ethnic-racial equality" approach. This approach about race in the researches and works that thematize quilombos in the juridical field, in short, has appropriated the quilombo as object of studies that, in general, flow in the common place of the non effectiveness of the constitutional norm, particularly as the applicability of art. 68 of the ADCT of the Federal Constitution of 1988, or when there are no discussions about: a) conceptual issues of the quilombo; b) the problem in the definition of quilombola lands; c) judicial interpretation, recognition and identification of quilombos. Moreover, the debate in this field has been guided by a "modern classical" discourse, where narratives of the "north" predominate and seek to erase racism, slavery and colonialism as constitutive of modernity. Notions such as state, common good, citizenship, justice, equality and freedom within the framework of classical modernity have guided the debate on quilombo's right in the works carried out in this field, however, without the postcolonial shift that dislocates these notions from other narratives also constitutive of modernity. In this sense, from the contributions of the sociologist Paul Gilroy in the work "The Black Atlantic: modernity and double-consciousness" the paper aims an approach of the colonial discourse present in these notions that mark the debate on the right of the quilombos in Brazil, from an epistemic and theoretical posture that "takes race seriously", that is, positioning it as central*

*categorical in the analysis of law. It is intended to point out that racism is a juridical and constitutional problem that has been present since the founding moment of our State, and that the law is an effective instrument for the production of racial asymmetries. Specifically in the case of the quilombos, the result is a categorical closure that essentializes or relativizes it, denying them the status of agents of their own history.*

**KEYWORDS:** Colonialismo. Racismo. Constitucionalismo. Quilombos.

---

**TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO: OS AVANÇOS E OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO VALE DO RIBEIRA-SP**  
**TERRITORY AND EDUCATION: THE ADVANCES AND CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF QUILOMBOLA EDUCATION IN THE VALE DO RIBEIRA-SP**

Lisângela Kati do Nascimento

**RESUMO:** em 2012, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, esta entendida como modalidade de educação que compreende as escolas que estão localizadas em territórios quilombolas e as escolas que atendem estudantes quilombolas. Por meio da Resolução n.08, está garantido às populações quilombolas o direito a uma escola que assegure a formação básica comum, mas que respeite, valorize e, sobretudo, crie condições para que a sua história de luta, a memória do grupo, os seus valores culturais, as especificidades de seu modo de vida, bem como suas contribuições históricas na formação do nosso país, se tornem conteúdos de ensino e aprendizagem na escola. *Mas em que medida esse avanço na política educacional já se traduziu em situação de ensino e aprendizagens significativas nas escolas do Vale do Ribeira? Quais os principais obstáculos e desafios a serem enfrentados para a implementação da educação escolar quilombola?* Buscaremos neste trabalho discutir esses questionamentos a partir do diálogo entre os aspectos garantidos nas Diretrizes e os depoimentos de diversas lideranças quilombolas da região apresentados durante a realização, em 2015, do Ciclo de Audiências Públicas sobre Educação Diferenciada no Vale do Ribeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Educação Escolar Quilombola. Comunidades Quilombolas. Vale Do Ribeira.

**ABSTRACT:** in 2012, the Board of Basic Education of the National Education Council approved the National Guidelines for Quilombola School Education, which is understood as an education modality that includes schools that are located in territories and schools that serve quilombola students. Through Resolution No. 08, quilombola populations are guaranteed the right to a school that provides common basic education, but which respects values and, above all, creates conditions so that the group's history of struggle and memory, their cultural values, the specificities of their way of life, as well as their historical contributions in the formation of our country, become contents of teaching and learning at school. *But to what extent has this advance in educational policy already transformed into a situation of teaching and meaningful learning in schools in the Vale do Ribeira? What are the main obstacles*

*and challenges to be faced in implementing quilombola school education? We will seek in this work to discuss these questions from the dialogue between the aspects guaranteed in the Guidelines and the testimonies of several quilombola leaders from the region presented during the 2015 Public Hearings Cycle on Differentiated Education in the Vale do Ribeira.*

**KEYWORDS:** Territory. Quilombola school education. Quilombola communities. Vale do Ribeira.

## **OS DESAFIOS À MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO TERRITORIAL QUILOMBOLA NO ESTADO DO PARÁ**

### **LOS RETOS EN LA MATERIALIZACIÓN DEL DERECHO TERRITORIAL QUILOMBOLA EN EL ESTADO DE PARÁ**

Luana Nunes Bandeira Alves

**RESUMO:** O presente trabalho verifica a execução da política territorial quilombola a partir do diagnóstico dos entraves à aplicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. O recorte da análise é limitado ao território do Estado do Pará. A área objeto do estudo denota problemáticas específicas relacionadas ao reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados por remanescentes das comunidades de quilombo. Nesse sentido, para se chegar aos resultados observados ao final da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico, a coleta de dados e análise dos processos nos órgãos fundiários responsáveis pela execução das políticas públicas de terras quilombolas. No primeiro tópico é exposto o histórico do direito territorial dos remanescentes das comunidades de quilombo no país desde o Brasil Colônia até os dias atuais, destacando as diferentes formas de atuação do Poder Público em relação aos referidos grupos. Em um segundo momento se apresentam as diferentes possibilidades legais de acesso à terra pelos grupos quilombolas, ressaltando-se o reconhecimento dos territórios situados no estado do Pará. Na última seção são destacados os principais entraves diagnosticados durante a pesquisa relacionados à conclusão dos processos de titulação em tramitação na esfera federal no Pará. Por fim, conclui-se que, em que pese haja uma consolidada legislação que formalmente preveja a necessidade de titulação dos territórios quilombolas, no âmbito de execução desta política territorial se verificam entraves relacionados à emissão da certidão pela Fundação Cultural Palmares e elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação; à configuração de conflitos entre as próprias comunidades ou entre estas e agentes externos aos grupos; e às questões referentes à esfera de atuação dos órgãos fundiários nos âmbitos estadual e federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Territorial. Remanescentes das Comunidades de Quilombo. Estado do Pará.

**RESUMEN:** Lo presente trabajo verifica la ejecución de la política territorial de los quilombos con base en el diagnóstico de las barreras al aplicación de lo art. 68 de los Actos de las Disposiciones Constitucionales Transicionales de 1988. El recorte de las análisis es limitado al territorio del Estado del Pará. La área objeto de lo estudio

muestra cuestiones específicas relacionadas con el reconocimiento de los territorios tradicionalmente habitadas por los remanentes de los quilombos. Así, para llegar a los resultados observados al final de la investigación fue realizado la revisión de la literatura, la recolección de datos y análisis de procesos en las instituciones responsables por la ejecución de las políticas públicas de tierras de quilombo. En el primer tema es expuesto el histórico de lo derecho territorial de los remanentes de quilombo en el país del Brasil Colonia hasta hoy, destacando las diferentes maneras de actuación del Poder Público en relación a los referidos grupos. En segundo momento se presenta las diferentes posibilidades legales de acceso a la tierra por los grupos de quilombo, se destaca el reconocimiento de los territorios situados en el estado do Pará. En la última sección son destacados las principales barreras diagnosticadas durante la investigación relacionada con la conclusión de los procesos de titulación en curso a nivel federal en el Pará. En fin, concluye que, aunque hay una fuerte legislación que formalmente proporcione la necesaria titulación de los territorios de quilombos, a nivel de ejecución de la política territorial, existen barreras relacionadas con la emisión de la certificación por la Fundación Cultural Palmares y elaboración de lo Informe Técnico de Identificación y Delimitación; la configuración de conflictos entre las comunidades o entre estas y los agentes externos a los grupos; y las cuestiones acerca de lo nivel de actuación de las intuiciones en los niveles estadual y federal.

**PALABRAS-CLAVE:** Derecho territorial; Remanentes de Quilombo; Estado del Pará.

---

**REFLEXÕES SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS À LUZ DA TEORIA DA PRÁTICA DE PIERRE BOURDIEU E SHERRY B. ORTNER: PODER, PROJETOS, AGÊNCIA E INTENCIONALIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS**

*REFLECTIONS ABOUT FUNDAMENTAL SOCIAL RIGHTS AT THE LIGHT OF THE PRACTICE THEORY OF PIERRE BOURDIEU AND SHERRY B. ORTNER: POWER, PROJECTS, AGENCY AND INTENTIONALITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES*

Lucas Pacif do Prado Muniz  
Sandro José da Silva

**RESUMO:** Objetiva-se reflexões sobre direitos quilombolas, especialmente os de acesso a terra e fundamental à memória. Resultam de percepções que conduzem à análise sociológica dos institutos, haja vista pesquisas a partir da dogmática jurídica indicarem necessidade de compreensão da luta pelos direitos nos campos político e social. Sintetizam-se algumas pesquisas existentes na literatura científica com reflexão sobre alguns conflitos cotidianos, a exemplo das limitações legais ambientais em terra de quilombo. Inicia-se ensaio com base na teoria da prática de Pierre Bourdieu e na atualização proposta por Sherry B. Ortner. Concluiu-se que os direitos conquistados são ponto de chegada de uma luta não jurídica resultado de influências recíprocas entre estruturas e agências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombolas. Direitos. Agência. Intencionalidade. Conflitos.

**ABSTRACT:** *The objective is reflections about quilombolas rights, especially access*

*to land and fundamental to memory. Result from perceptions that led sociological analysis of these institutes since research based on legal dogmatics indicates necessity for understanding the struggle for rights in the political and social fields. Some existing research in the scientific literature is synthesized with reflection about some daily conflicts, such as legal environmental limitations on quilombo land. Starts an essay based on Pierre Bourdieu's theory of practice and at update proposed by Sherry B. Ortner. It was concluded that the rights gained are end point of a non-legal fight result of reciprocal influences between structures and agencies.*

**KEYWORDS:** Quilombolas. Rights. Agency. Intentionality. Conflicts.

## **OS POVOS INDÍGENAS E O RACIONALISMO EUROPEU IMPOSTO: UMA ANÁLISE DA RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE DE DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO NO BRASIL E NO MÉXICO**

*PUEBLOS INDÍGENAS Y EL RACIONALISMO EUROPEOS: ANÁLISIS DE LA RESISTENCIA DE LA DOMINACIÓN COLONIALITY Y EXCLUSIÓN EN BRASIL Y MEXICO*

Carla Vladiane Alves Leite

**RESUMO:** O modo ocidental de poder, baseado no racionalismo europeu, constitui-se de exclusão do modo de vida dos povos indígenas no Brasil. Esse modelo se trata de uma soberania colonial baseada na cosmologia de dominação cristã e territorial. Os povos indígenas, por sua vez, sofreram e sofrem até hoje, a imposição dessa soberania alheia às suas culturas e consequentemente a extermínio de suas próprias cosmologias. Baseado nisso, o presente artigo tem por escopo da exclusão social dos povos indígenas no Brasil, fato que os fizeram invisíveis ao Estado por séculos, ao serem submetidos ao modelo colonial estatal. Para tanto será feita análise da violência sofrida pelos povos no Brasil e pelos povos indígenas do México, aonde se referem aos índios mais pelo aspecto social que no seu caráter étnico, na busca de da possível superação colonial no Brasil em diferentes aspectos. A partir da ótica apresentada e dado esse quadro socioambiental, fica evidente a importância efetuar uma síntese dos principais resultados da bibliografia em relação da resistência à colonialidade no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos Indígenas. Racionalismo Europeu. Direito Socioambiental.

**RESUMEN:** La forma occidental de poder, basado en el racionalismo europeo, consiste en la supresión de la forma de vida de los pueblos indígenas en Brasil. Este modelo no es una soberanía colonial basada en la cosmología cristiana y la dominación territorial. Los pueblos indígenas, a su vez, han sufrido y están sufriendo hoy en día, la imposición de tal extranjero soberanía a sus culturas y en consecuencia el exterminio de sus propias cosmologías. Basado en esto, este artículo tiene el alcance de la exclusión social de los pueblos indígenas en Brasil, un hecho que hacía invisibles al estado durante siglos, para ser presentado al modelo de estado colonial. Para este análisis se hará de la violencia sufrida por las personas en Brasil y por los

*pueblos indígenas de México, donde la mayoría de los indios se refieren al aspecto social en su carácter étnico, en busca de una posible superar colonial en Brasil en diferentes aspectos. Desde el punto de vista presentado y dado este marco medioambiental, es evidente la importancia de hacer un resumen de los principales resultados de la literatura en cuanto a la resistencia al colonialismo en Brasil.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Pueblos Indígena. Racionalismo europeo. El derecho socioambiental.*

---

## **MARCO TEMPORAL, PARA QUE E PARA QUEM?**

*Temporal framework, for what and for who?*

Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro  
Girolamo Domenico Treccani

**RESUMO:** A realidade fundiária vivenciada pelos povos indígenas e comunidades quilombolas é similar no que concerne ao modo tradicional como utilizam a terra. Suas histórias atuais, também, se tangenciam pelas dificuldades que enfrentam para assegurar esses espaços como seus de direito. Apesar de os direitos territoriais desses dois grupos estarem resguardados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como por decretos que regulam a demarcação e a titulação dessas áreas, a saber Decreto nº 1.775/1996 e Decreto nº 4.887/2003, um problema se apresenta no que concerne a efetivação desses direitos. A tese do marco temporal - que é basicamente o estabelecimento de um marco com data certa para que as terras indígenas possam ser demarcadas e os territórios quilombolas titulados, - foi proposta, primeiramente, no julgamento envolvendo a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (PET 3.388 RORAIMA), e a partir de então foi utilizada como parâmetro em outras decisões envolvendo terras indígenas. Ademais, também na discussão sobre a constitucionalidade no Decreto 4.887/2003, na Ação Direita de Inconstitucionalidade 3.239, importou-se a tese do marco temporal da discussão indígena para a quilombola. Diante deste cenário, nos resta analisar o contexto em que a aplicação desta tese se insere, observando para que ela foi criada, de forma a ressaltar as controvérsias que a cercam, e por fim, à quem ela serve.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos Indígenas. Comunidades Quilombolas. Direitos territoriais. Marco temporal.

**ABSTRACT:** *The landed reality experienced by indigenous peoples and quilombola communities is similar with respect to the traditional way they use the land. Their current histories, too, are touched by the difficulties they face in securing these spaces as their right. Although the territorial rights of these two groups are protected by the Brazilian Federal Constitution of 1988, as well as by decrees that regulate the demarcation and titling of these areas, namely Decree No. 1,775/1996 and Decree No. 4.887/2003, a problem appears in the execution of these rights. The thesis of the temporal framework - which is basically the establishment of a time-bound framework for indigenous lands to be demarcated and titled Quilombo lands - was first proposed at the trial involving the demarcation of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land (PET*

3.388 RORAIMA), and since then it has been used as a parameter in other decisions involving indigenous lands. In addition, in the discussion on constitutionality in Decree 4.887/ 2003, in the Right Action of Unconstitutionality 3,239, the thesis of the time frame of the indigenous discussion was imported to the quilombola. In this scenario, we have to analyze the context in which the application of this thesis is inserted, observing for what it was created, in order to emphasize the controversies that surround it, and finally, to whom it serves.

**KEYWORDS:** *Indigenous Peoples. Quilombola Communities. Territorial Rights. Temporal Framework.*

---

## **POVOS INDÍGENAS, DIREITO E INTEGRIDADE CULTURAL: O CASO DO POVO INDÍGENA XUKURU**

*INDIGENOUS PEOPLES, LAW AND CULTURAL INTEGRITY: THE CASE OF INDIGENOUS PEOPLE XUKURU*

Edson Damas Silveira  
Denizom Moreira de Oliveira  
Bárbara D. Lago Modernell

**RESUMO:** A propriedade coletiva da terra dos povos indígenas não advém somente do reconhecimento oficial do Estado em que estejam historicamente localizadas, mas sim da ocupação ancestral destas terras que estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento cultural, físico e religioso das comunidades como um todo, gerando, assim, um direito consuetudinário da propriedade indígena. Entretanto, o reconhecimento formal e institucional pelo Estado é forma de proporcionar às comunidades efetiva segurança jurídica contra sua propriedade, garantindo, além de não intervenções por não-indígenas, a própria preservação de sua cultura. Neste contexto, este estudo pretende analisar se a deficiência do processo de reconhecimento e de demarcação das terras ocupadas pelos povos indígenas, colabora para a destruição ou degradação de sua cultura original, utilizando o Povo Indígena Xukuru como objeto de análise e referência. Desde o final do século XIX, os Xukurus, que se localizam no nordeste brasileiro (Pesqueira/Pernambuco), passaram por diversas intervenções físicas e culturais em seus hábitos, costumes e práticas tradicionais, tendo sido alvos da política integracionista do Estado brasileiro e de ocupações por não-indígenas de suas terras, deslocando-os forçadamente para o centro urbano. Para tanto, o estudo está dividido em dois pontos centrais: a) o primeiro, no qual se abordará como o Estado nacional uniformizador, imposto pelo monismo jurídico vigente da civilização ocidental, pode interferir no processo de degradação cultural destes povos, bem como se avaliará a evolução normativa brasileira quanto à proteção e reconhecimento das terras ocupadas por estas comunidades; b) o segundo, onde irá se analisar como a terra possui um papel fundamental para a preservação e evolução da cultura e integridade física, moral e psíquica dos povos indígenas, representando-a como verdadeira fonte de vida para os mesmos, retratando, para tanto, os posicionamentos já apresentados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – CtIDH, especialmente o Caso do Povo Indígena Xukuru, o qual ainda está em fase de julgamento. Assim, este estudo

pretende contribuir para o debate acerca da efetiva proteção cultural dos povos indígenas sobre o enfoque de suas terras, avaliando se a “degradação” cultural ocorrida, em especial do Povo Indígena Xukuru, surge pela falta de um processo efetivo de reconhecimento e demarcação de suas terras e/ou pela miscigenação cultural e social ocorrida ao longo de sua história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. Povos Indígenas. Cultura. Demarcação Territorial.

**ABSTRACT:** *The collective ownership of the land of indigenous peoples does not come only from the official recognition of the state in which they are historically located, but from the ancestral occupation of these lands that are intrinsically linked to the cultural, physical and religious development of the communities as a whole customary right of indigenous property. However, formal and institutional recognition by the state is a way of providing communities with legal security against their property, ensuring, in addition to non-interventions by non-indigenous, the very preservation of their culture. In this context, this study intends to analyze if the deficiency of the process of recognition and demarcation of the lands occupied by the indigenous people, collaborates for the destruction or degradation of its original culture, using the Xukuru Indigenous People as object of analysis and reference. Since the late nineteenth century, the Xukurus, located in northeastern Brazil (Pesqueira/Pernambuco), underwent various physical and cultural interventions in their habits, customs and traditional practices, having been targets of the integrationist policy of the Brazilian State and occupations by non-indigenous people from their lands, forcibly displacing them to the urban center. In order to do so, the study is divided into two central points: a) the first one, in which the unifying national state imposed by the current legal monism of western civilization will be treated as interfering in the process of cultural degradation of these peoples, as well as the Brazilian normative evolution regarding the protection and recognition of the lands occupied by these communities; b) at least, where it will be analyzed how the land plays a fundamental role for the preservation and evolution of the culture and physical, moral and psychic integrity of the indigenous peoples, representing it as a true source of life for them, portraying the positions already presented by the Inter-American Court of Human Rights – CtIDH, especially the Case of the Indigenous People of Xukuru, which is still under trial. Thus, this study intends to contribute to the debate about the effective cultural protection of indigenous peoples on the approach of their lands, evaluating if the cultural "degradation" occurred, in particular of the Xukuru Indigenous People, arises from the lack of an effective process of recognition and Demarcation of their lands and/or the cultural and social miscegenation that occurred throughout its history.*

**KEYWORDS:** Human Rights. Indigenous People. Culture. Territorial Demarcation.

---



## DA JURISPRUDÊNCIA À DECLARAÇÃO: A TRAJETÓRIA INVERSA DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

*FROM JURISPRUDENCE TO DECLARATION: THE INVERSE TRACK OF RECOGNITION OF THE RIGHTS OF INDIGENOUS PEOPLES IN THE INTER-AMERICAN SYSTEM OF HUMAN RIGHTS*

Heitor Antunes Milhomens

**RESUMO:** Este artigo traça a trajetória percorrida para o reconhecimento dos direitos humanos dos povos indígenas no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH. Inicialmente, para compreender seu funcionamento, é apresentada a arquitetura sobre a qual foi erigido o SIDH, a partir do tripé: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Assembleia Geral da OEA. Ato contínuo, demonstra-se como foi possível, partindo de um completo silêncio convencional a respeito do tema no Pacto de San José, de 1969, os direitos indígenas obterem um progressivo reconhecimento na jurisprudência da Corte Interamericana em meados dos anos 2000, notadamente através da adoção de um método dinâmico de interpretação que possibilitou uma abertura a fontes externas para ampliar as fronteiras de seu corpus iuris, que enfim permitiu declará-los internamente no sistema regional. Analisa-se, ainda, como o ativismo judicial empregado pela Corte gerou uma crise institucional desencadeando protestos e descontentamento dos Estados, que reagiram com propostas de reforma do SIDH e eleição de juízes de orientação conservadora para sua composição, ameaçando uma futura superação de precedentes na sua jurisprudência progressista, colocando em risco não apenas os direitos humanos dos povos indígenas, como também a proteção de todos os demais grupos vulneráveis e minorias que veem no SIDH o último abrigo aos seus direitos. Ao fim, avalia-se a fundamental importância que a organização social do movimento indígena desempenhou para conseguir, após anos de lutas, ver reconhecidos seus direitos com maior força e em âmbito regional e minimizando alguns riscos de retrocesso que poderiam sofrer, através da recente aprovação da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, após 17 anos de um trabalho aguerrido e de intensas negociações com governos.

**PALAVRAS CHAVE:** Povos Indígenas. Direitos Humanos. Sistema Interamericano. Método Dinâmico de Interpretação.

**ABSTRACT:** *This paper traces the trajectory covered for the recognition of the human rights of indigenous peoples in the scope of the Inter-American System of Human Rights - IAS. Initially, to understand its functioning, the architecture on which the ISHR was erected is presented on the basis of the tripod: Inter-American Commission of Human Rights - IACHR, Inter-American Court of Human Rights - IACtHR, and OAS General Assembly. Continuous act, demonstrate how, based on a complete conventional silence on the subject in the Pact of San José (1969), indigenous rights were progressively recognized in the jurisprudence of the IACtHR in the mid-2000s, notably through the adoption of a dynamic method of interpretation that allowed an openness to external sources to broaden the borders of its corpus iuris, which finally allowed to declare them internally in the regional system. It is also analyzed how the judicial activism adopted by the IACtHR generated an institutional crisis triggering protests and discontent of the States, who reacted with proposals for reform of the IAS*

*and election of conservative judges to their composition, threatening a future overruling of precedents in progressive jurisprudence, putting at risk not only the human rights of indigenous peoples, but also the protection of all other vulnerable groups and minorities who see in IAS the last shelter of their rights. Finally, it is assessed the fundamental importance that the social organization of the indigenous movement has played in order to achieve, after years of struggle, its rights recognized more strongly at a regional level and minimizing some risks of retreat that could suffer, through the recent adoption off the American Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, after 17 years of hard work and intense negotiations with governments.*

**KEYWORDS:** *Indigenous Peoples. Human rights. Inter-American System. Dynamic Method of Interpretation.*

---

**CONSULTA PRÉVIA COMO FERRAMENTA DE NEGOCIAÇÃO NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POVOS INDÍGENAS COMO STAKEHOLDERS**  
*PRIOR CONSULTATION AS NEGOTIATION TOOL IN THE DESIGN OF PUBLIC POLICIES: INDIGENOUS PEOPLES AS STAKEHOLDERS*

Solange Teles da Silva  
 Jana Maria Brito  
 Nathalia Lima

**RESUMO:** O dever de consulta prévia aos os povos indígenas e tribais para decisões que envolvem medidas legislativas ou administrativas e os afetem diretamente foi reconhecido pelo art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como resultado da revisão parcial da Convenção 107 da OIT. Nessa ocasião reconheceu-se que parte dos conflitos socioambientais e problemas enfrentados por esses povos decorria de sua exclusão no processo de tomada de decisão. O direito de consulta poderia então funcionar como um mecanismo de negociação para construir o desenho de políticas públicas mais coerentes, considerando a participação dos povos indígenas e tribais de maneira livre, prévia e informada. Esse procedimento dialoga com um novo olhar para a resolução de questões contemporâneas a partir de uma construção coletiva integradora, não apenas como uma fase informativa de processos, como é o caso de alguns instrumentos previstos na legislação brasileira. Com base nesse problema, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de direito comparado da implementação do direito de consulta no Brasil e na Colômbia, destacando os mecanismos jurídicos que asseguram a consulta prévia livre e informada, além de identificar se a atuação dos povos indígenas e tribais como stakeholders é capaz de fomentar um desenho de política institucional mais adequado a realidade local, mitigando conflitos socioambientais. A partir disso, a pesquisa buscará apontar parâmetros e limites do que pode ser discutido e transacionado em um procedimento de consulta, contribuindo com a construção de uma sistemática para a concretização desse direito como um meio alternativo de mitigação prévia dos conflitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito de consulta. Comunidades tradicionais; Negociação.

**ABSTRACT:** *The duty of consultation to indigenous and tribal peoples, decisions involving legislative or administrative measures and affect them directly recognized by article 6 of the Convention 169 of the International Labour Organization (ILO), as a result of the partial revision of the ILO Convention 107. At that time it was recognized that part of environmental conflicts and problems encountered by these people went to your exclusion in the decision-making process. The right to consultation could then function as a mechanism of negotiation to build the design of public policies more coherent, considering the participation of indigenous and tribal peoples to free, prior and informed way. This procedure compatible with a new look for the resolution of contemporary issues from a collective integrative construction, not only as an informative process phase, as in the case of some instruments provided for in Brazilian legislation based on this problem, the present work aims to carry out a comparative law study of the implementation of the right of consultation in Brazil and Colombia, highlighting the legal mechanisms that ensure free and informed prior consultation, as well as to identify if the performance of indigenous and tribal peoples as stakeholders are able to promote an institutional policy design more suited to local realities, mitigating environmental conflicts. From there, the search will look for point parameters and limits of what can be discussed and transacted in a consultation procedure, contributing to the construction of a system for the realization of this right as an alternative means of prior conflict mitigation.*

**KEYWORDS:** *Right to consultation; Environmental Conflicts; Traditional communities.*

---

## **O DIREITO NA PERSPECTIVA INDÍGENA E O COLONIALISMO DO PODER NO ENSINO DO DIREITO**

THE RIGHT IN THE INDIGENOUS PERSPECTIVE AND THE COLONIALISM OF POWER IN THE EDUCATION OF THE LAW

Keyla Francis de Jesus da Conceição Pataxó

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo fazer um diálogo com o direito indígena, sob uma perspectiva lyriana do ensino do direito, tomando por base o colonialismo do poder e saber apresentados por Aníbal Quijano. Apresentando uma nova maneira de ensinar o direito a partir da valorização do direito indígena e acreditando que o mesmo, deve ser considerado parte do momento histórico que dará origem a definição do direito. Em um primeiro momento é feita uma conceituação típica do que é o direito, depois é demonstrada a visão do direito de diferentes povos indígenas, tais como Pataxó, Tukano e Guarani. Mostrando definições criadas pelos próprios indígenas, não apenas definições, mas também uma possível resposta para a indagação “O que é o direito para que se possa ensiná-lo?”. Explicitando as necessidades do conhecimento jurídico e demonstrando algumas motivações que levam o indígena ao estudo do Direito. Conclui-se que há um direito que o Estado desconsidera e povos que são submetidos a um ordenamento que não os contempla, de tal modo a efetividade buscada com a criação de uma lei, torna-se impossível devido a falta de representatividade das populações menos favorecidas de um país nos lugares de decisão, elaboração e ensino do direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** autodeterminação; autonomia; educação escolar indígena; povos indígenas.

**ABSTRACT:** *The purpose of this article is to establish a dialogue with indigenous law, based on a lyriana perspective of law education, based on the colonialism of power and knowledge presented by Aníbal Quijano. Presenting a new way of teaching the right from the valuation of indigenous law and believing that the same, should be considered part of the historical moment that will give rise to the definition of the right. In a first moment a typical conceptualization of what is the law is made, then the right vision of different indigenous peoples such as Pataxó, Tukano and Guarani is demonstrated. Showing definitions created by indigenous people themselves, not just definitions, but also a possible answer to the question "What is the right so that it can be taught?" Explaining the needs of legal knowledge and demonstrating some motivations that lead the indigenous to the study of law. It is concluded that there is a right that the State disregards and peoples that are submitted to an order that does not contemplate them, in such a way the effectiveness sought with the creation of a law, becomes impossible due to the lack of representativeness of the less favored populations of a country in the places of decision, elaboration and teaching of law.*

**KEY WORDS:** Self-determination. Autonomy. Indigenous school education. Indian people.

## **ATIVIDADES E CONHECIMENTOS NA FORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES MACUXI**

### **ACTIVITIES AND KNOWLEDGE IN MACUXI WOMEN'S SOCIAL FORMATION**

Léia da Silva Ramos  
Maxim Repetto

**RESUMO:** Este trabalho tenta mostrar a importância das atividades culturais das mulheres indígenas da comunidade Araçá da Serra, a qual está localizada ao norte de Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O presente texto se desprende de um dos capítulos de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (RAMOS, 2013). O estudo foi realizado a partir de uma reflexão feita desde o ponto de vista de uma mulher indígena, que voltando a comunidade como pesquisadora, teve a oportunidade de estudar e refletir sobre o sentido dos conhecimentos indígenas, assim como os processos de transmissão dos conhecimentos relacionados a atividades realizadas por mulheres macuxi.

**PALAVRAS-CHAVE:** Calendário cultural. Mulheres indígenas. Educação. Conhecimentos.

**ABSTRACT:** *This work tries to show the importance of the cultural activities of the indigenous women of the community Araçá da Serra, which is located to the north of Roraima, in the Raposa Serra do Sol Indigenous Land. This text comes from one of the master dissertation chapters defended in the Postgraduate Program in Society and*

*Culture in the Amazon, Federal University of Amazonas (RAMOS, 2013). The study was based on a reflection made from the point of view of an indigenous woman, who returned to the community as a researcher, had the opportunity to study and reflect on the meaning of indigenous knowledge, as well as the processes of transmission of related knowledge to activities performed by Macuxi women.*

**KEY WORDS:** *Cultural calendar. Indigenous Women. Education. Knowledge.*

## **O DIREITO À TERRA COMO RESISTÊNCIA CULTURAL E O TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS KARAJÁS EM ARUANÃ/GO**

THE RIGHT TO THE EARTH AS CULTURAL RESISTANCE AND THE TERRITORY OF INDIGENOUS KARAJAS PEOPLES IN ARUANÃ-GO

Juliana Adono da Silva  
Fernando Antônio de Carvalho Dantas

**RESUMO:** O presente artigo busca problematizar a questão dos povos indígenas enquanto sujeitos sociais e de direitos humanos, em relação à ocupação e à territorialidade indígena, no tocante às sociedades indígenas como multiculturais. O trabalho irá analisar como o acesso à terra pode possibilitar a efetivação da reprodução cultural dos povos indígenas e de seus demais direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e como o pluralismo jurídico, o novo constitucionalismo latino-americano e o multiculturalismo podem ser aliados para a proteção e efetivação dos direitos deste grupo socialmente vulnerável. A partir do referido objetivo geral, a pesquisa irá desenvolver como objetivos específicos os seguintes: estudar a situação fundiária de terras indígenas e as origens da conflitualidade indígena no Brasil; estudar a corrente teórica multiculturalista de direitos humanos; fazer uma abordagem do pluralismo jurídico e do Novo Constitucionalismo Latino-Americano como caminhos para melhor tratamento da questão indígena; estudar o direito ao reconhecimento da cultura indígena; estudar as transformações culturais ocorridas após 1970 em Aruanã-GO e seus impactos na vida dos povos indígenas que ali habitam; buscar mecanismos de garantia jurídica na defesa dos direitos indígenas e sua realização de forma mais articulada entre os sujeitos sociais. O referencial teórico utilizado será a corrente multiculturalista de direitos humanos, com abordagem de Boaventura de Sousa Santos. A pesquisa é bibliográfica, e a metodologia é hipotético-dedutivo, pois deduz-se que a terra seja pré-requisito para a manutenção dos demais direitos dos povos indígenas. A hipótese de trabalho se refere ao direito à terra como meio de garantia de reprodução social e cultural dos povos indígenas, ou seja, o acesso à terra como resistência cultural dos referidos povos, utilizando como caso concreto terra indígena dos povos Karajás de Aruanã-GO, além disso, levando em consideração que, por constituir uma sociedade multicultural, a questão indígena deve ser tratada segundo a corrente multiculturalista de direitos humanos. Sendo assim, ao efetivar o seu direito à posse da terra, a sociedade indígena poderá ter os demais direitos garantidos, como a possibilidade de reconhecimento e respeito à sua cultura, aos seus usos, costumes, tradições e conhecimentos tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à terra. Multiculturalismo. Resistência cultural.

**ABSTRACT:** *The present article seeks to problematize the issue of indigenous peoples as social subjects and human rights, in relation to indigenous occupation and territoriality, regarding indigenous societies as multicultural. The paper will analyze how access to land can make possible the cultural reproduction of indigenous peoples and their other rights provided for in the Federal Constitution of 1988, and how legal pluralism, new Latin American constitutionalism and multiculturalism can be allied for Protection and enforcement of the rights of this socially vulnerable group. Based on this general objective, the research will develop as specific objectives the following: study the land situation of indigenous lands and the origins of indigenous conflict in Brazil; Study the multicultural theoretical theorist of human rights; To approach legal pluralism and New Latin American Constitutionalism as ways of better addressing the indigenous issue; Study the right to recognition of indigenous culture; To study the cultural transformations that occurred after 1970 in Aruanã-GO and its impacts on the life of the indigenous peoples who live there; Seek mechanisms of legal guarantee in the defense of indigenous rights and its realization in a more articulated way among social subjects. The theoretical framework used will be the current multiculturalist human rights, with the approach of Boaventura de Sousa Santos. The research is bibliographical, and the methodology is hypothetical-deductive, since it is deduced that the land is a prerequisite for the maintenance of the other rights of indigenous peoples. The working hypothesis refers to the right to land as a means of guaranteeing the social and cultural reproduction of indigenous peoples, that is, access to land as a cultural resistance of these peoples, using, as a concrete case, indigenous land of the Karajás peoples of Aruanã-GO. In addition, taking into account that, because it is a multicultural society, the indigenous issue must be treated according to the current multiculturalist human rights. Therefore, in realizing their right to land ownership, the indigenous society may have the other rights guaranteed, such as the possibility of recognition and respect for their culture, their customs, customs, traditions and traditional knowledge.*

**KEYWORDS:** *Right to land. Multiculturalism. Cultural resistance.*

---

**DIALÉTICA      DECLARAÇÃO-CONSTITUIÇÃO:      TERRITORIALIDADE      E  
RECONHECIMENTO JURÍDICO NO MARCO DOS 10 ANOS DA LEI DOS POVOS  
FAXINALENSES**

**DIALÉCTICA      DECLARACIÓN-CONSTITUCIÓN:      TERRITORIALIDAD      Y  
RECONOCIMIENTO JURÍDICO EN EL MARCO DE LOS 10 AÑOS DE LA LEY DE  
LOS PUEBLOS FAXINALENSES**

Ricardo Prestes Pazello

**RESUMO:** A lei estadual paranaense nº 15.673, de 13 de novembro de 2007, completa 10 anos e permite um balanço sobre o reconhecimento estatal dos povos faxinalenses. A partir de uma territorialidade específica, que traz por traço marcante o uso comum da terra, o movimento popular faxinalense conquistou legislação própria cuja existência instaura a necessidade de se refletir sobre a dialética entre declaração e constituição de seus direitos, o que lhe é subjacente. Na tensão entre o

reconhecimento de uma realidade particular e anterior à lei, de um lado, e a criação de uma abstração por meio da forma jurídica, por outro, a questão faxinalense se apresenta como caso exemplar para se discutir os limites do direito moderno quando procura estender suas fronteiras até o âmbito dos povos e comunidades tradicionais, mas também as potencialidades dos movimentos populares e dos modos de vida comunitário quando reivindicam/contestam este mesmo direito. Tendo por lastro a experiência da assessoria jurídica popular, do debate junto a órgãos estatais e do levantamento da bibliografia existente sobre a questão faxinalense (no campo jurídico, mas também em outros), o presente ensaio pretende realizar uma avaliação da problemática que envolve reconhecimento jurídico-estatal, territorialidade específica, traço central no uso da terra e suas principais características, com o intuito de delinear uma perspectiva de crítica jurídica à luz do direito insurgente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Faxinalenses. Territorialidade. Crítica jurídica.

**RESÚMEN:** *La ley del estado de Paraná n° 15.673, de 13 de noviembre de 2007, cumple 10 años y permite un análisis sobre el reconocimiento estatal de los pueblos faxinalenses. Desde una territorialidad específica, lo que aporta un uso común de la tierra como característica llamativa, el movimiento popular faxinalense ha conquistado legislación específica cuya existencia establece la necesidad de reflexionar sobre la dialéctica entre la declaración y la constitución de sus derechos, lo que es subyacente. En la tensión entre el reconocimiento de una realidad particular y anterior a la ley, por una parte, y la creación de una abstracción a través de la forma jurídica, por la otra, la cuestión faxinalense se presenta como un evento ejemplar para discutir las limitaciones del derecho moderno cuando busca extender sus fronteras al alcance de los pueblos y comunidades tradicionales, sino también el potencial de los movimientos populares y los modos de vida de la comunidad cuando reivindican/contestan este mismo derecho. Teniendo como lastre la experiencia de asesoría jurídica popular, del debate con las agencias estatales y del levantamiento de la literatura existente sobre la cuestión faxinalense (en el ámbito jurídico, sino también en otros), este ensayo tiene la intención de llevar a cabo una evaluación de los problemas que implica el reconocimiento jurídico-estatal, territorialidad específica, el uso de la tierra y sus características principales, con el fin de delinear una perspectiva de crítica jurídica desde el derecho insurgente.*

**PALABRAS CLAVE:** Faxinalenses. Territorialidad. Crítica jurídica.

---

## **O FAZ DE CONTA DO ESTADO E OS DIREITOS INDÍGENAS ENTRE GUERRA DE PAPEIS E JOGOS DE IMPROVISO**

*THE STATE MAKE-BELIEVE AND THE INDIGENOUS RIGHTS BETWEEN PAPER WAR AND IMPROVISATION GAMES*

Luísa Pontes Molina

**RESUMO:** Estes são tempos em que os direitos territoriais dos povos indígenas do Brasil encontram-se politicamente submetidos à força de interesses diversos e geralmente contrários ao espírito da Constituição Federal (CF) de 1988 e sua abertura

à diferença. Abertura essa que se expressa inclusive (ou principalmente) no reconhecimento da ocupação tradicional indígena em determinada área como algo indissociável dos próprios modos de vida desses povos. Com o vertiginoso avanço de projetos de hidroeletricidade e mineração na região amazônica, por exemplo, o que se observa hoje é uma investida em sentido contrário àquilo que se buscava com a CF, uma vez que sob o propósito de viabilizar esses projetos, comumente são interrompidos ou enfraquecidos os processos administrativos de regularização fundiária de Terras Indígenas (TIs) – citando apenas um dos tantos elementos de um complexo cenário. Esse é o caso do conflito em torno do território Daje Kapap Eypi/Sawré Muybu, dos índios Munduruku, e o complexo de 43 usinas hidrelétricas projetadas para o rio Tapajós, no Pará. Submetido a estratégias governamentais de “faz de conta” – como entendem os próprios Munduruku –, o reconhecimento desse território como TI tem se dado em meio ao que entendemos como guerra de papeis e jogos de improviso. O argumento deste trabalho é o de as práticas e discursos de omissão, improviso e gestão da ilegalidade que compõem a guerra e os jogos supracitados estão voltados a evitar que a regularização de Sawré Muybu se torne um empecilho real às hidrelétricas previstas para a região. Além disso, será argumentado que o “faz de conta” expressa acuradamente um determinado modo do Estado brasileiro lidar historicamente com os direitos territoriais indígenas – modo este que é ativamente combatido pelos índios ao promoverem autodemarcação de terras, por exemplo. Mostraremos, por fim, como iniciativas de autodemarcação podem ser entendidas sob a noção de políticas de multiplicidade e contra os vetores etnocidas e genocidas de projetos que, para as críticas indígenas, matam os povos ao matar a cultura, por matar os rios e a terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terras indígenas. Demarcação. Hidrelétricas.

**ABSTRACT:** *These are times when the territorial rights of the indigenous peoples of Brazil are politically subject to the force of diverse interests and generally contrary to the spirit of the 1988 Federal Constitution and its openness to difference. This opening is expressed even (or mainly) in the recognition of traditional indigenous occupation in an area as something inseparable from the very ways of life of these peoples. With the vertiginous advance of hydroelectric and mining projects in the Amazon region, for example, what is observed today is a reversal contrary to what was sought with the CF, since for the purpose of making these projects feasible, they are usually interrupted Or weakening the administrative processes of land titling of Indigenous Lands (TIs) - citing only one of the many elements of a complex scenario. This is the case of the conflict around the Daje Kapap Eypi / Sawré Muybu territory of the Munduruku Indians, and the complex of 43 hydroelectric plants designed for the Tapajós river in Pará. Undergo government “take account” strategies - how do they understand The Munduruku themselves - the recognition of this territory as IT has taken place amidst what we understand as role war and improvisational games. The argument of this work is that the practices and speeches of omission, improvisation and management of illegality that make up the war and the games mentioned above are aimed at avoiding that the regularization of Sawré Muybu becomes a real obstacle to the planned hydroelectric plants for the region. In addition, it will be argued that the “account” accurately expresses a certain mode of the Brazilian State historically dealing with indigenous territorial rights - a way that is actively opposed by the Indians in promoting self-demarcation of land, for example. Finally, we will show how self-demarcation initiatives can be understood under the*



*notion of multiplicity policies and against the ethnocidal and genocidal vectors of projects that, for indigenous critics, kill people by killing culture, by killing rivers and land.*

**KEY WORDS:** *Indigenous lands. Demarcation. Hydropower plants*

## **DIREITO À ALIMENTAÇÃO: O IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA PARA OS POVOS INDÍGENAS**

### **DERECHO A LA ALIMENTACIÓN: EL IMPACTO DE LA BOLSA FAMÍLIA PARA LOS PUEBLOS INDÍGENAS**

Emanuelle Moreira Oliveira Barbosa da Silva

**RESUMO:** Em 2014, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apresentou relatório sobre o estado da segurança alimentar no mundo em que o Brasil, pela primeira vez em sua história, estava fora do mapa da fome. De acordo com o relatório da FAO, algumas ferramentas que contribuíram para o êxito brasileiro foram o Programa Bolsa Família e o fortalecimento do marco legal assegurando o direito à alimentação adequada. Ocorre que, se por um lado o programa visa assegurar a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade e incentivar o acesso a serviços sociais, principalmente por crianças e adolescentes, por outro, percebe-se que algumas especificidades de grupos minoritários foram desconsideradas na formulação e implementação do programa. Suas regras para ingresso e manutenção, muitas vezes não preservam aspectos da cultura e da autonomia dos indígenas. Dessa forma, mesmo ações do governo que visam à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, perpetuam a exclusão dos indígenas. Analisando o caso à luz da teoria da colonialidade do poder, elaborada por Aníbal Quijano, percebe-se que as estruturas de poder lançadas sobre os povos indígenas durante a colonização deixaram amarras difíceis de serem quebradas e rompidas. O atual padrão de poder ainda baseia-se em uma classificação social justificada pela raça, impondo ao indígena uma posição de dominação, em que ele é obrigado a se adequar ao padrão dominante. A situação também guarda semelhança com a ideia de violência simbólica, tratada por Pierre Bourdieu, para quem a violência é uma forma de coerção baseada em um conjunto de instrumentos estruturados e estruturantes de informação e conhecimento que induzem os indivíduos a se posicionarem segundo os padrões do discurso dominante. Dessa forma, percebe-se que o Estado continua ocupando seu papel histórico de intervencionista, submetendo os indígenas a práticas hegemônicas que desconsideram suas especificidades socioculturais. Tal política pública que tem, como um dos efeitos esperados, a inclusão social e o empoderamento das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, precisa ser revista de acordo com as realidades indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à alimentação. Programa Bolsa Família. Povos indígenas.

**RESÚMEN:** *En 2014, la Organización de las Naciones Unidas para Agricultura e*

*Alimentación (FAO) presentó informe sobre la situación de seguridad alimentar en el mundo en que Brasil, por primeira vez en su historia, estaba fuera del mapa del hambre. Según el informe de la FAO, algunas herramientas que contribuyeron al éxito brasileño fueron el Programa Bolsa Família y el fortalecimiento del marco legal garantizando el derecho a una alimentación adecuada. Resulta que, mientras el programa tiene como objetivo garantizar la seguridad alimentaria y nutricional de las personas en situación de vulnerabilidad y fomentar el acceso a los servicios sociales, especialmente para los niños y adolescentes, por otra parte, algunas especificidades de los grupos minoritarios fueron ignoradas en la formulación y ejecución del programa. Sus reglas de admisión y de mantenimiento, muchas veces no preservan los aspectos de la cultura y de la autonomía de los indígenas. Así, incluso las acciones del gobierno encaminadas a la inclusión de las personas en situación de vulnerabilidad, perpetúan la exclusión de los indígenas. Analizando el caso a la luz de la teoría de la colonialidad del poder, dibujada por Aníbal Quijano, percebe-se que las estructuras del poder lanzadas sobre los pueblos indígenas durante la colonización dejaron lazos difíciles de ser roto. El patrón actual del poder todavía se basa en una clasificación social basada en la raza, imponiendo el indígena a una posición de dominación, en que el es obligado a adecuarse a el patrón dominante. La situación también guarda semejanza con la idea de violência simbólica, tratada por Pierre Bourdieu, para quien la violência es una forma de coerción basada en un conjunto de instrumentos estructurados y estructurantes de información y conocimiento que inducen los individuos a posicionarse según las normas del discurso dominante. De esta manera, percebe-se que el Estado sigue ocupando su papel histórico de intervencionista, submetiendo los indígenas a prácticas hegemônicas que desconsideran sus especificidades socioculturais. Tal política pública que tiene, como uno de los efectos esperados, la inclusión social y el empoderamiento de las personas en situación de pobreza y pobreza extrema, necesita ser revista de acuerdo com la realidad indígenas.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Derecho a la alimentación. Programa Bolsa Família. Pueblos indígenas.*

---

## **DIREITO À DIFERENÇA: A MINORIA CIGANA E O (IN)ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

**RIGHT TO DIFFERENCE: THE GIPSY MINORITY AND THE (IN)ACCESS TO EDUCATION IN BRAZIL**

Luiza Muniz Garroni

**RESUMO:** A “população Cigana” é estigmatizada, uma vez que é rotulada como uma população nômade, formada por indivíduos enganadores, trapaceiros e astutos. Tratados como sinônimo de desonestidade e imoralidade. Quando, na verdade, se trata de um grupo étnico com costumes e crenças típicas, que visam preservar a sua identidade. Trata-se de uma cultura milenar, que permanece viva mesmo depois de inúmeras perseguições. Os Ciganos chegaram ao Brasil, aproximadamente, no século XVI, oportunidade em que formaram comunidades distintas em todo território brasileiro, destacando-se três: Rom, Sinti e Calon. Porém, nos dias atuais, parte dos

pesquisadores brasileiros tratam os Ciganos como um único grupo conhecido por Rom ou Roma. No Brasil, o censo do IBGE de 2011 <sup>2</sup> apontou que há cerca de 291 acampamentos ciganos no país, totalizando mais de 500.000 mil membros. O Brasil foi criticado pela ONU <sup>3</sup> em razão da discriminação com ciganos. No relatório, a Organização salientou a não aplicação das leis nacionais aos grupos ciganos, bem como ressaltou a dificuldade que as crianças e adolescentes com costumes ciganos enfrentem para frequentar escolas. O acesso à escola é um obstáculo, uma vez que, na maioria das situações, os Ciganos não apresentam endereço fixo, o que dificulta a matrícula em escolas públicas. Porém, mesmo quando é possível a matrícula, é muito difícil a frequência das crianças e adolescentes ciganas nas escolas, em razão da discriminação dos colegas e da dificuldade das escolas se adaptarem aos seus costumes. O artigo 27 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos <sup>4</sup>, em vigor no Brasil desde 24 de abril de 1992, prevê que nos locais com minorias étnicas, as pessoas pertencentes a esse grupo não poderão ser privadas de ter sua própria cultura. Assim, o artigo visa discutir a dificuldade de acesso à Educação sofrido pela comunidade Cigana no Brasil e as possibilidades de solução por meio do multiculturalismo, também chamado de pluralismo cultural, que tenta conciliar o reconhecimento e o respeito da diversidade cultural existente em todas as sociedades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Minoria. Ciganos. Direitos fundamentais. Acesso. Educação.

**ABSTRACT:** *The “Gypsy population” is stigmatized, since it is labeled as a nomadic population, consisting of deceitful, cheating and cunning individuals. Treated as synonymous with dishonesty and immorality. When, in fact, it is an ethnic group with typical customs and beliefs, which aim to preserve its identity. It is a millenarian culture that remains alive even after uncountable persecution. The Gypsies arrived in Brazil, approximately, in the XVI century, when they formed distinct communities throughout Brazil, with three notable: Rom, Sinti e Calon. However, nowadays, some Brazilian researchers treat the Gypsies as a single group known as Rom or Roma. In Brazil, the 2011 IBGE census pointed out that there are around 291 gypsy camps in the country, totaling more than 500,000 members. Brazil have been criticized by the UN over discrimination against Gypsies. In the report, the Organization emphasized the non-application of national laws to Gypsies groups, as well as highlighting the difficulty that children and adolescents with Gypsy culture face in attending schools. Access to school is an obstacle, since, in most situations, Gypsies do not have a fixed address, which makes it difficult to enroll in public schools. However, even when enrollment is possible, the frequency of Gypsies children and adolescents in schools is hard due to the discrimination of colleagues and the difficulty of schools adapting to their customs. The article 27 of the International Covenant on Civil and Political Rights, in force in Brazil since April 24, 1992, predicts that in places with ethnic minorities, persons belonging to this group may not be deprived of having their own culture. Thus, the article aims to discuss the difficulty of access to education suffered by the Gypsy community in Brazil and the possibilities of solution through multiculturalism, also known as cultural pluralism, which attempts to reconcile recognition and respect for cultural diversity in all societies.*

**KEY WORDS:** *Minority. Gypsies. Fundamental rights. Access. Education.*

---

**MULHERES INDÍGENAS E A LEI MARIA DA PENHA: OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AS SINGULARIDADES DA AUTODETERMINAÇÃO**  
*INDIGENOUS WOMEN AND THE “MARIA DA PENHA” LAW: VIEWS ON GENDER VIOLENCE AND THE SELF-DETERMINATION SINGULARITIES*

Heidi Michalski Ribeiro  
 Naína Ariana Souza Tumelero  
 Arthur Ramos do Nascimento

**RESUMO:** A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em 07 de agosto de 2006, com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Não se observa menção direta às indígenas, mesmo se afirmado que a proteção será garantida independente de raça e etnia (artigo 2º). Assim, para a possível aplicação da referida Lei, não se deve ignorar o contexto cultural no qual os povos tradicionais estão inseridos. As indígenas têm a percepção da desigualdade de gênero dentro das aldeias, e o que antes era encarado apenas como traço cultural, hoje começa aos poucos ser discutido. A Lei fala em violência praticada contra a mulher no âmbito da unidade doméstica, ou seja, praticada por indivíduos que tenham relação de afeto ou parentesco com a vítima. No caso das indígenas, a unidade doméstica ultrapassa os limites das residências individuais, pelo fato que, nas aldeias, todos têm alguma relação de parentesco e estas são espaços de convivência permanente dos indivíduos de determinada etnia. Assim, se deve ter cautela com sua aplicação às indígenas. O direito de autodeterminação, as leis internas e os usos e costumes indígenas devem ser levados em consideração na aplicação de qualquer legislação. O Direito Brasileiro reconhece os usos e costumes indígenas apenas como fonte secundária ao direito estatal, ou seja, serão aplicados em casos restritos e específicos ou com diversas ressalvas, o que fere a autodeterminação (dupla violência).

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei Maria da Penha. Mulheres indígenas. Autodeterminação.

**ABSTRACT:** *The Law 11.340, which is known as “Maria da Penha”, was sanctioned on August 7, 2004. The aim of the law is to curb family and domestic violence against women. The indigenous women were not directly mentioned on the law, although the protection will be guaranteed regardless of race and ethnicity, according to article. Therefore, for the application of this Law, it cannot be ignored the cultural context in which these traditional people are inserted. The indigenous women are aware of the gender inequality within their villages, and what was once faced as a cultural trait it is now being discussed. The content of the Law is about domestic violence, which happens in the domestic atmosphere, practiced by individuals who have a relationship or kinship with the victims. In the case of indigenous women, the domestic atmosphere goes beyond the limits of their houses, due to the fact that in the indigenous villages, everybody has some kinship or relationship and these are spaces of permanent coexistence of people from a certain ethnic group. For this reason, caution is necessary when applying the Law to the indigenous people. The right to self-determination, the customs and the indigenous laws should be taken into consideration when applying any legislation. The Brazilian Law recognizes the indigenous customs only as a secondary source of the state law, therefore, they will be applied in specific and restricted cases or with many caveats, which affects self-determination (double*

violence).

**KEY-WORDS:** *Maria da Penha Law. Indigenous women. Self-determination.*

## **GESTÃO AUTORITÁRIA, GESTÃO COMPARTILHADA E GESTÃO COMUNITÁRIA NA JUREIA: UM TERRITÓRIO CAIÇARA**

*GESTIÓN AUTORITARIA, GESTIÓN COMPARTIDA Y GESTIÓN COMUNITARIA EN JUREIA: UN TERRITORIO CAIÇARA*

Adriana de Souza Lima  
Andrew Toshio Hayama  
Rodrigo Ribeiro de Castro

**RESUMO:** A análise dos conflitos socioambientais na região da Jureia/SP revela que desde sempre as Comunidades Caiçaras resistiram às investidas e ameaças cometidas pela sociedade dominante, ora em nome do desenvolvimento, ora em nome da conservação. A mobilização em torno da criação da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, no ano de 1986, significou, por um lado, a defesa do meio ambiente em face dos interesses do capitalismo predatório, mas, sob outro viés, insegurança fundiária e interdição do exercício do modo de vida tradicional caiçara. Desde então, a política ambiental hegemônica tornou-se inimiga das comunidades caiçaras, imposta por meio de uma gestão pública arbitrária e autoritária, que resultou na criminalização de atividades como a pesca e roça coivara, no fechamento de escolas comunitárias, na proibição de construção e reformas de casas e na vedação da manutenção de estradas e acessos. Apesar do amadurecimento político da luta caiçara e do avanço da legislação, como a Lei da Mata Atlântica, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a Convenção nº 169 da OIT, a situação de injustiça socioambiental contra as Comunidades Caiçaras da Jureia perdura até os dias atuais. No Mosaico da Jureia, inexistente Plano de Manejo nas Unidades de Conservação e os Conselhos Consultivos e Deliberativos não foram constituídos ou não funcionam adequadamente, gerando descrença nas potencialidades e promessas do modelo de gestão compartilhada e provocando a articulação das comunidades em direção à adoção do modelo de gestão comunitária e da jurisdição caiçara tendo como horizonte territórios coletivos livres de ingerência externa, seja pública ou privada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Caiçaras da Jureia. Gestão Territorial. Conflitos Socioambientais. Territórios Coletivos.

**RESÚMEN:** *El análisis de los conflictos socioambientales en la región de Jureia/SP revela que siempre las Comunidades Caiçaras resistieron a los ataques y amenazas perpetrados por la sociedad dominante, a veces en nombre del desarrollo, a veces en nombre de la conservación. La movilización en torno a la creación de la Estación Ecológica Jureia-Itatins, en 1986, significó, por un lado, la protección del medio ambiente contra los intereses del capitalismo depredador, pero bajo otro punto de vista, inseguridad en la tenencia de la tierra y la interdicción al modo de vida tradicional caiçara. Desde entonces, la política hegemónica del medio ambiente se ha convertido en enemigo de las comunidades, impuesta por una gestión arbitraria y autoritaria, lo*

*que dio lugar a la criminalización de actividades como la pesca y coivara y en el cierre de las escuelas de la comunidad, a la prohibición de la construcción y reformas de casas y de mantenimiento de carreteras y de acceso. A pesar de la evolución política de la lucha caiçara y de la legislación, como se muestra en la Ley de Bosque Atlántico, la Política Nacional de Pueblos y Comunidades Tradicionales y el Convenio n° 169 de la OIT, la situación de injusticia socioambiental contra las Comunidades Caiçaras de Jureia perdura hasta la actualidad. En el Mosaico de Jureia, no existe plan de gestión en unidades de conservación y los Consejos Consultivos y Deliberativos no fueron creados o no funcionan correctamente, causando incredulidad en la promesa e en el potencial del modelo de gestión compartida y haciendo que las comunidades se organicen hacia al modelo de gestión comunitaria e de jurisdicción caiçara teniendo como horizonte territorios colectivos libres de interferencia externa, sea pública o privada.*

**PALABRAS CLAVE:** *Comunidades Caiçaras de Jureia. Gestión Territorial. Conflictos Socioambientales. Territorios Colectivos.*

## **INFANTICÍDIO INDÍGENA: O DILEMA DA PROPOSITURA DE DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS EM FACE DA DIVERSIDADE CULTURAL**

**INDIGENOUS INFANTICIDE: THE DILEMMA OF THE INTRODUCTION OF UNIVERSAL HUMAN RIGHTS IN THE FACE OF CULTURAL DIVERSITY**

Sabrina Medina Andreoli

**RESUMO:** O presente trabalho faz uma análise acerca do Infanticídio Indígena no Brasil, uma prática cultural mantida por algumas etnias, que consiste na morte intencional de infantes, para eliminação das crianças que, por variados motivos, não são aceitas dentro de suas comunidades. O enfoque é que, por se tratar de um costume, a defesa do direito fundamental à vida e dignidade da pessoa humana, no caso, das crianças rejeitadas, esbarra no reconhecimento das tradições indígenas, revelando o dilema da propositura de direitos humanos universais em face da diversidade cultural existente no mundo. O objetivo geral desta pesquisa é a análise da prática do infanticídio indígena a partir do dilema da propositura de direitos humanos universais em face da diversidade cultural existente no mundo, e os meios capazes de proteger as crianças renegadas sem a intervenção indevida nas tradições culturais. Contudo, apesar da constatação da existência de inúmeros comportamentos culturais, algumas necessidades são comuns a todos, fato que dá fundamento à dignidade humana e que, por sua vez, justifica a possibilidade de se fixar um grupo de direitos mínimos, válidos a todos os seres humanos. O trabalho abrange, ainda, a discussão sobre a imputabilidade do indígena, buscando um justo posicionamento sobre sua capacidade de compreender o caráter ilícito de suas condutas e de sua autodeterminação segundo esse entendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças Indígenas. Direitos Humanos. Infanticídio.

**ABSTRACT:** *The present work of monographic research makes an analysis about the Indian Infanticide in Brazil, a cultural practice maintained by some ethnicities, that*

*consists in the intentional death of infants, for the elimination of children who, for various reasons, are not accepted by the community. The focus is that, because it is a custom, defending the fundamental right to life and dignity of the human person, in the case of rejected children, is a challenge to the recognition of indigenous traditions, revealing the dilemma of the introduction of universal human rights of the world's cultural diversity. The general objective of this research is the analysis of the practice of indigenous infanticide based on the dilemma of proposing universal human rights in the face of the cultural diversity existing in the world and the means capable of protecting renegade infants without undue intervention in traditional customs. However, despite the existence of innumerable cultural behaviors, some needs are common to all, a fact that underpins human dignity and, in turn, justifies the possibility of establishing a group of minimum rights, valid for all beings humans. The paper also discusses the imputability of the Indian, seeking a fair and non-prejudiced position on his ability to understand the illegality of his conduct and his self-determination according to this understanding.*

**KEYWORDS:** *Indigenous Children. Human rights. Infanticide.*

---

## **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E PERCEPÇÕES DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA MARICULTURA NO PARANÁ, BRASIL**

*IMPACTOS SOCIO-AMBIENTALES Y PERCEPCIONES DE LOS PESCADORES ARTESANALES SOBRE EL DESARROLLO RECIENTE DE LA MARICULTURA EN PARANÁ, BRASIL*

Hugo Juliano Hermógenes da Silva  
Naína Pierri

**RESUMO:** A aquicultura é apontada como chave para a solução da crise pesqueira no mundo. Nos últimos anos, no Brasil, o governo federal vem desenvolvendo uma agressiva política de promoção da aquicultura, particularmente após a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), em 2003, atual Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (a ser transferida ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços). Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento do setor têm favorecido a pesca industrial e a aquicultura, e promovido um processo de conversão do pescador artesanal em aquicultor. Historicamente, a maricultura no Paraná tem sido pouco expressiva, porém, atualmente, os setores privado, não governamental e governamental apresentam interesse em expandir a atividade. A partir do exposto, o objetivo geral deste trabalho é identificar as atuais políticas de desenvolvimento da maricultura no Paraná, os possíveis impactos socioambientais para os próximos anos e as percepções de lideranças dos pescadores artesanais acerca do tema. Isso foi alcançado mediante análise documental, de estudos científicos e de manifestos da sociedade civil organizada, complementado com entrevistas aos representantes de pescadores artesanais, observações diretas em campo e em reuniões correlatas ao tema. O cenário emergente mostra esforços somados dos dois níveis de governo (estadual e federal), que determinam a criação de um ambiente econômico e

institucional que favorece que os setores privados de mercado protagonizem o desenvolvimento da maricultura. A perspectiva é de que ocorram vários impactos socioambientais, visto que os pescadores artesanais majoritariamente não se transformarão em aquicultores, o que resultará em conflitos derivados da competição pelo espaço físico e de produtos pesqueiros no mercado, reforçando o processo de empobrecimento e expropriação das comunidades pesqueiras de seus territórios em terra e água.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maricultura. Litoral do Paraná. Pescadores artesanais. Impactos socioambientais.

**RESUMEN:** *La acuicultura es concebida como pieza clave para la solución de la crisis de la pesca en el mundo. En los últimos años, en Brasil, el gobierno federal ha venido aplicando una política agresiva de promoción de la acuicultura, en particular después de la creación de la Secretaría Especial de Acuicultura y Pesca, en 2003, actual Secretaría de Acuicultura y Pesca del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento (a transferir al Ministerio de Industria, Comercio Exterior y Servicios). En este sentido, las políticas de desarrollo del sector han favorecido la pesca industrial y la acuicultura, y han promovido un proceso de conversión de los pescadores artesanales en acuicultores. Históricamente, la maricultura en Paraná ha tenido poca importancia, sin embargo, en la actualidad, el sector privado, las organizaciones no gubernamentales e gubernamentales tienen interés en la expansión de esta actividad. A partir de este contexto, el objetivo general de este trabajo es identificar las políticas actuales de desarrollo de la maricultura en Paraná, los posibles impactos socio-ambientales para los próximos años y las percepciones de representantes de los pescadores artesanales sobre el tema. Esto se logró mediante análisis de documentos, estudios científicos y de la opinión manifiesta de la sociedad civil organizada, complementándose con entrevistas a los representantes de pescadores artesanales, observaciones en el campo y en reuniones relacionadas con el tema. El escenario muestra esfuerzos conjuntos de los dos niveles de gobierno (federal e estatal), determinando la creación de un entorno económico e institucional que favorece a los sectores privados para que protagonicen el desarrollo de la maricultura. La expectativa es que se produzcan varios impactos socio-ambientales, una vez que los pescadores artesanales en su mayoría no se convertirán en acuicultores, lo que resultará en conflictos de competencia por el espacio físico y de productos en el mercado, reforzando el empobrecimiento y despojo de las comunidades pesqueras de sus territorios en tierra y agua.*

**PALABRAS CLAVE:** Maricultura. Litoral del Paraná. Pescadores artesanales. Impactos socio-ambientales.

---



## O MITO TEMPORAL DE 1988 THE TEMPORAL MYTH OF 1988

Isabella Cristina Lunelli  
João Mitia Antunha Barbosa  
Luís Filipe Trois Bueno e Silva

**RESUMO:** O presente artigo analisará, a partir de referenciais teóricos expostos pela teoria crítica do direito, pela antropologia jurídica e pelo método da análise de discurso (jurídico, administrativo, político), a temática dos procedimentos legais e administrativos de demarcação de terras indígenas no Estado brasileiro e os desafios atuais para sua efetivação numa conjuntura política bastante adversa no que se refere à garantia dos direitos constitucionais dos povos indígenas, notadamente a partir do desenvolvimento e adoção da teoria do fato indígena calcada no marco temporal de 05 de outubro de 1988. O enfoque do tema buscará expor não apenas elementos que evidenciem a forma como determinados “constructos” jurídicos estão de fato orientando “decisões judiciais sem respaldo constitucional” – violando assim direitos territoriais fundamentais para os povos em questão –, mas também desenvolver uma perspectiva que problematiza a criação de mitos legais no interior do universo do direito e, portanto, de poder. Neste sentido, a presente abordagem busca rastrear discursos, dinâmicas e práticas de poder que – a partir do desenvolvimento de mitos legais (vinculados a práticas de “ativismo judicial”) buscam legitimar a aplicação de conceitos, teorias ou normas jurídicas direcionadas a interesses específicos (no caso em tela, por exemplo, afastar a aplicabilidade da posse imemorial indígena e acolher a teoria do fato indígena), desvelando assim interesses políticos latentes e certas hierarquias sociais subjacentes. Para alcançar os objetivos aqui expostos, de início abordaremos a noção de mito levando-se em consideração a diferença quanto ao papel exercido pelos discursos mitológicos no contexto cultural indígena em contraponto às ficções jurídicas autorizadas pelas instâncias do poder estatal contemporâneo. Logo a seguir, a partir do pressuposto da retórica do Estado enquanto prática de dissimulação da violência contra setores sociais marginalizados, analisaremos o conceito de “marco temporal” tendo em conta sua função hermenêutica de restringir o alcance do direito originário (e constitucional) dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam. Por fim, consideraremos de que forma o argumento do “marco temporal” tem sido utilizado para obstaculizar o processo de homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mito. Marco Temporal. Direito Indígena.

**ABSTRACT:** *This article will analyze the legal and administrative procedures for the demarcation of indigenous lands, based on theoretical references exposed by the critical theory of law, legal anthropology and the method of discourse analysis, the theme of the legal and administrative procedures for the demarcation of indigenous lands in the Brazilian State and the current challenges to their implementation in an adverse political context regarding the guarantee of the constitutional rights of indigenous peoples, notably from the development and adoption of the theory of the “Indigenous fact” based on the temporal limit of October 5, 1988. The focus of the theme will be to expose not only elements that demonstrate how certain legal “constructs” are guiding “judicial decisions without constitutional support” - thus violating fundamental territorial rights for the peoples in question - but also to develop*

*a perspective that problematizes the creation of legal myths within the universe of law and, therefore, of power. This approach seeks to trace discourses, dynamics and practices of power that  $\neg$  from the development of legal myths (linked to practices of "judicial activism")  $\neg$  seek to legitimize the application of concepts, theories or legal norms directed to specific interests (in this case, for example, to remove the applicability of the indigenous immemorial possession and to accept the theory of the Indian fact), thus unveiling latent political interests and certain underlying social hierarchies. In order to achieve the objectives set out above, we shall first address the notion of myth taking into account the difference in the role played by mythological discourses in the indigenous cultural context as opposed to the legal fictions authorized by the instances of contemporary state power. Next, from the assumption of State rhetoric as a practice of dissimulating violence against marginalized social sectors, we will analyze the concept of "temporal framework", considering its hermeneutic function of restricting the reach of the original (and constitutional) right of the peoples to the lands they traditionally occupy. Finally, we will consider how the "temporal limit" argument has been used to hamper the process of homologation of the Morro dos Cavalos Indigenous Land.*

**KEYWORDS:** *Myth. Temporal Limit. Indigenous Rights.*

---

**AGRICULTORES FAMILIARES E POVOS TRADICIONAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS DEFINIÇÕES JURÍDICAS**  
**FAMILY FARMERS AND TRADITIONAL PEOPLES: CONVERGENCES AND DIVERGENCES IN LEGAL DEFINITIONS**

Ana Luisa Santos Rocha  
 José Heder Benatti  
 Jeferson Almeida de Oliveira

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo expor de que forma a legislação brasileira define juridicamente quem são agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, indicando as convergências e divergências nessas definições. A análise tem como marcos jurídicos a Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006 (Política Nacional de Agricultura Familiar) e o Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Primeiramente, são abordadas questões referentes aos sujeitos que abrangem as duas categorias e suas demandas por acesso à terra e ao território. Posteriormente, demonstra-se como o direito pátrio incorporou e categorizou esses sujeitos nas duas normas já citadas. Por fim, são indicadas como as definições jurídicas de agricultor familiar e povos e comunidades tradicionais podem ser analisadas conjuntamente. A título de considerações finais, demonstra-se que essa leitura confirmou o reconhecimento de um público beneficiário amplo na Política Nacional de Reforma Agrária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos e comunidades Tradicionais. Agricultura Familiar. Definição jurídica. Reforma Agrária.

**ABSTRACT:** *The paper aims to expose how Brazilian legislation legally defines who are family farmers and traditional peoples and communities, indicating the convergences and divergences in these definitions. The analysis has as legal frameworks Law no. 11,326, dated July 24, 2006 (National Family Agriculture Policy) and Decree no. 6,040, dated February 7, 2007 (National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities). Firstly, questions are approached regarding subjects that cover both categories and their demands for access to land and territory. Subsequently, it is shown how the nation's law incorporated and categorized these subjects into the two norms already mentioned. Finally, it is indicated how the legal definitions of family farmer and traditional peoples and communities can be analyzed together. By way of final considerations, it is shown that this reading confirmed the recognition of a broad public in the National Agrarian Reform Policy.*

**KEYWORDS:** *Traditional peoples and communities. Family farming. Legal definition. Land reform.*

## **POVOS INDÍGENAS E A INTERVENÇÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE A REPRESSÃO E A PROTEÇÃO**

INDIGENOUS PEOPLE AND THE NATIONAL FORCE OF PUBLIC SECURITY INTERVENTION: BETWEEN REPRESSION AND PROTECTION

Leonardo Santos de Araújo  
Raphael Parzianello Portelinha

**RESUMO:** Trata-se de estudo das intervenções da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em Terras Indígenas já demarcadas ou em situações envolvendo índios no Brasil. O suporte jurídico dessas atividades encontra-se principalmente nos Decretos federais nº 5.289/04 e nº 7.957/13, cuja apreciação crítica possui base nos efeitos que produzem na realidade. Tem-se por objetivo verificar a relação contraditória existente entre essa força de segurança do Estado e os povos indígenas no Brasil, denotando uma ambivalência que varia da repressão à proteção. Propõe-se à análise do regime jurídico das competências da FNSP e suas relações com casos concretos de intervenção, observados por meio de estudos de caso. Analisa-se as justificativas de atuação desse ente em questões envolvendo povos indígenas, as quais vão desde a preservação da ordem pública, do patrimônio e da integridade física de pessoas até a desocupação de não índios de Terras Indígenas, conflitos fundiários, redução de violência contra povos indígenas, coibição de extração mineral de Terras Indígenas e preservação ambiental. A metodologia do trabalho consiste em revisão bibliográfica, análise legislativa e pesquisa empírica no Diário Oficial da União para averiguar as autorizações dadas pelo Ministério da Justiça e respectivas justificativas para deslocamento de tropas da FNSP em Terras Indígenas ou situações que envolvam índios. A análise das portarias daquele órgão compreende o período de 2004 a novembro de 2016. Proceda-se ao cruzamento de dados entre as informações contidas nessas portarias e as denúncias colhidas e sistematizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entre 2013 e 2015 acerca de casos de violências cometidas contra índios por tropas ligadas à FNSP e outras forças de segurança

estatais. O estudo não pretende esgotar as minúcias de toda a realidade nacional. Conclui-se que as intervenções do órgão em questões indígenas representam uma ambiguidade. Constituem forma de repressão que ameaça os direitos de populações indígenas, em especial seu direito à terra transparecendo uma relação de dominação e desconsideração de alteridade entre a atuação do direito e os modos de vida dessas populações. De outro lado, não é raro que povos indígenas recorram a elas para protegerem suas terras e vidas contra invasores não índios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos indígenas. Força Nacional de Segurança Pública. Alteridade. Terra indígena tradicional. Violência estatal.

**ABSTRACT:** *This is a study about the interventions made by the National Force of Public Security (FNSP) in demarked indigenous lands or in situations involving indigenous people in Brazil. The law support to these activities is founded mostly on the official orders nº 5.289/04 and nº 7.957/13, whose critical appreciation is based on the effects they produce on reality. The objective is to verify the contradictory relation established between this security force of the State and the indigenous people in Brazil, showing an ambivalence that varies from repression to protection. An analysis of the legal regime of competences from the FNSP and its relationship with the cases of intervention is intended, achieved through case studies. It is also analyzed the justifications of the force's acting involving indigenous people, varying from the preservation of public order, from the inheritance and physical integrity of the people to the removal of non-indigenous people from indigenous lands, agrarian conflicts, reduction of violence against indigenous people, inhibition of mineral extraction in indigenous lands and environmental preservation. The methodology of the study consists in bibliographical revision, analysis of the law and empirical research in the Official Diary of the Union to investigate the authorizations given by the Ministry of Justice and the related justification to the troop displacement of the FNSP to indigenous lands or to assist situations involving indigenous people. The analysis of the regulatory ordinances of that organ involves the period between 2004 and november of 2016. From these ordinances is harvested data which will be later crossed with data from the arraignments gathered and organized by the Missionary Indigenist Council (CIMI), between 2013 and 2015, related to cases of violence committed against indigenous people by FNSP troops or other state security forces. The study does not intend to exhaust all the details of national reality. The conclusion is that the FNSP interventions in indigenous matters are ambiguous. It is a form of repression, threatening the rights of indigenous people, mostly their land rights, showing a relation of dominance and disregard for the alterity between the acts of law and the indigenous way of life. However, it is common that these indigenous people call upon them for the protection of their land and lives, against the threat of non-indigenous invaders.*

**KEYWORDS:** *Indigenous rights. National Force of Public Security. Alterity. Traditional Indigenous Lands. State Violence.*

---

## **O PURITANISMO ÉTNICO DOS ÍNDIOS XOCÓS COMO FATOR DETERMINANTE PARA REAVER SUAS TERRAS EM PORTO DA FOLHA-SERGIPE**

THE ETHNIC PURITANISM OF THE XOCÓS INDIANS AS A DETERMINING FACTOR TO REBOUND THEIR LANDS IN PORTO DA FOLHA- SERPIPE

Nelson Teodomiro Souza Alves  
Maria Larissa Silva Santos

**RESUMO:** O Único grupo indígena que pode ser encontrado atualmente no Estado de Sergipe é o grupo Xocó eles estão situados na região do baixo São Francisco no Município de Porto da Folha, Sergipe. Durante muito tempo, aproximadamente cem anos, os índios xocós permanecerem ocultos devido a fatores como a escravidão e a crescente miscigenação ocorridas nos séculos passados e foram aos poucos perdendo as características culturais e fenotípicas de seus grupos de origem. Todavia em meados da década de 70 eles reaparecem a partir de contribuições de antropólogos oriundos da Universidade Federal de Sergipe, representantes da igreja católica, movimentos estudantis e sociais. . Os Xocós haviam sido expulsos de suas terras com base na alegação de que, devido à miscigenação, não eram mais índios. Este fator se mostra decisivo no entendimento do modo de vida atual deste grupo indígena, que luta por preservar a identidade, a cultura e as tradições indígenas, em que pese o fato de, no nível do fenótipo, os Xocós se apresentarem em sua maioria como negros ou mulatos. Desde a sua chegada na Ilha de São Pedro (Porto da Folha) em 1978, os Xocó tiveram que reassumir sua identidade, perpassando por questões de afirmação cultural e territorial. Surge então a o embate jurídico em 1992, quando os Xocó por questões de miscigenação foram impedidos de ter acesso as suas terras, uma vez que alguns latifundiários alegavam que eles perderam a identidade em virtude da perda da identidade sanguínea. Atualmente a Constituição Federal carece de mecanismos que tragam uma maneira da comunidade indígena se reafirmar como protagonista de seus costumes e práticas cotidianas, possibilitando que a identidade Xokó torne-se fonte de intercâmbio e conhecimento histórico, ambiental, social e cultural, tão importantes para o povo sergipano além da retomada do seu território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Índios Xocós. Miscigênação. Identidade cultural. Demarcação de terras.

**ABSTRACT:** *The only indigenous group that can be found today in the State of Segipe is the group Xocó they are located in the region of lower São Francisco in the Municipality of Porto da Folha, Sergipe. For a long time, approximately a hundred years, the xocos Indians remain hidden due to factors such as slavery and the growing miscegenation that occurred in the past centuries and gradually lost the cultural and phenotypic characteristics of their groups of origin. However in the mid-1970s they reappeared from contributions from anthropologists from the Federal University of Sergipe, representatives of the Catholic Church, student and social movements. .The Xocos had been expelled from their lands on the grounds that, because of the miscegenation, they were no longer Indians. This factor is decisive in understanding the current way of life of this indigenous group, which strives to preserve indigenous identity, culture and traditions, despite the fact that, at the phenotype level, the Xocós are mostly Black or mulatto. Since its arrival in the Island of St. Peter (Port of the Leaf) in 1978, the Xocó had to reassume their identity, going through questions of cultural and territorial affirmation. Then came the legal clash in 1992, when the Xocó for*

*reasons of miscegenation were prevented from gaining access to their land, since some landowners claimed that they lost their identity due to loss of blood identity. Currently, the Federal Constitution lacks mechanisms that bring a way for the indigenous community to reaffirm itself as a protagonist of their daily practices and practices, allowing the Xocó identity to become a source of exchange and historical, environmental, social and cultural knowledge, so important for the Sergipan people as well as the resumption of their territory.*

**KEYWORDS:** *Indians Xocós. Miscegenation. Cultural identity. Land demarcation.*

## **A CONFORMAÇÃO DE PADRÕES INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL: MOBILIZAÇÕES E TENSIONAMENTOS**

*THE CONFORMATION OF INTERNATIONAL STANDARDS OF PROTECTION AND THE RECONFIGURATION OF THE TERRITORIAL RIGHTS OF TRADITIONAL PEOPLES AND COMMUNITIES IN BRAZIL: MOBILIZATIONS AND TENSIONS*

Inafran de Souza Ribeiro

**RESUMO:** O propósito deste trabalho é analisar o processo histórico de conformação dos padrões internacionais de proteção aos direitos humanos de povos indígenas e tribais, enfocando a atuação dos Estados e de movimentos da sociedade civil articulados transnacionalmente; sistematizar e analisar as repercussões do processo de conformação desses padrões internacionais nos direitos territoriais no Brasil, abordando impactos na mobilização social, nas alterações normativas e na produção de políticas públicas específicas; e trazer a lume os desafios atuais à efetiva internalização, pela ordem jurídico-política brasileira, dos padrões internacionais de proteção aos direitos humanos incidentes sobre os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Argumentamos que os padrões internacionais de proteção aos direitos humanos consistem em fatores decisivos de legitimação para as reconfigurações experimentadas pelos direitos territoriais desses povos no Brasil. A socialização desses padrões fomenta interações entre sistemas político-normativos internacional e doméstico, sendo viabilizada principalmente pela mediação exercida por intelectuais dedicados à causa, através da circulação e socialização de ideias e debates acadêmicos; pela atuação de atores locais e transnacionais da sociedade civil, e pelas articulações das próprias coletividades interessadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Padrões internacionais de proteção aos direitos humanos. Povos e comunidades tradicionais. Direitos territoriais.

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to understand the historical process of conforming the international standards of protection of the human rights of indigenous and tribal peoples, focusing on the actions of States and transnationally organized civil society movements; Systematize and analyze the repercussions of the process of conforming these international standards to territorial rights in Brazil, addressing impacts on social mobilization, normative changes and the production of specific public*

*policies; And bring to light the current challenges to the effective internalization by the Brazilian legal and political order of the international standards of protection of human rights incident on the territorial rights of traditional peoples and communities. We argue that international standards for the protection of human rights are decisive factors of legitimation for the reconfigurations experienced by the territorial rights of these peoples in Brazil. The socialization of international standards of human rights protection fosters interactions between international and domestic political-normative systems. In the case of territorial rights, this process is made possible by the mediation exercised by intellectuals dedicated to the cause, through the circulation of ideas; By the participation of local and transnational actors of civil society, and by the articulations of the interested communities themselves.*

**KEYWORDS:** *International standards of human rights protection. Traditional peoples and communities. Territorial rights.*

---

## **BREVE PANORAMA SOBRE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

### **BRIEF OVERVIEW OF ATTENTION TO INDIGENOUS HEALTH IN THE STATE OF RONDÔNIA**

Jussara Maria Leal de Meirelles,  
Denise Pipino Figueiredo  
Josiane Alessandra Mariano Rossi

**RESUMO:** A Constituição Federal de 1988 marcou o reconhecimento da cidadania e da autonomia dos povos indígenas, incluindo-se, dentre os seus direitos fundamentais, o direito à saúde. Contudo, tal direito é de difícil efetivação, visto que além dos problemas já existentes para a efetivação dos direitos à saúde dos demais cidadãos brasileiros, com relação ao indígena ainda há a problemática envolvendo as questões da cultura tradicional, que deve ser respeitada. Trata-se de um direito que tem urgência de ser efetivado, visto que a população indígena vem sendo dizimada desde a época da chegada dos portugueses, que trouxeram violência, guerras e doenças. Vale observar também que, atualmente, os casos relacionados com a morte de indígenas vêm se modificando, deixando de se referirem principalmente a doenças infecciosas, e passando para causas de maior complexidade social, como alcoolismo, violência, desestruturação social, etc. Nos últimos anos, vem ocorrendo regulamentações a respeito da saúde indígena, o que antes era de responsabilidade da FUNAI e que agora passou a ser do Ministério da Saúde, que desenvolverá programas com base nos princípios do Sistema Único de Saúde, com observância da universalidade, hierarquia, regionalização e descentralização, conforme a Lei nº 9.836/99 (Lei Arouca). Essa lei estabeleceu a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, com base na diversidade social, cultural, histórica, geográfica e política das comunidades indígenas; mas os avanços legislativos não estão refletindo na estruturação do sistema, havendo muitas críticas e descontentamentos, principalmente na falta de articulação da Medicina ocidental com a Medicina tradicional indígena. O presente artigo procura demonstrar a deficiência do sistema para com a saúde indígena ante a não consideração de sua cultura tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde. Indígena. Políticas públicas. Rondônia.

**ABSTRACT:** *The Federal Constitution of 1988 marked the recognition of the citizenship and autonomy of the indigenous, including, among their fundamental rights, the right to health. However, this right is difficult to enforce, since in addition to the existing problems for the realization of the rights to health of other Brazilian citizens, with respect to the indigenous, there is still a problem involving the issues of traditional culture, which must be respected. It is a right that needs to be enforced, since the indigenous population has been decimated by the arrival of the Portuguese, who brought violence, wars and diseases. It is worth noting also that, currently, cases related to the death of indigenous people have been changing, mainly from infectious diseases, to more complex social causes, such as alcoholism, violence, social disorganization, etc. In recent years, regulations have been in place regarding indigenous health, which was previously the responsibility of FUNAI and now is the responsibility of the Ministry of Health, which will develop programs based on the principles of the Unified Health System, through universality, hierarchy, regionalization and decentralization through the Law 9.836 / 99 (Arouca Law). This law established the Attention to Health of Indigenous Peoples, based on the social, cultural, historical, geographic and political diversity of indigenous communities, but legislative advances are not reflecting the structure of the system, with many criticisms and discontents, especially in the lack of articulation of Western Medicine with traditional indigenous Medicine. The present article seeks to show the deficiency of the system for the indigenous health before the lack of consideration of its traditional culture.*

**KEYWORDS:** *Health; Indigenous. Public policies. Rondônia.*

---

## **CAMPONESES NEGROS E O ESTADO DE EXCEÇÃO – BRASIL E CABO VERDE** **CAMPESINOS NEGROS Y EL ESTADO DE EXCEPCIÓN: BRASIL Y CABO VERDE**

Carolina dos Anjos de Borba

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os processos sociais que possibilitaram camponeses negros no Brasil e em Cabo Verde constituírem-se como possuidores/proprietários de terra em contextos pós-coloniais. O debate ora suscitado busca eleger como foco de reflexão as relações que produzem discursos de verdade, nos quais antigos rendeiros (Cabo Verde) e quilombolas (Brasil) dificilmente possuem segurança documental de seus territórios. Nesta chave de análise, buscou-se as teorias do estado de exceção (Agamben, 2004) que leem fenômenos de oscilação política como uma forma peculiar de resguardar a “segurança pública” em um paradigma arbitrário de governo. Sendo assim, serão apresentados argumentos que vislumbrem a insegurança fundiária nos dois países em um quadro complexo de estado de exceção que mescla elementos étnico-raciais e políticos. Para tanto, serão apresentados dois universos rurais: São Salvador do Mundo (Cabo Verde) e Canguçu, Quilombo Maçambique (Brasil) - o primeiro assistiu fortes disputas territoriais entre morgados e rendeiros, passando pelo projeto de reforma agrária e, atualmente, encontra-se sob a posse de pequenos agricultores; o segundo experimentou variadas



transformações históricas no que se refere à questão fundiária sulina, mantendo um processo de territorialização por meio de múltiplas estratégias de resistência. As duas localidades partem de contextos sociais de trabalho subalternizado, porém encontrando destinos étnico-raciais diversos, oferecendo materiais etnográficos densos para trabalhar a questão “terra-segurança”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de exceção. Quilombolas. Rendeiros. Território

**RESUMEN:** *Este estudio tiene como objetivo analizar los procesos sociales que permitieron a los campesinos negros en Brasil y Cabo Verde constituyen como ocupante / propietarios de tierras en contextos postcoloniales. Ahora el debate provocó buscar como objetivo la reflexión sobre las relaciones que producen discursos de verdad, en los que los antiguos rendeiros (Cabo Verde) y quilombolas (Brasil) casi no tienen la seguridad documental de sus territorios. En esta clave análisis, se intentó establecer las teorías del estado de excepción (Agmben, 2004), que leen los fenómenos de influencia política como una forma peculiar de proteger la "seguridad pública" en un paradigma arbitraria del gobierno. De este modo, se presentarán los argumentos que apuntan a la inseguridad de la tenencia en los dos países en un marco complejo s del estado de excepción que combina elementos étnico-raciales y políticos. Para ello, se presentarán dos universos rurales: São Salvador do Mundo (Cabo Verde) y Canguçu, Quilombo Maçambique (Brasil) – el primero vio fuertes disputas territoriales entre los morgados y rendeiros, pasó el proyecto de reforma agraria y en la actualidad está bajo la propiedad de pequeños agricultores; el segundo ha experimentado cambios históricos en lo que se refiere a la cuestión de la tierra del sur, manteniendo un proceso territorial a través de múltiples estrategias de resistencia. Ambos lugares tienen en sus contextos sociales el trabajo subalternizado, pero encontraron diferentes destinos étnico-raciales, ofreciendo materiales etnográficos densos para trabajar el tema "tierra-seguridad".*

**PALABRAS-CLAVE:** Estado de excepción. Quilombolas. Rendeiros. Territorio.

---

## **A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICO E CULTURAL DOS INDÍGENAS NA ÁREA URBANA DA CIDADE DE TABATINGA-AMAZONAS**

UNA HISTORIA SOCIO-CULTURALES Y DE FORMACIÓN DE INDÍGENAS EN ZONA URBANA DE LA CIUDAD DE TABATINGA –AMAZONAS

Arival Curica Fermin

**RESUMO:** Sabemos que no Norte do Brasil é onde se encontra uma maior porção de indígenas. No entanto abordarei o processo de formação sócio-histórico e cultural dos indígenas kokama na área urbana de Tabatinga-Amazonas. Proponho um estudo a respeito desse processo de formação histórica e cultural. O seu desenvolvimento na cidade e suas praticas culturais para ser mantidas no meio social. Embora com o desenvolvimento da cidade, a formação da cultural fica um pouco dispersa na sociedade. Por isso cabe um estudo com mais detalhes e bem aprofundado nessa na área urbana da cidade para perceber a resistência dos indígenas nessa formação cultural, para ser distinguidos suas culturas e seus processos históricos na cidade.

Com eles trazem suas diversas formas de culturas. E em uma área urbana da cidade de Tabatinga-Amazonas, como o território de Tabatinga fica localizada na fronteira de três países vamos ter uma variação de processos de formação da história e cultural. Essas diversidades de culturas muitas vezes são conflituosas em mesmo território. E em Tabatinga não é diferente. Os indígenas estão nesse processo de migração para a cidade formando uma nova comunidade na área urbana da cidade. O processo histórico e cultural dos indígenas é passado de geração a geração, ou seja, de pai para filho. Muitas vezes a história e cultura são passados despercebidos por varias pessoas na cidade. O desenvolvimento de uma comunidade se dá através do conhecimento das pessoas com mais experiência no convívio dentro da comunidade, passando os ensinamentos para os mais novos, desde os princípios da criação de seu povo. Com isso tendo como base para toda a família e seus habitus que são passados de pai para filho. O conhecimento de cada grupo étnico se dá desde o início do nascimento de cada criança, desde então a sua formação histórica e cultural passa a ser desenvolvida na sociedade e em sua própria comunidade em que está inserida. Os ensinamentos de sua origem dá se através de seus parentes, ou seja, através de seus pais, ou por pessoas mais próximas que conhecem a origem de seu povo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Sociohistórica. Cultural. Indígena.

**RESUMEN:** Sabemos que en el norte de Brasil es donde una mayor proporción de la población indígena. Sin embargo voy a hablar sobre el proceso de formación socio-histórico y cultural de Kokama indígena del área urbana de Tabatinga, Amazonas. Propongo un estudio acerca de este proceso de formación histórica y cultural. Su desarrollo en la ciudad y sus prácticas culturales que se mantiene en el entorno social. A pesar de que con el desarrollo de la ciudad, la formación de cultura pone un poco disperso en la sociedad. Por lo tanto, es un estudio en mayor detalle y profundidad y que el área urbana de la ciudad para darse cuenta de la resistencia indígena de estos antecedentes culturales, que se distingue de sus culturas y procesos históricos de la ciudad. Traen con sus diversas formas de culturas. Y en un área urbana de la ciudad de Tabatinga, Amazonas, como el territorio de Tabatinga se encuentra en la frontera de tres países vamos a tener un cambio de los procesos de formación de la historia y cultural. Estos diversidad de los cultivos son a menudo contradictorias en el mismo territorio. Y en Tabatinga no es diferente. Los indios son en este proceso de migración a la ciudad formando una nueva comunidad en el área urbana de la ciudad. El proceso histórico y cultural de los indígenas se transmite de generación en generación, es decir, de padres a hijos. A menudo, la historia y la cultura se pasan desapercibidos por varias personas en la ciudad. El desarrollo de una comunidad es a través del conocimiento de las personas con más experiencia en vivir dentro de la comunidad, a través de las enseñanzas a los más jóvenes, ya que el principio de la creación de su pueblo. Por lo tanto, sobre la base de toda la familia y su habitus que se transmiten de padres a hijos. El conocimiento de cada grupo étnico se da desde el comienzo del nacimiento de cada niño, desde su contexto histórico y cultural pasa a ser desarrollado en la sociedad y en su propia comunidad en la que opera. Las enseñanzas de su origen da a través de sus parientes, es decir, a través de sus padres o personas cercanas a conocer el origen de su pueblo.

**PALABRAS- CLAVE:** Formación Socio históricos. Culturales . Indígenas.

## **UMA ANÁLISE SÓCIOJURÍDICA DOS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DO PERTENCIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA**

*A SOCIO-JURIDICAL ANALYSIS OF THE CRITERIAS FOR RECOGNITION OF THE KNOWLEDGE OF THE KALUNGA COMMUNITY*

Daniel Gonçalves de Oliveira  
Vercilene Francisco Dias

**RESUMO:** A partir da Constituição de 1988, os quilombolas passaram a ter maior visibilidade e protagonismo político e a ingressarem em espaços sociais antes inimagináveis por intermédio das ações afirmativas, como por exemplo, a política de cotas específicas para quilombolas nas universidades públicas. Diante disso, tem-se que diversas políticas públicas específicas para quilombolas passaram a serem formuladas pelo Estado, todavia sujeitos que não se reconheciam como quilombolas passaram a reivindicar a identidade quilombola a fim de se beneficiarem com as respectivas políticas públicas para quilombolas. Nesse sentido, delimitando o espaço de observação na Comunidade Quilombola Kalunga, maior comunidade quilombola do país e a primeira a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares, busca-se discutir quais são os critérios/regras de reconhecimento do pertencimento daqueles que se identificam e se reconhecem como quilombolas kalungas. Logo, sabendo que tais critérios baseiam-se nos costumes utilizados pelos kalungas para aceitar/identificar/reconhecer um indivíduo como pertencente à comunidade ou não, recorrer-se-á à Antropologia, à Sociologia e ao Direito para discutir o conceito de quilombola a partir de sua perspectiva sócio histórica. Além disso, far-se-á uma discussão sobre a cultura, tradições, saberes da Comunidade Kalunga que estão intimamente ligados à identidade da Comunidade e dos sujeitos Kalungas a ela pertencentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade Quilombola Kalunga. Reconhecimento do Pertencimento. Identidade Quilombola. Direitos dos Quilombolas.

**ABSTRACT:** *From the Constitution of 1988, quilombolas began to have greater visibility and political protagonism and to enter previously unimaginable social spaces through affirmative actions, such as the policy of specific quotas for quilombolas in public universities. In view of this, it is evident that a number of specific public policies for quilombolas came to be formulated by the State, however, subjects who did not recognize themselves as quilombolas started to claim quilombola identity in order to benefit from their respective quilombola policies. In this sense, delimiting the observation space in the Quilombola Kalunga Community, the country's largest quilombola community and the first to be certified by the Palmares Cultural Foundation, seeks to discuss the criteria / rules for recognizing the belonging of those who identify and recognize themselves Like quilombolas kalungas. Therefore, knowing that these criteria are based on the customs used by the Kalunga to accept/identify/receive an individual as belonging to the community or not, anthropology, sociology and law will be used to discuss the concept of quilombola from Of its historical partner perspective. In addition, there will be a discussion on the culture, traditions, and knowledges of the Kalunga Community which are closely linked to the identity of the Community and the Kalunga subjects belonging to it.*

**KEYWORDS:** *Kalunga Quilombola Community. Recognition of Ownership. Quilombola Identity. Rights of Quilombolas.*

---

**AMILCINGO E A LUTA COMUNITÁRIA PARA A DEFESA INTEGRAL DE SEU TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS DE UM POVO INDÍGENA MEXICANO FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO**

*AMILCINGO Y LA LUCHA COMUNITARIA PARA LA DEFENSA INTEGRAL DEL TERRITORIO: ESTRATÉGIAS DE UN PUEBLO INDÍGENA MEXICANO FRENTE A LAS VIOLENCIAS DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE LATINO-AMERICANO*

Marina Corrêa de Almeida

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre as estratégias de resistência comunitárias de Amilcingo, comunidade agrária em Morelos, no México, para defesa integral do território, isto é, a defesa do meio ambiente em que reproduzem a vida comunitária e das relações sociais que primam pela preservação de formas coletivas de vida. Pensar sobre as estratégias comunitárias – jurídicas, políticas e socio-econômicas - diante de todas as violentas formas nas quais o capital transnacional busca se ampliar é um desafio, bem como uma tarefa para América Latina, pois contribui a pensar soluções para este que aparece como um cenário de “políticas públicas desenvolvimentistas”, justificadas no “interesse público”, mas que tem como consequência a destituição de terras de caráter comunitário e, no caso do México, a desaparecimento da propriedade comunitária e *ejidal*. Para isso analisaremos, primeiramente, as raízes do conflito sócio-ambiental que envolve o território da comunidade de Amilcingo para, logo, descrever as diversas vias pelas quais a comunidade vem atuando e resistindo. Historicamente, a luta pelo direito à educação foi a responsável pelo fortalecimento do tecido comunitário e pela existência de duas instituições públicas de magistério na região, uma delas a “Normal Rural de Amilcingo”. Atualmente a comunidade, reunida em assembléia, ainda pensa e desenvolve estratégias para garantir educação de qualidade, vinculada a sua cosmovisão, à toda comunidade, em especial às crianças, que hoje participam do projeto “Escuelita Popular Sabatina”. Além disso, a luta pela auto determinação no território comunitário, que contempla a organização em assembléia e seu sistema de cargos públicos, e a luta pelo caráter coletivo da propriedade territorial são hoje combinadas com estratégias jurídicas, como a de reconhecimento como povo indígena e, com isso, a legitimidade de seus “usos e costumes”, que vem provocando mudanças inclusive nas formas de escolha de seus representantes “oficiais”. Dessa forma poderemos verificar como as respostas, inclusive as jurídicas, desde o comunitário e da recuperação coletiva da identidade indígena buscam impedir a legitimação da privatização de seu território e a destruição do meio ambiente onde reproduzem coletivamente a vida, bem como qual o papel do uso do direito neste contexto de dependência, tão comum a todos os países latino-americanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povo indígena. Conflito socioambiental. Território comunitário. Capitalismo dependente. Direito.

**RESUMEN:** El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las estrategias de resistencia comunitarias en Amilcingo, comunidad campesina indígena de Morelos, México, para la defensa integral del territorio, es decir, la defensa del medio ambiente en que reproducen la vida comunitaria y de sus relaciones sociales que priman por la preservación de formas colectivas de vida. Pensar sobre las estrategias comunitarias – jurídicas, políticas y socioeconómicas - delante de las formas violentas en las cuales el capital transnacional busca ampliarse es el desafío, así como una tarea para América Latina, pues que puede contribuir a pensar soluciones para este aparente escenario de “políticas públicas desarrollistas”, justificadas en el “interés público”, pero que trae como consecuencia el despojo del territorio comunitario y, en el caso de México, la destrucción de la propiedad comunitaria y ejidal. Para eso analizaremos, primeramente, las raíces del conflicto socioambiental que involucra el territorio de la comunidad de Amilcingo para, luego, hacer un recuento de las vías por las cuales la comunidad actúa y resiste. Históricamente, la lucha por el derecho a la educación como el responsable del fortalecimiento del tejido comunitario y de la existencia de dos instituciones públicas de magisterio, una de ellas la “Normal Rural de Amilcingo”. Actualmente la comunidad, reunida en asamblea, aún piensa y desarrolla estrategias para garantizar educación de calidad, vinculada a su cosmovisión, a toda la comunidad, en especial a los niños que hoy participan del proyecto “Escuelita Popular Sabatina”. Además, la lucha por autodeterminación en el territorio comunitario, que contempla la organización en asamblea y su sistema de cargos públicos, bien como la lucha por el carácter colectivo de la propiedad. Hoy tales estrategias, además, están combinadas con estrategias jurídicas, como la de reconocimiento como pueblo indígena y la legitimación de sus “usos y costumbres”, que han provocado cambios incluso en la elección de sus representantes “oficiales”. Así será posible verificar como las respuestas desde lo comunitario y de la recuperación colectiva de lo indígena tratan de impedir la legitimación de la privatización de su territorio y la destrucción del medio ambiente donde reproducen colectivamente la vida, bien como cual es el papel del derecho en este contexto de dependencia capitalista, tan común a todos los países latinoamericanos.

**PALABRAS-CLAVE:** Pueblo indígena. Conflicto socioambiental. Territorio comunitario. Capitalismo dependiente. Derecho.

---

## **DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS OU DIREITO PARA OS POVOS INDÍGENAS? VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS PRESOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RIGHTS OF INDIGENOUS PEOPLES OR RIGHT FOR INDIGENOUS PEOPLES? VIOLATION OF RIGHTS OF INDIGENOUS PRISONERS GUARANI AND KAIOWÁ IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL**

Rosely A. Stefanos Pacheco

**RESUMO:** O presente trabalho tem entre seus objetivos analisar as sérias violações as quais são submetidos os povos indígenas, em especial os Guarani e Kaiowá, no Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente no que se refere aos indígenas encarcerados. Para tanto, utilizaremos um estudo de caso sobre a situação da

população carcerária indígena do Município de Dourados, que se encontra na Penitenciária Estadual de Dourados (PED) e os encarcerados da Cadeia Pública do município de Caarapó, ambas localizadas no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. A escolha destes dois locais como objetos de pesquisa, justifica-se no sentido de verificarmos até que ponto as condições de cumprimento da pena seja em um Presídio Estadual ou em uma Cadeia Pública têm levado em consideração as determinações propostas pelos direitos indígenas. Percebe-se que as violências contra os povos indígenas no Brasil são avassaladoras. As ameaças, as invasões aos seus territórios, as torturas, as “injustas” prisões, demonstram as consequências de uma política indigenista *colonizadora* praticada pelo governo brasileiro que desconsiderou os povos indígenas. Não é arriscado afirmar que o Estado brasileiro sempre se pautou muito mais pela negação do que pelo reconhecimento dos direitos indígenas. Neste sentido, questionamos se hodiernamente temos um direito dos povos indígenas ou um direito para os povos indígenas. Para a realização deste trabalho, além da leitura bibliográfica pertinente ao tema, também faremos uso da observação participante, bem como recorreremos à análise de alguns processos judiciais, que em uma observação preliminar já nos demonstram alguns problemas, tais como: falta de conhecimento das autoridades constituídas quanto ao idioma indígena e dos direitos indígenas, ausência de participação de intérpretes nos interrogatórios e nas audiências, de peritos especializados em matéria indígena, dentre outros. Fatores que evidenciam que apesar do “avanço” e “incorporação” dos povos indígenas em nosso sistema jurídico, ainda são evidentes os obstáculos que estes enfrentam para serem reconhecidos enquanto sujeitos de plenos direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos Indígenas. Guarani e Kaiowá. Indígenas encarcerados.

**ABSTRACT:** *The present work has as its objective to analyze as serious violations that the indigenous are subjected, especially the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul, particularly in relation to indigenous prisoners. To do so, we will use a case study on a situation of the indigenous prison population of the Municipality of Dourados, which is located in the State Penitentiary of Dourados (PED) and the prisoners of the county jail of the municipality of Caarapó, both located in the south of the State of Mato Grosso do Sul. The choice of these two places as research objects is justified in order to verify to what extent as conditions of compliance with the indigenous penalty. It is noticed that as violence against indigenous peoples in Brazil are overwhelming. As threats, invasions of their territories, torture, "unjust" prisons, they demonstrate as consequences of a colonizing indigenist policy practiced by the Brazilian government that ignored the indigenous peoples. It is not risky to say that the Brazilian State has always been guided by denial rather than by the recognition of indigenous rights. In this sense, we question whether in our times have a right of indigenous peoples or rights for indigenous peoples. For an effect in this work, in addition to the bibliographic reading pertinent to the theme, we will also make use of participatory observation, as well as the products and services related to judicial decisions. Constituted with regard to indigenous language and indigenous rights, lack of participation of interpreters in interrogations and hearings, experts in indigenous matters, among others. Factors which show that despite the "advance" and "embedding" of indigenous peoples in our legal system are still evident obstacles that face to those recognized as subjects of full rights.*

**KEYWORDS:** *Indigenous Peoples. Guarani and Kaiowá. Imprisoned indigenous people.*

---

## **REFORMA AGRÁRIA NO PARAGUAI: DO CAMPESIMISMO PARA A BUSCA DA TERRA SEM MALES**

**REFORMA AGRARIA EN EL PARAGUAY: DEL CAMPESIMISMO A LA BÚSQUEDA DE LA TIERRA SIN MAL**

Carmen Alice Cohene Mercado

**RESUMO:** O Paraguai é o país latino-americano com a distribuição mais desigual da renda e a maior concentração da terra (0,93), seguido pelo Brasil (0,85) e Colômbia (0,80), segundo o barômetro mundial da equidade na posse da terra. Além disso, é o país com a maior população rural, com 43% do total, o restante dos países têm em média, 27% da população rural (FAO, 2009). Os movimentos sociais camponeses e povos indígenas têm lutado por sua terra e resistido a todas as formas de opressão do Estado e do Mercado, que não tiveram respostas significativas para a população rural; negando o campesinato com o "campesimismo", impondo o imaginário moderno e do desenvolvimento rural em vez de modificar a estrutura agrária desigual, que fecha o acesso à terra, território, alimentos e vidas de muitas pessoas. Esta heterogeneidade histórico-estrutural relacionada aos conflitos pela terra e lutas camponesas no campo, foi denunciada pela Federación Nacional Campesina - FNC (2017) devido que 2,5% da população são donos de 85% das terras e só 600 proprietários têm mais de 12,654,000 hectares. Isso afeta diretamente 300.000 famílias sem terra no Paraguai, preocupante no país de 406,752 km<sup>2</sup> e 7 milhões de pessoas. A FNC colocou também novos elementos para o debate: i) o tipo de reforma agrária que estamos falando, ii) o papel dos jovens, iii) a importância da família e antepassados, iv) a liderança das mulheres, v) a centralidade da natureza, a cultura e a vida, vi) a coordenação com diversos movimentos sociais, não apenas camponeses e outros elementos que mostram que suas reivindicações vão além de um programa de entrega de terras, é uma proposta de busca da Yvy Maraney: a terra sem males dos Guarani.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campesinato. Resistência. Alternativas de vida. Yvy Maraney.

**RESUMEN:** El Paraguay es el país de América Latina con la mayor desigualdad en la distribución de ingresos y la más alta concentración de la tierra (0.93), seguidos por Brasil (0.85) y Colombia (0.80), según el barómetro mundial de la equidad en la tenencia de la tierra. Además, es el país con mayor población rural con el 43% del total, el resto de los países tienen en promedio un 27 % de población rural (FAO, 2009). Los movimientos sociales campesinos y pueblos indígenas han luchado por sus tierras y resistido a todas las formas de opresión del Estado y el Mercado, quienes no han dado respuestas significativas para la población rural; negando al campesinado con el "campesimismo" e imponiendo el imaginario moderno y del desarrollo rural en vez de modificar la estructura agraria desigual, que cierra el acceso a la tierra, el territorio, los alimentos y la vida a muchas personas. Esta heterogeneidad histórico- estructural relacionados a los conflictos por la tierra y las luchas campesinas

*en el campo, fue denunciada por la Federación Nacional Campesina - FNC (2017) pues el 2.5 % de la población son propietarios del 85 % de las tierras y solamente 600 latifundistas tienen más de 12.654.000 hectáreas. Esto afecta directamente a 300.000 familias sin tierras en Paraguay, preocupante en un país de 406.752 km<sup>2</sup> y de 7 millones de personas. La FNC, colocó nuevos elementos al debate: i) el tipo de Reforma Agraria del que estamos hablando, ii) el rol de los jóvenes, iii) la importancia de la familia y los antepasados, iv) el liderazgo de las mujeres, v) la centralidad de la naturaleza, la cultura y la vida, vi) la articulación con varios movimientos sociales, no sólo campesinos y otros elementos que demuestran que sus reivindicaciones van más allá de un programa de entrega de tierras, es una propuesta para la búsqueda del Yvy maraney: la tierra sin mal de los Guaraní.*

**PALABRAS-CLAVE:** Campesinado. Resistencias. Alternativas de vida. Yvy Maraney.

## **A ESCOLA INDÍGENA COMO 'LUTA' PELO ETNO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NAS AREAS URBANAS. HOMOGEINIZAÇÃO OU AUTOGESTÃO?**

*SCUOLA COME INDÍGENA 'LOTTA' PER ETNO INDÍGENAS COMUNITÀ DI SVILUPPO NELLE AREE URBANE OMOGENEIZZARE O AUTO-MANAGEMENT?*

Chiara Madaro

**RESUMO:** O antropólogo Philippe Descola, herdeiro de Lévi Strauss na cátedra do Collège de France, lembra a importância da antropologia: permite-nos de conhecer modelos alternativos de humanidade. Ecologia, Tecnologia e a coexistência com outras formas de civilização são três questões reconduzíveis a uma: como fazer que coabitem sem prejuízos e conflitos demais os habitantes da terra e se não conseguirmos vai ser uma catástrofe ambiental, demográfica e informática porque estamos sempre mais submersos por uma avalanche de informações incontáveis, incongruentes e perigosas (Descola, 2005). As Nações Unidas reconhecem a importância das práticas agrícolas antigas e dos sistemas tradicionais da coleta das sementes, da educação e da compreensão ancestral. Uma cultura a qual merece e necessita ser protegida saindo da dinâmica do poder e da visão atomizadora da natureza da qual somos partes integrantes. A necessidade de se auto defender implica aprender o idioma escrito, a comunicar com as sociedades dominantes, elementos, hoje em dia, de importância vital para atingir aos próprios direitos. A liderança Guaraní Atucà é testemunho da escolarização traumática do passado: "Quando fomos à escola a primeira vez, tudo era novo e motivo de diversão para nós mas em breve descobrimos ser diferentes. No idioma Guaraní não existe a palavra 'pobre' porque na selva não existe pobreza. Na escola, nos descobrimos ser pobres". Daqui a importância das escolas indígenas com professores nativos e, então, a importância de territórios indígenas adequados. Um desafio para as comunidades tradicionais que vivem perto da cidade. Uma necessidade porque sem conhecimento não é possível ter acesso à justiça, mas a escolarização não pode ser uma forma de exclusão e genocídio cultural. A realidade cultural brasileira oferece um leque linguístico e social extremamente interessante e variado. Extrema modernidade e progresso encontram-se e confrontam-se diariamente com as culturas mais antigas



do planeta as quais, com dificuldade, tentam manter o contato com as práticas ancestrais. Mas é uma tarefa difícil, os equilíbrios agora na fase dinâmica. Em Porto Alegre, o experimento interessante da escola da Aldeia Anhandegua, 'viveiro' para novas experiências de recupero da historia e das tradições produtivas que deixam dignidade á familia que a compõe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. Povos Indigenas e Rurais. Nações Unidas. Constituição de 88. Meio Ambiente.

**RIASSUNTO:** *L'antropologo Philippe Descola, erede di Lévi Strauss nella cátedra del Collège de France, ricorda l'importanza dell'antropologia: ci consente di conoscere modelli alternativi di umanità. Ecologia, Tecnologia e la coesistenza con altre forme di civilizzazione, sono tre questioni riconducibili ad una: come fare in modo che gli abitanti della Terra coabitino senza pregiudizi e conflitto alcuno: se non riusciremo un questa impresa, si verificherà una catastrofe ambientale, demografica e informatica in quanto siamo sempre più sommersi da una valanga di informazioni incontrollabili, incongruenti e pericolose (DESCOLA, 2005). Le Nazioni Unite riconoscono l'importanza delle pratiche agricole antiche e dei sistemi tradizionali di raccolta dei semi, dell'educazione e della comprensione ancestrale. Una cultura che merita e necessita di essere protetta, uscendo dalla dinamica del potere e da una visione atomizzatrice della natura, di cui siamo parte integrante. La necessità di autodifendersi implica l'apprendimento della lingua scritta, la comunicazione con la società dominante, elementi, oggi, di importanza vitale per il raggiungimento dei propri diritti. Il leader Guaraní Atucá è testimone della scolarizzazione traumatica del passato: "Quando andammo a scuola la prima volta, tutto era nuovo e motivo di divertimento per noi, ma in breve, scoprimmo di essere diversi. Nella lingua Guaraní non esiste la parola 'povero' perché nella foresta non esiste la povertà. A scuola noi scoprimmo di essere poveri". Da qui l'importanza delle scuole indigene con professori nativi e, dunque, l'importanza di territori indigeni adeguati. Una sfida per le comunità tradizionali che vivono in prossimità delle città. Una necessità perché senza conoscenza non è possibile avere accesso alla giustizia ma la scolarizzazione non può essere una forma di esclusione e genocidi culturale. La realtà culturale brasiliana offre un ventaglio linguistico e sociale estremamente interessante e vario. Estrema modernità e progresso si incontrano e si confrontano quotidianamente con le culture più antiche del pianeta ed esse, con difficoltà tentano di mantenere il contatto con le pratiche ancestrali. Ma è un compito difficile, gli equilibri ancora in fase dinamica. A Porto Alegre, l'esperimento interessante della scuola nell' Aldeia Anhandegua, vivaio per nuove esperienze di recupero della storia e delle tradizioni produttive che attribuiscono dignità alla famigli a che la compone.*

**PAROLE-CHIAVE:** Diritti Umani. Popoli Indigeni e Rurali. Nazioni Unite. Costituzione dell'88. Ambiente.

---

## GRUPO DE TRABALHO 4

### NATUREZA E POVOS NAS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS

#### NOVOS DIREITOS E NOVOS SUJEITOS NA REPÚBLICA *NUEVOS DERECHOS Y NUEVOS SUJETOS EN LA REPÚBLICA*

Vinícius Silva Bonfim  
Nayara Baptista Corrêa

**RESUMO:** Apesar das normas ambientais protegerem o meio ambiente, há um grande número de desmatamento, aumento do aquecimento global e de espécies animais em extinção na contemporaneidade. Em toda a história moderna, desde 1492, sobretudo com a nova ordem econômica europeia, também denominada de “Revolução Industrial”, o homem se apropriou da natureza como mero meio para atender a um mercado lucrativo em ascensão e às cadeias de produção. Assim, os recursos naturais, sobretudo no período industrial, foram considerados bens inesgotáveis e totalmente disponíveis para a cultura capitalista. O Estado nacional instituído nas Américas, de cima pra baixo, que também colonizou/escravizou os negros como objeto de mercado, fez com que toda a riqueza que aqui estivesse presente, por sua diversidade e pluralismo, fosse suprimida por um modelo único de vida e produção. Os saberes tradicionais que, anteriormente à invasão espanhola e portuguesa, possuíam uma lógica e racionalidade próprias, foram dizimados quando não reduzidos a territórios abandonados e a caricaturas animais subalternas. A ideia de “Bem Viver”, da cultura Abya Ayala, que se contrapõe radicalmente à ideia de desenvolvimento trazida após a segunda guerra mundial, foi inicialmente documentada em 1615, nos Andes. A principal característica desta tradição é a necessidade de compressão do meio ambiente como um lugar comum, onde as pessoas e culturas estão inseridas, não ao contrário. A partir de um processo eminentemente decolonial, outros saberes, outras formas de produção e organizações sociais são possíveis, novas formas de vida e consumo passam a emergir. O estudo do pluralismo jurídico na América Latina, exemplarmente com as Constituições da Bolívia e Equador, é alternativa para a constituição de um pensamento do que seja o público, o que é comum de um povo. A uniformização identitária acabara por subjugar a diversidade a um segundo plano, reforçando, assim, um modelo de Estado de exceção, eminentemente nacionalista e segregador. Ao contrário, se pretende desenvolver a partir do estudo comparado com a Bolívia e Equador, um modelo de República a partir de um modelo de Estado aberto, plural e diversificado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decolonialidade do poder. Pluralismo jurídico. República

**RESUMEN:** *A pesar de las normas ambientales protegiesen el medio ambiente, hay una gran cantidad de la deforestación, el aumento del calentamiento global y la extinción de especies en la actualidad. A lo largo de la historia moderna, desde 1492, sobre todo con el nuevo orden económico europeo, también llamada "Revolución Industrial", el hombre se apropió de la naturaleza como mero medio para servir a un*

*mercado lucrativo y al medio de producción. Por lo tanto, los recursos naturales, especialmente en el período industrial, se consideraron los bienes inagotables y totalmente disponibles para la cultura capitalista. El Estado nacional establecido en las Américas, de arriba hacia abajo, que también he colonizado/escravizado negros como objeto de mercado, hecho toda la riqueza que aquí estaban presentes, por su diversidad y el pluralismo, fueron suprimidas por un modelo único de la vida y producción. Los conocimientos tradicionales que, antes de la invasión española y portuguesa, tenía una lógica propia y la racionalidad, fueron diezmados cuando no se reduce a los territorios abandonados y dibujos animados animalísticos subalternos. La idea de "Bien Vivir", la cultura Abya Ayala que se opone radicalmente la idea de desarrollo llevado después de la Segunda Guerra Mundial, se documentó por primera vez en 1615, en los Andes. La principal característica de esta tradición es la necesidad de comprensión del medio ambiente como un lugar común en el que se insertan las personas y culturas, no al contrario. A partir de un proceso esencialmente decolonial, otros conocimientos, otras formas de producción y de organizaciones sociales son posibles, nuevas formas de vida y de consumo comienzan a emerger. El estudio del pluralismo jurídico en América Latina, a modo de ejemplo las constituciones de Bolivia y Ecuador, es una alternativa para la creación de una idea de lo que es el público, que es común a un pueblo. La masificación de las identidades colocó la diversidad en un segundo plano, aumentando de este modo un modelo de estado de excepción, altamente nacionalista y segregador, Por lo contrario, se pretende desarrollar a partir del estudio en comparación con Bolivia y Ecuador, un modelo de república abierta, plural y diversa.*

**PALABRAS CLAVE:** Decolonialidad del Poder. Pluralismo jurídico. República.

---

## **OS IMPACTOS DO BUEN VIVIR NA CIÊNCIA JURÍDICA** **THE IMPACTS OF BUEN VIVIR IN LEGAL SCIENCES**

Vanessa de Castro Rosa  
Silvio Luiz de Almeida

**RESUMO:** O conceito de *buen vivir*, historicamente desenvolvido pelas comunidades indígenas andinas da América do Sul, foi transformado em princípio constitucional pelo Equador, em 2008, e pela Bolívia, em 2009, como forma de estabelecer um novo parâmetro de integração nacional para os povos destes Estados, baseada na tradição indígena. Esse resgate das tradições culturais também apontava para criação de uma alternativa política e cultural às políticas globais do neoliberalismo, que tanto afetavam as sociedades latino-americanas. A expressão *buen vivir* é a tradução espanhola do quíchua - *Sumak Kawsay* – que também pode ser entendida como *vida plena*. Nesse sentido, o *buen vivir* se apresenta como uma teoria crítica e, ao mesmo tempo, como proposta contra-hegemônica que se lança na direção de um processo de descolonização, do término da exploração humana e do fim da mercantilização da natureza. Trata-se, portanto, de investigar se e como a concepção de *buen vivir* pode constituir um ponto de partida conceitual para a construção de um projeto político que vá além dos padrões estabelecidos pelas teorias tradicionais, e um modo de pensar de forma original as ideias de justiça social, igualdade entre os povos e integração

entre seres humanos e natureza. Assim, o *buen vivir* é um novo modelo de sociabilidade em que os valores indígenas impõem a emancipação do homem e dos povos e sua reinserção na natureza, em franca oposição ao modelo capitalista. Com base no método dialético e por meio de pesquisa bibliográfica, este trabalho analisa se o conceito de *buen vivir* pode se manifestar nos marcos conceituais da ciência jurídica, tais como subjetividade jurídica, norma e relação, ou se há uma evidente insuficiência do direito para abarcar os significados sociais e políticos do *buen vivir*.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Buen vivir*. Direito. Neoliberalismo.

**ABSTRACT:** *The concept of buen vivir, historically developed by the Andean indigenous communities of South America, was transformed into a constitutional principle by Ecuador in 2008 and by Bolivia in 2009 as a way of establishing a new parameter of national integration for the peoples of these states, based on the indigenous tradition. This revival of cultural traditions also pointed to the creation of a political and cultural alternative to the global policies of neoliberalism, which so affected Latin American societies. The expression buen vivir is the Spanish translation of Quechua - Sumak Kawsay - which can also be understood as full life. In this sense, buen vivir is presented as a critical theory and, at the same time, as a counter-hegemonic proposal that launches towards a process of decolonization, the end of human exploitation and the end of the commodification of nature. It is, therefore, to investigate whether and how the conception of buen vivir can constitute a conceptual starting point for the construction of a political project that goes beyond the standards established by traditional theories, and a way of thinking in an original way the ideas of social justice, equality between peoples and integration between human beings and nature. Thus, buen vivir is a new model of sociability in which indigenous values impose the emancipation of man and peoples and their reintegration into nature, in direct opposition to the capitalist model. Based on the dialectical method and through bibliographical research, this paper analyzes whether the concept of buen vivir can manifest itself in the conceptual frameworks of legal science, such as legal subjectivity, norm and relation, or if there is an evident insufficiency of the law to encompass the social and political meanings of buen vivir.*

**KEYWORDS:** *Buen vivir*. Law. Neoliberalism.

---

## **A FILOSOFIA AUTÓCTONE COMO FUNDAMENTO DO NOVO CONSTITUCIONALISMO ANDINO**

### **THE AUTOCHTHONOUS PHILOSOPHY AS BASEMENTT OF THE NEW ANDEAN CONSTITUTIONALISM**

Pricila Cardoso de Aquino  
Juliano Marcelino Deitos

**RESUMO:** A forma de viver e pensar do homem atual foi posta em questionamento diante da crise ambiental que emerge no século XX. O antropocentrismo, herança da colonização europeia se rompe com o surgimento de um movimento constitucionalista ecocêntrico na América Latina, tendo especial atenção as recentes transformações

constitucionais Andinas. O presente trabalho se elabora sobre as Constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009) que trazem em seu âmago os ideais dos povos originários de da América Latina (*Abya Yala*), com a proposta de uma nova concepção de vida na Terra. Tais Constituições instituem os direitos da natureza ou *Pachamama*, e propõem uma nova forma de entender a natureza e a vida, baseados na reciprocidade, complementariedade e harmonia. A partir desse novo viés, analisam-se as inovações a respeito do tratamento jurídico dado à natureza, bem como a influência das concepções indígenas de bem viver (*Sumak Kawsay*) no Equador e na Bolívia (*Suma Qamaña*).

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Consitucionalismo Andino. Buen vivir. Direitos da natureza. Ecocentrismo.

**ABSTRACT:** *The ways of living and thinking used by modern men was put under doubt when confronted with the environmental crisis that emerged during the twentieth century. Anthropocentrism, a heritage left behind by the European conquerors breaks down with the arrival of a ecocentric constitutionalist movement in Latin America, predominantly in the foresight of the recent Andean constitutional transformations. This body constructs itself upon the constitutions of Ecuador (2008) and Bolivia (2009) whom, at their cores, bring the ideals of the native Latin American people (Abya Yala) which propose a new conception of life on earth. These constitutions establish the rights of nature or Pachamama, and offer a new way of understanding nature and life, based on reciprocity, complementarity and harmony. Using this bias, innovations concerning the legal treatment nature is given are analyzed, as well as the influences of indigenous conceptions regarding well-being (Sumak Kawsay) at Ecuador and Bolivia (Suma Qamaña).*

**KEYWORDS:** *New Andean Constitutionalism. Buen vivir. Nature's legal rights. Ecocentrism.*

---

## ATIVISMO JUDICIAL E RECONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NA COLÔMBIA: INÍCIO DE UMA NOVA TEORIA CONSTITUCIONAL NA AMÉRICA LATINA?

*JUDICIAL ACTIVISM AND RECOGNITION OF INDIGENOUS PEOPLE IN COLOMBIA: THE START OF A NEW CONSTITUTIONAL THEORY IN LATIN AMERICA?*

Jaime Leônidas Miranda Alves

**RESUMO:** A Constituição colombiana de 1991 é a primeira a trazer ao centro da discussão jurídica as cosmovisões indígenas e a tutela do pluralismo étnico cultural. Desta feita, há entendimento no sentido de que sua promulgação deve ser considerada marco inicial do movimento do novo constitucionalismo latino-americano. O refundado Estado da Colômbia destacou-se, dentre outras inovações constitucionais, por: i) proclamara Democracia Participativa e Pluralismo (art. 1); ii) juízes de paz (art. 247); iii) jurisdição arbitral e conciliadores (art. 116); iv) jurisdição eclesiástica (art. 42). Outro ponto de destaque, diz respeito ao ativismo judicial

presente na Colômbia, o que demonstra cada vez mais a judicialização da própria política na América Latina. Não obstante reconhecer-se como Estado pluralista, a Constituição colombiana não inovou de sobremaneira a tutela das cosmovisões indígenas, o que fez com que Tribunais colombianos cada vez mais defendam os direitos desses povos. Nesse sentido, a sentença T-921/13 proferida pela Corte Constitucional da Colômbia, veio no sentido de reconhecer a competência exclusiva da jurisdição penal indígena pelos crimes cometidos por seus membros, possibilitando ainda que as medidas de privação de liberdade sejam aplicadas na comunidade de origem do apenado, de modo a preservar seus costumes étnicos. O forte ativismo judicial colombiano no que se refere à defesa dos direitos dos indígenas talvez seja reflexo do fato de que as modificações constitucionais, não obstante tenham representando avanço, este é tímido frente à realidade e os desafios que permeiam a sociedade colombiana. Afora o que foi dito, o ativismo judicial na Colômbia não se limita a proteger apenas as cosmovisões indígenas, mas, de forma geral, a Corte Constitucional vem se posicionando no sentido de declarar inconstitucional as diversas leis que contrariam a busca pela máxima efetividade dos direitos sociais. Com base no exposto, pode-se observar que a Constituição colombiana representou a refundação do Estado e a reestruturação de suas bases ideológicas. Com as inovações constitucionais e o forte ativismo, incute questionar se representa esse movimento o início de uma nova teoria constitucional na América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colômbia. Indígenas. Povos nas Constituições latino-americanas.

**ABSTRACT:** *The 1991 Colombian Constitution is the first to bring to the center of legal discussion the indigenous worldviews and the tutelage of ethnic cultural pluralism. This time, there is an understanding that its enactment should be considered as the starting point of the movement for the new Latin American constitutionalism. The refounded state of Colombia stood out, among other constitutional innovations, by: (i) proclaiming Participative Democracy and Pluralism (Article 1); (ii) peace judges (article 247); (iii) arbitration and conciliators (Article 116); iv) ecclesiastical jurisdiction (article 42). Another highlight is the judicial activism in Colombia, which increasingly demonstrates the judicialization of politics in Latin America. Despite recognizing itself as a pluralistic state, the Colombian Constitution did not greatly innovate the protection of the indigenous worldviews, which has made Colombian Courts increasingly defend the rights of these peoples. In this sense, the T-921/13 judgment given by the Colombian Constitutional Court came to recognize the exclusive jurisdiction of the indigenous criminal jurisdiction for the crimes committed by its members, thus enabling deprivation of liberty measures to be applied in the community of Origin of the distressed, in order to preserve their ethnic customs. The strong Colombian judicial activism with regard to the defense of the rights of the natives is perhaps a reflection of the fact that the constitutional changes, despite having represented progress, is timid in the face of the reality and the challenges that permeate the Colombian society. Aside from what has been said, judicial activism in Colombia is not limited to protecting only the indigenous worldviews, but, in general, the Constitutional Court has been positioning itself to declare unconstitutional the various laws that contradict the search for the maximum effectiveness of the rights Social rights. Based on the above, it can be observed that the Colombian Constitution represented the refoundation of the State and the restructuring of its ideological bases. With the constitutional innovations and the strong*

*activism, it inculcates to question if this movement represents the beginning of a new constitutional theory in latin america.*

**KEYWORDS:** Colombia. Indigenous people. People in the Latin American Constitutions.

---

## **O ESTADO SOCIOAMBIENTAL - ALTA JUDICIALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS, EM CONTRAPARTIDA, COMO ESTÃO OS AMBIENTAIS?**

*EL ESTADO SOCIOAMBIENTAL – ALTA JUDICIALIDAD EN LOS DERECHOS SOCIALES, EN CONTRAPARTIDA ¿COMO ESTÁN LOS AMBIENTALES?*

Josilene Hernandez Ortolan Di Pietro  
Sara Asseis de Brito

**RESUMO:** o objeto do artigo é investigar sobre a judicialidade dos direitos ambientais por parte dos cidadãos, vez que, na concepção de Estado Socioambiental, dado pelas Constituições latinas, direitos sociais e ambientais guardam conexões diretas, sendo notória a alta judicialidade dos direitos sociais, especialmente saúde e educação, porém, quando se trata de defesa dos bens ambientais como se verifica a questão. O cidadão tem usado de ação popular para defesa dos seus interesses difusos? Que relações podemos estabelecer a partir dos dados de judicialidade das ações populares interpostas por indivíduos e o nível de consciência jurídica da titularidade de tais bens, como se insere no caso a educação ambiental e educação em direitos humanos? Esta é a proposta do artigo, buscar respostas à estas questões. O objetivo geral é a defesa da dimensão ecológica e social da dignidade da pessoa humana, para o progressivo desenvolvimento dos valores do Estado Socioambiental, do direito ao ambiente digno e da garantia de sua exigibilidade. Para tanto usamos a metodologia do método dedutivo, por meio da análise da Linguagem jurídica da doutrina, da legislação e jurisprudência, bem como, associamos àquele o método quali-quantitativo, com pesquisa documental digital de dados de judicialidade nos Tribunais paulistas, em cotejo com os dados de judicialidade de direitos sociais, saúde e educação nos mesmos Tribunais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Socioambiental. Judicialidade. Garantias Fundamentais.

**RESUMEN:** el objeto de este artículo es investigar acerca de los derechos ambientales y la judicialidad por los ciudadanos, por lo diseño del Estado Socio-ambiental, dado por las Constituciones latinas, porque los derechos sociales y ambientales mantienen conexiones directas, siendo notorio alto judicialidad de los derechos sociales, particularmente salud y educación, sin embargo, cuando se trata de defensa de bienes ambientales es lo mismo ¿El ciudadano ha utilizado acción popular para defensa a sus intereses difusos? ¿Podemos establecer las relaciones de la judicialidad de datos de la acción popular presentada por individuos y el nivel de conciencia jurídica en la propiedad de dichos bienes? ¿Mantienen pertinencia con la educación ambiental y educación en derechos humanos esperados? Esta es la propuesta del artículo, obtener respuestas a estas preguntas. El objetivo general es la

*protección de la dimensión ecológica y social de la dignidad de la persona humana, para el desarrollo progresivo de los valores del Estado Socio-ambiental, el derecho al ambiente digno y garantizar su exigibilidad. Para esto utiliza la metodología del método deductivo, mediante el análisis del lenguaje jurídico de la doctrina, legislación y jurisprudencia, así como, asocia método cuantitativo de calidad, con datos de la investigación documental digital de judicialidad en tribunales de São Paulo, en comparación con los datos de judicialidad de los derechos sociales, salud y educación en los mismos tribunales.*

**PALABRAS CLAVE:** Estado Socio-ambiental. Judicialidad. Garantías fundamentales.

## **DIREITOS DA NATUREZA NO BRASIL E NO MUNDO – PERSPECTIVA NÃO ANTROPOCÊNTRICA DO DIREITO**

*RIGHTS OF NATURE IN BRAZIL AND THE WORLD – NON-ANTHROPOCENTRIC PERSPECTIVE OF THE LAW*

Vanessa Hasson de Oliveira

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva demonstrar que os Direitos da Natureza ou Direitos da Mãe Terra, a partir do reconhecimento nas Constituições do Equador em 2008 e na Bolívia em 2009, inauguram uma nova perspectiva do direito; uma perspectiva não antropocêntrica, cujo desenvolvimento político toma por base um novo modo de vida em harmonia com a Natureza, experimentada entre todos os membros da comunidade da Terra. Parte de uma construção teórica desde o princípio originado de culturas ancestrais, de suas cosmovisões, e possibilita a expansão da consciência humana com apoio da metafilosofia e da (mito) poética, para que se reforce a construção da tese a que nos debruçamos fazendo coro com outros Autores, de que a comunidade antes considerada apenas em sua parte humana, na realidade compreende todos os demais seres animados e mesmo as coisas aparentemente sem vida, como a própria Terra e a terra. Para tanto é preciso que seu exercício se dê pela integração comunitária, em substituição ao olhar ainda restritivo para o bem comum do coletivo. Trata-se de substituir o exercício da liberdade com respeito ao outro para um de compleição plena e significativa do exercício da liberdade integrada ao (re)lacio(enlaço)namiento entre todos os membros da comunidade planetária; inclusive dos seres humanos, a quem se atribui o exercício dos princípios de direito e seus valores intrínsecos, para (re)integrar nossas crenças, poderes, saberes, criações e amores que a modernidade ocidental orientou em sua segregação. Salvo uma ampla substituição do paradigma antropocêntrico que foi a base da construção dos Direitos Humanos, por um paradigma não antropocêntrico, para alguns autores biocêntrico, para outros ecocêntrico e ainda, terrocentrado ou policêntrico, complexo e ao mesmo tempo unificador, a efetivação dos direitos humanos, não poderá ser alcançada, pois de outra forma não será possível o resgate de um modo de vida em plenitude em contraponto ao modo de vida imposto pelo capitalismo neoliberal, dentro qual se insere o já desgastado princípio do desenvolvimento sustentável. O artigo pretende, também, oferecer uma linha do tempo do movimento pelo reconhecimento dos Direitos da Natureza no Brasil e no mundo, suas bases e suas conquistas.



**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos da Natureza. Direito Ambiental. Antropocentrismo.

**ABSTRACT:** *The present work aims to demonstrate that the Rights of Nature or Rights of Mother Earth, starting from the recognition in the Constitutions of Ecuador in 2008 and in Bolivia in 2009, inaugurate a new perspective of the law; a non-anthropocentric perspective in which political development is based on a new way of life in harmony with Nature, experienced among all members of the Earth community. From a theoretical construction, beginning at originary ancestral cultures, from their worldviews, and enables the expansion of human consciousness with the support of metaphilosophy and (myth) poetics, so as to reinforce the construction of the thesis that we are dealing with other authors, that the community formerly considered only in its human part, actually comprises all other animate beings and even seemingly lifeless things, such as Earth itself and the Earth's soil. Therefore, it is necessary that its exercise be carried out by the community integration, replacing the still restrictive look for the common good of the collective. It is a question of substituting the exercise of freedom with respect to the other for a full and significant completeness of the exercise of freedom integrated with the relation between all members of the planetary community; including human beings, who are entrusted with the exercise of the principles of law and their intrinsic values, to (re) integrate our beliefs, powers, knowledge, creations and loves that modernity has guided in its segregation. Except for a broad replacement of the anthropocentric paradigm that was the basis of the construction of human rights, by a non-anthropocentric paradigm, for some authors biocentric, for others ecocentric or even earthcentric or polycentric, complex and at the same time unifying, can not be achieved; otherwise it will not be possible to redeem a way of life in fullness as opposed to the way of life imposed by neoliberal capitalism, in which the principle of sustainable development begin to be eroded. The article also intends to offer a timeline of the movement for the recognition of the Rights of Nature in Brazil and in the world, its foundations and achievements.*

**KEYWORDS:** Rights of Nature. Environmental Law. Anthropocentrism

---

**BEM VIVER: CAMINHOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**WELL LIVING: WAYS FOR A SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

Maria Aparecida Lucca Caovilla  
 Taís Wengenovicz  
 Tuana Paula Lavall

**RESUMO:** Desde os primórdios da colonização espanhola e portuguesa, a América Latina encampa a condição de continente subalternizado à epistemologia ditada pelos países ocidentais. O modelo de conhecer, viver, produzir, organizar-se e normatizar imposto, mormente, pela tradição europeia, além de expropriar as riquezas locais, silenciou, por muito tempo, a interculturalidade, a sabedoria mística e as manifestações jurídicas plurais dos povos nativos do Sul. Ao reconhecerem-se os resultados nefastos da referida práxis no contexto latino-americano, especialmente na seara socioambiental, emerge a necessidade de refunda-la. Eis que, com esse ensejo,

desponta dos Andes um novo marco civilizatório, cujo ponto nevrálgico é uma proposta original de constitucionalismo. Nesse sentido, inserem-se enquanto atores sociais povos historicamente invisíveis que, agora, resgatam e trazem para o plano normativo valores ancestrais, como o respeito à natureza e ao ambiente, os quais, em última análise, contemplam o respeito primacial à vida e à dignidade humana. Assente ao exposto, o presente artigo analisa se a “virada de jogo” suscitada pelas Constituições Andinas tem o condão de fomentar uma outra proposta de desenvolvimento, fundada na sustentabilidade. Para tanto, lançando mão do método dedutivo, percorrem-se aspectos do Constitucionalismo Andino, materializados a partir das recentes Constituições do Equador e da Bolívia, como o *Bem Viver* e a positivação dos direitos da Natureza (*Pachamama*). A constitucionalização do *Bem Viver* evidencia, dentre outros fatores, a busca pelo desenvolvimento como liberdade, de uma cultura de harmonia na relação entre o ser humano e o Planeta Terra. Reflexo desse corolário são as ideias positivadas na Constituição Equatoriana, de 2008, que reconhece a natureza como sujeito de direitos e não mais como mero refém do capitalismo explorador. Assim, vislumbra-se, a título de conclusão, que a força cogente conferida a esses novos tópicos, na medida em que são incluídos expressamente nas Constituições retromencionadas, agrega, em muito, para a sedimentação do paradigma desenvolvimentista revolucionário almejado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bem Viver. Pachamama. Constituições Andinas. Desenvolvimento sustentável.

**ABSTRACT:** *From the beginnings of the Spanish and Portuguese colonization, Latin America occupies the condition of subalternized continent to the epistemology dictated by the western countries. The model of knowing, living, producing, organizing and regulating imposed by the European tradition, in addition to expropriating local riches, silenced for a long time the interculturality, mystical wisdom and plural legal manifestations of the native Southern people. Recognizing the negative results of this praxis in the Latin American context, especially in the socio-environmental area, the need to refound it arises. With this opportunity, a new civilizational landmark emerges from the Andes, and its neuralgic point is an original proposal of constitutionalism. In this sense, historically invisible people join as social actors, they rescue and bring ancestral values to the normative level, such as respect for nature and the environment, which, in the final analysis, contemplate the primary respect for life and human dignity. Based on the above, this article analyzes if the "game turn" brought by the Andean Constitutions has the power to promote another development proposal based on sustainability. For this purpose, using the deductive method, were studied aspects of Andean Constitutionalism, materialized in the recent Constitutions of Ecuador and Bolivia, such as Well Living and the positivation of the rights of Nature (Pachamama). The constitutionalization of Well Living evidences, among other factors, the search for development as freedom, a culture of harmony in the relationship between the humans and Planet Earth. The ideas inserted in the 2008 Ecuadorian Constitution are consequences of this corollary and it recognizes nature as a subject of rights no longer as hostage to exploitative capitalism. Thus, it is envisaged, by way of conclusion, that the cogent force conferred on these new topics insofar as they are expressly included in the referenced Constitutions, adds much to the sedimentation of the desired revolutionary developmental paradigm.*

**KEYWORDS:** *Well living. Pachamama. Andean Constitutions. Sustainable Development.*

---

## **TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E ÉTICA DA ALTERIDADE: APONTAMENTOS PARA A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

*CRITICAL THEORY OF HUMAN RIGHTS AND ALTERITY'S ETHIC: NOTES FOR LEGAL PROTECTION OF INDIGENOUS PEOPLE IN BRAZIL*

Bruna Maria Expedito Marques

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo estudar apontamentos para a proteção jurídica dos povos indígenas no Brasil, sob a perspectiva da teoria crítica dos direitos humanos e da ética da alteridade. Aponta-se, assim, a necessidade de conjugar a construção normativa à realidade regional, saindo de uma perspectiva universal para uma perspectiva que leve em conta a práxis cotidiana, em especial a luta pela concretização dos direitos humanos. Para tanto, busca-se o aporte teórico da filosofia da libertação e tendo por base o conceito da alteridade, constrói-se uma concepção pluralista dos direitos humanos, comprometida com a transformação de situações fáticas de injustiças. Além disso, a partir da análise da formação da identidade cultural e a concepção dos direitos humanos em um contexto latino americano, a ética da alteridade determina a atuação dos sujeitos coletivos rompendo com perspectivas individualistas e hegemônicas. Em seguida, apoiando-se na obra do teórico Antonio Carlos Wolkmer, serão abordadas as contribuições da teoria crítica dos direitos humanos na apreciação da construção e efetivação da proteção jurídica dos povos tradicionais em contexto latino-americano e na consolidação do pluralismo jurídico comunitário participativo. Tomando por base essas reflexões, discute-se os fundamentos para orientação e construção libertadora desses direitos: pluralismo jurídico, práxis transformadora e alteridade. Concluindo que a Constituição Brasileira de 1988 apresentou alterações substanciais no que tange à proteção jurídica dos povos indígenas, sendo inegáveis os avanços propostos para a proteção à sociobiodiversidade. Contudo, a implementação dessas medidas no contexto brasileiro deve tomar por base a realidade regional marcada pela exclusão de grande parte da população, já que a promoção insensata desses arranjos jurídicos pode refletir em paradigmas de integração ou aculturação no trato das questões indígenas. Por fim, propõe uma reflexão acerca da proteção jurídica de povos tradicionalmente excluídos do processo de formação normativa e expõe a necessidade de construção participativa e libertadora dos direitos indígenas no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Ética da alteridade. Direitos indígenas.

**ABSTRACT:** *The current work has as an objective to study notes for legal protection of indigenous people in Brazil, under the perspective of the critical theory of human rights and alterity's ethic. It points, therefore, to the necessity of conjugating the normative construction to the regional reality, coming from an universal perspective to a perspective which takes into account the daily practice, especially the fight for*

*humans rights concretization. For this purpose, a theoretical contribution from libertation philosophy is searched for and taking as standard the alterity concept, a plural conception of human rights is built, compromised with the transformation of factual situations of injustice. Also, basing from the analysis of the formation of cultural identity and the human rights conception in the latin american context, the alterity's ethic determines the performance of collective subjects breaking with individualist and hegemonics perspectives. Next, using as a support the work of Antonio Carlos Wolkmer, the contributions of the critical theory of human rights in appreciation of construction and implementation of legal protection of traditional people in the latin american context and in the consolidation of the participatory communal legal pluralism will be approached. Based on this reflection, the foundations for liberating guidance and construction of these rights are discussed: legal pluralism, transforming practice and alterity. Concluding that the Brazilian Constitution of 1988 presented substantial changes with regards to legal protection of indigenous people, being undeniable the advances proposed for the protection of social-biodiversity. However, the implementation these measures in the Brazilian context should be based on the regional reality marked by the exclusion of a large part of the population, as a senseless promotion these legal arrangements may reflect in integrations paradigms or acculturation on tract of indigenous issues. Finally, proposes a reflection about of legal protection of traditionally excluded people of normative formation process and exposes the need of the liberating and participative construction of indigenous rights in Brazil.*

**KEYWORDS:** *Critical theory of human rights. Alterity's ethic. Indigenous rights.*

---

## **A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA COMO MECANISMO DE CONTROLE DO PODER E DE GARANTIA DA JUSTIÇA AMBIENTAL**

**THE BRAZILIAN CONSTITUTION AS A MECHANISM FOR CONTROLLING POWER AND ENVIRONMENTAL JUSTICE GUARANTEE**

Ester de Carvalho  
Gilberto Luciano dos Santos  
Suélen Cristina Benincá

**RESUMO:** O presente artigo objetiva verificar a força normativa da Constituição Brasileira como um mecanismo de controle do poder e como uma importante ferramenta para a garantia da Justiça Ambiental, tendo-se como parâmetro investigativo seus atributos e seu conteúdo. Observa-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um importante marco regulatório de proteção ambiental, alçando, por consequência, seu poder de comando à legislação infraconstitucional, pois além de elevar o *status* dos bens ambientais à categoria dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico, sistematizou a matéria ambiental ao estabelecer o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado como um direito fundamental e social do indivíduo. Neste estudo, observar-se-á que isso só foi possível pelos atributos e conteúdo normativo da Constituição, fixados pelo constituinte originário, de modo que as regras de conteúdo – abarcam além das regras clássicas de competência e de procedimento –, as regras substantivas e de

autoproteção; e os atributos – abrangem além da força normativa e da supremacia –, a rigidez e a ideologia democrática. Tudo isso fez com que o Estado Brasileiro, mediante a força dos preceitos constitucionais, se revelasse como um Estado formal e material de direito, incluindo-se nesta gama protetiva, toda a matéria ambiental. O texto Constitucional brasileiro atribui ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a forma e a garantia institucional de um direito fundamental ambiental e social que visa à preservação da natureza e do equilíbrio ecológico como condição de qualidade de vida, inclusive para as gerações futuras. Todos esses elementos fazem com que a Constituição Brasileira se diferencie de outras Constituições alienígenas, assegurando a garantia de uma Justiça Ambiental dentro de um Estado de Direito Ambiental. Para elaboração deste trabalho, foi utilizado o método de abordagem indutivo e a técnica de pesquisa documental indireta, com fontes primárias e secundárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Constituição brasileira. Meio Ambiente. Justiça Ambiental. Direito Fundamental.

**ABSTRACT:** *This article aims to verify the normative force of the Brazilian Constitution as a power control mechanism and as an important tool to guarantee Environmental Justice, having as investigative parameter its attributes and its content. It can be observed that the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 represented an important regulatory framework for environmental protection, thus increasing its power of command to infraconstitutional legislation, as well as raising the status of environmental goods to the category of goods protected by legal system systematized the environmental matter in establishing the right to a healthy and balanced environment as a fundamental and social right of the individual. In this study, it will be observed that this was only possible by the attributes and normative content of the Constitution, fixed by the original constituent, so that the rules of content - encompassed beyond the classic rules of competence and procedure -, the substantive rules and Self-protection; and attributes - extend beyond normative force and supremacy -, rigidity and democratic ideology. All this made the Brazilian State, through the force of constitutional precepts, reveal itself as a formal State and material law, including in this range of protection, all environmental matter. The Brazilian Constitutional text attributes to the right to the ecologically balanced environment the form and institutional guarantee of a fundamental environmental and social right that aims at preserving nature and ecological balance as a condition of quality of life, including for future generations. All these elements make the Brazilian Constitution different from other alien Constitutions, ensuring the guarantee of an Environmental Justice within a State of Environmental Law. For the elaboration of this work, we used the method of inductive approach and indirect documentary research technique, with primary and secondary sources.*

**KEYWORDS:** *Brazilian Constitution. Environment. Environmental Justice. Fundamental Right.*

---

## PLURALISMO JURÍDICO E EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA

### PLURALISMO JURÍDICO E EMPODERAMIENTO DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES EN LA AMÉRICA LATINA

João Vítor Ladeira Chornobai

**RESUMO:** O modelo de sistema jurídico adotado pela Constituição brasileira é visível e explicitamente arraigado nos moldes dos ordenamentos eurocentristas, em que se estabelecem sistemas liberal-individuais de atividade jurídica. Tal modalidade, apesar de plenamente estabelecida no país e de ter reconhecida legitimação a partir de sua promulgação, presta nítido favor à manutenção do caráter excludente do país frente às suas comunidades tradicionais. Entretanto, pequena é a preocupação com a quebra de tal paradigma. A manutenção destas comunidades na posição que vêm ocupando há tantos anos é no mínimo agradável à manutenção da condição privilegiada ocupada pelos detentores do capital enquanto aproveitadores dos conhecimentos tradicionais pertencentes àqueles grupos. Tais tecnologias servem, em largas escalas, a interesses econômicos e, no entanto, mantém os que originalmente a detêm em condições de permanente exploração. Não há políticas efetivas de garantia dos seus direitos e muito menos qualquer sistema que lhes salvasse. Os interesses caminham em sentidos contrários a estes, e é por isso que a maioria dos poucos projetos que se apresentaram como possuidores de uma nobre intenção garantidora mostraram-se, ao fim, como camuflados instrumentos de conservação da situação de exploração econômica que vem se perpetuando no país. E é neste panorama que surge o pluralismo jurídico. Alavancado pelo novo constitucionalismo latino-americano, tal sistema parece mostrar um caminho para o empoderamento das comunidades tradicionais, que poderia permitir-lhes um acesso mais efetivo ao caminho de garantia dos seus direitos e que, dessa forma, situar-se-ia como obstáculo à usurpação exercida pelos grandes interesses econômicos, que se mantém – por meio do sistema jurídico estabelecido no Brasil hoje – como constantes exploradores das tecnologias desenvolvidas pelos primeiros ocupantes destas terras, e verdadeiros detentores destes conhecimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Constitucionalismo. América Latina. Populações tradicionais.

**RESUMEN:** El modelo de sistema jurídico adoptado por la Constitución brasileña es visible e explícitamente arraigado en los moldes de los ordenamientos eurocentristas, en los que se establecen sistemas liberales de actividad jurídica. Esta modalidad, a pesar de plenamente establecida en el país, y de su legitimación, que es reconocida debido a su promulgación, presta nítido favor a la mantención del carácter excluyente del país frente a sus comunidades tradicionales. Sin embargo, la preocupación con el cambio de paradigma es pequeña. La mantención de estas comunidades en el estado que se encuentran, desde hace tantos años, es, como mínimo, agradable a la mantención de los privilegios de los dueños del capital, ya que son permanentes aprovechadores de los conocimientos tradicionales pertenecientes a aquellos grupos. Estas tecnologías sirven, casi en su todo, a intereses económicos, pero mantiene aquellos que son sus poseedores en condiciones permanentes de explotación. No se hacen buenas políticas de garantía a sus derechos, ni ningún sistema que les protejan. Los intereses son a menudo contrarios a ellos y, por eso, casi todos los proyectos que parecen relativamente positivos son, en realidad, instrumentos de conservación de la

*explotación económica ya establecida en Brasil. El pluralismo jurídico surge como una solución en este contexto. Estimulado por el nuevo constitucionalismo latinoamericano, este sistema puede tener el poder de mostrarnos un novedoso camino de empoderamiento para las comunidades tradicionales, que podrá dar mayor efectividad a sus garantías y, también, entravar la usurpación ejercida por los intereses económicos, que siguen – por medio del sistema jurídico que está instalado en Brasil hoy – siendo eternos exploradores de las tecnologías desarrolladas por los primeros ocupantes de estas tierras, los verdaderos propietarios de estos conocimientos.*

**PALABRAS-CLAVE:** Constitucionalismo. América Latina. Comunidades tradicionales.

## **UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE ESTADO: A BOLÍVIA E O RECONHECIMENTO DAS AUTONOMIAS INDÍGENAS**

**UNA NUEVA CONFIGURACIÓN DEL ESTADO: BOLIVIA Y EL RECONOCIMIENTO DE LAS AUTONOMÍAS INDÍGENAS**

Luciana Nogueira Nóbrega

**RESUMO:** A Bolívia passou por um longo processo de insatisfação popular com os modelos políticos apresentados à América Latina, afundando em crises e em governos ditatoriais, o que deixou abertas as portas ao neoliberalismo a partir dos anos de 1980. Fazendo frente a essa realidade, surgiu o Movimento ao Socialismo (MAS) que, congregando os interesses dos grupos explorados da sociedade boliviana, propunha outro modelo de sociabilidades fundado em concepções indígenas. Após a eleição do indígena Evo Morales à Presidência da Bolívia em 2005, foi aprovado, por referendo popular, em 2009, a Nova Constituição do país. De acordo com a definição constitucional, a Bolívia é um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, que reconhece a autonomia dos territórios indígenas. Efetivando essa idéia, em 20 de setembro de 2015, foi aprovado, por referendo popular, o primeiro território autônomo Guarani de Charagua Iyambae, tendo as autoridades escolhidas por processo próprio tomado posse em 08 de janeiro de 2017. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou analisar a experiência boliviana a partir das teorias descoloniais, dando relevo ao contraponto entre a idéia de Estado e de autonomias indígenas. No caso da Bolívia, a implementação desse novo modelo de Estado que reconhece as autonomias indígenas tem implicado na necessidade de redefinir e reconfigurar o próprio conceito de Estado moderno e ocidental, ainda fundado na idéia de um só povo, um só território e uma só nação. A adoção desse novo conceito, entretanto, tem igualmente implicado em uma limitação da idéia de autonomia indígena, a qual deve estar circunscrita a um espaço territorial e simbólico definido e delimitado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Constituição Boliviana. Autonomias indígenas. Conceitos de Estado.

**RESUMEN:** *Bolivia ha pasado por un largo proceso de insatisfacción popular con los modelos políticos que se presentan a América Latina, que se hunde en la crisis y dictatoriales gobiernos, lo que dejó la puerta abierta al neoliberalismo a partir del año 1980. Haciendo frente a esta realidad, el Movimiento al Socialismo surgió (MAS), que, a congregarse los intereses de los grupos explotados de la sociedad boliviana, propuso otro modelo de sociabilidad fundada en concepciones indígenas. Después de la elección del indígena Evo Morales como Presidente de Bolivia en 2005, fue aprobada por referéndum popular en 2009, la nueva Constitución del país. De acuerdo con la definición constitucional, Bolivia es un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que reconoce la autonomía de los territorios indígenas. El 20 de septiembre de 2015, fue aprobada por referéndum popular, el primer territorio autónomo de Charagua Iyambae Guaraní, con las autoridades elegidas por el proceso mismo asumió el cargo el 08 de enero de 2017. En este contexto, el presente estudio buscó analizar la experiencia boliviana a partir de las teorías descoloniales, dando alivio al contraste entre la idea de las autonomías estatales e indígenas. En el caso de Bolivia, la implementación de este nuevo modelo de estado que reconoce la autonomía indígena ha implicado la necesidad de redefinir y volver a configurar el concepto de estado occidental moderno, siendo fundado en la idea de uno sólo pueblo, un territorio y una nación. La adopción de este nuevo concepto, sin embargo, también se ha implicado en una limitación de la idea de la autonomía indígena, que debe ser restringida a un espacio territorial y simbólico definido y delimitado.*

**PALABRAS CLAVE:** *Constitución boliviana. Autonomía indígena. Conceptos del estado.*

---

**PROCESSO JURÍDICO-NORMATIVO DO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS A TERRA: RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS PÓS PESQUISA ACADÊMICA**  
**PROCESO JURÍDICO NORMATIVO DEL DERECHO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS A LA TIERRA: RESULTADOS Y DESDOBRAMIENTOS PÓS INVESTIGACIÓN ACADÉMICA**

Vanderlei Luiz Weber

**RESUMO:** A questão jurídica da terra indígena no Brasil segue revelando histórico paradoxal em seu processo. Nas últimas décadas as comunidades indígenas tem voltado a sofrer retrocessos nas garantias constitucionais. Agronegócio, grupos políticos e produção de institutos e instrumentos jurídico-normativos tem atuado nessa direção. Exemplos dessa realidade são a PEC n. 215/2000, a Portaria n. 303 da AGU e a definição de um Marco Temporal para fins de demarcação territorial. Nesta pesquisa se analisará a inconstitucionalidade dos referidos institutos, bem como sua ofensa a Convenção 169/89 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, o que implica diretamente na violação dos novos (velhos) direitos humanos previstos na própria Constituição Federal de 1988, como os da Convenção e os da Declaração. De tal forma que a investigação em tela apresentará em seu desenvolvimento os resultados e desdobramentos em período que sucede pesquisa acadêmica enquanto visa demonstrar a fragilidade e insegurança jurídico-normativa que estas comunidades indígenas enfrentam como consequência dos



referidos instrumentos, bem como a necessidade da conquista e garantia de um território indígena construído por meio da participação ativa na política e na produção jurídico-normativa por parte dos povos indígenas, utilizando como pano de fundo a doutrina do pluralismo jurídico, consequenciado pela ideia da construção de um Estado Plurinacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território indígena. Retrocessos. Pluralismo jurídico. Plurinacionalidade

**RESUMEN:** *Un problema jurídico de la tierra indígena no Brasil se revela históricamente paradoxal en su proceso. En las últimas décadas las comunidades indígenas han sido volvieron a sufrir retrocesos en sus garantías constitucionales. Agronegocio, grupos políticos y producción de institutos y análisis jurídico-normativos. Ejemplos de esta realidad son la PEC n. 215/2000, la Portaria n. 303 da AGU y la definición de un Marco Temporal para las demarcaciones territoriales. En la pesquisa se analizó una inconstitucionalidad de los principios de la Convención 169/89 de la OIT y la Declaración de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, de 2007, Constitución Federal de 1988, como la Convención y la Declaración. De tal forma que la investigación en tela presentará en su desarrollo los resultados y los desdoblamientos en el período que sucede la investigación académica que visa demostrar una fragilidad y la inseguranza jurídico-normativa que estas comunidades indígenas enfrentan bien como la necesidad de la garantía de un territorio indígena construido promedio de la participación en la política y en la producción jurídica y normativa por parte de los indígenas, utilizando como fondo una doctrina del pluralismo jurídico, consecueneciada de la construcción de un Estado Plurinacional.*

**PALABRAS-CLAVE:** Territorio Indígena; retrocesos; Pluralismo Jurídico; Plurinacionalidad

---

**CAPITALISMO DEPENDENTE LATINOAMERICANO EM TEMPOS DE LUTAS DECOLONIAIS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BOLÍVIA E NO EQUADOR**  
**CAPITALISMO DEPENDIENTE EN AMÉRICA LATINA EN TIEMPOS DE LUCHAS DECOLONIALES: CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN BOLIVIA Y ECUADOR**

Adriele F. Andrade Précoma  
 Danielle de Ouro Mamed

**RESUMO:** A sujeição e espólio a que são submetidos a natureza e os povos nativos do continente latino-americano remonta às coloniais origens do capitalismo, ao qual a América Latina insere-se e permanece na forma periférica do capitalismo dependente. Nesta condição contínua de submissão dos Estados Latino-Americanos aos Estados centrais do capitalismo, os Estados Nacionais colocam-se como atores servis do mercado mundial, e nessa função exploram violentamente, por sua vez, os povos e a natureza que se encontram no interior de suas artificiais fronteiras territoriais. Contra isso, articulações de lutas indígenas alcançaram inscrever em instrumentos legais internacionais o direito à livre determinação frente aos Estados. Nesse contexto, são alçados como exemplares os casos da Bolívia e do Equador, onde o movimento

indígena conseguiu promover nacionalmente demandas por processos constituintes que ocorreram em 2006-2009 e 2007-2008, respectivamente, em cada país. Em tais processos ocorreu o reconhecimento desses Estados como Plurinacionais, nos quais fica constitucionalmente garantido o direito dos povos indígenas a se determinarem livremente, inclusive participando dos usos que se queira fazer da natureza em seus territórios. Apesar de, nos mencionados processos constituintes, ser possível visualizar o acirramento de lutas decoloniais e anticapitalistas em torno de questões socioambientais, a efetivação dos preceitos conquistados como letra das Constituições tem se mostrado relegada pela postura política dos governos quando afastam os povos de se determinarem livremente e prosseguem optando pela exploração predatória da natureza, reproduzindo o capitalismo dependente. Diante disso, rearticulações e mobilização social permanente são imprescindíveis para impedir retrocessos nas conquistas elevadas ao reconhecimento constitucional e para seguir lutando pelas demandas não inseridas nas Constituições por motivo dos duros embates enfrentados durante os processos constituintes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito socioambiental. Capitalismo dependente. Lutas decoloniais. Processos constituintes. Bolívia. Equador.

**RESUMEN:** *El sujeto y el botín a que se someten a la naturaleza y los pueblos originarios del continente latinoamericano se remonta a los orígenes coloniales del capitalismo, a que se inserta América Latina y permanece en la forma periférica del capitalismo dependiente. En esta condición continua de sometimiento de los Estados de América Latina a los Estados capitalistas centrales, los Estados Nacionales se ponen como actores serviles del mercado mundial, y cumpliendo ese papel explotan violentamente a la gente y la naturaleza que se encuentran dentro sus artificiales límites territoriales. En contra de esto, las articulaciones de las luchas indígenas lograron constituir en instrumentos legales internacionales el derecho a la libre determinación en contra de los Estados. En este contexto, se muestran como casos ejemplares los de Bolivia y Ecuador, donde el movimiento indígena logró ascender a nivel nacional demandas por los procesos constitucionales que ocurrieron en 2006-2009 y 2007-2008, respectivamente, en cada país. En tales casos, se produjo el reconocimiento de estos estados como plurinacionales, en los que se garantiza constitucionalmente el derecho de los pueblos indígenas a se determinen libremente, incluyendo la participación en los usos que se quiere hacer de la naturaleza en sus territorios. Sin embargo, aunque en los procesos constitucionales mencionados sea posible ver la intensificación de las luchas decoloniales y anti-capitalistas en cuanto a las cuestiones socioambientales, la eficacia de los preceptos conquistado como letra de las Constituciones se ha demostrado cuestionable por la posición política de los gobiernos cuando se apartan de la voluntad de los pueblos a determinar su futuro libremente y siempre que siguen optando por la explotación depredadora de la naturaleza, reproduciendo el capitalismo dependiente. Por lo tanto, rearticulaciones y la movilización social permanente son esenciales para evitar retrocesos en los importantes logros del reconocimiento constitucional y para seguir luchando por las demandas aún no insertadas en las Constituciones en razón de los enfrentamientos en los procesos constituyentes.*

**PALABRAS CLAVE:** Derecho socioambiental. Capitalismo dependiente. Conflictos decoloniales. Procesos constitucionales. Bolivia. Ecuador.

## APROXIMAÇÃO CONCEITUAL ENTRE SOCIOAMBIENTALISMO E NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO

CONSTITUCIONALISMO SOCIOAMBIENTAL: UNA APROXIMACION  
CONCEPTUAL ENTRE SOCIOAMBIENTALISMO Y NUEVO  
CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO

Caroline Barbosa Contente Nogueira  
Tiago Resende Botelho

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo compreender conceitualmente o novo constitucionalismo latino-americano através de uma aproximação com o socioambientalismo. Para tanto, serão analisadas as categorias (constitucionalismo liberal e social, democracia, exclusão social, socioambientalismo, direito socioambiental, colonialismo interno, epistemologias, desenvolvimento e sustentabilidade) que se apresentam nos movimentos constitucionalistas para consolidação de direitos socioambientais nas Constituições. Como delimitação deste estudo, serão tomadas como referências as Constituições Brasileira, Boliviana e Equatoriana, visando apontar direcionamentos teóricos para sua aproximação com o socioambientalismo e, até mesmo, a influência que este último movimento social exerceu sobre os fenômenos políticos constitucionais. As categorias do novo constitucionalismo que impulsionaram estudadas foram: o princípio do *buen vivir*, o reconhecimento dos direitos da *Pachamama* e a instituição do Estado Plurinacional, que correspondem a demandas por direitos socioambientais (que envolvem meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais), aquelas advindas do diálogo político entre movimentos sociais e ambientais, impulsionando políticas públicas que rompem com paradigmas de exclusão social e uso indiscriminado da natureza para o modo de produção hegemônico e a economia de mercado. Neste contexto, será elaborada a análise do conceito de constitucionalismo, apontando suas características fundamentais, assim como o de colonialismo interno, para demonstrar a permanência de fatores excludentes, no que tange aos direitos socioambientais. Avançando, haverá, novamente, uma apresentação e análise conceitual sobre o socioambientalismo e, em seguida, sobre o novo constitucionalismo latino-americano, trazendo, comparativamente, as categorias abordadas no apartado primeiro, para propor, ao final, uma aproximação conceitual de um constitucionalismo socioambiental emergente na América Latina sob a forma do novo constitucionalismo latino-americano. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo, utilizando-se de livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema, consubstanciado em um estudo descritivo e comparativo entre Constituições. A fonte documental é constituída pelos seguintes documentos: as Constituições brasileira (1988), boliviana (2008) e equatoriana (2009), além de legislações destes países relacionadas ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Socioambientalismo. Direito Constitucional. Direito Socioambiental.

**RESUMEN:** Este trabajo tiene como objetivo comprender conceptualmente el nuevo constitucionalismo latinoamericano a través de una aproximación con el

socioambientalismo. Por lo tanto, serán analizadas las categorías (constitucionalismo liberal y social, epistemologías del sur, democracia, exclusión social, socioambientalismo, derecho socioambiental, colonialismo interno, desarrollo y sostenibilidad) que se presentan en los movimientos constitucionalistas para consolidación de derechos socioambientales en las Constituciones. Como delimitación del estudio, serán tomadas como referencias las Constituciones Brasileña, Boliviana y Ecuatoriana, visando apuntar los retos teóricos para su aproximación con el socioambientalismo e, incluso, la influencia que este último movimiento social ha ejercido sobre los fenómenos políticos constitucionales. Las categorías estudiadas en este trabajo fueron: el principio del buen vivir, el reconocimiento de los derechos de La Pachamama y la institución del Estado Plurinacional, correspondiente a las demandas por derechos socioambientales (que involucran medio ambiente, pueblos indígenas y comunidades tradicionales), aquellas resultantes del diálogo político entre movimientos sociales y ambientales, estimulando políticas públicas que rompen con paradigmas de exclusión social y uso indiscriminado de la naturaleza para el modo de producción hegemónico y la economía de mercado. Sin embargo, será elaborada el análisis del concepto de constitucionalismo, identificando sus características fundamentales, así como el concepto de colonialismo interno, para demostrar la permanencia de factores de exclusión, en lo que toca los derechos socioambientales. Avanzando, habrá una presentación y análisis conceptual sobre el socioambientalismo y, seguidamente, sobre el nuevo constitucionalismo latinoamericano, trayendo, comparativamente, las categorías abordadas en el apartado primero, para proponer, al final, una aproximación conceptual de un constitucionalismo socioambiental emergente en Latinoamérica sobre la forma del nuevo constitucionalismo latinoamericano. Esta es una investigación bibliográfica y documental, con enfoque cualitativo, con uso de libros, artículos y tesis sobre el tema, con base en un estudio descriptivo y comparativo entre Constituciones. En la fuente documental constan los siguientes documentos: las Constituciones brasileña (1988), boliviana (2008) y ecuatoriana (2009), así como las leyes de estos países relacionadas con el tema.

**PALABRAS-CLAVE:** Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano. Socioambientalismo. Derecho Constitucional. Derecho Socioambiental.

---

**DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA AUTORIZAÇÃO PARLAMENTAR PARA O APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO BELO MONTE**

*DISCOURSES OF DEVELOPMENT AT THE BRAZILIAN SUPREME COURT: THE INDIGENOUS PARTICIPATION AT THE BELO MONTE DAM PARLIAMENTARY AUTHORIZATION*

Rafael Gandur Giovanelli

**RESUMO:** Nesta pesquisa estudamos o caso Belo Monte – entendido como a disputa judicial sobre o Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, travada no Supremo Tribunal Federal –, para saber se existe uma relação entre os discursos de desenvolvimento mobilizados pelas partes litigantes e pelo STF e a interpretação dada por esses atores

para o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Partimos da seguinte hipótese: interpretações que restringem os direitos de participação política dos povos e comunidades indígenas e que impõem poucas condições para o exercício da discricionariedade dos Poderes da União são acompanhadas por discursos preocupados com o desenvolvimento econômico; interpretações que reconhecem amplo direito de participação política para povos e comunidades indígenas e que impõem maiores condições para o exercício da discricionariedade dos Poderes da União não são acompanhadas por discursos de desenvolvimento. Confirmando parcialmente nossa hipótese, chegamos à seguinte conclusão: em primeiro lugar, parece existir uma tendência para que, quando mobilizados discursos de desenvolvimento, a interpretação dada ao parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal imponha menos condições para o exercício da discricionariedade dos Poderes da União e reduza, ou desconsidere, os direitos de participação política dos povos e comunidades indígenas; por outro lado, alguns discursos de desenvolvimento foram mobilizados num sentido apostro, servindo tanto para afirmar os direitos políticos de povos e comunidades indígenas, quanto para impor mais condições para o exercício da discricionariedade dos Poderes da União.

**PALAVRAS-CHAVE:** STF. Povos indígenas. UHE Belo Monte.

**ABSTRACT:** *At this research we have studied the judicial conflict around Belo Monte Dam, judged by Supremo Tribunal Federal (the Brazilian Supreme Court), to understand the relations between discourses of development and constitutional interpretation, in specific, article 231, 3rd paragraph. Our hypothesis was: interpretations that reduced indigenous people's rights and imposed few condition to the exercise of discretion by public powers would be followed by discourses of development worried about economic growth; on the other hand, interpretation that recognized the indigenous people's rights to political participation and imposed wide conditions to the exercise of discretion by public powers would not be followed by any discourse of development. Our conclusion partially confirmed our initial hypothesis, as follows: first, there seems to be a trend to less conditions to the exercise of discretion by public powers and reduced rights recognized to indigenous people when discourses of development appears; however, some discourses of development were followed by constitutional interpretations that recognized rights to indigenous people and that imposed wide conditions to the exercise of discretion by public powers.*

**KEYWORDS:** *Brazilian Supreme Court. Indigenous people. Belo Monte Dam.*

---

**DIREITOS HUMANOS, BENS AMBIENTAIS PROTEGIDOS NO DIREITO BRASILEIRO E SUA EFETIVIDADE: DIÁLOGOS CONCEITUAIS**  
**LOS DERECHOS HUMANOS, BIENES AMBIENTALES PROTEGIDOS EN LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA Y SU EFICACIA: DIÁLOGOS CONCEPTUALES**

José Patrício Pereira Melo

**RESUMO:** O Brasil optou tardiamente por iniciar uma política pública de proteção ao Meio Ambiente e à promoção de um modelo de desenvolvimento durável. Sua

produção normativa, em alguns casos, como o código das águas, era a identificação desses recursos para fins de exploração econômica. No nível internacional, com a ONU, e o fervor da militância de organizações não-governamentais, o Brasil se inseriu na discussão global sobre o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento praticado pelos países ricos. Na conferência das nações unidas sobre meio ambiente humano, Estocolmo 1972. O rol da legislação anterior a 1972 demonstra que os temas eram tratados isoladamente, dos quais advieram legislações também aplicadas isoladamente: Código de Águas (Decreto N.º 24.643, De 10.07.1934); Código de Minas (Decreto-Lei N.º 1.985, De 29.1.1940); Código Florestal (Lei 4.771, De 19.9.1965); Código de Caça (Lei 5.197, De 3.01.1967); Código de Pesca (Decreto-Lei N.º 221, De 2.02.1967). A inserção do Brasil ao movimento de internacionalização dos direitos humanos, seja pela incorporação dos tratados de direitos humanos como parte do direito interno, *Ex Vi* parágrafo quarto do Artigo 5.º da CF/88, acrescentado pela ec 45/2004 não está atingindo plenamente seus objetivos, pela falta de efetividade dessas normativas, seja pelo estado ou pela sociedade. Distante, portanto, estamos da efetivação dos direitos humanos fundamentais insertos na constituição. infelizmente vivemos tempos de ataques a estes direitos, advindos da interpretação constitucional – sobretudo, na produção normativa do Congresso Nacional, que retira direitos já consagrados. A militância, por sua vez, está mais qualificada. amorfa muitas vezes quanto aos objetivos, e manipulada, outras vezes, pela grande mídia. As Universidades têm sido ambientes reconfortantes na discussão de temas novos como o Socioambientalismo. Na escola de Curitiba, que tem como principal expoente o Prof. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que tem levantado as questões jurídicas em defesa dos povos indígenas na América Latina, especialmente no Brasil, e cobrado com sobriedade e insistência uma compreensão multidisciplinar do Direito e da Economia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Meio Ambiente. Direitos Humanos. Diálogos Conceituais.

**RESUMEN:** *El Brasil decidió tardíamente mediante el inicio de una política pública de protección del medio ambiente y la promoción de un modelo de desarrollo sostenible. Sus reglas de producción, en algunos casos, como el Código de Aguas, fue la identificación de estos recursos con fines de explotación económica. A nivel internacional, con la ONU y el fervor de la militancia de las organizaciones no-gubernamentales, el Brasil si entró en la discusión mundial el medio ambiente y el modelo de desarrollo que practican por los países ricos en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre medio ambiente humano, Estocolmo 1972. El papel de la legislación antes de 1972 demuestra que los temas fueron tratados en aislamiento, de las cuales relacionadas con las leyes también se aplican en aislamiento: Código de Aguas (Decreto 24.643, 10.07.1934); Código de Minas (Decreto-Ley N° 1.985, 29.1.1940); Código Forestal (Ley 4.771, 19.9.1965); Código de Caza (Ley 5.197, 3.01.1967); Código de Pesca (Decreto ley no. 221, 2.02.1967). La inserción de Brasil a la internacionalización del movimiento de derechos humanos, e la incorporación de los tratados de derechos humanos como parte del derecho interno, ocurrió del párrafo cuatro del artículo 5 de la CF/88, Añadida por EC 45/2004 no es totalmente alcanzada sus objetivos, por la falta de efectividad de este reglamento, ya sea por el Estado o por la sociedad. A lo lejos, así que somos la aplicación de los derechos humanos básicos en insertos de la Constitución. Por desgracia vivimos tiempos de ataques a estos derechos, derivados de la interpretación constitucional, especialmente, en las reglas de producción del Congreso Nacional, que quita los derechos ya consagrados.*

*Militancia, por su vez, está más calificado. en cuanto a los objetivos a menudo amorfos y manipulada, a veces por los grandes medios. Las universidades han sido ambientes relajantes en la discusión de temas novedosos como Socioambientalismo. En la escuela de Curitiba, cuyo exponente principal Prof. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que ha planteado cuestiones jurídicas en defensa de los pueblos indígenas en América Latina, especialmente en Brasil y cargado con sobriedad e instando a una comprensión multidisciplinar de Derecho y Economía.*

**PALABRAS CLAVE:** Medio Ambiente. Derechos Humanos. Diálogos Conceptuales.

---

## GRUPO DE TRABALHO 5

### MULHERES E VIOLÊNCIAS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

#### **MULHERES QUILOMBOLAS, CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER**

**MUJERES QUILOMBOLAS, CONTRA EL RACISMO, LA VIOLENCIA Y POR EL BIEN VIVIR**

Isabela da Cruz

**RESUMO:** A presente proposta de pesquisa tem por objetivo descrever as experiências e as relações de gênero presentes em comunidades quilombolas a partir da realização das Oficinas Nacionais de Mulheres Quilombolas, realizadas pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Quilombolas, em 3 regiões do país Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro. As oficinas trazem o conceito do Bem Viver, e do empoderamento de mulheres no fortalecimento das lutas pela titulação dos territórios de suas comunidades. As oficinas se realizaram a partir de atividades relacionadas a Marcha de Mulheres Negras 2015, e movimentou 50 mil mulheres negras em Brasília. A partir dos diálogos entre movimentos sociais, teorias feministas, direito e empoderamento das mulheres, combate as violências, chegamos a perspectiva de relações de gênero em comunidades quilombolas como uma luta coletiva. O ativismo por direitos para as mulheres quilombolas passa pela luta por direitos de toda a Comunidade. Assim, apresentamos a ideia do Corpo enquanto Território, a ser defendido, e vivenciado, sem violências, sem racismo, e saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Quilombolas. Mulheres Negras. Território. Movimento Social.

**RESUMEN:** La presente propuesta de investigación tiene por objetivo describir las experiencias y las relaciones de género presentes en comunidades quilombolas a partir de la realización de las Talleres Nacionales de Mujeres Quilombolas, realizadas por la Coordinación Nacional de Articulación de Comunidades Quilombolas, en 3 regiones del país Goiás, Mato Grosso y Río de Janeiro. Los talleres traen el concepto del Bien Vivir, y del empoderamiento de mujeres en el fortalecimiento de las luchas por la titulación de los territorios de sus comunidades. Los talleres se realizaron a partir de actividades relacionadas a Marcha de Mujeres Negras 2015, y movió a 50 mil mujeres negras en Brasilia. A partir de los diálogos entre movimientos sociales, teorías feministas, derecho y empoderamiento de las mujeres, combate las violencias, llegamos a la perspectiva de relaciones de género en comunidades quilombolas como una lucha colectiva. El activismo por derechos para las mujeres quilombolas pasa por la lucha por derechos de toda la Comunidad. Así, presentamos la idea del Cuerpo como Territorio, a ser defendido, y vivenciado, sin violencias, sin racismo, y sano.

**PALABRAS CLAVE:** Mujeres quilombolas. Mujeres negras. Territorio. Movimiento social.



## **ECOFEMINISMO, CONFLITOS AGRÁRIOS E AGROECOLOGIA: A RESISTÊNCIA DA MULHER CAMPONESA NO BRASIL**

*ECOFEMINISM, LAND USE CONFLICTS AND AGROECOLOGY: THE RESISTANCE OF THE PEASANT WOMEN IN BRAZIL*

Ana Paula Rengel Gonçalves  
Paula Galbiatti Silveira

**RESUMO:** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pelas Nações Unidas, são uma agenda mundial de objetivos e metas de sustentabilidade. O objetivo 5 afirma que se deve “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, tendo como um de seus modos de implementação a eliminação de todas as formas de violência e a valorização de seu trabalho. Nesse contexto, observa-se o reconhecimento internacional da importância das mulheres para a proteção da natureza, o que pode ser evidenciado pelo movimento do ecofeminismo, que une feminismo e ecologia. A filosofia do ecofeminismo critica o modelo econômico e cultural ocidental que se construiu e se mantém por meio da colonização e da subalternização das mulheres, dos povos tradicionais e da natureza. Este sistema coaduna-se perfeitamente com a agricultura agroecológica, que busca harmonizar a proteção da natureza com a dignidade da vida no campo. No Brasil, os conflitos agrários não são novidade, gerando muita violência no campo a partir do avanço do capitalismo no meio. Assim, o presente trabalho objetiva analisar os conflitos no meio rural, com destaque à resistência das mulheres. Traz-se como exemplo as mulheres da Vila Campesina, que lutam contra o avanço do plantio das monoculturas de eucalipto no estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos são: compreender a importância da mulher na proteção do meio ambiente e da igualdade de gênero, a partir dos ODS; compreender o movimento do ecofeminismo, examinando os fatores que fortalecem as ações coletivas e a resistências das mulheres camponesas; estudar o Movimento de Mulheres Camponesas e especialmente o caso da Vila Campesina. O resultado preliminar aponta a importância das mulheres na proteção da natureza e que elas são constantes vítimas de violência no campo, conflitos agrários esses que levaram à luta social para garantir sua participação no trabalho do campo, preservando o campesinato e formas tradicionais de cultivo. Embora muito ainda a se alcançar, as mulheres avançam contra as diversas formas de opressão, discriminação e desigualdade de gênero. Este trabalho utiliza-se do método dedutivo, da pesquisa monográfica combinada com técnica bibliográfica e documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecofeminismo. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Mulheres camponesas. Conflito agrário. Agroecologia.

**ABSTRACT:** *The Sustainable Development Goals (SDG), adopted by the United Nations, are a global agenda of sustainability goals and targets. The 5<sup>th</sup> goal states that “gender equality must be achieved and all women and girls should be empowered”. One of its ways of implementation is the elimination of all forms of violence and the value of its work. In this context, the international recognition of the importance of women for the protection of nature is observed, which can be evidenced by the movement of ecofeminism, which unites feminism and ecology. The philosophy*

*of ecofeminism criticizes the western economic and cultural model that was built and maintained through the colonization and subalternization of women, traditional peoples and nature. This system is perfectly in line with agroecological agriculture, which aims to harmonize the protection of nature with the dignity of rural life. In Brazil, agrarian conflicts are not new, generating much violence in the countryside from the advance of the capitalism. Thus, this study aims to analyze conflicts in rural areas, with emphasis on women's resistance. One example is the women from Vila Campesina, who struggle against the advance of the planting of eucalyptus monocultures in the state of Rio Grande do Sul. The specific objectives are: to understand the importance of women in protecting the environment and gender equality, regarding the SDG; to understanding the movement of ecofeminism, examining the factors that strengthen the social actions and resistance of peasant women; to study the Peasant Women's Movement and especially the Vila Campesina case. The preliminary result points out the importance of women in protecting nature and that they are constant victims of violence in the countryside, which led to their social struggle to ensure their participation in the work of the countryside, preserving the peasantry and the traditional forms of cultivation. Although much is yet to be achieved, women are moving against various forms of oppression, discrimination and gender inequality. This work uses the deductive method, the monographic research approach combined with bibliographical and documentary technique.*

**KEYWORDS:** *Ecofeminism. Sustainable Development Goals. Peasant women. Land use conflicts. Agroecology.*

---

## **A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA** **THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND THE PUBLIC CHOICE THEORY**

Ana Paula Maciel Costa Kalil  
Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz

**RESUMO:** As questões socioambientais vem se tornando urgentes em nossa sociedade. É preciso um esforço conjunto do Poder Público, dos cidadãos e da sociedade civil organizada pra reverter o cenário de degradação ambiental, escassez dos recursos naturais e injustiça social que foi herdado e é vivenciado na atualidade. Não há como dissociar o meio ambiente das decisões políticas e das finanças públicas, o que implica em uma visão econômica dessas medidas. Visando aprimorar este processo, apresenta-se a Teoria da Escolha Pública, que introduz à ciência política aspectos econômicos. O que se pretende demonstrar é que, em que pese haja um reconhecimento da necessidade de investimentos e ações voltadas às questões socioambientais, as escolhas públicas ainda respondem ao “primado do interesse privado”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão socioambiental. Escolhas públicas. Interessesprivados.

**ABSTRACT:** *The environmental issue is becoming more urgent in our society. It takes a joint effort by Government, citizens and society to reverse environmental*

*damages, natural resource scarcity and social injustice which was inherited and is lived nowadays. There's no way to dissociate environment from public decisions and finance, implying an economic analysis of public policies. Aiming to improve this process, presents The Public Choice Theory, introducing economics standards to political science. Although the recognition that environmental investments and plans are necessary, public choices still answers to private interest primacy.*

**KEYWORDS:** *consumer relations; counter-analysis; socioenvironmentalism*

---

**ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA: O SIGNIFICADO DE EMPODERAMENTO FEMININO E SUSTENTABILIDADE PARA AS MULHERES RURAIS ASSENTADAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CARLOS LAMARCA – CAPITÃO POÇO, PARÁ**

*ECOFEMINISM AND AGROECOLOGY: THE MEANING OF FEMALE EMPOWERMENT AND SUSTAINABILITY FOR RURAL WOMEN SEATED IN THE SEALING PROJECT CARLOS LAMARCA - CAPITÃO POÇO, PARÁ*

Sarah Maria da Silva Martins Pereira

**RESUMO:** A pesquisa busca averiguar a relação entre o movimento feminista, o movimento ecofeminista e a agroecologia nas sociedades contemporâneas, entendendo-os como uma via alternativa para o desenvolvimento sustentável. A concepção de desenvolvimento sustentável é ampla, incorporando questões ecológicas, de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Defende o estreitamento entre sociedade e natureza como a chave para a sustentabilidade. Partindo desta premissa, a questão de gênero pode ser abordada através dos princípios ecofeministas para relacionar a proximidade entre mulheres e meio ambiente, considerando a opressão sofrida por ambos por modelos de desenvolvimento predatórios, baseados no patriarcado capitalista. O ecofeminismo entende que a libertação da mulher não é uma causa isolada e só pode ser alcançada quando de uma luta maior, que busque a preservação da diversidade da vida, o que implica na recuperação e preservação da biodiversidade dos ecossistemas. Daí, o ecofeminismo encontra forças no movimento agroecológico, que considera as bases ecológicas, saberes e práticas de manejo culturais, valorizando a diversidade biológica dos ecossistemas. As mulheres camponesas abraçam tanto a causa feminista, quanto a ecológica, encontrando nelas métodos para combater a opressão vivida por elas no meio rural e a depredação do meio ambiente pela agricultura convencional. Este trabalho tem como objeto de estudo as mulheres assentadas do Projeto de Assentamento Carlos Lamarca em Capitão Poço, município da região Nordeste Paraense, para as quais os impulsos ecofeministas e agroecológicos demonstram a possibilidade de construção de instrumentos sociais, como a economia solidária, capazes instituir um novo modelo de desenvolvimento rural, que contraponha-se aos modelos convencionais socialmente excludentes e ambientalmente destrutivos. Dessa forma, busca-se demonstrar qual o significado de sustentabilidade para as mulheres rurais, que buscam o ecodesenvolvimento a partir dos pressupostos feministas e ecológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecofeminismo. Desenvolvimento sustentável. Agroecologia. Mulher rural.

**ABSTRACT:** *The research seeks to ascertain the relationship between the feminist movement, the ecofeminist movement and agroecology in contemporary societies, understanding them as an alternative route to sustainable development. The concept of sustainable development is broad, incorporating ecological, social, economic, cultural and political development issues. It supports the narrowing of society and nature as the key to sustainability. Based on this premise, the gender issue can be approached through ecofeminist principles in order to show the proximity between women and the environment, considering the oppression suffered by both by predatory development models based on capitalist patriarchy. Ecofeminism understands that the liberation of women is not an isolated cause and can only be achieved through a greater topic as preservation of the life diversity, which implies the recovery and preservation of the ecosystems biodiversity as well. Hence, ecofeminism finds strength in the agroecological movement, which considers the ecological bases, knowledge and practices of crop management, valuing the biological diversity of ecosystems. Peasant women embrace both the feminist and the ecological causes, finding in them methods to combat the oppression they experience in rural areas and the depredation of the environment by conventional agriculture. The objective of this study is to study the women settled in the Carlos Lamarca settlement project in Capitão Poço, a municipality in the Northeastern of Pará, for which the ecofeminist and agroecological impulses demonstrate the possibility of building social instruments, such as solidarity economy, capable of establishing a new model of rural development that opposes conventional socially exclusionary and environmentally destructive models. Thus, it is sought to demonstrate the meaning of sustainability for rural women, who seek eco-development from the feminist and ecological assumptions.*

**KEY-WORDS:** *ecofeminist; sustainable development; agroecological; rural women.*

---

## **JUSTIÇA AMBIENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?**

**ENVIRONMENTAL JUSTICE AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS: A QUESTION OF GENDER?**

Letícia Albuquerque  
Isabele Bruna Barbieri  
Camila Feltrin

**RESUMO:** Uma questão que sempre desafiou as organizações envolvidas no debate ambiental brasileiro é como elas podem se comprometer com a campanha pela proteção ambiental sem ignorar as óbvias prioridades do combate à pobreza e ao subdesenvolvimento. Em outras palavras, como pode o ambiente ser apresentado como uma questão legítima quando muitas vezes as preocupações ambientais são vistas como obstáculos para combater o desemprego e superar a pobreza? Como as organizações ambientais podem lidar logicamente e de uma forma socialmente aceitável com as implicações ambientais da luta contra as desigualdades sociais e da

promoção do desenvolvimento econômico? A década de 1970 foi uma década de intenso desenvolvimento econômico no Brasil. Durante a ditadura militar (1964-1985) o modelo dominante de desenvolvimento ignorou os aspectos ambientais ligados ao desenvolvimento sustentável. A Constituição de 1988 começa um novo momento da luta ambiental no país ao trazer um capítulo dedicado ao tema do meio ambiente. Apesar da proteção ambiental ter sido elevada a esfera constitucional, a questão permanece a mesma: como lutar contra as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico? Apesar do período de democratização, o número de conflitos ambientais no Brasil aumentou. Vários conflitos estão associados à expansão agrícola, construção de hidrelétricas, exploração de petróleo e outros projetos de desenvolvimento que afetam o ambiente natural e populações tradicionais, maiores vítimas de violações de direitos humanos. Indígenas, quilombolas, pescadores tradicionais e comunidades rurais estão no centro das disputas sobre a terra e os recursos naturais, sobretudo as mulheres. O objetivo deste trabalho é, em primeiro lugar, investigar a relação entre a democratização dos países latino-americanos após a década de 1980, particularmente o Brasil, onde houve um aumento de casos de conflitos ambientais que mostram que a lógica dominante continua sendo a exploração de recursos ambientais sem considerar parâmetros de proteção do ambiente e respeito pelos direitos humanos. Segundo, investigar o papel dos atores políticos, principalmente aspectos ligados a questão da justiça ambiental e gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça Ambiental. Conflitos socioambientais. Ecofeminismo.

**ABSTRACT:** *A question that has always vexed the organizations involved in the Brazilian environmental debate is how they can commit to campaigning for environmental protection without ignoring the obvious priorities of combating poverty and underdevelopment. In other words, how can the environment be put forward as a legitimate issue when all too often environmental concerns are seen as obstacles to tackling unemployment and overcoming poverty? How can environmental organizations deal logically and in a socially acceptable manner with the environmental implications of fighting social inequalities and promoting economic development? The 1970s was a prolific decade for the economic development in Brazil. During the military dictatorship (1964-1985) the dominant development model was ignoring the issues of the environmental and sustainable development. The 1988 Constitution start a new level of influence with the incorporation of one chapter about environmental that restarted the democracy in the country. However the question remains the same: how can fight against social inequalities and promoting economic development? Despite the democracy period the number of environmental conflicts in Brazil has increased. Several conflicts are associated with agricultural expansion, construction of hydroelectric, oil exploration and other development projects that impact the natural environment and traditional populations, greater victims of human rights violations. Indigenous people, quilombolas, traditional fishermen and rural communities are at the heart of disputes over land and natural resources, especially women. The objective of this paper are first, investigate the relationship between democratization of Latin American countries after the 1980s, particularly Brazil, where had an increase of cases of environmental conflicts, which show that the dominant logic remains the exploitation of environmental resources without considering parameters of environmental protection and respect for humans rights. Second, investigate the role of political actors, principally the issue of environmental justice and gender.*

**KEY-WORDS:** *Environmental Justice; Environmental Conflicts; Ecofeminism.*

---

**MULHERES CAMPONESAS E MINERAÇÃO: CONFLITO SOCIOAMBIENTAL COM CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA DE URÂNIO E FOSFATO NO SEMIÁRIDO CEARENSE**

*MUJERES CAMPONESAS Y MINERÍA: CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL CON CONSORCIO SANTA QUITÉRIA DE URANIO Y FOSFATO EN EL SEMIÁRIDO CEARENSE*

Iara Vanessa Fraga de Santana

**RESUMO:** As referidas reflexões movimentam-se no semiárido cearense, mais precisamente no Sertão Central, com as mulheres da Agrovila Mata Fresca, do Assentamento Juá, município de Santa Quitéria. É entre esse município e o de Itatira que desde 2004 o Consórcio Santa Quitéria, com os subsídios do Estado, almeja minerar urânio e fosfato da Jazida de Itatiaia, para abastecimento energético nuclear e do agronegócio, respectivamente. Uma série de ações das comunidades, organizações e movimentos sociais vem adiando a liberação da licença prévia do empreendimento através de ações no âmbito político e jurídico. Essa Jazida tem um total de 65,6 milhões de toneladas de colofanito (urânio e fosfato associados), sendo a maior mina de urânio do Brasil. O empreendimento formado pelas Indústrias Nucleares do Brasil – INB, a Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A sob o controle da mineradora norueguesa Yara, pretende produzir por ano 1.050.000 (um milhão e cinqüenta mil) toneladas de derivados fosfatados para produção de fertilizantes e ração animal, bem como 1.600 (mil e seiscentas) toneladas de concentrado de urânio. Esse empreendimento tem previsão de operar por vinte anos sob uma estrutura que modifica e impacta radicalmente o território sertanejo. O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Meio Ambiente – EIA/RIMA é insuficiente e apresenta graves erros, conforme representação pública entregue em novembro/2014 ao Ministério Público Federal pelo Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará. Essa região do Ceará conta com um elevado número de assentamentos da reforma agrária. É um território cuja luta pela desconcentração do latifúndio foi regra e que a conquista da terra garante para as famílias camponesas a produção do seu modo de vida. Sendo as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, bem como pelo trabalho com as hortas e criações de animais, são também as que têm estado à frente no enfrentamento à mineração na região. O impacto da mineração à saúde das comunidades e a demanda por água do empreendimento (Consórcio Santa Quitéria prevê a utilização de 1 milhão a 100 mil litros de água por hora) é o que tem mobilizado as camponesas a se colocarem contrárias à mineração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mineração. Conflito Socioambiental. Camponesas.

**RESUMEN:** *Estas reflexiones que activa en Ceará semiáridas región, más precisamente en la zona de influencia central, con las mujeres de Agrovila Mata Fresca, en el asentamiento Juá, municipio de Santa Quitéria. Se encuentra entre el municipio y el Itatira que desde 2004 el Consorcio Santa Quiteria, con subsidios del Estado, tiene como objetivo la minería de uranio y fosfato de la Itatiaia para el*

*suministro de la energía nuclear y el agronegocio, respectivamente. Una serie de acciones de las comunidades, las organizaciones y los movimientos sociales ha sido puesta fuera de la liberación de la licencia preliminar de la empresa a través de acciones en el marco político y legal. Este yacimiento tiene un total de 65,6 millones de toneladas de colofanito (uranio y fosfato asociado), la mina de uranio más grande de Brasil. El complejo formado por las industrias nucleares de Brasil - INB, Industria Galvani, Comercio y Servicios SA bajo el control de la empresa minera noruega Yara, planea producir anualmente 1.050.000 (un millón cincuenta mil) toneladas de derivados de fosfato para la producción de fertilizantes y alimentación y 1600 (un mil seiscientos) libras de concentrado de uranio. Se espera que esta empresa para operar durante veinte años bajo una estructura que cambia radicalmente los impactos y el territorio campesino. La evaluación del impacto ambiental y generación de informes para el Medio Ambiente - EIA / RIMA es insuficiente y tiene errores graves, como el rendimiento del público producida en noviembre / 2014 para el Ministerio Público Federal por el Núcleo Tramas de la Universidad Federal de Ceará. Esta región de Ceará tiene un alto número de asentamientos de reforma agraria. Es un territorio cuya lucha por la devolución del latifundismo era la regla y que la conquista de las garantías de tierras para las familias campesinas para producir su forma de vida. Las mujeres son las principales responsables del trabajo doméstico y para el trabajo con los jardines y las creaciones de los animales, son también los que han estado a la vanguardia en el tratamiento de la minería voluntad en la región. El impacto de la minería para la salud de las comunidades y la demanda de proyecto de agua (Consortio Santa Quiteria prevé la utilización de 1 millón 100 mil litros de agua por hora) es lo que ha movilizó al campesino para poner la minería voluntad contraria.*

**PALABRAS CLAVE:** Minería. Conflicto ambiental. Campesino.

---

## **FORMAS DE EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEUS REFLEXOS NO MEIO AMBIENTE SOCIOLABORAL**

**FORMS OF EXPRESSION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THEIR REFLECTIONS IN THE SOCIOLABORAL ENVIRONMENT**

Bruna Gabriela Korobinski Filla

**RESUMO:** O conflito socioambiental, analisado sob o viés subjetivo, nos possibilita compreendê-lo no aspecto quanto aos sujeitos envolvidos, às relações sociais e um espaço determinado. A mulher inserida nas relações juslaborais é um dos sujeitos que compõe esse contexto de conflitos, desde os primórdios a mulher enfrenta situações de violência seja no campo familiar, social ou laboral. Este trabalho visa debater a violência contra a mulher realizada através da discriminação e do assédio moral organizacional. Os conflitos laborais, advindos da violência contra a mulher, refletem nas condições para a sociabilidade desta, bem como degradam a qualidade do meio ambiente do trabalho, podendo-se falar em poluição labor-ambiental, haja vista o desequilíbrio gerado nos locais de trabalho, afetando a integridade física e psíquica das vítimas dessa violência. Variados diplomas se propõem a combater tais práticas, tanto direitos fundamentais (âmbito nacional) quanto direitos humanos (âmbito

internacional), no entanto a inobservância social dessas normas é um dos fatores geradores de conflitos socioambientais em âmbito justrabalhista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente do trabalho. Mulher. Discriminação. Assédio moral. Conflitos socioambientais.

**ABSTRACT:** *The socio-environmental conflict, analyzed from subjective bias, enabling us to understand about aspect from the subjects involved, social relations, and a determined space. The woman in "juslaborais" relations is one of the subjects that comprise this context of conflict, since the beginning the woman has been facing violence situations in the family, social or work field. This work aims to debate violence against women held through discrimination and harassment in organization. The labor disputes, that one's which are derived from violence against women, reflect on the conditions for the women sociability, and degrade the quality of the work environment enabling to speak in pollution labor- environmental, as consequence from the imbalance generated in workplace that it affects the physical and psychological integrity of the victims of such violence. Various diplomas if they propose to combat such practices, both fundamental rights (national) and human rights (international), however, the non observance of these standards is one of the factors that generate environmental conflicts in the framework justrabalhista.*

**KEYWORD:** *Working environment. Woman. Discrimination. Moral siege. Socio-environmental conflicts.*

---

## **DISCRIMINAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO DO TRABALHO COMO VIOLAÇÃO AO DIREITO AO MEIO-AMBIENTE LABORAL EQUILIBRADO**

DISCRIMINATION AGAINST WOMEN IN THE WORK ENVIRONMENT AS A VIOLATION OF THE RIGHT TO A BALANCED WORK ENVIRONMENT

Ana Cristina Aguilar Viana  
Bárbara Marianna de Mendonça A. Bertotti  
Tuany Baron de Vargas

**RESUMO:** O conceito geral de meio-ambiente abrange as espécies: natural, cultural, artificial e do trabalho. Tradicionalmente, este último é visto como moeda de troca de capital, no qual se despreza seu potencial crítico emancipador. Por sua vez, os estudos acerca da ergonomia francesa e sobre psicodinâmica do trabalho o veem como local de construção da subjetividade do indivíduo, superando as usuais distorções patrimonialistas. Examinando as relações de trabalho sob essas lentes, percebe-se que o ambiente laboral deve dar condições organizacionais justas e favoráveis para o desenvolvimento do sujeito, já que o obreiro implica o seu corpo para suplantiar as próprias deficiências de mercado. Nesse contexto, a partir das noções de prevenção e precaução, entende-se que se pode aplicar as construções doutrinárias ambientalistas para verificar no meio-ambiente do trabalho as diversas formas de assédio. Dentre estas, estabelece-se como recorte de pesquisa as questões de gênero vivenciadas nos contextos profissionais, notadamente, as que tratam da discriminação. Isto é, pretende-se observar que em sociedades machistas,



as mulheres são vítimas de práticas distintivas e discriminatórias. Tais práticas fomentam a exclusão dessas, prejudicando e impedindo o reconhecimento igualitário das mulheres enquanto sujeito de direito, em razão do gênero. A metodologia do trabalho será lógico-dedutiva, mediante revisão bibliográfica do tema, o que abrange as questões de ergonomia francesa, psicodinâmica do trabalho, doutrina ambientalista e resultados de pesquisas sobre a discriminação das mulheres no ambiente de trabalho. O assédio e seu consequente prejuízo serão examinados nas relações privadas, bem como no ambiente público, onde na primeira prevalece uma relação horizontal e na última, vertical, em termos de eficácia de direitos fundamentais. Ao fim, pretende-se demonstrar que a discriminação feminina no trabalho pode ser identificada como um conflito socioambiental, que acarreta uma maneira de poluição, e assim sendo, como uma violação ao direito ao meio-ambiente laboral saudável e equilibrado, ou seja, é carente de tutela independente do dano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito ao trabalho. Meio-ambiente do trabalho. Discriminação de gênero. Mulheres. Conflito Socioambiental.

**ABSTRACT:** *The general concept of environment encompasses the natural, cultural, artificial and work species. Traditionally, the latter is seen as the currency of exchange of capital, in which its emancipatory critical potential is despised. On the other hand, the studies on the French ergonomics and work psychodynamics see it as a place of construction of the subjectivity of the individual, overcoming the usual patrimonial distortions. By examining the labor relations under these lenses, it is perceived that the work environment must give fair and favorable organizational conditions for the development of the subject, since the worker implies his body to overcome its own market failures. In this context, from the notions of prevention and precaution, it is understood that the doctrinal environmentalist constructions can be applied to verify the various forms of harassment in the work environment. Among these, the gender issues experienced in professional contexts, especially those dealing with discrimination, are established as a research cut. That is, it is intended to observe that in sexist societies, women are victims of distinctive and discriminatory practices. Such practices encourage their exclusion, harming and deterring the equal recognition of women as subjects of law, based on gender. The methodology of the work will be logical-deductive, through bibliographical review of the theme, which covers issues of French ergonomics, work psychodynamics, environmental doctrine and research results on discrimination of women in the work environment. Harassment and its consequent harm will be examined in private relations, as well as in the public environment, where in the former prevails a horizontal relationship and in the latter, a vertical one, in terms of effectiveness of fundamental rights. Finally, it is intended to demonstrate that female discrimination at work can be identified as a socio-environmental conflict, which entails a way of pollution, and thus, as a violation of the right to a healthy and balanced work environment, that is, it lacks independent guardianship of the damage.*

**KEYWORDS:** *Right to work. Working environment. Gender discrimination. Women. Social-environmental conflict.*

---

## **TÉCNICA ARPILLERA: RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CONSTRUÇÕES DAS BARRAGENS E O PAPEL DAS MULHERES NA DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO CAMPO**

*ARPILLERA TECHNIQUE: GENDER RELATIONS IN DAM CONSTRUCTION AND THE ROLE OF WOMEN IN THE DENOUNCEMENT OF VIOLATIONS OF RIGHTS IN THE COUNTRYSIDE*

Isabel Cortes da Silva Ferreira

**RESUMO:** As principais pesquisas sobre violência doméstica ou de gênero já realizadas no Brasil levam como objeto de estudo a mulher urbana. Muitas das comissões de defesa dos direitos humanos se debruçam em estudos sobre violência de gênero no campo, e ainda hoje não temos relatórios sobre violência contra mulher no meio rural. Diante disso, houve um avanço nas violações de direitos das mulheres no tocante das construções de barragens, tendo como órgão legitimador dessas violações o Estado, as construtoras, e o sistema energético existente. Como forma de denunciar a violência gerada pela construção das barragens as mulheres se organizam para debater e denunciar essas violações usando uma técnica chamada *Arpillera*.

**PALAVRAS-CHAVE:** violações de direitos; mulheres; barragens; *Arpilleras*.

**ABSTRACT:** *The main researches on domestic violence or gender already carried out in Brazil take urban women as their object of study. Many of the human rights committees are dedicated to studies on gender violence in the countryside, but yet there are no reports about violence against women in the rural area. In spite of this, there has been a breakthrough in women's rights violations in relation to dam construction, with the State, the builders, and the existing energy system as the legitimating body of these violations. As a way of denouncing the violence generated by the dam constructions, the women meet to debate and denounce these violations using a technique called Arpillera.*

**KEY WORDS:** *rights violations; women; dams; Arpilleras.*

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A LUTA DAS MULHERES PESCADORAS/QUILOMBOLAS DO CUMBE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL**  
**SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: FIGHTING WOMEN FISHERMEN/QUILOMBOLAS OF THE SUMMIT AGAINST ENVIRONMENTAL RACISM**

João Luís Joventino do Nascimento  
 Joselina da Silva  
 Ivan Costa Lima

**RESUMO:** A luta realizada pelas mulheres pescadoras do mangue do Cumbe é uma luta política pela defesa do modo de vida, território tradicional e afirmação da identidade negra/quilombola. Desde 2003 que se organizou na Comunidade

Quilombola do Cumbe, município do Aracati, litoral leste do Ceará, um grupo de resistência para denunciar as ameaças econômicas, que invadiram o território tradicional causando diversos conflitos socioambientais, violações de direitos, injustiça ambiental e o racismo ambiental. O atual projeto de crescimento econômico global, adotado no Brasil e no mundo é o principal violador de direitos humanos. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado em Educação – FAGED/UFC, linha de pesquisa Movimentos Sociais Educação Popular e Escola. Para a realização desse estudo foi utilizada a investigação qualitativa, tendo como método a pesquisa participante, visitas de campo e entrevistas. O que se procurou investigar foi como as mulheres pescadoras quilombolas do mangue do Cumbe, que estão à frente dos processos de luta, compreendem as invasões ao território tradicional e os conflitos socioambientais como caso de racismo ambiental. Percebeu-se que são as mulheres negras as que mais sofrem os impactos dos projetos econômicos e que elas entendem as violações de direitos como parte do racismo ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflitos Socioambientais. Mulheres Pescadoras Quilombolas. Racismo Ambiental.

**ABSTRACT:** *The struggle of women fishing in the Cumbe mangrove is a political struggle to defend the way of life, traditional territory and affirmation of the black / quilombola identity. Since 2003, a resistance group has been organized in the Quilombola Community of the Cumbe, a municipality in Aracati, eastern coast of Ceará, to denounce the economic threats that have invaded the traditional territory causing various socio-environmental conflicts, violations of rights, environmental injustice and environmental racism . The current project of global economic growth, adopted in Brazil and in the world is the main violator of human rights. This article is part of the dissertation of Master in Education - FAGED / UFC, line of research Movements Social Popular Education and School. For the accomplishment of this study the qualitative investigation was used, having as method the participant research, field visits and interviews. What was sought to investigate was how the quilombola women of the Cumbe mangrove, who are at the forefront of the struggle processes, understand the invasions of the traditional territory and the socio-environmental conflicts as a case of environmental racism. It has been realized that it is black women who suffer most from the impacts of economic projects and that they understand rights violations as part of environmental racism.*

**KEY WORDS:** Socio-environmental conflicts. Quilombola Fishermen. Environmental Racism.

---